

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIENCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL

VIOLÊNCIA, VIDA E MEMÓRIA PRECÁRIA
DESLOCAMENTO INTERNO FORÇADO NO NOROESTE DE MÉXICO

Carlos Emilio Ibarra Montero

Rio de Janeiro

2020

CARLOS EMILIO IBARRA MONTERO

VIOLÊNCIA, VIDA E MEMÓRIA PRECÁRIA

DESLOCAMENTO INTERNO FORÇADO NO NOROESTE DE MÉXICO

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Memória Social.

Área de Concentração: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

Linha de pesquisa: Memória Subjetividade e Criação

Orientador: Prof. Dr. Francisco Ramos de Farias

Rio de Janeiro

2020

Folha da Catalogação informatizada pelo autor:

IM778 Ibarra Montero, Carlos Emilio
VIOLÊNCIA, VIDA E MEMÓRIA PRECÁRIA: DESLOCAMENTO
INTERNO FORÇADO NO NOROESTE DE MÉXICO / Carlos
Emilio Ibarra Montero. -- Rio de Janeiro, 2020.
213

Orientador: Francisco Ramos de Farias.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação
em Memória Social, 2020.

1. Violência. 2. Vida. 3. Memória precária. 4.
Migração interna forçada. 5. Elaboração. I. Ramos de
Farias, Francisco , orient. II. Título.

CARLOS EMILIO IBARRA MONTERO

VIOLÊNCIA, VIDA E MEMÓRIA PRECÁRIA

DESLOCAMENTO INTERNO FORÇADO NO NOROESTE DE MÉXICO

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Memória Social.

Área de Concentração: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

Linha de pesquisa: Memória Subjetividade e Criação

Banca Examinadora

Francisco Ramos de Farias (Orientador) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Lobelia da Silva Faceira – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Josaida de Oliveira Gondar – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Omar Lizárraga Morales – Universidad Autónoma de Sinaloa, México.

Rafael Andrés Patino Orozco – Universidade Federal do Sul da Bahia.

Tese Aprovada em: 20/03/2020

DEDICATÓRIA

A todos nós, sobreviventes, que, no processo de sermos violentados, nos tornamos carrascos.

AGRADECIMENTOS

A meus pais, Teresa Montero e Emilio Ibarra.

A meu parceiro de vida, Alessandro Ferrari.

A meus irmãos, Emilhy Ibarra Montero e Germán Ibarra Montero.

A meu orientador, Francisco Ramos de Farias.

A meus leitores, Jô Gondar, Lobelia Faceira, Rafael Patino e Omar Lizárraga.

A meus professores no Programa de Pós-graduação.

A meus colegas e amigos.

A todos estes, agradeço pelo carinho, pela dedicação e inspiração.

RESUMO

Seguindo as rotas da transdisciplinaridade, na presente tese estudamos questões inovadoras em matéria da memória social, o que nos levou a descobrir o termo *memória precária*. Jogo de palavras que emerge, em primeiro momento, da nossa desconstrução do conceito de *violência*. A nossa elaboração de uma nova forma de discorrer sobre a *violência* parte do princípio da termodinâmica: o caos como a origem do universo. Ideia que nos leva a defender que a *violência* é o corpo humano em movimento. Esse é o nosso ponto de partida que traz à discussão a conjugação de palavras: *memória precária*. Queremos ser claros e dizer que esse novo paradigma não foi construído por nós, pois não poderíamos criar algo cuja existência sempre esteve ali. O que criamos foi simplesmente a ligação entre as palavras memória e precariedade, indicando o quanto é imprescindível uma para a outra. Apontar a importância e a complementaridade de ambas as palavras pode nos ajudar a compreender o mundo, a construir uma visão mais humana e mais solidária na ciência. A nossa tese foi elaborada em quatro curtos anos de investigação. Queremos expressar o trabalho que apresentamos diante de vocês, leitores, é um gesto narrativo atravessado, costurado pelo pensamento crítico. As técnicas de investigação que implementamos foram a bibliográfica, a cartográfica e a etnográfica. Nossa ferramenta de pesquisa de campo foram as histórias de vida. O novo paradigma *memória precária* foi implementado para analisar, refletir e descrever um dos desdobramentos da *violência*: o *deslocamento interno forçado*. Devido a questões e regras óbvias de metodologia da pesquisa, a elaboração de uma delimitação metodológica de nosso fenômeno de interesse se tornou necessária e, por esse motivo, estamos apresentando uma leitura micro-sociológica. Não é por isso que o nosso estudo deixa de lado o diálogo acadêmico internacional, apesar de seu objetivo específico ser resgatar as questões que dizem respeito ao fenômeno do deslocamento interno forçado no noroeste do México e ao efeito do processo violento de migração na transformação da memória dos sobreviventes.

Palavras chave: violência, vida, memória precária, migração interna forçada, elaboração.

ABSTRACT

Following the routes of transdisciplinarity, in this thesis we study innovative issues in the field of social memory, which led us to discover the term of *precarious memory*. Play on words that emerges in the first moment of our deconstruction of the concept of *violence*. Our elaboration of a new way to talk about the violence comes from the thermodynamics principles: the chaos as origin of the universe, it leads us to defend the idea that the violence is the human body in movement. This is our starting point to bring the discussion of the word conjugation: *precarious memory*. We want to be clear and say that this new paradigm is not built by us, because we could not create something whose existence has always been there. What we created was simply, the connection between the word memory and the word precariousness, furthermore we indicate how much is essential for each other. Pointing out, the importance of both words and their complementarity can help us to understand the world, to build a more humane and more solidarity vision in to the science. Our thesis was elaborated in four short years of investigation. We want to express, the work that we are presenting you, readers, is a narrative gesture which has as its essence the reflexive criticism. The research implemented technics were: bibliographic, cartographic and ethnographic. Our investigation tool was the *life histories*. The new paradigm: *precarious memory* we implemented for analyze, reflect and describe one of the consequences of *violence: internal forced displacement*. Due to obvious issues and rules of the research methodology, it was appropriate to elaborated methodological delimitation of our phenomenon of interest and for this reason we are presenting a microsociological reading. Not for this reason our study leave aside the international academic dialogue, despite the fact that it aims to rescue the issues that concern the phenomenon of *internal forced displacement* in northwest of Mexico and the effect that violent migration process has in the survivors memory transformation.

Key words: violence, life, precarious memory, internal forced migration, elaboration.

RESUMEN

Siguiendo las rutas de la *transdisciplinariedad*, en esta tesis estudiamos temas innovadores en el campo de la *memoria social* que nos llevaron a descubrir el término de *memoria precaria*: juego de palabras que surge primeramente como resultado de la des-construcción que hicimos sobre el concepto de *violencia*. Nuestra elaboración, interpretación de la *violencia* parte del principio de la termodinámica: el caos origen del universo, es lo que nos lleva a defender ese nuevo paradigma que nos apunta que la *violencia* es el cuerpo humano en movimiento. Ese es nuestro punto de partida que nos llevo a crear y a discutir la conjugación de palabras: *memoria precaria*. Queremos ser claros y decir que este nuevo paradigma no fue construido por nosotros, puesto que no podríamos crear algo cuya existencia siempre ha estado allí. Lo que sí creamos fue esa conexión, esa unión entre la palabra *memoria* y la palabra *precariedad*, e descubrimos para nuestros lectores cuánto es esencial una para la otra. Queremos expresar que la importancia de ambas palabras y su complementariedad pueden ayudarnos a comprender el mundo y a construir una visión más humana y solidaria en las ciencias. Nuestra tesis se elaboró en cuatro cortos años de investigación. El trabajo que les presentamos a ustedes lectores, es un gesto narrativo que guarda en sus entrañas la esencia del pensamiento crítico. Las técnicas de investigación que implementamos fueron: la bibliográfica, la cartográfica y la etnográfica. Nuestra herramienta de investigación de campo por excelencia fue las historias de vida. El nuevo paradigma: *memoria precaria* lo hemos implementado para analizar, reflexionar y describir específicamente uno de los fenómenos consecuencia de la *violencia*: *el desplazamiento interno forzado*. Debido a las reglas obvias de la metodología de investigación, fue necesario delimitar nuestro fenómeno de investigación y por esa razón presentamos aquí una lectura micro-sociológica. Esa razón no impidió que nuestro trabajo se integrase al diálogo internacional, aun cuando nosotros tuvimos como objetivo rescatar cuestiones que se refieren al fenómeno del *desplazamiento interno forzado* específicamente en la región noroeste de México, y las afectaciones que el violento proceso migratorio produce en la transformación de la memoria de sus sobrevivientes.

Palabras clave: violencia, vida, memoria precaria, migración forzada interna, elaboración.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Estados mais atingidos pela violência.....	113
Figura 2 - Indicadores de homicídios por município.....	114
Figura 3 - Auto-correlação espacial entre as taxas de homicídio e deslocamento interno forçado.....	115
Figura 4 - Apresentação dos indicadores e as porcentagens das pessoas em condições de pobreza no México.....	118
Figura 5 - Apresentação da cidade de Mazatlán, Sinaloa e os três principais pontos de chegada dos deslocados.....	121
Figura 6 - Apresentação do bairro subnormal San Antonio, localizado no subúrbio da cidade de Mazatlán, Sinaloa.....	122
Figura 7 - Apresentação do bairro subnormal na cidade de Mazatlán, Sinaloa. São três bairros juntos: Loma Bonita, Universo e Rincón de Mazatlán.....	122
Figura 8 - Apresentação do bairro subnormal Prados del Sol, que se encontra localizado nas vias do trem Pacífico.....	123
Figura 9 - Apresentação da cidade de Los Mochis e os três bairros principais onde chegam os deslocados.....	123
Figura 10 - Apresentação do bairro subnormal Siglo XXI.....	124
Figura 11 - Apresentação do bairro subnormal Ferrocarrilera.....	124
Figura 12 - Apresentação do deslocamento: zonas expulsoras e receptoras em Sinaloa.....	122
Figura 13 - Apresentação da região em que se produz mais maconha no México, o Triângulo Dourado.....	126
Figura 14 - Apresentação do deslocamento: zonas expulsoras e receptoras em Chihuahua.....	127

Figura 15 - Apresentação da cidade de Chihuahua onde se vê alguns dos bairros subnormais onde residem os deslocados.....	128
Figura 16 - Apresentação da guia de perguntas para o desenvolvimento das histórias de vida.....	140
Figura 17 - Apresentação da imagem do Altar de Julia, onde cada mês se reza pela memória do seu esposo.....	205
Figura 18 -Apresentação da imagem de espaços insalubres e as construções de risco no bairro subnormal Diana Laura, localizado na cidade de Los Mochis, Sinaloa.....	206
Figura 19 - Apresentação da imagem de espaços insalubres e as construções de risco no bairro subnormal Diana Laura, localizado na cidade de Los Mochis, Sinaloa.....	207
Figura 20 - Apresentação do espaço em que moram (dormem e comem) a família de Saul.....	208
Figura 21 - Apresentação da imagem de espaços insalubres no bairro subnormal 11 de Febrero, localizado na cidade de Chihuahua	209
Figura 22 - Apresentação da imagem de espaços insalubres e de construções de alto risco no bairro subnormal 11 de Febrero, localizado na cidade de Chihuahua, Chihuahua.....	210
Figura 23 - Apresentação da imagem do coletivo de mães que rastreiam os filhos desaparecidos no contexto de violência no noroeste do México.....	211
Figura 24 - Apresentação da imagem de um monumento elaborado com uma pedra de rio, feito em memória a um jovem desaparecido em Sinaloa em 3 de maio de 2018.....	212
Figura 25 - Apresentação da imagem de monumentos elaborados com pedras de rio, verniz, marcadores e fotografias em homenagem às pessoas desaparecidas no noroeste do México.....	213

SUMÁRIO

ADVERTENCIA AOS LEITORES	14
INTRODUÇÃO	17
PRIMEIRA SEÇÃO: DESLOCAMENTO INTERNO INTERNO FORÇADO, VIOLÊNCIA, MEDO, PRECARIZAÇÃO E MEMÓRIA	
1.1 Sobre o conceito de migração interna forçada	27
1.2 Reflexões sobre a violência	32
1.2.1 Violência do mundial: uma tentativa do agenciamento das diferenças.....	34
1.2.2 O ato violento de obedecer.....	41
1.2.3 A violência corpo humano em movimento.....	48
1.2.4 Violência e deslocamento interno forçado.....	56
1.3 O medo no processo do deslocamento interno forçado.....	60
1.4 Precarização e migração interna forçada.....	65
1.5 Memórias precárias.....	75
1.5.1 O caráter circunstancial e arbitrário do processo de transformação da memória.....	78
1.5.2 Memória e caos.....	82
1.5.3 A criatividade e a subjetividade do trauma na transformação da memória.....	90
SEGUNDA SEÇÃO: CORPOS FRÁGEIS EM MOVIMENTO	
INTRODUÇÃO	99
2.1 Cenários onde se origina o fenômeno do deslocamento interno forçado.....	101
2.2 O deslocamento interno forçado em uma perspectiva do macro ao micro regional.....	102
2.3 O caso do deslocamento interno forçado na Colômbia.....	103
2.3.1 O caso específico de Córdoba, Colômbia.....	108
2.4 O caso do deslocamento interno forçado no México	
2.4.1 Alguns trabalhos de investigação acerca do deslocamento interno forçado no México....	111
2.4.2 As regiões mais atingidas pela violência.....	113
2.4.3 Elementos que permitem o deslocamento interno forçado.....	115

2.4.4 Contexto socioeconômico e desorganização institucional.....	117
2.5 O caso específico da região Noroeste do México: Sinaloa, Durango.	
2.5.1 O caso de Sinaloa.....	119
2.5.2 O caso de Chihuahua.....	126

TERCEIRA SEÇÃO: MEMÓRIAS PRECÁRIAS À DERIVA

3.1 Considerações metodológicas: os caminhos da ciência e da construção de pensamento que levam à interpretação das dinâmicas de vida.....	135
3.1.1 Os desafios de estudar o tema do deslocamento interno forçado na crise de insegurança no México.....	142
3.1.2 A violência como ferramenta da ciência.....	145
3.1.3 A relação conflitiva entre o migrante e o cientista.....	149
3.2 Memórias intermitentes	
3.2.1 “Não me cansarei de esperar que a justiça reconheça que há uma dívida com a gente”.....	151
3.2.2 “Não sei como lidar com o choro das crianças”.....	159
3.2.3 Sem medo de nada.....	165
3.2.4 “Sobrevivi a duas agressões e vou continuar a viver”.....	169

REFLEXÕES FINAIS

4.1 Sobre o sofrimento: fonte criadora de memória.....	174
4. 2 Memórias precárias e lutos precários.....	178
4. 3 A monumentalização da memória: quem vale a pena para o Estado? E quem não?.....	181
4. 4 Bairros periféricos, vidas periféricas?.....	184
4. 5 Reconhecimento dos sobreviventes: da animalização à solidariedade humanista.....	186
4. 6 Alguns apontamentos sobre os sobreviventes.....	188
4.7 Sobre a aclimação à precarização.....	192
REFERÊNCIAS	194
ANEXOS	204

Advertência aos leitores

No final do século XVIII, Kant (1998) publicou um artigo no qual fez uma crítica ao Iluminismo. Nesse escrito, apontou que se existisse uma palavra que pudesse descrever o caráter principal dessa corrente de pensamento esta seria a palavra maioria. Por quê?

A palavra maioria diz respeito à existência de uma capacidade de emancipação, de independência, de liberdade. Ser maioria na sociedade ocidental desde o final do século XIII até os tempos atuais é ter capacidade para decidir sobre os rumos que se quer dar à vida, sem precisar de um orientador da consciência. Ser maioria, expressa Kant (1998), é poder pensar sem ter a obrigação de recitar toda uma enciclopédia. Já as minorias são as que obedecem, seguem as regras estabelecidas, os pensamentos e os atos impostos pelas majorias. Por que as minorias são minorias?

Com relação a essa última questão, Kant (1998) diz que cada pessoa é responsável por ser parte da minoria e que a preguiça e a covardia ajudam a escapar do azedo e cansativo ato de decidir, de ter que responder e do terror à liberdade.

A lei máxima do Iluminismo é que tudo o que exige pensar, exige também a coragem, o desejo de responsabilidade e a audácia. Ser minoria ou maioria é um processo que implica transitoriedade e não permanência (Kant, 1998).

Queremos apontar que, do nosso lugar de fala, nós nos entendemos como minoria, mas não no sentido kantiano, em que, como já apontado, ser minoria é ser preguiçoso ou pouco desenvolvido.

Entendemo-nos como minoria, sobretudo, pelo fato de que nossa escrita é diferente. Ela vem de um lugar que se chama vazio. Ali foi onde repensamos, releemos e refizemos nossos questionários primários. Falamos desde um lugar minoritário porque decidimos colocar em questão o que está dito e legitimado pela *vox populi*.

Pensarmos como minoria é, na perspectiva de Gros (2018), uma forma de desobediência e de possíveis criações. Para Gros (2018), desobedecer é colocar em xeque inclusive os provér-

bios da sagrada escritura. É criar uma ruptura nos laços que nos fazem escravos históricos das referências, como já diz Baudrillard (1996).

Acreditamos que pensar seja um ato imanente à liberdade, pois nos exige brincar e, subsequentemente, criar, no sentido amplo da palavra. Todo processo de criação implica um processo de desconstrução dos princípios preestabelecidos. De outra forma, tal processo não poderia ser criativo e sim repetitivo.

Pois bem, nesse gesto narrativo, o nosso objetivo primordial é tentar pensar, é tentar criar.

Queremos esclarecer que não temos nada contra os que sentem prazer na repetição nem na simulação. Não somos, nem hoje nem nunca, autoridade moral para apontar quem é e quem não é autêntico. Ao final da história, há por trás dos que “pensam” e também dos que “repetem” um *leit motiv*: essa angústia radical de nos sabermos irremediavelmente finitos.

Acreditar que estamos no vão da criação e do pensar é sim uma forma de elaborar memórias, de tentar fugir da realidade para assim começar um processo de artificialidade que nos dê a sensação ilusória de que, em algum dia, poderemos ultrapassar a linha da finitude.

Contudo, somos teimosos e, no nosso estudo transdisciplinar, pretendemos romper com a permanência que tem caracterizado uma grande porção de acadêmicos que discursam e se expressam da plataforma simbólica que as ciências sociais e humanas lhes têm dado. Queremos indicar que, mesmo sabendo dos riscos que isso implica, vamos tomá-los, porque a nossa angústia e nosso desejo de “criar” - mesmo que seja num escrito que talvez ninguém leve a sério - são maiores do que nossos medos.

O contexto sociopolítico do México exige que questionemos, que reflexionemos e que sejamos minoria, ainda que seja neste trabalho de pesquisa. Com isso, não queremos dizer que sejamos alheios ao processo de colonização intelectual do ocidente, aliás o aceitamos. E não é só, vamos utilizá-lo no processo de construção de nosso estudo. Já dizia Fanon (2015: 261), “Tomar também, em múltiplos planos, é ser tomado.” Não obstante, é o processo de apropriação, as formas em que relemos os discursos científicos e a vida cotidianamente precária os elementos que

nos desafiam, que nos questionam e que nos colocam em xeque. É o teste que nos coloca face a face com a dor, o choro, a voz, o rosto e o corpo do Outro e, iminentemente, com nós mesmos.

O seguinte gesto narrativo então é resposta de uma demanda, de uma exigência desse Outro: ser precário, ser marginalizado, ser despossuído. Lembrar que, para os seres humanos precarizados, sua existência depende unicamente da memória, uma que seja social, que permita reafirmar que aquelas pessoas estão, estiveram e estarão.

INTRODUÇÃO¹

Em 1910, Kenneth Turner, “o jornalista incômodo”, publicou um dos seus trabalhos mais importantes, intitulado *México Bárbaro*. Este livro, elaborado a partir de uma pesquisa desenvolvida de 1908 a 1910, mostrou o quão erradas eram as opiniões que se tinham no âmbito internacional sobre o que se pensava do México em matéria de legalidade, democracia, liberdade de expressão e distribuição da riqueza.

Para a opinião internacional nos incipientes anos do século XX, o México era um país na América que se encontrava na rota do desenvolvimento garantida pelas leis republicanas e pela Constituição. Uma nação regida sim pela mão paternalista, mas, ao mesmo tempo, uma mão protetora e benévola para com um povo que ignorava sobre o que devia fazer tanto na vida pública como na vida privada, para seu próprio “bem”.

O que é o México? Esse foi o questionamento que norteou o trabalho de Kenneth Turner. Uma pergunta que poderia parecer bastante primária ao nosso olhar mas, no entanto, é um questionamento complexo e com uma importante dimensão quando se pretende respondê-lo com certa imparcialidade.

As descobertas que a pesquisa trouxe para Turner foram imagens, histórias e crônicas de um país que mesmo tendo uma Constituição bastante justa e democrática – pois este era um documento similar ao dos Estados Unidos da América, as leis não se aplicavam a todos por igual. O país que o jornalista estadunidense Turner descobriu foi um país sem liberdade de expressão e sem liberdade política, onde o presidente, o exército e a igreja católica controlavam permanentemente a vida diária dos mexicanos e onde, como se não bastasse, os mais marginais eram submetidos e vendidos como escravos para os fazendeiros construírem suas fortunas. O México, um país bárbaro, assim o definiu Turner no incipiente século XX.

Mas o que é o México hoje? Um país excessivamente violento, ou seja, um México *obscuramente bárbaro*. De 2009 a 2017, a cifra de pessoas assassinadas chegou aos 189.118

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio do Consejo Nacional de Ciencia y Tecnologia de México (CONACyT) e da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

(CMDPDH, 2017). O ano de 2017 é lamentavelmente histórico, pois tem sido o ano mais violento registrado até hoje, com uma média de 80 pessoas mortas por dia de forma violenta.

De 1º de dezembro de 2006 até junho de 2017, foram encontradas 1.588 fossas clandestinas localizadas em 23 estados da República Mexicana. Nas fossas foram descobertos 2.674 corpos e ainda 11.429 restos ou fragmentos ósseos dos quais não há nenhuma informação (CMDPDH, 2017). As fossas clandestinas são escavações na terra comumente utilizadas como depósitos de pessoas executadas extrajudicialmente. A participação em conjunto do narcotráfico e de alguns elementos das instituições governamentais faz com que seja extremamente complexo esclarecer os fatos sobre esses crimes (CMDPDH, 2017).

No México, no período de 2007 a 2012, desapareceram 6 mexicanos por dia. Essa cifra aumentou de 2012 até 2014, quando 13 mexicanos desapareceram por dia, o que significa que a cada hora com cinquenta e dois minutos desapareceu uma pessoa (RNPED, 2015). Nessa estatística encontra-se o conhecido e mal resolvido caso dos 43 estudantes da Escuela Normal Rural Isidro Burgos, localizada na cidade de Ayotzinapa, Guerrero.

Em 2017, 39 jornalistas foram assassinados no mundo inteiro, 11 foram mortos no México, tornando-o, depois da Síria, o segundo país mais perigoso para exercer o jornalismo, e o país em “paz” mais perigoso do mundo (RSF, 2017). As temáticas e investigações sobre o narcotráfico e as ligações estreitas com os políticos e os elementos de segurança pública são temas que acrescentam riscos para aqueles jornalistas que se atrevem a denunciar a impunidade: Javier Valdez Cárdenas, Miroslava Breach, Gumaro Perez, Pedro Tamayo e muitos outros jornalistas foram assassinados e suas famílias, condenadas a viver sob a sombra do terror (EL UNIVERSAL, 2018).

Os casos de corrupção pululam por todo o país. Escândalos como o da Odebrecht e seus negócios com PEMEX, a Estafa Maestra, que consistiu no desvio de dinheiro das universidades públicas em coparticipação com o governo federal, o envolvimento de personagens da política e empresas mexicanas nos Paradise Papers, a investigação sobre a construção da Casa Branca, comprada pela primeira dama por mais de 7 milhões de dólares, cifra cuja origem ela não conse-

guiu comprovar, são, entre outros casos, amostras do conflito de interesses, do tráfico de influências e da intransigência das autoridades (MCCI, 2017).

No país do sol Asteca, 12,6 % das pessoas que realizaram algum trâmite em escritórios de instituições governamentais foram vítimas da corrupção e 9 de cada 10 pessoas consideraram que a corrupção é visível nas polícias e nos partidos políticos (INEGI, 2016).

As faces da violência são diversas, uma delas é o caso do *deslocamento interno forçado* ou *migração interna forçada*² por conta da guerra que o governo mexicano empreendeu contra o narcotráfico. Mas a crescente violência e a instabilidade institucional no México levaram o país a uma crise de segurança, permitindo que outros atores inscritos nas atividades ilegais aproveitassem a desorganização do governo para expulsar famílias e comunidades inteiras de seus locais de origem e, assim, ficar com as terras. De 2009 ao primeiro semestre de 2019, mais de 474.476 pessoas foram obrigadas a abandonar seus lugares de origem por conta da violência (CONAPO, 2019). A maioria dos casos diz respeito a famílias localizadas em zonas rurais, pontos que hoje são regiões de altas taxas de violência, quer seja por serem pontos geográficos estratégicos na rota do tráfico, produção e armazenagem das drogas, quer seja por serem pontos de confronto entre diferentes cartéis ou destes com os aparatos de segurança nacional. As condições de moradia nas serras de Sinaloa, Durango e Chihuahua são extremamente complicadas, austeras e de alto risco.

O fenômeno da *migração interna forçada* no México representa uma realidade que supera mais de uma década, em que os direitos humanos de centenas de milhões de mexicanos têm sido desrespeitados e violados. Se Kenneth Turner ainda estivesse com vida e desse uma olhada de novo no panorama atual do México, iria observar que as desigualdades ainda existem e que, aliás, as bordas que separam os marginalizados dos poderosos são extremamente pronunciadas. Deparar-se-ia com o fato de que a base da desigualdade provém de uma questão que é ainda mais

² Neste trabalho, os termos *migração interna forçada* e *deslocamento interno forçado* fazem referência ao mesmo conceito, em concordância com os Principios rectores de desplazamientos internos de 1995 del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR), que aponta, que *deslocado* é toda aquela: [...] *população obrigada a fugir ou deixar os seus lares habituais de residência como resultado de efeitos provocados por conflitos armados, situações generalizadas de violência, violações aos direitos humanos, ou catástrofes naturais ou provocadas pelo homem, população que não tem atravessado alguma fronteira internacionalmente reconhecida entre duas nações* (ACNUR, 1995 citado por Castles, 2003, pp. 5-8).

profunda e que vai além do assunto econômico. Não queremos dizer com isso que a influência da economia não seja parte da questão. Ela está ligada estreitamente à questão seguinte: que vidas importam e quais não são tão importantes?

Tentar analisar o contexto atual do México exige repensar a questão da desigualdade a partir do questionamento que Butler (2003) coloca no seu livro intitulado *Vida Precária*: O que é considerado como vida, como humano? Refletir sobre a precarização pode nos levar a estabelecer um diálogo que ainda não é bem visto e nem aceito, porém é essencial para as ciências humanas.

No México da precarização, o fenômeno do *deslocamento interno forçado* é uma problemática social que diz respeito à extrema vulnerabilidade humana. No entanto, existem poucos estudos relacionados a esse fenômeno social, produzido, dentre muitas outras coisas, pela violência gerada no contexto da luta contra o narcotráfico que o governo mexicano empreendeu no início de 2006, com a implementação da Alianza para la Seguridad y Prosperidad de América del Norte (SREM, 2006). A isso se soma o desconhecimento, ou melhor, o não reconhecimento por parte das instituições do Estado mexicano da existência de uma crise humanitária. São essas condições que motivaram e incentivaram o presente trabalho de investigação e nos levaram à seguinte questão: será que o fato de não existirem estudos sobre *deslocamento interno forçado* diz algo sobre o fato de os deslocados serem vistos como pessoas que não importam nem para o Estado mexicano, nem para as organizações não governamentais (ONGs) e nem mesmo para a sociedade mexicana?

O impacto que os diversos tipos de violência produzem nas pessoas que se encontram submergidas no processo do *deslocamento interno forçado* do México se inscreve nos poucos e raros debates e discussões acadêmicas que procuram explicar, descrever, explorar, analisar e interpretar a “realidade” na qual vivem os nossos *migrantes internos forçados*. Foi justamente a ausência de escritos com perspectiva crítica o que nos levou a nos interessar e escrever sobre o assunto.

Temos realizado diversos estudos sobre *deslocamento interno forçado* no México e na Colômbia, para sermos mais específicos começamos a trabalhar dito fenômeno desde o ano de 2010, enquanto *freelance* de Random House e enquanto jornalista e escritor no blog Homozapping.com.mx, quando os primeiros casos dos danos colaterais, produto da guerra contra o narcotráfico que se iniciou no governo do então presidente Felipe Calderón Hinojosa, começaram a sair à luz pública. Milhares de pessoas vítimas da violência, geradas pelos confrontos das forças armadas mexicanas com os cartéis das drogas começaram a fazer barulho na imprensa. Nessa época, enquanto desenvolvíamos trabalho jornalístico começamos a perceber que famílias se viam obrigadas a se deslocar pela perseguição de certos grupos criminais e pela insegurança que representava viver nas zonas de conflito.

Um dos nossos primeiros casos documentados foi o da Família Reyes Salazar, a qual fazemos menção mais à frente. Esse caso em específico mexeu muito com nossa subjetividade e afeto, e desde que tivemos contato com a trágica história da família Reyes Salazar, algo nos impeliu a trabalhar o fenômeno da *migração interna forçada* nos estudos de mestrado em Ciências Sociais com ênfase em Estudos Regionais na Universidade Autónoma de Sinaloa (2012-2014) onde foi apresentada como tese a segunda pesquisa que se fazia sobre o deslocamento interno forçado, em âmbito nacional. Esse trabalho foi intitulado em espanhol como “Migración forzada interna: El Trastrocamiento de la identidad de los desplazados en la ciudad de Mazatlán”. Posteriormente, na pós-graduação *lato sensu* da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2015-2016), apresentamos o trabalho intitulado “Migração forçada interna na cidade de Montería, Colômbia: de deslocados a líderes perseguidos”.

Contudo, as abordagens realizadas em nosso estudos acadêmicos - teses, artigos publicados em revistas indexadas, apresentações em congressos, palestras - não têm um enfoque que diga respeito ao estudo da memória a partir de uma perspectiva transdisciplinar. É por isso que, diferentemente de tudo o que fizemos anteriormente, neste novo trabalho de reflexão, nos vimos obrigados a analisar o fenômeno a partir de novos horizontes, assim como a percorrer novos caminhos da ciência.

Desta vez a nossa reflexão aborda um viés distinto e novidoso. Inicialmente, pretende fazer uma releitura dos trabalhos acadêmicos que abordam esta temática para re-configurar aqueles aspectos que são considerados como elementos que fazem parte de uma “característica fixa” do que é ser um *deslocado* ou o *migrante interno forçado* no México. A ideia primordial no nosso trabalho é usar a reflexão para questionar o que tem sido preestabelecido nos estudos migratórios e, assim, abrir as portas a novos questionamentos que nos permitam refletir sobre a transformação da memória das pessoas inseridas nos processos das migrações, mais especificamente aquelas que se deslocam no noroeste do México, do rural ao urbano e interurbano e sem ultrapassar fronteiras internacionais.

A importância do estudo consiste no aprofundamento acerca das transformações da memória dos deslocados. Esses avanços obtidos da análise do fenômeno do *deslocamento interno forçado* permitirão gerar novos questionamentos, paradigmas, respostas ou dados que vão enriquecer os estudos de outras áreas do conhecimento, tais como psicologia, trabalho social, ciência política, administração pública, ciências da comunicação, pedagogia, geografia, entre outras. São essas as características que fazem deste trabalho de pesquisa uma proposta vigente e nova no terreno inexplorado do *interacionismo simbólico* e da transformação da memória na linha dos estudos migratórios desenvolvidos no México.

É preciso ressaltar o exposto anteriormente, já que só assim se poderá construir uma memória coletiva e relacionada com a história contemporânea. Por meio dos estudos científicos, da participação cidadã e das instituições mexicanas será possível enfrentar essa crise humanitária que necessita urgentemente de uma rota estruturada que leve à justiça, ao perdão, ao luto e à inclusão de todos aqueles que foram vítimas dos atos de violência física e psicológica, gerados por uma guerra inconclusa.

O trabalho de pesquisa intitulado *Memórias precárias: deslocamento interno forçado no noroeste de México* vai descrever e explorar como a luta contra os cartéis das drogas e os constantes confrontos entre o Estado e os líderes das organizações criminosas têm produzido êxodos massivos de pessoas que, numa tentativa desesperada de se auto-preservar, tiveram que deixar

seus lugares de origem e, com isso, também seus modos de produção, tradições, familiares, bens, objetos, fotografias, documentos de identidade.

Durante o processo do deslocamento forçado interno, as dinâmicas das unidades de ação – os deslocados, atores armados, membros das instituições do Estado – produzem fricções que, por sua vez, configuram, constroem e transformam a memória. É extremamente interessante explorar os diversos matizes de como se dá esse processo de transformação da memória.

Para este projeto de pesquisa, diversas questões e indagações foram colocadas e discutidas: Quais são os atores que fazem parte do fenômeno do deslocamento interno forçado? Como ocorre a interação entre os *deslocados internos forçados*, os atores armados e os membros das instituições do Estado? De que forma os *deslocados internos forçados* atribuem significado às ações violentas exercidas pelos atores armados? De que forma os *migrantes internos forçados* atribuem significados a eles mesmos e aos outros? O *deslocamento interno forçado* é uma forma de precarização? E se sim, como se dá essa precarização? Por que os migrantes internos forçados são ou não são considerados como vidas vivíveis? Quem decide acerca disso? Existe a possibilidade da elaboração do luto para aqueles migrantes internos forçados que perderam não só suas terras como também familiares? Mas como elaborar o luto na esfera do privado e na esfera pública de alguém que foi desumanizado? Há alguma possibilidade de considerar válida a narrativa do “desumano”? Será que o deslocado forçado interno mesmo na sua precarização pode construir memória? Que tipo de memória é essa? Esses e outros questionamentos serão o eixo motor desta pesquisa que não pretende dar respostas, mas sim aprimorá-las para continuar com os debates e diálogos que permitam melhorar o entendimento do fenômeno do *deslocamento interno forçado* no México.

A presente pesquisa pretende explorar e descrever como se dão as interações ocorridas entre os deslocados internos forçados, os atores armados – integrantes dos cartéis, membros do exército e da polícia federal – e os membros das instituições mexicanas encarregadas de desenvolver programas de proteção, acolhimento e orientação sócio-jurídica. Exige um esforço importante e é por isso que nosso trabalho pretende tomar como ponto de partida a corrente de análise

do *interacionismo simbólico* que aponta que os seres humanos interpretam ou definem as ações dos outros, em vez de simplesmente reagir a elas (BLUMER, 1966).

Nesse sentido, o *deslocamento interno forçado* será abordado não como uma reação direta aos atos de violência exercidos pelos atores armados e sim como uma ação baseada no significado atribuído a essas ações – os símbolos, a interpretação e a atribuição de significados dos outros. Questionaremos a possibilidade da existência dessa interpretação e a possibilidade de sua narrativa como uma das múltiplas vertentes pelas quais os deslocados poderiam construir suas memórias.

O presente projeto de investigação se situa num período compreendido entre 2008 e 2017. Com relação ao espaço ou territorialidade, o estudo pretende se centrar nas migrações forçadas internas que surgiram na região noroeste do México, especificamente nos estados de Sinaloa, Chihuahua e Durango, isso por já contar com informantes em tais regiões e porque já se tem realizado prévias visitas nos estados assinalados. A seleção dessa região se deve ao fato de que os quatro estados apresentam altos índices de violência (UNODC, 2015) e fluxos migratórios internos. Os quatro são estados vizinhos e isso facilita a realização de percursos que serão necessários para o recolhimento de experiências de vida.

Finalmente, é importante ressaltar que a presente proposta metodológica esteve sujeita a mudanças na medida em que a investigação se desenvolveu, pois nessa mesma medida surgiram novos questionamentos e obstáculos por conta da busca dos nossos objetivos.

Uma vez colocados os elementos que fazem parte do conteúdo e fundo da tese, continuamos a mostrar sua estrutura.

A PRIMEIRA SEÇÃO – MIGRAÇÃO INTERNA FORÇADA, VIOLÊNCIA, MEDO, PRECARIZAÇÃO E MEMÓRIA – mostra o nosso marco teórico, ou seja, será nosso guia conceitual sobre o qual iremos explorar e discutir o impacto que a violência tem no processo da transformação da memória e seus diferentes desdobramentos. Nessa seção, pretendemos desenvolver as categorias existentes de migração forçada, o novo paradigma da violência e a relação com a precarização, o medo e o trauma, tudo com a finalidade de estabelecer vínculos entre o

fenômeno social, ou seja, o *deslocamento interno forçado*, e o papel do medo no processo da transformação da memória.

Para desenvolver esse tópico, partimos da premissa de que as pessoas são os atores criadores e pensadores das ações e condutas que se desenvolvem dentro da estrutura social e normativa. É importante apontar que da mesma forma que a pessoa ou o ator faz parte da elaboração da normatividade e da estrutura, ambas fazem parte da configuração do que foi, é e vai ser o ator.

Assim, essa seção pretende dar ênfase à exploração dos conceitos que se apresentam na realidade social e que não são ressaltados nos diversos estudos da migração, mesmo quando são elementos chave para novos questionamentos e problemáticas científicas, os quais se encontram estreitamente ligados ao *deslocamento interno forçado*.

A SEGUNDA SEÇÃO – CORPOS FRÁGEIS EM MOVIMENTO – tem como objetivo descrever e situar a problemática de investigação se baseando no contexto histórico-cultural característico da sociedade mexicana dos últimos 11 anos, com ênfase no processo de desrespeito dos direitos humanos e do desconhecimento dos deslocados por parte do Estado, da opinião pública e da sociedade mexicana.

Como penúltimo elemento da estrutura da tese, a TERCEIRA SEÇÃO – MEMÓRIAS PRECÁRIAS À DERIVA fará uma abordagem da metodologia, das técnicas e ferramentas que foram utilizadas no estudo de campo, dos tempos destinados para o desenvolvimento da pesquisa e dos elementos que foram levados em consideração para a elaboração e releitura das experiências de vida dos deslocados. Dentro dessa seção, serão apresentadas descrições detalhadas das características sócio-demográficas dos bairros onde foi realizada a pesquisa de campo, oferecendo elementos interessantes sobre alguns dos desafios que os deslocados do noroeste do México têm que encarar, tanto no âmbito social, cultural, econômico e político.

Finalmente, nas REFLEXÕES FINAIS, expressaremos os pontos mais relevantes. Tentaremos refletir ou reformular os questionamentos trazidos no começo da nossa pesquisa, pois o exercício de aprimorar e afinar cada vez mais os questionamentos pode significar manter vivos o debate e a crítica sobre o caso do *deslocamento interno forçado* no noroeste do México.

Assim, nossa pretensão nesta pesquisa não é chegar a uma representação do que é o *deslocamento interno forçado*, mas sim construir uma estratégia que não cesse a infinita tentativa de construir uma representação. Parafraçando o filósofo lituano Lévinas (1971), representar é aniquilar o próprio processo da representação.

PRIMEIRA SEÇÃO

DESLOCAMENTO INTERNO FORÇADO, VIOLÊNCIA, MEDO, PRECARIZAÇÃO E MEMÓRIA

1.1 Sobre o conceito da migração interna forçada

A situação precária de desigualdade e violência em que alguns povos se encontram leva à migração como primeira alternativa para proteger suas vidas e sobreviver. Os motivos primários são aqueles gerados pela violência econômica, pela violência política e pela luta contra o narcotráfico (que pode se apresentar como violência física e psicológica).

O conceito que pode ajudar a entender o que significa a migração forçada interna ou o *deslocamento interno forçado* é o elaborado pela Asociación Internacional por El Estudio de la Migración Forzada (IASFM, 2008: 9, tradução nossa). Tal instituição afirma que esse fenômeno “diz respeito ao movimento de refugiados e deslocados internos (pessoas deslocadas por conflitos), além de pessoas deslocadas por conta de desastres naturais e ambientais, desastres químicos ou nucleares, fome ou projetos de desenvolvimento”.³

Com base na definição do IASFM (2008), é possível determinar a existência de características particulares que permitem criar uma tipologia como aquela elaborada pelo especialista das migrações Castles (2003), que aponta uma série de categorias legais de migração forçada. Esse tipo de migração faz com que os indivíduos, ao se verem forçados a fugir ou abandonar os lares nos quais nasceram e foram criados, procurem novos locais como refúgio.

Castles (2003) afirma que a maior parte dos deslocados não são reconhecidos pelo regime internacional dos refugiados e o grande número de pessoas que se encontram nos esquemas de desproteção legal são aqueles que estão dentro dos seus próprios países. Atualmente, existem seis tipos ou categorias de deslocamento forçado, segundo esse autor.

a) Refugiados

³No original: “[...] se refiere al movimiento de refugiados y personas desplazadas a nivel interno (gente desplazada por conflictos), además de personas desplazadas por desastres naturales o medioambientales, desastres químicos o nucleares, hambruna o proyectos de desarrollo [...]”

De acordo com a Convenção das Nações Unidas, com relação ao estado dos refugiados de 1951, um refugiado é aquela pessoa que tem residência no exterior do seu país de nacionalidade e não pode ou não deseja voltar ao seu país, afirmando sofrer perseguição pela raça, religião, nacionalidade, pertencimento a algum partido político ou posicionamento também político que possa colocá-lo em risco de vida.

Os Estados que integram a Convenção das Nações Unidas assinam um compromisso de respeito ao princípio do *non-refoulement*, que consiste em garantir ao refugiado uma estada em outro país onde não seja perseguido e não sofra nenhum dano. Juridicamente, as pessoas que conseguem se inscrever nessa categoria recebem o status de residentes permanentes ou temporários, e é por meio do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR, 1997) que se outorga a proteção a tais indivíduos.

b) Deslocados ambientais e por desastres naturais

As mudanças ambientais, os desastres naturais e os desastres gerados pelo homem produzem grandes êxodos. É difícil distinguir a diferença do desastre ambiental ou natural, já que ambos podem ser produzidos pela humanidade, por isso eles têm sido incluídos na mesma categoria.

A devastação florestal, os furacões, os terremotos, os acidentes industriais, os incêndios florestais, as inundações, as erupções vulcânicas e outros mais são fenômenos que obrigam os indivíduos a se deslocar para sobreviver. Segundo Castles, esses fatores ambientais têm estreita relação com os deslocamentos forçados, já que também possuem uma conexão próxima com as violações aos direitos humanos e com o conflito social e étnico, propiciado pela debilidade dos Estados ao oferecer soluções ao subdesenvolvimento econômico de certas regiões do mundo (2003).

c) Deslocados do desenvolvimento

Os projetos de desenvolvimento, em grande escala encabeçados pelos governos e pela iniciativa privada, tais como aeroportos, indústrias, complexos turísticos, represas, estradas, pontes e habitação urbana, obrigam o deslocamento de pessoas. Segundo Castles, os dados produzidos pelo Banco Mundial (2003) mostram uma média de 10 milhões de deslocados por ano no

mundo. É verdade que existem alguns mecanismos de proteção no caso dos povos indígenas, etnias ou populações localizadas em zonas que resultam muito atrativas para a criação de projetos de suposto desenvolvimento social ou de projetos industriais, mas também é verdade que na maioria das situações as regulamentações têm a tendência a marginalizar e reprimir os direitos dos indivíduos, uma vez que são retirados de suas terras, obrigados a deixar seu *habitat*, suas riquezas culturais e suas tradições.

O empobrecimento e a marginalização social e política são aspectos que tornam o indivíduo vulnerável, já que ele se vê forçado a se deslocar para estruturas sociais que possuem organização e dinâmicas diferentes. Isso ocasiona, em um primeiro momento, uma transformação nas suas atividades produtivas – frequentemente, os deslocados vêm de regiões rurais onde a agricultura e a criação de gado são as principais atividades econômicas – bem como em seu estilo de vida. O deslocado vai do local amplo das zonas rurais – o campo, a roça – para os bairros superlotados, nas periferias e nos cinturões de miséria, compostos, na maioria dos casos, por realocações (CARNEA & MCDOWELL, 2000).

A falta de políticas públicas integrais que permitam a re-incorporação desses setores em alguns países gera sérios problemas sociais – por exemplo, em matéria de saúde, segurança pública, desemprego, educação. Essas problemáticas sociais surgem evidentemente pelo despreparo das instituições e da sociedade das cidades nas quais os deslocados tentam se integrar.

Da mesma forma que os deslocados pelos desastres ambientais, os deslocados pelos projetos de desenvolvimento têm sido relegados à jurisdição internacional, já que não existe proteção aos seus direitos, o que converte os êxodos internos em internacionais (CASTLES, 2003). Com o transcorrer do tempo, os deslocados se convertem em populações flutuantes.

Dentro da mesma tipologia que Castles apresenta, está inscrita a denominada *migração forçada pela violência sistemática*, que consiste no deslocamento de comunidades que, em primeiro lugar, são atingidas pela pobreza extrema gerada pela falta de oportunidades para se ter uma vida digna. Soma-se a isso o conflito político, tornando pior a situação dessas populações, visto que a repressão e as ameaças constantes fazem parte das facções políticas que subjagam as comunidades vulneráveis (PARIS, 2012).

São a pobreza, o desemprego, políticas públicas desfavoráveis, a constante violação aos direitos humanos e a repressão ou agressão física os fatores que propiciam as migrações forçadas. A deterioração das condições de vida das pessoas influi fortemente na decisão de migrar para novos horizontes (IBARRA, 2014a).

d) Tráfico e contrabando de pessoas

O tráfico e o contrabando de pessoas é outra forma de migração forçada. Consiste no traslado ilegal de indivíduos para outras regiões ou países como mercadorias ou produtos que, uma vez vendidos, geram lucro.

As mulheres e as crianças frequentemente são as mais vulneráveis a esse tipo de criminosos, que se aproveitam das restrições das políticas de imigração implementadas nos países ricos. O aumento da demanda de mão de obra do norte com as pressões que o sul exerce para emigrar, junto com as barreiras da mobilidade, transformam a migração numa indústria com a qual é possível obter grandes benefícios, tanto para aqueles que participam legalmente, como as agências de viagem, de embarque marítimo e os bancos, como também para os ilegais (CASTLES, 2003).

e) Solicitantes de asilo

Essa categoria engloba aqueles indivíduos que, na procura por proteção, têm que atravessar as fronteiras internacionais e se submeter a revisões e a processos administrativos por parte das instituições respectivas para poderem serem aceitos na nação na qual desejam se instalar. A eles lhes é outorgada a categoria de *refugiados* (CASTLES, 2003). Uma das mais complexas problemáticas que frequentemente é enfrentada pelos solicitantes de asilo é a dificuldade das instituições de relações exteriores em detectar se na realidade o indivíduo que solicitou o asilo se encontra imerso de fato em um conflito que põe em risco a sua vida.

f) Pessoas internamente deslocadas (PID's)

Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR, 1997), a categoria de Pessoas Internamente Deslocadas (PID's) define grupos de pessoas que, como resul-

tado de perseguição, conflito armado ou violência, têm sido forçadas a abandonar os seus lares e deixar seu local habitual de residência, permanecendo dentro das fronteiras do seu próprio país.

De acordo com Castles (2003), o número de países que geram massivas mobilizações internas tem aumentado nos últimos anos toda vez que as zonas de conflito produzidas pelas guerras se tornam mais austeras. Alguns exemplos de países com deslocamentos internos massivos são Colômbia, Bósnia, Sri Lanka, Libéria, Iraque, Afeganistão, Turquia, Myanmar, Angola e Sudão.

No caso específico da Colômbia, o *deslocamento interno forçado* pode ser definido segundo Uribe de Hincapié (2001: 15, tradução nossa) como “os êxodos das populações inteiras, desarraigadas dos seus lares e locais de origem e residência por motivos bélicos e que se veem forçadas a procurar novos espaços para se refugiar, salvar e reconstruir suas vidas fora das zonas de confronto [...]”.⁴

Diante dos contextos de guerra ou de violência física provocados pelos grupos armados, as populações se veem diante do dilema de emigrar ou morrer. Assim, refugiam-se em pontos urbanos onde possam se sentir mais seguras.

A Organização das Nações Unidas (ONU) também estruturou um conceito de deslocamento forçado interno, que coincide claramente com as anteriores:

[...] população obrigada a fugir ou deixar seus lares ou seus lugares de origem nos quais residiam como consequência dos efeitos causados por conflitos armados, situações generalizadas de violência, violações aos direitos humanos, ou por conta dos desastres naturais ou ocasionados pelo homem, população que não atravessou fronteiras internacionais reconhecidas entre Estados. (ACNUR, 1995, citado por CASTLES, 2003: 5, tradução nossa).⁵

De acordo com a delimitação conceitual da ONU, que elaborou o significado do *deslocamento interno forçado*, o que deve ser ressaltada é a condição de que o indivíduo ou o migran-

⁴ No original: “os éxodos de poblacionales enteras, desarraigadas de sus hogares y sus locales de origen y residencia por motivos bélicos y que se ven forzadas a buscar nuevos espacios para refugiarse, salvarse y reconstruir sus vidas fuera de las zonas de confrontación.”

⁵ No original: “[...] población obligada a huir o dejar sus hogares o sus lugares habituales de residencia como resultado de los efectos causados por conflictos armados, situaciones generalizadas de violencia, violaciones a derechos humanos, o bien desastres naturales o causados por el hombre, población que no ha cruzado una frontera internacional reconocida entre dos Estados.”

te não deve atravessar fronteiras internacionais durante seu processo de deslocamento, pois de outro modo seria categorizado como migrante internacional e não como deslocado interno forçado.

É importante resgatar o expressado pela ONU, pois com a sua concepção do que é o *deslocamento interno forçado*, complementa e constitui um marco maior do que o criado pela ACNUR em 1997 (apontado anteriormente), já que não são somente as guerras ou os conflitos armados os fatores que geram êxodos populacionais internos. É necessário incluir na análise desse fenômeno sociológico os fatores estruturais e da natureza – por exemplo, os desastres ambientais que se transformam em elementos que influem na tomada de decisões dos indivíduos na hora de se deslocarem (IBARRA, 2014a).

1.2 Reflexões sobre a violência

Quando se faz uma releitura sobre o discurso sobre a *violência*, o que domina nas ciências humanas é o binarismo. Alguns autores (AGAMBEN, 2006; ARENDT, 1969; BENJAMIN, 1998; HEGEL, 2004; HEIDEGGER, 1995) elaboraram associações nas quais é perceptível o “conceito” de *violência* como “maligno”, “destrutivo”, “contagioso”. Poderíamos chegar a pensar que essa percepção ou dedução do que é a *violência* tivesse mudado e, efetivamente, as associações do conceito hoje em dia são outras. No entanto, continuam atuando sob o eixo do binarismo socrático-cristão: qualquer ação, palavra, vírus, doença, acidente, epidemia, quer dizer, tudo o que for circunstancial, indecifrável, incontrolável, indizível e que atente contra a vida e a liberdade é destrutivo, não desejado, categoricamente negativo, violento.

As reflexões atuais versam sobre uma sociedade doente pelo fato de ser violenta, quer seja pela sua negatividade – inimizade, quer seja pela sua positividade – amistosidade. “A violência [...], não é um meio simbólico; em sua essência ela é diabólica, isto é, divisora (*dia-ballein*) [...]. Pela sua diabolicidade, [...], a violência é pobre em simbologia, em linguagem.” (HAN, 2017: 147-148).

No que concerne à nossa reflexão sobre a *violência*, pretendemos abordá-la como um traço imanente ao caos, à origem da vida e seu percurso até o fim. Tentamos colocar em discussão o conceito de *violência* como tudo aquilo que nos permite lembrar do quanto somos precá-

rios, não com o intuito de dar um sentido positivo ou negativo à nossa condição de frágeis, precários, vulneráveis, mas sim, de ressaltar algo que é humano. “A violência é onipresente. Domina do princípio ao fim a história da espécie humana. A violência engendra o caos e a ordem engendra a violência (SOFSKY, 2006: 8, tradução nossa).⁶

Convém especificar que pretendemos caminhar pelas rotas que Sofsky (2006) traçou sobre o que se entende por *violência*, pois acreditamos que nos permitirá refletir sobre essa complexa questão que diz respeito à origem das relações humanas a partir do choque, quer dizer, do encontro violento de dois corpos – duas pessoas – como a origem de qualquer forma de organização, acordo, relação que se diga ser humana. É no choque violento de dois corpos o momento em que se cria uma fenda que permite que um reconheça a existência do outro e, subseqüentemente, de si mesmo, mas também é nesse mesmo processo que se torna possível perceber a existência do vazio, do espaço onde outros corpos transitam e se encontram incessantemente.

Podemos dizer de forma geral – sem a pretensão de elaborar um conceito – que a *violência* é movimento e imobilidade. Ela, mesmo quando nosso raso olhar não é capaz de percebê-la e distingui-la, se encontra atravessando indefinidamente as relações humanas.

Se nos debruçarmos em reflexões de sentido sofkiano sobre a *violência*, poderíamos dizer que é ela que nos aponta para a origem da sociedade, para o porquê da configuração do Estado e para os ciclos repetitivos que a civilização percorre sempre na tentativa de acabar com ela, sem consegui-lo (SOFSKY, 2006).

As tentativas de construir pilares sociais os quais dão forma a uma estrutura onde todos tenham garantida a “vida” e a “liberdade” são somente um dos estágios do ciclo que, ao apresentar uma primeira falha – qualquer pessoa que seja atingida pela circunstancialidade, por um acidente, ou mesmo por uma ação arbitrária como um ato de amor – desmascara a latente violência e, subseqüentemente, a fragilidade de todos aqueles que formam essa estrutura social. A violência, desafortunadamente, é concebida como o espectro fantasmagórico e “maligno” que assedia e

⁶ No original: “La violencia es omnipresente. Domina de principio a fin la historia de la especie humana. La violencia engendra el caos y el orden engendra la violencia.”

seduz a humanidade, despertando-a do sonho rosado de que todos estavam sãos e salvos, tranquilos, fora das garras do perigo.

O caos é produzido pela violência assim como também a ordem é produtora da violência. Caos e ordem são violência em si. Quiçá ao pensar sobre a violência não seja necessário estabelecer uma lógica de causa-efeito porque então estaríamos entrando no terreno das categorizações, do pensamento que se apresenta como o descobridor da rota ou do percurso das origens da violência.

Quando desenvolvemos qualquer análise sobre a violência, entendida como uma ação que resulta de um movimento, o que apontamos é que houve algo que produziu esse movimento. Adjudicar responsáveis – geradores da ação violenta – e vítimas – destinatários daquela ação violenta – é uma forma de descrever aquele acontecimento violento, diferentemente de tentar usar essa experiência vivida para elaborar a partir dela formatos que pretendam diagnosticar ou prever qualquer acontecimento violento.

1.2.1 Violência do mundial: uma tentativa do agenciamento das diferenças

Para continuarmos nessa reflexão sobre os novos paradigmas da violência, é importante estabelecer a diferença entre *mundialização* e *universalização* e, posteriormente, estabelecer uma relação entre o que é *mundial* e *universal* e aquilo que é *singular*.

A *universalidade* é tudo o que se relaciona com os direitos humanos, com a igualdade, com as liberdades, com a cultura e com a democracia. Já a *mundialização*, por sua vez, faz referência à técnica, à informação, ao mercado econômico, ao turismo. A *mundialização* parece ser irreversível, enquanto que a *universalidade* corre o perigo de desaparecer (BAUDRILLARD, 2001).

Mas de onde vem essa ideia de que a *universalidade* poderia desaparecer? Justamente pela perda da *singularidade*, que consiste na homologação de valores, símbolos e tradições que configuravam certa sociedade ou tribo. A *singularidade* é que lhes outorgava um distintivo. Durante o processo de assimilação e de aproximação violenta de um conjunto de outros valores que

pretendem ser homologados, simultaneamente é desenvolvido o processo de extermínio daquilo que pode ser chamado de “universal”, de “diferente”, de “singular”.

Algumas culturas morreram por conta da singularidade que resistiu ao processo de homologação que a *universalidade*, submetida pela *mundialização*, lhes exigiu. Aquelas sociedades que resistiram a modificar seus sistemas de valores foram *precarizadas* pela implantação de políticas criadas pelos países de “primeiro mundo”. Onde impera a *mundialização* impera também o pensamento único que se impõe frente ao pensamento *universal* (BAUDRILLARD, 2001).

Não há mais direitos humanos quando o primordial é a circulação perpétua do dinheiro. Não há liberdade de expressão quando aquilo que vai ser dito pode colocar em risco a indústria armamentista, energética, farmacêutica, agropecuária. É complicado, inclusive, falar de democracia quando temos congressos, sistemas eleitorais e sistemas de partidos que respondem à *mundialização*, ou seja, que estão amordaçados pelos grandes aparelhos de *lobbying* bancados pelas elites. Chega-se a um ponto em que as diferenças daquilo que era *universal* ficam completamente transfiguradas e tomadas pelas características do *mundial*.

Quando falamos do *universal* fazemos referência àquilo que era transcendental, um processo no qual o “real” e a “representação” iam de mãos dadas. O sujeito surgia a partir dos conceitos que ele tinha construído na sua relação com o mundo, com a natureza, com o corpo, com as coisas e com os outros.

Falar do *mundial* é falar de virtualidade, de incertezas, de aquilo que se relativiza, se artificializa. O *mundial* é atemporal, é o lugar, o espaço sem dimensões. Se refletirmos detidamente sobre os claros-escuros da relação entre o *universal* e o *mundial*, poderemos enxergar que nessa dinâmica há uma dialética protagonizada pela *violência*.

O homem é violento não por causa de uma história transcendental, mas sim por conta de uma curiosidade insaciável, sem fim. Curiosidade que cria tensões necessárias para a elaboração da cosmogonia baseada num movimento estruturado por uma crítica que, historicamente, é violenta e revolucionária. Essa crítica abriu as portas para a configuração de um novo tipo de violência, a *violência do mundial*, em que a hierarquização trouxe a “eficiência técnica” – tecnocrá-

cia, o Estado de bem estar, informação, patentes, a “organização total” – a transitoriedade das coisas, dos corpos e do recheio dos corpos – ou seja, do pensamento característico da época da *ilustração* e do *universal*. Simultaneamente, arrasou as militâncias revolucionárias por serem, contraditoriamente, violentas (BAUDRILLARD, 2001).

A *violência do mundial* surge como resultado da ausência de um Deus e da presença absoluta do humano que reina em solitário e que não tem para onde ir, já que a ideia proferida pela *universalidade* sucumbiu ante o artifício e a sedução *imagética do mundial* (BAUDRILLARD, 2001).

A *violência do mundial* nos proíbe terminantemente de sermos singulares porque a singularidade nos leva ao conflito, à criação e à ideia do *universal*. A morte, em certo sentido e de uma forma virtual, nos é proibida porque põe fim à circulação de valores que permitem a continuação da *violência do mundial*, e, por isso, a sociedade ocidental é caracterizada por ter como ideal a “taxa zero de mortes”, porque os corpos desumanizados são importantes, pois produzem rendas e reproduzem a violência sobre os outros que resistem – são os exércitos que vigiam e punem em nome da “liberdade” e da “vida”.

Os setores que historicamente se organizaram e resistiram não conseguiram vencer o sistema mundial porque ele acabou se apropriando dessa dinâmica até disseminá-la (BAUDRILLARD, 2001). O único que pode fazer frente à violência do mundial são as *singularidades* que, para o nosso juízo de valores, nem sempre são positivas, simplesmente são genuínas e não seguem princípios da realidade política. As *singularidades* sutis e violentas que têm potencial de romper com o sistema predominante ocidental são aquelas que criam as suas próprias regras do jogo. O terrorismo faz parte dessas singularidades estridentes.

Para um sistema que pretende ser infalível, indestrutível, qualquer forma refratária ou singular é virtualmente terrorista, inclusive as catástrofes naturais e as catástrofes produzidas pelo homem. Zero desestabilização, zero singularidade e zero catástrofe num mundo que se transforma naturalmente e que nos mostra diariamente que o império da incerteza e do vazio é do tamanho do universo.

Quando falamos do sistema ocidental como um regulador que tem como ideal a zero singularidade, um filme norte-americano poderia ilustrar muito bem a forma como as dinâmicas sociais vigiam e alienam, mediante ações violentas, o que é considerado “diferente”. O filme se chama *Christmas with the Kranks* e está baseado na novela *Skipping Christmas*, do escritor Gris-ham (2001). Foi dirigido por Joe Roth, e protagonizado por Tim Allen e Jamie Lee Curtis e lançado em 2004. É uma comédia que demonstra como a sociedade norte-americana associa a singularidade e a diferença com algo que é um “desvio”, com algo que pode estar “errado”.

A história conta a vida de um casal que resolve não passar o Natal na sua cidade, pois sua única filha se encontra fora do país, trabalhando como médica na América do Sul. Tim Allen, interpretando o papel do pai, resolve que esse ano iriam fazer algo diferente, viajariam para o Caribe, pois o que gastaram no Natal passado foi o equivalente à viagem que tanto ele quanto sua esposa, interpretada por Jamie Lee Curtis, sempre sonharam. Quando começam a realizar os preparativos para a viagem, os vizinhos entram em pânico. Num primeiro momento, chegam a pensar que algo mal está acontecendo – violência intrafamiliar – e aí começam a intervir para obrigá-los a ficar no Natal. No final, o filme acaba sendo divertido, pois consegue dar um toque de ironia e de simpatia a uma situação que na vida real poderia ter sido completamente diferente, pois o casal sinceramente poderia ter se sentido hostilizado.

Algumas novelas de ficção científica – talvez mais radicais – vêm tratando a temática do desejo desenfreado pelo controle da vida cotidiana e daquilo que o outro poderia estar pensando. O pequeno conto de ficção científica escrito por Dick (1959) e intitulado *Minority report*, que, aliás, foi adaptado por Steven Spielberg na tela grande e protagonizado por Tom Cruise, permite observar em ação os valores ocidentais e o paranóico exercício de tentar controlar e manipular a vida cotidiana, estabelecido pelo sistema de justiça e pelas elites políticas em Washington D.C. A história é sobre o funcionamento de um sofisticado programa de segurança denominado Pré-crime que, como a próprio nome diz, ajuda a sociedade prevendo o crime. Ele se sustenta graças às visões do futuro de três mutantes com habilidades “precognitivas”.

Essas novelas de ficção científica não estão tão afastadas da realidade. Sabemos do constante trabalho e do esforço desenvolvidos pelos departamentos policiais nos Estados Unidos da

América em estruturar perfis criminosos – o caso mais conhecido é o do FBI⁷ - que tentam de certa forma estabelecer ligações ou, no pior dos casos, uma lógica entre o ato violento, a conduta do criminoso, a cor, o sexo, a preferência sexual, o nível social, a história familiar, as condições sociais (exclusão social, racismo), tudo com a finalidade de dar sentido a um ato que não tem explicação e que não pode ser previsto porque é algo humano. O homem é imprevisível, é singular e justamente isso é o que aterroriza o sistema de valores ocidentais.

Acontece o mesmo com a tentativa de prever os atos terroristas ao elaborar perfis, etiquetas e diferenciações, criando categorias do inimigo, entendido como aquele sujeito “desviado”, com “distúrbios” mentais, aquele indivíduo do “mal”, que é completamente diferente das pessoas de “bem”, que “acreditam, compartilham e defendem” os mesmos valores do ocidente. Mas o que ocorre, por exemplo, quando o criminoso não se encaixa em nenhuma das categorias preestabelecidas? O sistema de valores do ocidente mostra sua face mais frágil, pois deixa a descoberto que, na sua função de estrutura que vigia, pune, prevê, protege, ou seja, na sua função de agenciamento da diferença, apresenta probabilidades de erro, de falha.

Um exemplo é o que aconteceu em 19 de março de 1995, em Ocklahoma City, onde 168 pessoas morreram e outras dezenas mais ficaram feridas. O primeiro informe na mídia depois do atentado foi “Ataque terrorista islâmico” e o New York Times colocou em capa de jornal:

Alguns grupos de Oriente Médio tiveram reuniões ali, e a cidade tem pelo menos três Mesquitas. Mas dos cinco milhões de Muçulmanos estimados nos Estados Unidos, há muito poucos fora do caminho, apontou Imam Muhammad Karaoub, diretor da Federação de Associados Islâmicos, com base em Redford, Mitch, um subúrbio de Detroit (JOHNSTON, 1995, tradução nossa).⁸

⁷ Em 1908, Charles Bonaparte fundou o Federal Bureau of Investigation, uma instituição que aos poucos foi tendo relevância na vida social, política e econômica dos estadunidenses, principalmente com a chegada de J. Edgard Hoover em 1918, pois a partir do período em que ele chefiou a agência de investigações, ela se converteu num instrumento de coerção extremamente efetivo, devido ao uso de informações da vida privada de políticos, criminosos e empresários (WEINER, 2012). Com a revigoração do FBI na década dos anos de 1920 até 1950, ficou evidente que a famosa agência tinha se convertido numa máquina de intimidação, não só em âmbito nacional como também internacional, pois chegou a desenvolver trabalhos de espionagem na União Soviética e na China durante a Guerra Fria (WEINER, 2012).

⁸ No original: Some Middle Eastern groups have held meetings there, and the city is home to at least three mosques. But of the estimated five million Muslims in the United States, 'there's just very, very few out that way,' said Imam Muhammad Karoub, director of the Federation of Islamic Associations, based in Redford, Mitch, a Detroit suburb.

Essa é uma amostra da forma como a mídia norte-americana estadunidense sobrecarrega um grupo estigmatizado com valores fantasmáticos, imputando-lhe uma violência que não cometeu, pois, quando se fez a investigação relativa ao caso, descobriu-se que os responsáveis do atentado terrorista tinham sido dois ex-militares norte-americanos.

Michael Wieviorka (1996) chamaria isso de banalização de uma violência latente, interna e não externa. Latente porque não há indicador que permita conhecer ou prever a possibilidade de outro atentado terrorista. É latente porque está ali, é o fantasma do “mal” que passeia e transita no mundo inteiro. E há uma banalização da violência porque no caso dos Estados Unidos da América – país que tem declarado guerra contra o terrorismo – se nega ou então se evita refletir sobre o fato de que há violência no interior de suas fronteiras. Podemos inclusive ir além e dizer que essa violência não é exclusiva das comunidades migratórias de muçulmanos, de afro-americanos, de asiáticos e nem de latino-americanos. Será então que a *violência do mundial* não tem rosto? Essa é uma questão que não será aprofundada neste trabalho por conta das dimensões de um tema tão complexo. Com o único intuito de instigar os leitores à reflexão, colocamos aqui o que Mbembe (2017: 82) disse a respeito: “[...] o inimigo [...] é agora muito mais perigoso, porque está em todo o lado: sem rosto, sem nome e sem lugar. Se tiver rosto, será apenas um rosto velado, um simulacro de rosto. E se tem nome é um nome emprestado [...]”.

Há algo que é visível no que diz respeito à banalização da *violência interna*: isso não é exclusivo dos Estados Unidos da América, também a França se encontra invadida por fatos violentos, principalmente nos subúrbios, uma *violência* implementada pelos grupos conservadores e “nacionalistas”, que estigmatizam e excluem os grupos sociais islâmicos por serem vistos como diferentes, como se fossem de fora, externos, quando na verdade muitos já nasceram no país. As violências sociais – passeatas que vão destruindo e rabiscando prédios, confrontações com os elementos da polícia etc. – lideradas pelos grupos de agricultores franceses, por sua vez, não são criticadas, inclusive em alguns jornais estes são ovacionados (WIEVIORKA, 1996).

O motivo de rejeitarmos algo ou alguém – por recalque, segregação, projeção ou preconceito – é narcísico e, portanto, fala de nós. Para construir uma boa imagem no plano individual, o coletivo, os indivíduos, os grupos e mesmo as nações excluem tudo aquilo que poderia manchar a imagem que pretendem construir sobre si, para si mesmos e para os outros (GONDAR, 2016: 3).

A ideia explorada pelo pensamento ocidental parte do princípio de que aqueles que são ocidentais representam o “bem”, enquanto que aqueles que estão contra ele não poderiam ser outra coisa do que a encarnação do “mal”, como é o caso do terrorista e do terrorismo. Mas será que os atos violentos que mais abalaram a nossa sociedade falam algo sobre nós? E se falam algo, será que deveríamos nos preocupar mais em nos conhecermos?

Para indagar mais sobre a *violência* em tempos atuais, é importante refletir sobre o terrorismo e sua singularidade que está ligada à sua capacidade de *retorção*⁹ e que consiste em transformar como ninguém o estado de “certeza”, “segurança” e “sentido” em algo oposto, ou seja, no terror. O terrorista se aproveita da simulação do real, do sistema de valores e símbolos que o ocidente criou e que assegurou que seria hegemônico e, subsequentemente, homogeneizante. Soube perceber que a humanidade – incluídos eles mesmos – vivia encurralada entre o mundo “real” e uma pintura que simula perfeitamente e que é complementar ao mundo e, consuetudinariamente, a nós. Essa técnica nas artes é nomeada como *trompe l’oeil*, uma técnica, um artifício que engana uma pessoa, fazendo-a acreditar que aquilo que está observando é algo diferente daquilo que realmente é.

Pois bem, essa ilusão que foi enxergada pelos terroristas mostrou o quão frágil o sistema é. Justamente nisso consiste a reviravolta trazida pelo terrorismo ao sistema ocidental e ao sistema de valores universais, que “prioriza” a vida e a liberdade. O terrorista deu outro sentido à morte e isso é extremamente difícil de ser entendido por nós, ocidentais.

A mídia normalmente qualifica o ato terrorista como um ato de covardia pelo fato de optar pelo suicídio. No entanto, o respeito incondicional e primordial à vida não é tudo, existem coisas, jogos simbólicos, que são muito mais importantes do que a liberdade e a existência. Em algum lugar, o orgulho ou uma causa podem estar no topo da pirâmide de valores. Entender e assimilar isso é muito complexo, já que a vida e a liberdade são a bandeira do “progresso”, do

⁹O conceito de *retorção* é utilizado por Jean Baudrillard no livro *As estratégias fatais* (1996) como sinônimo de vingança, isso no caso específico das atitudes apresentadas pelo objeto da pesquisa em situações em que se sente incomodado pelo cientista.

“bem”, de “Deus”. Ambas têm se convertido em valores fetiche no mundo ocidental (BAUDRI-LLARD, 2003).

Convém destacar que a *violência* é uma ação quase sempre exercida contra aquilo que é “desumano”, contra o que é considerado “diferente” por possuir outros valores, outros símbolos, outra linguagem. Sobre isso, podemos assinalar que a agressividade do ser humano é natural e que seu comportamento vai depender da própria história de vida e da cultura à qual pertence. Assim é que a agressividade é uma potencialidade de todos os seres vivos, enquanto que a violência é produto do essencialmente humano (CORSI & PEYRÚ, 2003). É muito importante destacar que a história de vida de qualquer pessoa sempre estará atravessada por interações que não são apenas do plano individual, mas também do plano coletivo, dos grupos e das coisas que a rodeiam.

I.2.2 O ato violento de obedecer

Libertação nacional, renascimento nacional, restituição da nação ao povo, Commonwealth, quaisquer que sejam as rubricas utilizadas ou as fórmulas novas introduzidas, a descolonização é sempre um fenômeno violento. [...] Apresentada em sua nudez, a descolonização deixa adivinhar através de todos os seus poros, balas vermelhas, punhais sangrentos (FANON, 2015: 51-53).

A *violência* é uma característica própria do ser humano e que, mediante os quadros normativos e culturais, é possível ser modelada e regulada, sempre procurando a aceitação do entorno social. São os meios culturais que abrem as portas para que a violência seja transformada em algo “positivo” ou “negativo” (CORSI & PEYRÚ, 2003). É a moral, entendida como certos arranjos sociais que permitem a “estabilização” e o “ordenamento” da sociedade, a que legitima o uso da força e da *violência* para que se cumpra a normatividade, garantindo assim os grandes “tesouros” da humanidade: a liberdade e a vida.

A luta pela defesa da vida e da liberdade, liderada pelos países “progressistas” do ocidente (Inglaterra, França, Estados Unidos de América etc.), tem gerado elementos interessantes que nos permitem desenvolver uma análise com uma perspectiva diferente a respeito da *mundialização da violência*. Por conta da extensão dessa análise, só será abordada a questão da *vitimi-*

zação como ferramenta de defesa utilizada pelos países que têm sofrido atos de violência de caráter terrorista.

Tal discurso é usado como um instrumento de limpeza de consciência, pois parte da ideia de que a vítima tem o direito de chorar e de se compadecer de si mesma. Além disso, ser vítima torna-se a justificativa perfeita para exigir dos compatriotas que estes sejam fortes ao desenvolver ações voltadas para defender as “vítimas”. Qualquer atitude, técnica ou ação norteada pela “defesa” da vida e da liberdade estará “aprovada moralmente”, não importando se essa ação é igual ou pior, em termos de violência, do que aquela que foi executada pelos “maus”, os “terroristas”, os “carrascos”.

Seguindo essa linha de pensamento, dois pontos devem ser destacados.

O primeiro diz respeito à legitimação das ações violentas mediante a construção da *vitimização*, que parte da ideia da diferença e do desconhecimento de qualquer pessoa que não esteja disposta a compartilhar os mesmos valores – isso inclui, por exemplo, opinião pública e intelectuais que se opunham à guerra no Afeganistão. Esse é, sem dúvida, um elemento que permite a estruturação da “vítima” e do “algoz”, onde aqueles que se encontram fazendo o papel da vítima desfrutarão da “higiene mental”.

O segundo ponto é imanente à vitimização como forma de higienizar a mentalidade social e nos obriga a refletir sobre o ato violento como produto da *obediência à autoridade*. Mas qual a relevância desse tema dentro da dinâmica de repensar o conceito da violência?

Levi já diz, “Os monstros existem, mas são muito pouco numerosos para ser realmente perigosos; mais perigosos são os homens comuns, os funcionários dispostos a acreditar e obedecer sem discutir” (citado por GROS, 2018: 9). Os atos de *violência* mais cruéis até hoje registrados na história humana foram executados por pessoas de uma obediência impecável. A II Guerra mundial é um acontecimento que exemplifica como a obediência à autoridade pode causar milhões de mortes (MILGRAM, 1983).

“[...] mais crimes hediondos já foram cometidos em nome da obediência do que jamais foram cometidos em nome da rebelião” (C.P. SNOW, 196: 224). Quem não obedece é pecador,

isso é questão da força da moral. É a estrutura social que é protegida mediante a obediência. O funcionamento de qualquer grupo depende da autoridade que deve se encarregar de fazer com que todos os seus membros obedeçam aos princípios do coletivo e renunciem aos desejos individuais. Muito se tem discutido sobre isso, basta lembrar *Antígona* (SÓFOCLES, 2005), ou *Apolo-gia de Sócrates* (PLATON, 1871).

As ordens fortalecem a sociedade e, mesmo quando podem representar algo ruim ou violento, é preferível atendê-las e executá-las para não colocar em risco a estrutura social (MILGRAM, 1983).

Já Hobbes ([1651] 2013) apontara que a responsabilidade de um ato executado por causa de uma ordem não é responsabilidade da pessoa que o executa, mas sim daquela autoridade que ordena o cumprimento desse ato.

Dando seguimento a esse raciocínio, Milgram (1983) realizou um dos experimentos mais polêmicos e criticados das ciências humanas do século XX.

O referido experimento foi executado por um professor – pessoa contratada que não sabia que fazia parte de uma pesquisa, por um aluno – que era um ator contratado – e por uma autoridade – um membro da equipe de pesquisa de Milgram. O teste começa quando o aluno é levado para uma sala onde é amarrado a uma cadeira com a finalidade de se evitar movimentos excessivos. Um eletrodo é conectado ao seu punho. Do outro lado do quarto e através de uma janela, a pessoa que interpretava o papel do professor observou todo o procedimento pelo qual foi submetido o aluno (MILGRAM, 1983).

O seguinte procedimento era explicar a ambas as partes sobre o papel a ser desenvolvido por cada um deles. Foi explicado que o que se pretendia descobrir com o teste eram questões relacionadas com o aprendizado e com o efeito da punição sobre esse processo humano (MILGRAM, 1983).

O professor recebeu a informação de que o aluno que tinha a obrigação de decorar uma lista de nomes. O professor, por sua vez, transmitiu essa informação ao aluno. Cada vez que este

último esquecesse algum nome da lista, receberia um choque elétrico como punição. Na medida em que os erros fossem se acumulando, a descarga elétrica seria maior (MILGRAM, 1983).

O aluno é um ator e o professor não sabe disso. A ideia real do teste não era descobrir algo sobre o aprendizado, mas sim sobre até que ponto uma pessoa podia chegar a agredir outra pessoa quando recebesse uma ordem para isso.

As descobertas foram interessantes, pois após o aluno errar múltiplas vezes, grande parte daqueles que desempenhavam o papel do professor continuava executando o ato violento da punição, ou seja, eles continuavam com o teste até o último choque, mesmo com os alunos – que fingiam estar sofrendo – implorando aos berros para que parassem com o teste (MILGRAM, 1983).

Convém aqui lembrar que Arendt (1963) fez uma crítica no seu livro *Eichmann em Jerusalém, um estudo sobre a banalidade do mal*, ao afirmar que Adolf Eichmann, detido em 11 de maio de 1960 em Buenos Aires, Argentina, não era um monstro sádico, mas sim um burocrata sem criatividade que cumpria ordens, que sabia obedecer à autoridade. No mesmo sentido, Hegel arguiria que comumente se chega a pensar no fato de que a coesão dos Estados é produto meramente da ação coercitiva, da violência, no entanto esta apela ao sentimento da ordem. Seguindo o pensamento hegeliano, a tese de Arendt (1963) aponta que a obediência não está necessariamente associada à violência, à brutalidade.

De sua perspectiva, Milgram (1983) afirma que as pessoas comuns, que simplesmente cumprem com seus deveres e sem qualquer tipo de hostilidade ou brutalidade, podem se tornar reféns de um terrível processo de destruição, pois poucas pessoas têm condições de resistir à autoridade. Por que obedecer acaba sendo tão sedutor e atraente? Porque há nessa “impossibilidade” à resistência da autoridade uma estreita ligação com a liberdade e o seu exercício. “Não somos responsáveis porque livres, mas livres porque responsáveis. É por isso que o que desejamos espontaneamente são as formas de nossa servidão e nelas nos acomodamos” (GROS, 2018: 55). No fim das contas é muito confortável atribuir responsabilidades a um outro justificando o fato de ser incapaz de fazer qualquer coisa que contrariasse a ordem de um tirano.

É claro que existe uma variedade de fatores e condições que geram inibição para obedecer à autoridade ou estímulo para continuar cumprindo e executando a ordem. Por exemplo, o fato de conhecer os rostos humanos que vão ser executados pode inibir aquele ao qual foi destinada a função de assassinar. “Nenhuma ação por si só tem qualidade psicológica imutável” (MILGRAM, 1983: 26).

A aproximação entre a pessoa que recebe a ordem de executar uma ação – qualquer que seja esta – e a pessoa que será a receptora dessa ação pode inibir a obediência, pois a pessoa que se encontra na sua frente já não é só um corpo, é um rosto humano, é alguém que tem nome, história, e que, inclusive, pode chegar a estabelecer laços de afetividade com o executor.

Tal aspecto coincide com Gros (2018), que acrescenta que esse laço ou relação afetiva entre duas pessoas é a *amizade*. Aponta que ela pode gerar rupturas na sequência de ordens a serem cumpridas, mas para isso ser evitado é essencial que as relações de amizade estejam baseadas em discussões, desacordos, pluralidades, todas expressas em um círculo amistoso, sem gerar nenhum tipo de ódio ou revanche e sempre na busca por uma reflexão inacabável (GROS, 2018). É importante dizer que nesse processo de troca de reflexões amistosas, a *precariedade*, a *vulnerabilidade* e a *fragilidade* devem ser foco de discussão por serem o ponto de interconexão, de unificação, de similitude, de todos os membros da estrutura social, pois é o que poderia ajudar à modificação do discurso individualista por um outro com tendências à solidariedade. É o fato de nos sabermos frágeis, precários e vulneráveis que permite a construção de um nós.

Numa publicação intitulada *The Lion and the unicorn: Socialism and the English Genius*, Orwell (1941: 1, tradução nossa), afirmou algo que pode permitir entender melhor a obediência à autoridade e o distanciamento entre o executor de uma ordem e o receptor:

Enquanto escrevo, pessoas altamente civilizadas estão voando lá no alto, tentando me matar. Elas não sentem nenhuma inimizade por mim como pessoa, nem eu por elas. Estão apenas “cumprindo sua obrigação”, como se diz. A maioria delas, não tenho dúvida alguma, é de homens bondosos que cumprem com a lei e que jamais pensariam em cometer assassinato na vida particular. Por outro lado, se algum desses homens conseguir me reduzir a pedaços com uma bomba bem jogada, jamais deixará de dormir tranquilo por causa disso. Ele se encontra servindo seu país, o qual tem o poder de absolvê-lo do mal. Não é possível falar do

mundo moderno a menos que seja reconhecida a existência da força esmagadora do patriotismo, da lealdade nacionalista.¹⁰

Com o intuito de retomar o que foi expressado até agora nestas reflexões, convém agregar aqui que a *arbitrariedade* da nossa submissão aos desejos, às paixões dos outros, da obediência à autoridade e a *imprevisibilidade*, a *circunstancialidade* que reina na ordem da desordem, no caos, dizem algo a respeito do atravessamento da violência no comportamento humano (ARENDDT, 2010).

A primeira questão, a *arbitrariedade*, parte da ideia de que tudo o que não se “parece” conosco não é humano, não tem o mesmo valor, daí que qualquer força que lhe seja exercida pode ser justificada. A lógica é a seguinte: as mortes que foram produto do atentado das *Twin Towers*, por exemplo, foram e seguem sendo relevantes porque no discurso dominante esses seres vivos eram considerados como humanos, faziam parte de uma sociedade que é “justa”, que advoga pela “liberdade”, pela “vida”, pela luta contra o “mal”. No entanto, os milhares de afegãos assassinados – crianças, mulheres, homens, idosos que nada tinham a ver com o terrorismo – passaram despercebidos pela mídia – a não ser por alguns informes sobre os abusos cometidos por tropas estadunidenses no Afeganistão, publicados pelas organizações internacionais. Isso sem falar dos muçulmanos fundamentalistas assassinados, torturados e castrados durante a guerra. Estes não foram importantes porque, para o discurso dominante, são seres vivos que perderam o rosto do humano por desobedecerem ao não compactuar com os mesmos valores defendidos pelo ocidente.

Fanon (2015) afirmou que os condenados da terra, os povos indígenas, os marginais, os escravos negros foram sempre categorizados pelos colonizadores como rostos nos quais a humanidade jamais se tinha manifestado. Acerca das formas animais atribuídas aos colonizados, Fanon (2015:59) diz:

¹⁰No original: “As I write, highly civilized human beings are flying overhead, trying to kill me. They do not feel any enmity against me as an individual, nor I against them. They are ‘only doing their duty’, as the saying goes. Most of them, I have no doubt, are kind-hearted law-abiding men who would never dream of committing murder in private life. On the other hand, if one of them succeeds in blowing me to pieces with a well-placed bomb, he will never sleep any the worse for it. He is serving his country, which has the power to absolve him from evil. One cannot see the modern world as it is unless one recognizes the overwhelming strength of patriotism, national loyalty.”

[...] de fato, a linguagem do colono, quando fala do colonizado, é uma linguagem zoológica. [...] esses corpos obesos que não se parecem mais com nada, essa corja sem pé nem cabeça, essas crianças que parecem não pertencer a ninguém, essa preguiça exposta ao sol, esse ritmo vegetal [...]. O general de Gaulle fala das “multidões amarelas” e o Sr. Mauriac das massas negras, morenas e amarelas que logo vão arremeter. O colonizado sabe de tudo isso e dá uma risada a cada vez que ele se descobre como animal nas palavras do outro.

Outro desdobramento importante a ser repensado diz respeito às leis, às normas que são estabelecidas com a finalidade de garantir o “bem de todos” que se sujeitam a ela, o que, não obstante, é fundado num ato de caráter meramente arbitrário. Essas leis e normas, inclusive, serão efetivadas na medida em que sejam postas em prática de forma consistente e rígida, sempre com o respaldo da força, da violência. Há uma alienação do direito à violência e, conseqüentemente, essa é a essência do direito (BENJAMIN, 1998).

Indaguemos: não são todos os bens culturais, incluindo aí as leis e as normas, de origem bárbara? Sim, e pode ser destacado, de forma mais radical inclusive, que devem sua existência não só àqueles que os criaram, configuraram ou desenharam, mas também a todos aqueles contemporâneos que se submeteram a esses bens e, simultaneamente, usufruíram deles (BENJAMIN, 2008).

O monumento da barbárie não é em si uma coisa, um objeto, algo tangível. O monumento da barbárie é a dinâmica social que tem como intuito alcançar o “progresso”, “a ordem”, “a estabilidade” (IBARRA & FARIAS, 2018). Sobre isso, Sofsky (2006: 13, tradução nossa) disse: “O projeto da ordem trouxe para os homens o incremento sem fim da violência”.¹¹

Convém ressaltar que, no mundo, nem a lei e nem o direito poderiam existir sem o exercício da violência. É, inclusive, uma tarefa titânica imaginar novos mecanismos que garantam um Estado de direito sem o uso da força bruta, até porque o próprio conceito de Estado de direito é historicamente uma configuração violenta.

Mas quais as diferenças entre a força bruta exercida pelo carrasco e a ação bárbara exercida pelo Estado através de seus funcionários obedientes? É a valorização do pactuado pela comunidade sobre aquilo que é desejado pelo indivíduo. É o prevaletimento da violência do coleti-

¹¹ No original: “El proyecto del orden a traído a los hombres un aumento sin fin de la violencia”.

vo sobre a violência individual (FREUD, 1976). É a legitimação das ações norteadas para concretizar o projeto *utópico*¹² da humanidade.

1.2.3 A violência corpo humano em movimento

De uma perspectiva crítica, Han discorre sobre a relação entre direito e violência e diz:

O que mantém viva uma ordenação do direito não são apenas as ameaças de violência ou as sanções negativas; a violência nada mantém coeso. A partir dela não se alcança estabilidade; pelo contrário, sua existência é sinal de instabilidade interior. Uma ordem jurídica que só pudesse se manter pelo emprego da violência seria muitíssimo frágil (HAN, 2017: 105).

A perspectiva de Han é de que a *violência* não é o elemento aglutinador ou organizador da sociedade num Estado de direito, mas que surge na medida em que o elemento que sustenta a ordem, ou seja, a obediência, vai desaparecendo. É nessa mesma medida que a ação violenta começa a emergir. Para Han (2017), as posturas de Hegel (1969), Benjamin (1921) e Schmitt (1950), que se referem à violência como elemento constitutivo da imposição do direito, ignoram a dimensão mediadora do direito, entendida como um mecanismo que procura impedir a *violência* mediante o diálogo.

Han (2017) apresenta a ideia de uma política da não violência que parte do princípio do acordo social, da concordância entre diferentes, de um modelo político baseado na democracia. Esta sugere que os acordos se gestam em espaços criados pela comunicação entre duas ou mais pessoas e a violência não tem a capacidade de conseguir isso. O poder é o único que poderia criar espaços, pois ele transforma um “não” em um “sim”, um “sim” que, na medida em que for confirmado por mais membros da sociedade, nessa medida o poder desse “sim” será maior, mais “legítimo” e, subsequentemente, isso lhe garante maior estabilidade (HAN, 2017).

Mas partir da análise de Han (2017), que diz respeito à separação da *violência* e do *poder* e da elaboração do diálogo, de uma interação não violenta, amistosa e comunicativa entre as pessoas, nos obriga, por sua vez, a supor ingenuamente que todos os membros da sociedade se co-

¹² Para Foucault (2000), em seu trabalho intitulado *As palavras e as coisas, uma arqueologia das ciências humanas*, o *utópico* ou a *utopia* é tudo aquilo que não existe, mas que se existisse seria aceito, acolhido e posto em uso pela sociedade.

municam entre si, quer dizer, que os símbolos e valores são entendidos por todos. São essas interações comunicativas as que, para Han (2017), são o núcleo essencial das democracias.

A tese proposta é lógica e sedutora, no entanto, por trás desse processo de convencimento, chamado por ele de auto-convencimento, onde o Estado de direito é uma responsabilidade de todos, está a linguagem, entendida como uma estrutura edificada pelas palavras (HAN, 2017). A questão é: como dialogar amistosamente, sem violência, quando as palavras ditas e escritas estão comprometidas pelo menos desde os tempos da Grécia micênica¹³?

No trabalho de Detienne (2013) intitulado *Os Mestres da verdade na Grécia Arcaica*, é explicada a função do poeta na sofisticada organização da Grécia micênica. Nesse período, há registros de escritura primitiva sobre a forma como o poeta era agraciado com o dom divino de narrar sobre façanhas dos deuses e de lhes informar sobre aquelas realizadas pelos mortais. O poeta, humano que ajudava na organização do mundo. Isso fez com que ele se elevasse socialmente na estratificação micênica.

Com o começo das agressões dos Áqueos, que culminaram na invasão aos minoicos ou cretenses no ano de 1600 a.c., a importância do poeta mudou de estratificação, pois os conflitos violentos entre os povos valorizaram o guerreiro como uma figura essencial para a segurança das cidades. O poeta se converteu no narrador das façanhas de guerra, com o intuito de louvar aqueles guerreiros protetores das cidades. Se a glória divina, *kydos*, não iluminasse o guerreiro, o poeta tinha a obrigação de fazê-lo, mediante *kléos*, quer dizer, contando de boca em boca sobre o bem-feito, o incrível e magnífico ato do guerreiro, para assim os deuses saberem da existência daquele ato humano de valentia (DETIENNE, 2013).

A função do poeta passa pela época da Grécia arcaica, onde só ele concede ou nega a memória, e se mantém até a época da Grécia clássica. É claro que depois ela experimentou mudanças marcantes. De Hesíodo e Homero a Píndaro e Baquilides, os compromissos da palavra

¹³ Civilização com os primeiros registros de escritura e de enterros de governantes em espaços distinguidos como sagrados. A Grécia micênica vai do ano 2000 até o ano de 1150 a.c., quando foi invadida pelos Dórios, tendo início a denominada época escura.

falada e, subsequentemente, da palavra escrita para com as minorias aristocráticas é mais do que evidente. Na medida em que o discurso mágico-religioso perdia para a democracia clássica, o poeta também recuava em termos de estratificação social, fazendo com que o louvor se convertesse em quase moeda de troca (DETIENNE, 2013).

Da palavra cantada e escrita pelo poeta, cujo caráter assertórico, divino, ninguém refutava e nem contestava, pouco ou quase nada resta, pois as ciências reformularam, reorganizaram o mundo mediante uma nova concepção do que é “verdadeiro”, entendido como tudo aquilo que é comprovável e correspondente ao “progresso” humano, ao “bem”. A criação da *polis* e do seu modelo de gerenciamento das diferenças, melhor conhecido como modelo democrático republicano, tão bem explicado por Platão, só reorganizou as forças, o que levou a uma nova estratificação social. O compromisso da palavra passou de uma satisfação para os deuses para uma satisfação para a *polis*, uma *polis* dominada pelos homens, na qual o *ethos*, o *logos* e o *pathos* eram as únicas características que podiam legitimar a palavra.

O ideal da sociedade platônica, tão vangloriado nos tempos de crise atual, pouco fala do aspecto violento daquela democracia, onde os acordos sociais ocorriam dentro de contextos coercitivos e eram conduzidos pela hierarquização social. E podemos dizer mais: a crítica à democracia de Platão, no livro VIII da República (558 c.) foi com a finalidade de esclarecer que, se a democracia proclamava a igualdade, seria justamente por conta dessa igualdade que cada um, como membro da sociedade, passaria a ser livre para expressar seus desejos e aspirações, essas pequenas diferenças é que passariam a incomodar o outro.

“A democracia é uma multidão anárquica de pequenos mestres que discutem entre si, um concerto inaudível de vozes licenciosas, pretensiosas que ninguém está autorizado a fazer calar. Não é o conformismo que reina, é um disformismo” (GROS, 2018: 105).

A amizade, ressaltada pelo pensamento platônico e posteriormente aristotélico, é colocada como elemento fundamental para a estruturação do Estado e seu funcionamento, pois garante a “livre” decisão para a convivência, não exclui a violência, só faz daquela estrutura social democrática “menos violenta” (HAN, 2017: 123).

A questão a ser colocada diante da tese do filósofo sul coreano Han (2017) nos obriga a perguntar qual metodologia pode ser usada para saber quando uma experiência humana é mais ou menos violenta do que outra? Como poderíamos medir a violência que foi experimentada por uma mãe que presenciou a massacre do seu filho? Ou então como contabilizar a angústia interminável daqueles pais que há mais de uma década deambulam pelo México inteiro, à procura de pelo menos um resto de seus filhos - ossos, objetos, dentes – que lhes indique algo do paradeiro deles? Como estabelecer uma diferença estruturada por um advérbio – “mais” ou “menos” – entre os atos de violência anteriormente colocados e as centenas de mulheres que foram estupradas pela guerrilha colombiana e os paramilitares na década de 1990?

Usar advérbios para discorrer sobre a *violência* é uma armadilha perigosa no processo de reflexão, da mesma forma que também é perigoso elaborar suposições sobre o fato de que todos os membros da sociedade se comunicam entre si, compartilham símbolos, compreendem a existência do “diferente” e não só são tolerantes como também são amistosos com esse “diferente”, com esse “outro”, pois isso implica no reconhecimento de todos enquanto precários.

Falar da existência de ações humanas não violentas é até certo ponto positivo, porém utópico, e dizer que o poder e a *violência* são duas coisas diferentes é uma postura que deve ser discutida porque poderia rejeitar a vida. Por quê? Porque a vida é movimento, transitoriedade, circunstancialidade, fragilidade, é *violência*, criação e destruição. É importante deixar bem claro que repensar e refletir sobre a *violência* não é algo que tem que ser pensado a partir do “bem” e do “mal”, do “certo” e do “errado”, mas sim a partir do que está vivo e do que está morto. Reduzir um ato violento em algo “menos” errado ou “menos” bom é esquecer a ideia primordial do caos, a origem do mundo.

Para Han (2017), a política da não violência não só é possível como acontece o tempo todo, ou seja, é representável. Ele parte da ideia de que todo acordo social teve um estágio de diálogo, de não violência.

Por sua vez, no livro *Vida precaria, el poder del duelo y la violencia*, Butler (2006) reflete acerca da possibilidade de que uma política possa ser de caráter irrepresentável. A escritora

norte-americana explica sua postura retomando o pensamento do filósofo Lévinas (2000). Não obstante, há algo importante que deve ser colocado em discussão: a modificação discursiva de Butler (2018) no seu último livro intitulado *Cuerpos aliados y lucha política, hacia una teoría performativa de la asamblea*, no que diz respeito ao que ela entende por política da não violência e sobre a qual afirma:

Atuar de forma não violenta é algo a mais do que conter os impulsos agressivos: melhor dito, é uma luta ativa contra uma forma cultivada de limitação que adota uma modalidade corpórea e coletiva. A resistência não violenta necessita de um corpo que apareça, que atue, e que com suas ações queira dar forma a um mundo distinto daquele que está combatendo; e isso significa que tenha que combater a violência sem reproduzi-la em seus próprios termos (BUTLER, 2018: 188, tradução nossa).¹⁴

A nova ideia da ação não violenta de Butler (2018) não consiste em erradicar os traços agressivos do ser humano e sim em trabalhar essa agressividade individual, essa resistência passiva-individualista, para transformá-la em algo de caráter solidário, quer dizer, em uma ação corporizada, que se complementa com o apoio de outros corpos. Como bem coloca Butler (2018), há uma complexidade que emerge toda vez que se pretende fazer desse ideal realidade. Isso se deve ao fato de não há uma definição única do que é a não violência.

Ao analisar a política da não violência como parte da experiência humana, surgem infinitas interpretações, todas elas atravessadas pela circunstancialidade, pela arbitrariedade, pelos desejos e pela subjetividade. Assim, uma ação que não é violenta para uns pode ser de caráter violento para outros.

Para explicar isso, citaremos como exemplo o caso do bairro de Copacabana, localizado na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Escolhemos esse ponto geográfico específico por duas razões: a primeira é que acreditamos que as pessoas que habitam cidades superlotadas experimentam com mais frequência vamos a descrever a seguir; a segunda razão é que já experimentamos o que vamos relatar. Importante dizer que a narrativa a seguir não deixa de ser uma simples observação arbitrária.

¹⁴ No original: “Actuar de manera violenta es algo más que contener los impulsos agresivos: más bien es una lucha activa contra una forma cultivada de limitación que adopta una modalidad corpórea y colectiva. La resistencia no violenta necesita de un cuerpo que aparezca, que actúe, y que con sus acciones quiera dar forma a un mundo distinto de aquel que combate; y esto significa que ha de combatir la violencia sin reproducirla en sus propios términos.”

As calçadas de um dos bairros mais superlotados do Rio de Janeiro, Copacabana, são estreitas, escorregadias, desniveladas. São espaços em que se encontram os diversos personagens que dão vida e caráter particular àquela região. Vendedores ambulantes, moradores de rua, bancas de jornal, restaurantes que se expandem com cadeiras e mesas ultrapassando seus limites legais, vasos com variedades de plantas e árvores, pessoas que se deslocam do hospital para o supermercado ou do trabalho para a academia, que saem para passear com seus animais de estimação, pais e mães que se movimentam pelas calçadas com as crianças em carrinhos de magnitudes gigantescas, motociclistas e ciclistas que eventualmente invadem e ilegalmente se deslocam pelos espaços exclusivos do pedestre.

Copacabana é um bairro que representa o excesso dos corpos humanos em movimento - cada qual com seu ritmo e compasso - que se encontram em espaços que, por sua vez, estão saturados de objetos. Em bairros como esse, um gesto ou uma demonstração de amor de um casal que se dá a mão ou que avança pelas estreitas calçadas se beijando e ao mesmo tempo usando seu celular ou câmera para registrar aquele momento, deixa de ser um símbolo de “beleza”, de “amor” e de “alegria” para ser algo “agressivo”, “incômodo” e “violento”, principalmente para aquele que, por conta de tal demonstração, não consegue seguir seu rumo e se vê obrigado a descer da calçada para conseguir avançar, fazendo com que seu corpo fique exposto aos automóveis e ônibus que passam pela rua.

Citamos esse exemplo do ato “amoroso” por ser algo de aparência e rosto inofensivo. Ele nos permite observar que um ato não violento pode gerar violência, por ocorrer em espaços altamente conflitivos, dinâmicos, de trânsito de corpos e objetos. Acreditamos que a exposição dos corpos ao choque é latente e responde ao princípio básico de existência. Estamos cientes de que há a probabilidade de que o choque seja por acaso, por conta de um acidente - não necessariamente produtos de um ato de amor. Também reconhecemos a possibilidade de que esse encontro de corpos - choque - seja produto da arbitrariedade, que se encontra estreitamente ligada à desordem urbanística - no caso de Copacabana - e à sensação do casal de acreditar que possuem o direito de manifestar seus sentimentos no espaço público.

A reflexão anterior nos instiga e nos leva de volta ao que Butler (2018) diz a respeito da relatividade da ação não violenta. Indaguemos: como saber qual manifestação humana é não violenta? Que metodologia se deve implementar, segundo Butler (2018), para trabalhar “bem” a agressão para que esta não acabe sendo uma expressão corporizada a mais, de violência? Será que a falta de controle da agressividade é o que justamente arrasta, leva os corpos humanos à *angústia radical* de ver os corpos se manifestando de diversas formas? Se não temos um referente certo do que é a não violência, como poderíamos elaborar uma política que ajude a mediar as dinâmicas sociais sem agredir ninguém?

É provável tais questionamentos não tenham respostas únicas, estáticas, já que vivemos em sociedades cada vez mais complexas e sofisticadas, sociedades que se transformam em um abrir e fechar de olhos. Não obstante, acreditamos que se há uma rota para a não violência, esta foi traçada por Lévinas (1986). Ela é um alento para o processo de reflexão, de elaboração de escritos, de memórias sobre a utópica política da não violência.

Para Lévinas (1986), essa política da não violência exige que se estabeleça uma diferenciação entre dois complexos conceitos, a *moral* e a *ética*. A moral no sentido lévinasiano é qualquer ação aceita pela sociedade e regida pelas normas sociais, sendo dever de todos proteger e implementar essas normas para garantir o funcionamento da estrutura social. Por sua vez, a ética exige que se elimine qualquer ordem ou convenção social e cultural para que prevaleça a força da proteção do Outro, colocando-se no lugar desse Outro. “Na ética, o direito de existir do outro tem prioridade sob o meu, uma prioridade personificada pelo mandato ético: não matarás, não colocarás em perigo a vida do Outro” (LÉVINAS & KEARNEY, 1986: 24, tradução nossa).¹⁵

A política da não violência exige o homem ético ou, nas palavras de Lévinas (2000), a santidade. Nesse estágio do homem, talvez seja possível entender que as diferenças agenciáveis e não agenciáveis são construções sociais atravessadas pela subjetividade e pela imprevisibilidade. Na medida em que isso seja incorporado na elaboração da cosmogonia do mundo, nessa mesma medida talvez estaremos mais próximos de nos sabermos precários, humanos, corpos em movi-

¹⁵ No original: “In ethics the, other’s right to exist has primacy over my own, a primacy epitomized in the ethical edict: you shall not kill, you shall not jeopardize the life of the other.”

mento, tomados pela angústia ética ao ter que lidar com o dilema do medo pela autopreservação e da angústia ao sabermos que, em nosso processo de existir, é inevitável ferir o outro.

Isso nos faz pensar sobre o fato de a nossa existência se encontrar estreitamente ligada ao nosso corpo, à arma mais simples que ao mesmo tempo pode chegar a ser muito sofisticada. Com ela podemos ferir alguém sem precisar de nenhum artefato, basta simplesmente morder, bater com a mão, afogar com os braços. Ao sermos donos do nosso corpo, simultaneamente nos convertemos em possuidores de uma arma que nos acompanha na transitoriedade da vida. Sofsky (2006) aponta que em alguma época a agilidade do corpo, a força e a destreza já foram subestimadas diante do artefato. No entanto, se pensarmos no corpo como um instrumento de violência, educado, especializado no ato de agredir, de matar, de extinguir o outro, sem percebê-lo poderíamos estar diante de uma arma que se camufla, que é silenciosa e que não deixa de ser mortífera. A nossa angústia ética provém de sabermos que “Cada um pode chegar a ser perigoso para os demais, porque o corpo humano é uma arma potencial” (SOFSKY, 2006: 28, tradução nossa).¹⁶

Podemos nos aventurar e dizer que sobreviventes somos todos, se partirmos do preceito de que, ao sermos corpos, ficamos expostos inevitavelmente à violência e, por sua vez, somos também carrascos, pois permanentemente portamos uma arma, o nosso corpo. Há uma relação entre a transitoriedade existencial do corpo e seu movimento, sua agressividade, sua fragilidade, seu sofrimento. Como nos libertarmos da violência quando somos reféns do nosso corpo, arma letal? Será que o imanente caráter precário do ser humano é a origem da violência? Será que existe a possibilidade de, respeitando os direitos do corpo do Outro, é possível deixar de produzir atos de violência tais como a exploração sexual de crianças e mulheres nos Estados Unidos da América, os assassinatos de ódio, o conflito mantido pelo Estado de Israel e seus aliados internacionais contra a Síria, as fossas clandestinas onde se depositam seres humanos assassinados, os milhares de mexicanos desaparecidos e esquartejados? Será?

¹⁶ No original: “cada uno puede ser peligroso para los demás porque el cuerpo humano es una arma potencial.”

1.2.4 Violência e deslocamento interno forçado

Pensar o processo do *deslocamento interno forçado* significa necessariamente partir de uma teoria que considera a violência como um elemento que atravessa de forma permanente o processo migratório e seus personagens mais relevantes, os próprios migrantes. Para analisar como a violência se encontra imbricada nos processos migratórios e especificamente no *deslocamento interno forçado*, é necessário realizar um percurso pelas teorias das migrações, o que será feito agora.

Alvarado e Massey (2010), no seu trabalho intitulado *En búsqueda de la paz: ajuste estructural, violencia y migración internacional en México y Centroamérica, 1979-2002*, apontam uma lacuna nos estudos que trabalham diretamente com a ligação entre violência e migração. Há uma falta de dados e de proposições metodológicas para a abordagem do fenômeno da migração. Isso pode ser explicado como produto da complexidade que os estudos sobre violência trazem para os pesquisadores das ciências humanas.

O intuito do trabalho de pesquisa de Alvarado e Massey é explicar o efeito da violência naquilo que para eles representa a forma mais extrema. Na rota metodológica traçada nesse extenso trabalho, o homicídio é usado como um indicador. A pesquisa desses autores vai fazer um percurso do macro ao micro: as condições de violência extrema como fator gerador dos êxodos populacionais e a procura dos migrantes pela auto-preservação.

Situamos nossa análise dentro da teoria dos sistemas mundiais, que estuda a migração num contexto de reconstrução econômica em uma dimensão macro, e coloca a hipótese de que a migração e a violência são produtos comuns das transformações da sociedade associada à globalização dos mercados (ALVARADO & MASSEY, 2010: 144, tradução nossa).¹⁷

Essa postura diverge da perspectiva da *teoria econômica neoclássica*, que entende a migração como uma decisão individual pela qual se procura maximizar os lucros e, consequentemente, como se o deslocamento das pessoas pudesse gerar um equilíbrio da oferta e da demanda

¹⁷ No original: “Ubicamos nuestro análisis dentro de la *teoría de los sistemas mundiales*, que estudia la migración en el contexto de la reestructuración económica a nivel macro, y plantea la hipótesis de que la migración y la violencia son productos comunes de las transformaciones de la sociedad asociadas con la globalización de los mercados.”

da força laboral entre as regiões que atraem e as regiões que são atraídas (ALVARADO & MASSEY, 2010).

O importante nos estudos migratórios é perceber que a tomada de decisões sempre se encontra influenciada pela teoria da nova economia da migração laboral (STARK & BLOOM, 1985). Essa teoria pretende entender os migrantes não só como membros das unidades sociais, grupos familiares e comunidades, mas também como agentes atomizados pela iminente penetração do mercado, ou seja, pelo fortalecimento da propriedade da terra e da tecnologia como ferramenta que procura a eficiência nos processos acelerados da produção.

Ambos os elementos, tecnologias sofisticadas e acumulação de terra por parte de certas elites empresariais (fazendeiros), geram marginalidade econômica e, por conseguinte, marginalidade educativa, social e cultural nos grandes números de populações que trabalham no setor agrícola. É importante destacar que esse processo de domínio dos grandes fazendeiros e dos macro empresários sobre os pequenos produtores agrícolas ou trabalhadores da roça é muito violento porque justamente estes últimos não aceitam as imposições que a elite traz ao campo. Soma-se a isso o fato de que a tecnologia de ponta reduz as vagas de empregos na localidade e isso é caldo de cultivo para atividades ilegais que, por sua vez, também produzem contextos de violência e insegurança (ALVARADO & MASSEY, 2010).

A teoria da modernização das migrações estabelece o pressuposto de que existe uma ligação muito forte entre o crime e as transformações econômicas. Ela parte da ideia de que as sociedades com modelos tradicionais de organização econômica e as sociedades com modelos modernos entram em conflito devido ao confronto das velhas normas e práticas sociais com as novas economias de mercado, o que gera instabilidade e anomia social (DURKHEIM, 1995).

Ela também afirma que o deslocamento, a migração, é consequência direta da entrada de novas relações e práticas econômicas modernas nos contextos de países que se encontram em “desenvolvimento” (ALVARADO & MASSEY, 2010).

A principal fraqueza dessa teoria reside no pressuposto que todos os grupos sociais desenvolvem a mesma trajetória de transformação do tradicional para o moderno, deixando de

lado elementos, particularidades e características importantes ao passar pelos processos de transformação econômica. Sua contribuição é colocar em questão a violência como algo que se origina no seio do desenvolvimento econômico.

Fazendo uma leitura das teorias mencionadas, é possível estabelecer uma relação direta entre o aumento do número de homicídios e o aumento da migração no México, tanto interna quanto transnacional.

O principal motivo do *deslocamento interno forçado* se dá por conta dos fatores estruturais, socioculturais e psicológicos, mas também é importante observar que existem experiências de vida¹⁸ mediatas, precipitantes e imediatas. São elas que vão influenciar a tomada de decisões dos potenciais migrantes.

É possível apontar que a violência emocional e física é categorizada como uma experiência imediata; a “percepção e assimilação” das pessoas em relação à violência se encaixam nas experiências denominadas precipitantes; e finalmente, a ineficácia da estratégia das instituições governamentais na garantia da segurança é uma experiência mediata (ARIZPE, 1985). São essas as causas que obrigam as pessoas a se deslocar como uma alternativa, uma oportunidade estratégica para fugir dos cenários de violência e se auto-preservar.

Nessa situação em que se encontram as pessoas deslocadas, é muito importante refletir sobre o que acontece com os sobreviventes, sobre as condutas por eles escolhidas. Será que a violência não tem eco nos migrantes? Quer dizer, será que os migrantes, dentro do seu panorama desfavorável, também desenvolvem atos violentos? Se acaso é assim, que tipos de violência são esses? Se um deslocado agredir outro deslocado numa tentativa de garantir o bem estar de seus familiares ele deixaria de ser um sobrevivente? Esses são alguns dos questionamentos que serão aprimorados no decorrer desta pesquisa.

¹⁸ A decisão de trocar a palavra *causas* pela palavra *experiências* é porque no nosso estudo pretendemos questionar as metodologias das teorias da modernização, que possuem perspectivas unívocas, fixas. Estas impedem novas formas de pensar e refletir. Quando se usa o termo *causa* – Lei da causa e do efeito – para descrever alguma ação humana, estamos promovendo um recorte que não considera a circunstancialidade, o caos, o imprevisível e tampouco a sua relação com a subjetividade.

Por enquanto, é importante pensar como a violência do *deslocamento interno forçado* leva os atores – deslocados, migrantes – a reproduzir formas de violência. Será que a ameaça da incivilidade que faz com que pessoas lutem pela sobrevivência em contextos de desorganização e desregulação desvenda no humano o rosto do lobo tão temido, aquele que Hobbes (2003) se referia no seu trabalho intitulado *O Leviatã*? O homem, lobo do homem, é a nossa verdadeira máscara no estado da natureza hobbesiana? A origem do medo vem da incerteza, do mundo incivilizado, de um passado que não queremos que se repita?

Seguindo com a *arbitrariedade* como elemento que atravessa o comportamento humano, poderíamos refletir sobre o uso da violência como forma de gerar lucro. Um exemplo é o crime organizado, que responde a um modelo empresarial, uma vez que possui uma configuração grupal alinhada hierarquicamente e que permite uma distribuição de tarefas específicas para cada um dos integrantes do grupo. O intuito do crime organizado é o enriquecimento. O resultado é levar os dividendos ilegais para a economia legal por meio da lavagem de dinheiro ou qualquer outro instrumento que possa regularizar as fontes de ingressos da organização criminosa (SANMARTIN, 2006).

Contrariamente ao raciocínio anterior, há quem defenda que a violência estrutural é produzida eminentemente pela ação ou, então, pela inação sistemática da estrutura social, ou, ainda, pelas próprias instituições que fazem parte do aparelho estatal, as mesmas que não conseguem dar conta das necessidades básicas da população (SUNKEL, 2008; CRETTEZ, 2009).

Não pretendemos de forma alguma justificar a existência e o agir do crime organizado, mas sim descrever algumas das condições que são estímulos à execução do crime e, por conseguinte, da *violência*. Falar em condições não é em momento algum falar em causas, pois a *violência* não é um efeito que caracteriza a realidade atual, mas sim, um elemento constitutivo. Diferentemente do que Han (2017) diz sobre a *violência* e a pobreza, em termos de elaboração simbólica e linguagem, a tese de Sofsky (2006) discorre acerca da *violência* como a linguagem mais potente e persuasiva.

1.3 O medo no processo do deslocamento interno forçado

Nietzsche (2013) afirma que a religião nasce do medo, do horror que o homem tem de si mesmo e isso se encontra estreitamente ligado ao fato de o homem não se conhecer e de ser incapaz de enfrentar o próprio destino. O destino que não é outra coisa senão o devir. Há então, por parte dos homens, incapacidade de aceitar que a vida é transitória e que vai do início ao fim, a vida entendida como um percurso que tem uma única direção: a morte. Então será que o medo surge nos homens ao saberem da iminência da morte?

A questão do medo do homem diante da morte não reside na morte em si, mas sim no conhecimento, no que ele acha saber sobre ela. Um vaga-lume preso na teia de uma aranha lutará até o fim para fugir de suas mortíferas pinças como se soubesse da situação em que se encontra. No entanto, seus movimentos respondem a um instinto característico da sua espécie. O vaga-lume provavelmente não conhece nada sobre a morte, o homem sim, e nesse suposto saber sobre a morte é onde reside o medo (ELIAS, 2001).

Então podemos dizer que o medo vem do passado, do “conhecido”, ele fecha horizontes com o intuito de evitar, de se evadir daquela situação de risco. Saber da impossibilidade de evitar a morte foi e continua sendo uma das grandes problemáticas da sociedade. A reflexão que se faz até aqui é sobre o medo e a relação com a morte mas, voltando à *Genealogia da moral* de Nietzsche, “Não há ninguém que não seja estranho a si mesmo; nem a respeito de nós mesmos somos homens de conhecimento” (NIETZSCHE, 2013: 18). É possível dizer que também sofremos de medo ao sabermos que nós mesmos somos incapazes de nos conhecer. Isso nos horroriza.

Falar sobre o *medo* indica, assim, duas diretrizes: a primeira diz respeito ao mundo e, subsequentemente, ao circunstancial e ao caótico; a segunda diz respeito a nós mesmos, ao que sabemos que ainda não conseguimos descobrir sobre nós. Dessa maneira, podemos afirmar que por trás do medo sempre haverá uma referência do passado, de algo que é “conhecido”.

Com relação à primeira diretriz, que diz respeito ao medo e ao caos, citaremos aqui o exemplo do naufrágio do Titanic, trazido por Bauman (2006) em seu livro *Medo líquido*. O autor aponta que, de forma deliberada, automática e até equivocada, se tem dito que o horror extremo

da sociedade reside no caos, quando na realidade o medo reside em ter conhecimento de que as bases mais importantes da estrutura social, ou seja, a organização, a categorização, as referências, o transcendental¹⁹, podem ser estilhaçadas por um movimento em falso ou, o que é pior, por algo que vem da natureza do mundo – um movimento radical e repentino, uma catástrofe natural, um *iceberg* como protagonista (BAUMAN, 2006).

Talvez a experiência de terror que sacudiu a tripulação do Titanic não residia no fato de se saber propensa a cair no fundo de um mar gélido desconhecido, mas sim no fato de saber que estava morrendo, de saber que algo não tinha sido feito para evitar a catástrofe – o conhecimento de experiências passadas, de relatos de naufrágios, de melhores estratégias para naufragar. O pavor que atingiu os passageiros foi o fato de lembrar o quanto eram vulneráveis, eles e o Titanic, o barco “mais forte e sofisticado do mundo” (BAUMAN, 2006).

É claro que na medida em que vamos estabelecendo dependências dos “sistemas de controle”, de artefatos que nos ajudam a minimizar os riscos na cotidianidade de nossas vidas, vamos criando uma simulação de um estado de “certeza”, de “segurança”, no qual nenhum sistema, por mais eficiente que possa ser, resiste ao circunstancial, a uma ruptura de sequência. A estabilidade da desestabilização é eminentemente o único garantido.

Podemos afirmar, seguindo a reflexão anterior, que nem com todos os saberes que o demônio de Maxwell pudesse ter, este poderia evitar a ordem da desordem (LATOURE & WOOLGAR, 1997). Será que na medida em que o funcionamento de nossas estruturas sociais está baseado numa rede que garante “fortalecimento” – globalização, redes digitais, sistemas de informação, sistemas de comunicação – a nossa vulnerabilidade aumenta diante da ruptura inesperada? Por que achamos que tudo o que é inesperado e desconhecido é o sinônimo do mal? Será porque movimenta nossas “sólidas bases do conhecimento” e tudo o que isto implica – refazer, reorganizar, investir tempo, recursos, dinheiro?

¹⁹ Entendida a partir do pensamento kantiano como as diferentes condições que permitem uma ordem de tudo aquilo que o homem percebe do mundo e que o leva à elaboração de “conceitos puros” ou categorias que estruturam, ordenam o conhecimento para elaborar um juízo. Para Kant, transcendental é o processo que abre as portas à razão que, por sua vez, dirige a construção do conhecimento com uma finalidade, um objetivo. A existência do “Eu” como o eixo principal da ordem das coisas, do fim do caos e do preenchimento dos vazios.

Quanto mais mundialmente se concentra o sistema e conforme esse se transforma numa só rede, a vulnerabilidade vai residir num ponto só (BAUDRILLARD, 2003). Isso faz com que todos aqueles que se encontram interligados nessa rede estejam altamente expostos. Numa rede, basta o erro de um membro – reenviar um e-mail com vírus para seus contatos, por exemplo, para possivelmente todos os seus pares serem atingidos, pois numa rede ordenada, baseada no princípio da eficácia, ninguém espera a falha.

A ação imediata na sociedade ocidental é a de estabelecer políticas estatais e internacionais para reorganizar, controlar e rebater o fato inesperado. Na medida em que a “realidade social” volta à “normalidade”, o “mal” sai do sistema e a sociedade pode voltar a ser “feliz”. Mas é interessante fazer uma pausa para pensar nos atores que se encontram por trás da tomada de decisões, das escolhas que indicam o que é o bem e o que é o mal. É indispensável questionarmos isso, porque são esses os atores que elaboram ações que, por sua vez, também originam *medo*.

As ações do Estado Nação desde a sua origem foram orientadas em confrontar tudo aquilo que fosse contrário à lei. A política que luta contra a ilegalidade sobretudo produz violência. Mas quais são as diretrizes que orientam os líderes a tomar as decisões de implementar ou não uma ação que favoreça ou prejudique a tal ou qual setor da sociedade?

Os quadros técnicos da distribuição do medo na sociedade são derivados da orientação das políticas públicas, estas entendidas como tudo aquilo que um governo faz e tudo aquilo que decide não fazer. Na medida em que uma política reconhece alguém como humano, nessa medida a possibilidade de ter medo diminui por algo muito simples: essa pessoa se encontra acolhida pelos aparelhos de segurança do Estado. Com isso, não pretendemos em momento nenhum apagar a reflexão de Nietzsche (2013), retomada na atualidade por Baudrillard (2003) e Bauman (2006), sobre o domínio do caos. O que pretendemos apontar é que o medo, a vulnerabilidade e a precariedade são literalmente distribuídos e, para o infortúnio daqueles que são desconhecidos pelo Estado, “o ganho” é maior.

A luta contra as drogas, antes de ser uma cruzada ditada pelas elites da religião, responde a um interesse maior que é o de manter a ordem do sistema, com a finalidade de que todos produzam, sejam eficientes e permitam aos “donos da verdade” acumular riquezas e, sobretudo, po-

der – como já registrado historicamente (BAUDRILLARD & MORIN, 2003). Mas também existe outra perspectiva complementar que pode de forma genérica explicar um dos porquês da luta contra as drogas na atualidade: a violência e o medo geram lucro – o aumento da renda da indústria armamentista, a corrupção, o crescimento das empresas de segurança privada etc. Mais adiante, esses assuntos serão objeto de estudo na nossa pesquisa – para sermos mais específicos na SEGUNDA SEÇÃO. Por ora, é importante focalizar a questão que gira em torno do *deslocamento interno forçado* e do *medo*.

Dentro dessa espiral de *violência* gerada pela luta contra o narcotráfico no caso do México, milhões de pessoas se viram atingidas, as mais vulneráveis foram aquelas que residiam em zonas de cultivo e de trânsito das drogas, gerando êxodos massivos na última década, caracterizados por serem rurais-urbanos. O fato das pessoas se deslocarem das zonas de risco – áreas violentas – com o intuito de se auto preservar – proteger suas vidas – e de preservar seus familiares tem sido bastante discutido e, inclusive, é considerado um efeito. No entanto, ainda há muitos questionamentos sobre os quais é necessário refletir para nos aproximar do fenômeno da *migração interna forçada* no México.

A análise do deslocamento nos obriga a questionar como e em que momento o *medo* da *violência* toma conta das pessoas, quer seja antes, durante ou depois do deslocamento, pois o *medo* desenvolve um papel muito importante nos êxodos populacionais, independentemente da forma ou dos rumos que os deslocamentos – processos migratórios – possam tomar. Falar sobre o *medo* é falar sobre um sentimento que é gerado a partir da percepção que uma pessoa tem diante do perigo, do risco, quer seja real ou latente, suposto ou antecipado, e que, por sua vez, gera reações diferentes em cada uma dessas pessoas. Por exemplo, em algumas provoca o desejo de fugir, enquanto em outras produz a paralisia ou a reação de confronto ao ato violento (DELU-MEAU, 1989; MANNONI, 1984).

Do exposto, podemos dizer que o deslocamento se inscreve nas reações que levam as pessoas a fugir: é uma forma de evitar um perigo real ou latente com a única finalidade de se auto-preservar. O pavor à morte é o que faz as populações fugir das zonas de risco.

Os assassinatos, os sequestros e a extorsão são algumas das motivações que podem produzir nas pessoas o desejo de se deslocar, mas o que ainda não foi muito explorado e que interessa enormemente ao nosso estudo é questionarmos quais os impactos que o *medo* produz na memória de uma pessoa que se encontra num contexto de vulnerabilidade e de precarização?

O *medo*, no contexto do *deslocamento interno forçado* no México, não é apenas sentido, mas também é usado como mecanismo de controle, de poder e de submissão das populações marginais. Diversos estudos mostram que há sim um peso do *medo* nos migrantes e que esse mesmo *medo* é um elemento que vai modelando os seus sentimentos (BELLO, 2001; DURIN, 2012; TORRENS, 2013; PARIS, 2012b). A violência psicológica (ameaças, extorsões, riscos latentes) e física (assassinatos, sequestros, torturas) gera medo da morte, do outro, de si mesmo, das palavras, da denúncia, da memória.

No contexto da luta contra o narcotráfico no México e dos confrontos constantes pela disputa das áreas de venda e armazenagem das drogas, a morte se converteu numa estratégia para combater o inimigo, mas também é uma estratégia que serve para aterrorizar a sociedade porque o *medo* de ser violentado fisicamente se espalha por intermédio dos meios de comunicação ou dos diversos relatos dos mesmos sobreviventes.

A cada assassinato, a cada pessoa estuprada, sequestrada ou ameaçada, um novo relato ganha vida e, para aqueles grupos sociais mais vulneráveis que vivem em condições extremamente precárias, esses relatos são mais fortes, atingindo seu estado de ânimo, pois a probabilidade de viver em carne própria histórias similares de violência é maior.

O *medo* do outro, do desconhecido, da mudança, do desemprego, de ser estigmatizado, do fracasso, das instituições, o *medo* de ter que se “adaptar”, de apreender um novo ofício, o *medo* das histórias passadas, da repetição da morte, da perseguição, o *medo* da violência; todos esses *medos* se encontram, de uma forma ou outra, impregnados no migrante, no *deslocado interno forçado*.

Podemos dizer que o *deslocamento interno forçado* no México não é algo que surge do dia para a noite, mas é um fenômeno que vai tomando forma através do tempo e dos diferentes

acontecimentos nas zonas de conflito. Também é possível apontar que a maioria das pessoas que se deslocam não se encontram preparadas nem emocional e nem economicamente para fazê-lo.

Assim, fugir das zonas de conflito leva ao iminente abandono das terras, um dos elementos simbólicos que representa tanto o espaço de sobrevivência – é na terra que eles produzem muitos dos alimentos não só para seu consumo como para a venda nos mercados – quanto o da construção da *memória*. Será que o *medo* é também um fator que gera lucro? E o deslocamento como efeito do terror à violência produz ganhadores e perdedores? O que resta para aquela pessoa que se desloca é um cúmulo de incertezas e de inseguranças que talvez sejam seus novos geradores do *medo*. É o *medo* de ser desconhecido? É o *medo* da precarização?

1.4 Precarização e migração interna forçada

Ain't Got no, I Got Life (RAGNI, G; RADO, J.; MACDERMOT, G., 1968).

Não tenho casa, não tenho sapatos
Não tenho dinheiro, não tenho classe
Não tenho saias, não tenho nenhuma camisola
Não tem perfume, não tenho cama
Não tenho homem

Não tenho mãe, não tenho cultura
Não tenho amigos, não tenho escolaridade
Não tenho amor, não tenho nome
Não tenho etiqueta, não tenho nenhum código
Não tenho Deus

Então o que eu tenho?
Por que estou viva afinal?
Sim, o que eu tenho ninguém pode tirar

Eu tenho o meu cabelo, tenho minha cabeça
Tenho meu cérebro, tenho minhas orelhas
Tenho meus olhos, tenho meu nariz
Tenho minha boca, tenho meu sorriso
Tenho minha língua, tenho meu queixo
Tenho meu pescoço, tenho meus seios

Tenho meu coração, tenho minha alma

Tenho minhas costas, tenho meu sexo
Tenho meus braços, tenho minhas mãos
Tenho meus dedos, tenho minhas pernas
Tenho meus pés, tenho meus dedos dos pés
Tenho meu fígado, tenho meu sangue

Eu tenho a vida
Eu tenho minha liberdade
Eu tenho a vida

Eu tenho a vida
E eu vou mantê-la
Eu tenho a vida
E ninguém vai tirá-la
Eu tenho a vida (Tradução nossa).²⁰

Antes de continuar a explicar o que é para nós esse novo “conceito” que criamos e que rege o nosso estudo - *memória precária*, queremos explicar duas palavras que comumente se confundem e que não foram trabalhadas e nem explicadas detalhadamente nos textos de Butler (2006; 2015; 2018). Em diversas ocasiões e trechos do seu trabalho, inclusive no seu livro publicado em 2018, há momentos em que as pessoas não familiarizadas com a origem latina das palavras *vulnerabilidade* e *precariedade* poderiam cair numa confusão, achando que ambas têm o mesmo significado. Também passamos por isso nas incipientes leituras e nas conferências e apresentações de seu trabalho. Por isso mesmo vamos nos deter nas diferenças e no fio conector que existe entre ambas.

Tanto a *precariedade* como a *vulnerabilidade* são iminentes ao ser humano. Isso não quer dizer que sejam arbitrariamente construídas por alguém, elas existem inclusive antes de nascermos. Quando nos vemos ultrapassados pelas condições climatológicas, a lei da gravidade, o vento, a imensidão do mar, relembramos o quanto somos seres incompletos, seres precários. Além de incompletos, carregamos uma ferida de nascença que é o nosso corpo. Isso remete à origem da nossa vulnerabilidade.

Ainda, tanto a falta, a ausência de algo que acreditamos ser necessário, como o nosso corpo, entendido como a ferida aberta, exposta ao mundo e aos outros, vão relembrar o quanto

²⁰No original: ver no anexo 1.

somos frágeis. Olhar para o mundo e o universo e perceber o quanto a natureza é poderosa, impetuosa e imprevisível nos faz entendermo-nos como seres sujeitos a tudo aquilo que não podemos controlar, manipular. Conhecemos, assim, os nossos atributos primários: precariedade e vulnerabilidade.

Tal reflexão nos remete ao trecho da mitologia grega que narra o momento em que Apolo mata o píton e, após a façanha, lança a famosa frase: Conhece-te a ti mesmo. Uma frase que tem recebido variadas leituras e interpretações, mas que, para o pensamento nietzscheano, tem uma conotação que vai além do ego humano e que diz respeito a conhecermo-nos a nós mesmos como seres ínfimos diante da grandeza do mar, do universo, da circunstancialidade. Para Nietzsche, conhecermo-nos a nós mesmos é entendermo-nos como seres precários e vulneráveis e, partindo dessa reflexão, começarmos a estabelecer uma relação de complementariedade com tudo o que nos rodeia.

A *precariedade* faz parte da nossa ontologia. Quando as palavras *precarizar* ou *precarização* são utilizadas em sua substituição, o seu sentido passa de algo que nos é constitutivo pela natureza para se referir a um processo em que uma pessoa é submetida a pressões e experiências produzidas por um Outro - um ato arbitrário ou o desejo de alguém - que o conduzem a viver numa existência frágil no presente, submetendo-o a incertezas no futuro.

Já a *vulnerabilidade* é a nossa ferida ou nossa debilidade. É a nossa incapacidade de resistir à agressão, seja esta produzida pela natureza ou pelo Outro. Há muitas questões que vão aumentar os níveis de vulnerabilidade no ser humano, mas mesmo que este esteja protegido de possíveis ameaças, nunca deixará de ser vulnerável, pois seu próprio corpo é o portal pelo qual as agressões podem atingi-lo. É a estrutura orgânica do ser humano enquanto ser vivo que o faz vulnerável à intempérie e, claro, à passagem do tempo.

O que é *precário* e *vulnerável* é também humano (BUTLER, 2003). O rosto do humano é o da *fragilidade*, uma *fragilidade* entendida como aquilo que o coloca como um corpo que pode ser destroçado, apagado, eliminado, submetido, mutilado por outro corpo que, não necessariamente, é de sua mesma espécie. A *vulnerabilidade*, a *precariedade* e a *fragilidade* do corpo hu-

mano são essenciais e permanentes à sua própria constituição, ou seja, são inerentes a ele. O que unifica o ser precário e o ser vulnerável é a fragilidade representada pelo corpo do ser humano.

O fato de um corpo estar – no mundo, num espaço – o transforma em algo transgressor e violentador de outros corpos, mas, por sua vez, esse mesmo corpo violento também é frágil, pois não existe, não é sem a presença de outros corpos. São esses outros corpos, formas de estar, que, de maneira automática, exercem fricção entre si, pois se movimentam. As dinâmicas geradas são categorizadas como relações humanas, quer sejam relações dos humanos com as coisas ou com outros seres vivos.

Tudo aquilo que existe tem a potencialidade de se movimentar e, por sua vez, fica exposto a outras coisas que existem e que também se encontram numa espiral infinita de movimento potencial. É um vai e vem, entre o início e o fim, a origem e a morte. O ser humano, corpo *frágil* em movimento.

Contudo há alguns corpos mais vulneráveis e precários do que outros. Há formas de distribuição da vulnerabilidade e da precariedade que fazem com que alguns estejam constantemente na intempérie ou ao alcance da violência arbitrária. Cabe fazermos uma pergunta obrigatória: por que algumas vidas são mais vulneráveis ou mais precários do que outras? Certamente porque existem vidas que “valem mais” do que outras, porque há corpos que importam e outros, que não. Mas, de que depende um corpo para ser considerado importante? Do fato de ser categorizado como humano.

O uso arbitrário das “políticas públicas”, entendidas como dispositivos de agenciamento das diferenças, como já apontáramos anteriormente, é, se não em todos os casos, pelo menos na maioria deles, o que define quem será humano e quem não tem direito de sê-lo (BUTLER, 2003). A desumanização é um procedimento que consiste em retirar daquela pessoa o rosto do humano para lhe colocar o rosto do mal. Esse mecanismo autoriza a todos aqueles que se acham humanos a serem insensíveis com aqueles que não são mais humanos porque são “diferentes” (BUTLER, 2003). Por isso, quando um corpo “desumanizado” – mulher, terrorista, migrante, criminoso, assassino, negro, gay, trans – morre numa sociedade, dependendo do

dessa sociedade, o seu desconhecimento poderia fazer com que a possibilidade do luto público seja adiada indefinidamente.

É claro que há na *precariedade* e na *vulnerabilidade* o caráter do invariável, do circunstancial, que faz com que todos, pelo fato de existir, estejamos expostos à tragédia. No entanto, a *precarização* e a *vulnerabilização* dizem respeito ao caráter da arbitrariedade, dos desejos de uns se impondo sobre os outros (BUTLER, 2015). Então podemos acrescentar que, além de serem condições existenciais, são experiências agenciadas e distribuídas por meio de políticas públicas, quer sejam de ordem nacional ou internacional. Em palavras mbembianas: é quando uma pessoa, ou o próprio Estado possuem a capacidade e in-humanidade para agravar, violar a *soberania* de outro corpo simplesmente porque atrapalha ou porque precisa dele para alcançar seu objetivo particular: saciar seu desejo, seu excesso, sua fantasia. *Precarizar* ou *vulnerabilizar* um corpo, deixá-lo *frágil*, é uma estratégia que serve para submeter e controlar física e mentalmente o ser humano - mesmo que talvez não permanentemente.

Em 5 de junho de 2006, a revista *The Times* lançou uma publicação sobre o conflito no Congo e os milhões de assassinados durante a guerra civil cuja manchete era *Congo: The Hidden Toll of the World's Deadliest War*. O artigo da revista contava acerca da vida de Mukeya Ulamba, uma moça de 28 anos que tinha sofrido a perda de familiares e vizinhos por causa dos rebeldes que se opunham ao governo. Ela, juntamente com seu marido e seus quatro filhos, numa tentativa de autopreservação, fugiram deixando para trás seu lar e seus pertences em chamas, mas o que era pior, tiveram que deixar os seus familiares assassinados e espalhados no chão (*The Times*, 2006).

Uma história de vida avassaladora contada num austero e insalubre dormitório localizado num campo de “refugiados”. No entanto, a reportagem teve pouco impacto. Não houve grandes manifestações a seu respeito, à exceção de poucos leitores que se disseram indignados pelo que acontecia com os congoleses.

Zizek (2009) propõe, de forma similar²¹ a Butler (2003), que paremos para refletir um pouco e que façamos uma comparação, que troquemos o rosto de um congolês pelo rosto de um estadunidense ou então de um israelense. O exercício pode parecer simples, superficial e raso e talvez o seja, porém é um exercício que faz refletir sobre os signos, valores e discursos políticos que estão à nossa frente e que, por serem familiares, nos impedem de questionar aquilo que está além de uma nota jornalística. Qual é a reação dos leitores diante de uma manchete? Será que a reação dos leitores é sempre igual diante das capas da revista *The Times*? A reação dos leitores é uma forma de ratificar o que o discurso dominante designa como humano e desumano?

É importante destacar que o processo de desumanização tem questões que envolvem processos jurídicos como, por exemplo, a suspensão dos direitos que dão a possibilidade de qualquer pessoa viver uma vida vivível. O que é uma vida vivível no sentido butleriano? É uma vida em que o ser humano goza do direito à vida, à liberdade política, ao livre trânsito, à liberdade de expressão, do direito de escolher onde quer morar, do direito a ter um emprego, uma casa com condições básicas de higiene – esgoto, água, eletricidade. São esses os direitos que lhe são suspensos e desconhecidos, o que faz com que uma vida vivível passe a ser uma vida invivível (BUTLER, 2003).

O que Butler (2003) chama de vidas *invivíveis* são as vidas *desconhecidas* – pelo Estado, pela sociedade, pela economia – que são o centro do estudo de Honneth (2003) em seu trabalho intitulado *Luta pelo reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*.

Segundo Honneth (2003), há três formas de conseguir o reconhecimento: o amor, a solidariedade e o direito. O que gera a luta pelo reconhecimento é o desrespeito a qualquer uma dessas formas.

²¹ Tendo em vista que o nosso trabalho é transdisciplinar, ele procura exaltar a diferença. Assim, se há alguma coisa que tem impedido o avanço da ciência em direção às rotas que privilegiam o valor da humanidade, é acreditar que se dois cientistas percebem o mundo de forma diferente, é impossível que eles sejam incluídos num mesmo diálogo. Quando identificamos uma similitude no discurso de ambos pensadores, existe o desejo e o interesse de questionar um tema em específico: por que certas vidas importam e outras simplesmente não?

A primeira forma de reconhecimento está baseada nas emoções primárias, como o amor e os laços de amizade. Só é possível desenvolver o amor quando uma pessoa é capaz de reconhecer o outro como independente (HONNETH, 2003).

A segunda forma de reconhecimento faz referência à *aceitação recíproca* de capacidades da pessoa, que são avaliadas pela comunidade onde será inserida – integração. É nessa esfera que se constrói a confiança nas relações sociais e, simultaneamente, a auto-estima (HONNETH, 2003).

A terceira forma de reconhecimento, o direito, se diferencia do amor. O que tem que prevalecer no direito é o respeito – objetividade – e não a emotividade. A integração da pessoa na sociedade vai depender do reconhecimento da liberdade, dos direitos políticos e dos direitos de bem-estar (HONNETH, 2003).

Mas o que acontece quando uma das formas do reconhecimento se rompe ou então é obstruída por um interesse que é maior? As outras fracassam, pois, no modelo de análise apresentado por Honneth (2003), nenhuma das formas de reconhecimento pode se isolar e sobreviver, já que o seu sucesso está baseado na comunicação que interconecta – relações interpessoais e coletivas – e mantém o modelo vivo. Mas quais são esses atores que se beneficiam do *desconhecimento* das pessoas, do *desumano*?

Convém apontar que por trás da lógica da *desumanização*, há uma teoria da *marginalidade* que explica o quanto é importante, para o modelo econômico atual, a presença de grupos extremamente marginais, pois são esses os braços e as pernas que têm que desenvolver os trabalhos mais desgastantes, perigosos e mal remunerados. Eles não poderiam ser explorados pelas grandes indústrias como acontece na Índia, em alguns países da América (inclusive os Estados Unidos), Tailândia, Indonésia, ou na China se não fosse pelo fato de que não são considerados mais como humanos – os direitos básicos lhes foram suspensos – e sim como fontes de energia que produzem em série partes de automóveis, roupas, alimentos (PIKETTY, 2014).

A função dos “desumanos” – os marginais, as vidas que não importam – é de alimentar e produzir para aqueles que são “humanos” e que “merecem legitimamente” uma vida vivível. En-

tão, a *desumanização* pode ser também entendida como uma estratégia altamente lucrativa para as elites econômicas, as elites políticas e as elites da opinião pública. Esses círculos sociais vão se reforçando e se protegendo mediante um discurso que prevalece e que tem como objetivo garantir os seus próprios excessos.

Aquelas pessoas que perdem o rosto do humano são destinadas à precarização, ou seja, seus direitos são suspensos. Isso os transforma em corpos que nem se encontram vivos nem mortos; é como se fossem espectros.

Citaremos aqui um exemplo de como pode ser o funcionamento das políticas de precarização. Há diversos quadros técnicos que foram justamente criados para fazer uma clivagem ou separação de todas aquelas pessoas que, “pelo seu agir”, pelo fato de serem “diferentes”, pelo “seu comportamento imoral” e por estarem “à margem da lei”, são submetidas. Este coador é, nem mais nem menos, o sistema prisional. As prisões foram criadas como mecanismos de intimidação e castigo que, por sua vez, se transformam em depósitos de pessoas que “infringem a lei” e que “alteram a ordem” e o funcionamento de uma estrutura social cujo intuito é o aperfeiçoamento da produção de bens e serviços, ou seja, de renda. Quando uma pessoa representa um “perigo” para o “desenvolvimento social”, é preciso que o sistema legal tome ações que extirpem o agente anômalo da estrutura social. A suspensão dos direitos da pessoa começa quando esta se torna reclusa numa cela, pois perde o seu direito à liberdade. Outros direitos básicos lhe são suspensos após a reclusão, as escolhas no seu dia a dia não têm a menor relevância fora dos cárceres.

Uma pessoa “deixa” de ser humana quando é considerada culpável pela ação que atenta contra a “ordem social” e a “legalidade”. O rompimento do direito à liberdade leva ao confinamento em cárceres que ficam fora da vista do grosso da sociedade – nas periferias das cidades, desertos, montanhas, ilhas – uma vez que muitos são construídos em pontos geográficos inacessíveis. Isso faz com que a maioria da sociedade se esqueça de que existe um lugar onde há pessoas em condição de precarização. Por que será que nós esquecemos das prisões? Ou então, por que quando nos lembramos que há pessoas ali, não nos sensibilizamos por elas? Talvez seja por

acharmos que não são humanos, pois, antes de tudo, são “criminosos”, “violentos”, “perigosos”. “São algo que nós não somos e que ninguém do nosso núcleo familiar poderia ser”.

O processo de nos sensibilizarmos com o outro parte de uma premissa básica e muito importante que é entender que todos somos vulneráveis, precários, e que é essa mesma fragilidade que reúne a todos num ténue e leve nós (BUTLER, 2003). O fato de acharmos que não somos vulneráveis nem precários e de nos sentirmos mais seguros às expensas dos outros, quer seja porque nossa situação econômica é melhor ou porque temos um melhor pacote de seguro médico, quer seja por nos acharmos com um melhor nível de estudos ou por termos uma casa própria com grades de aço e muros de pedra, produzirá unicamente a divisão e subseqüentes formas de violência.

Assim como os latinoamericanos se reconhecem na vulnerabilidade de outros povos que passaram por situações similares às suas²², entendermo-nos vulneráveis é talvez estabelecer o primeiro passo para uma política da não violência e, conseqüentemente, da não precarização, da igualdade (BUTLER, 2003).

Quando falamos de precarização e de populações em condições de vulnerabilidade na atualidade, é quase automático tratar do fenômeno do *deslocamento interno forçado* gerado no mundo inteiro pela violência. Falar das *migrações forçadas* hoje em dia nos obriga a estar cientes de que estamos tratando de uma temática muito complexa e de grandes dimensões. O relatório global de 2016 do Internal Displacement Monitoring Center (IDMC) contabilizou quase sete milhões de novos deslocados por conta da violência e mais de vinte e quatro milhões de novos deslocados por conta de catástrofes naturais (IDMC, 2017).

²² “Fue en París en un día luminoso y soleado –de esos que son excepción en el gris invierno parisino– cuando fuimos con Marcelo, Maren, nuestros hijos y Claudio Scazzocchio –quien había venido de Inglaterra a vernos– al Memorial de la Deportación. Llenos de recogimiento vimos las enormes paredes tachonadas de nombres de desaparecidos, estrellas fulgurantes, robados del olvido. Nombres de miles de hombres, mujeres y niños que habían sido embarcados en trenes cuyo destino sería Auschwitz, Treblinka, Sobibor Dachau, a quienes se había aplicado la “solución final” para que de ellos no quedara rastro. Pero, sin embargo, allí estaban sus interminables nombres y nosotros, latinoamericanos bajo la dictadura, los contemplábamos como hermanos porque ahora nosotros sabíamos algo más de su sufrimiento ya que otros en nuestra tierra también habían desaparecido, estaban muertos o presos, y todos vivíamos bajo el miedo y el terror” (GIL, 1993: 7). A afetividade gerada entre os escritores do livro aqui citado, *Fracturas de Memoria*, ao compartilhar histórias sobre experiências violentas com outras pessoas, os levou a se sentir unificados com esses outros que não eram mais outros, mas sim iguais a eles, pois a experiência violenta gerou sentimento de fragilidade, precariedade, vulnerabilidade e isso estabeleceu um certo tipo de “laço consanguíneo”.

As populações que se deslocam por conta das catástrofes naturais e das zonas de violência são grupos extremamente vulneráveis porque não existem políticas que possam dar conta das necessidades das quais padecem. Os campos de refugiados na Europa, enquanto estratégias de acolhimento de milhões de pessoas, não criam para essas pessoas condições de independência. Os migrantes não têm o reconhecimento legal para se incorporar ao mercado laboral. Os grandes campos de refugiados são uma estratégia que ajuda países tais como Alemanha, Espanha, França e Itália a manter o controle para que as populações danificadas não ultrapassem suas fronteiras culturais, legais e territoriais sem, contudo, oferecer planos ou políticas com vistas a atender a problemática a fundo, que consiste em reconhecer os seus direitos humanos.

Dentro dessa espiral de violência do fenômeno da *migração forçada*, está inscrito o *deslocamento interno forçado*, problemática que tem suas especificidades. Como já definido antes, essas populações se deslocam no interior dos países e não transpassam fronteiras internacionais. É possível pensar que, pelo fato de serem populações que se movimentam no seu mesmo país, suas condições são melhores do que daqueles que se deslocam para outros países. No entanto, isso nem sempre é assim. No caso do México, as condições para os *deslocados internos forçados* são piores do que para aqueles que chegam com a categoria de *refugiados*.

Para usar o termo de Honeth (2003), a falta de *aceitação recíproca* e de integração é visível não só no não reconhecimento da crise humanitária atualmente vivida no México, mas também na inação e na falta de atendimento por parte dos governos num país de mais de 474.476 mil deslocados pela violência gerada pela luta contra o narcotráfico. Isso significa que não há políticas públicas de atenção e nem de reparação dos danos a todos aqueles que têm sofrido perdas materiais e humanas, perdas essas irreparáveis (CONAPO, 2019). Os deslocados no México se encontram com seus direitos humanos básicos suspensos, isso faz com que vivam em condições subumanas.

Diante disso, é importante nos questionar: O que fez com que nós, concidadãos, não ligássemos para a dor dos *deslocados*? O que nos levou e nos incentivou a aceitar as mortes, as famílias desterradas e as desapareições de milhares de mexicanos com tanta facilidade? Será que acaso essas perdas humanas não são também uma perda para nós e para o Estado mexicano?

Como podemos falar de reparação, da elaboração do luto de pessoas mortas ou desaparecidas quando estas são consideradas “nada”? Será que as vidas perdidas e desaparecidas, dos deslocados não são reais, pois não são consideradas como perdas humanas? Ou então, em termos butlerianos, estamos diante das vidas descartáveis?

Se partirmos da ideia de que a violência é exercida sobre vidas que não são humanas, ou seja, sobre pessoas que não existem em nosso contorno cultural entendido como humano, estamos diante de um ato violento que não pode exercer nenhum dano, porque estamos falando de vidas que já foram negadas (BUTLER, 2003).

A desumanização ocorre também por conta de um processo de elaboração do discurso que já se encontra em funcionamento na nossa sociedade, um discurso que violenta e que se baseia na omissão ou no desconhecimento das centenas de milhares de mexicanos mortos no contexto que por um lado provem da guerra entre o Estado e os cartéis de drogas e por outro lado se fortalece pela crescente impunidade e a corrupção institucional. Mas como essa omissão é produzida? Apagando os rostos, as imagens dos desaparecidos, eliminando os nomes e as histórias de vida, elementos que são essenciais para estabelecer ligações de sensibilização entre nós e eles (BUTLER, 2003).

O desafio de nossa pesquisa é questionar e refletir sobre a precarização dos *deslocados internos forçados* no México. Uma vida invivível – ou seja, uma vida suspensa – elabora memórias? Uma vida desumanizada tem memória? Que memórias são essas? Qual é o papel das experiências de vida dos deslocados na tentativa de recolocação do seu rosto – o rosto do deslocado como humano – num contexto social, político e econômico predominado pelo discurso que os pretende omitir? Podemos falar de memória mesmo quando o luto público tem sido obstruído, negado, adiado?

1.5 Memórias precárias

Aquí estoy, sobre esta piedra aparente. Sólo mi memoria sabe lo que encierra. La veo y me recuerdo, y como el agua va al agua, así yo, melancólico, vengo a encontrarme en su imagen cubierta por el polvo, rodeada por las hierbas, encerrada en sí misma y condenada a la memoria y a su variado espejo. La veo, me veo y me transfiguro en multitud de colo-

res y de tiempos. Estoy y estuve en muchos ojos. Yo solo soy memoria y la memoria que de mí se tenga (GARRO, 1963: 9).²³

Na tentativa de refletir sobre os processos de transformação e movimentação da *memória* no que se refere às pessoas submersas no fenômeno do *deslocamento interno forçado no México*, é imprescindível apontar que, por ser este um fenômeno violento, também se deve contemplar a presença do *trauma*. Para prosseguir nessa construção reflexiva, será importante explicar o que é *memória*, quais os seus matizes e, posteriormente, o que é o *trauma* e em que medida este estabelece uma ligação com o processo de transformação da *memória*.

A *memória* tratada como conceito nos leva ao esgotamento das discussões e, com isso, da possibilidade de estabelecer novos questionamentos e novas reflexões sobre o assunto. Falar de *memória* como se fosse um conceito é seguir formas clássicas a partir de uma postura superficial e unívoca (GONDAR, 2016). Por que devemos ter cuidado ao pensar sobre a memória? Porque é dicotômica. É aquilo que se esquece, mas ao mesmo tempo é aquilo que se lembra, é resto e, simultaneamente, é arquivo (GONDAR, 2016).

Para falar sobre algo que se encontra em movimento e em constante conformação – de algo que sempre está inacabado, como a *memória social*, é preciso uma maior abertura na área das ciências. A *memória social* é multifacetada e tem diversas definições que surgem de diferentes discursos que, quando versam sobre a *memória*, chegam a ser contraditórios muitas vezes (GONDAR, 2016).

A memória concebida enquanto produção do poder, destinada à manutenção dos valores de um grupo, não é equivalente à memória pensada enquanto componente ativo dos processos de transformação social e de produção de um futuro (GONDAR, 2016: 19).

²³ A novela *Los recuerdos del porvenir*, escrita por Elena Garro, uma das grandes exponentes do realismo mágico, é sem dúvida um apelo à memória, pois explora elementos de caráter fantástico, nos quais vivos e mortos contracenam, estruturando histórias onde a afetividade, as cores das paisagens, os cheiros e as sabores predominam. O realismo mágico é uma fenda, uma válvula de escape que Garro oferece para os protagonistas de sua novela que, diante da realidade adversa, predominantemente marginal, precária, encontram na fantasia, na ilusão, num mundo imaginário, uma forma de fugir do tempo, da tragédia, e viajar para lugares “melhores”. O gênero do realismo mágico é talvez a forma que melhor descreve os povos latino-americanos do século XX que, avassalados pelas revoluções, pelas guerras civis, pelos movimentos divergentes, pelas ditaduras e pela violência, sucumbiram a realidades paupérrimas. O realismo mágico, visto como um estilo estratégico da escrita, é para nós uma forma de construção de *memória precária*.

É por conta dessa complexidade que os estudos sobre a *memória social* exigem a *transdisciplinaridade* como estratégia metodológica para a abordagem de algo que é polissêmico, de algo que apresenta uma ampla gama de significantes icônicos e simbólicos (GONDAR, 2016). É mediante o estudo *transdisciplinar*, o entrecruzamento de saberes, que podemos refletir e reler os discursos dominantes, o que pode nos levar a novas contribuições acerca do estudo da *memória social*.

A *transdisciplinaridade* pretende dar abertura a novos questionamentos que, por sua vez, sejam aprimorados e reconfigurados para gerar um círculo incessante de reflexões. A *transdisciplinaridade* não pretende dar respostas nem conclusões sobre o que é a *memória social*, pois seria cair numa contradição metodológica, científica. Sua proposta é questionar, problematizar, colocar em xeque o preestabelecido, mostrando como existem, nas ciências, novas rotas de aproximação ao conhecimento.

Assim, os estudos *trans* abrem um leque de possibilidades para conhecer como conhecemos, quer dizer, nos obrigam a voltar sobre nós mesmos, apelando ao nosso desejo infinito de tentar descobrir o que está fugindo do nosso olhar e isso, querendo ou não, nos esvazia, daí que novas questões, novas criações e novos aportes científicos podem surgir (IBARRA & FARIAS, 2018).

Se o cientista esquecesse que há uma questão moral²⁴ e política que se entrecruza no seu estudo, todo o sentido da *transdisciplinaridade* seria perdido. Os pontos cegos podem chegar a se transformar em buracos, lacunas da parcialidade. Com isso, não queremos dizer que existam os estudos imparciais, mas sim que há uma diferença entre as pesquisas que se dizem ser objetivas e aquelas que, sem truques, mostram de forma clara e concisa que por trás daquele estudo há di-

²⁴ Neste estudo, preferimos usar a palavra *moral* para versar sobre a *memória social* como campo de estudo, diferentemente de Gondar (2016), que usa a palavra *ética*. O intuito não é negar ou contradizer a autora, mas sim por acharmos que há outras leituras sobre a ética. Por exemplo, podemos dizer que falar de *ética* é renunciar a qualquer desejo, curiosidade e ansiedade de satisfação para si ou para alguém próximo. Para Emmanuel Lévinas (1971) no seu trabalho *Totalité et infini, essai sur l'extériorité*, a ética é o apagamento de qualquer ordem ou convenção social e cultural pela força da proteção do outro através de se colocar no lugar desse outro. A ciência por si só é uma convenção social – mesmo que seja *trans*. Nela, para o bem ou para o mal, não há pureza, não há santidade, não há *ética*. Há posturas, hierarquias, verticalidade, tomada de decisões que, mesmo não querendo excluir, o fazem, pois existe uma linguagem científica, ou seja, palavras, símbolos, escritas e valores que comunicam algo, que dizem algo para alguns. A ciência é violenta, a curiosidade humana é violenta, e é difícil ser *ético* – pensando no sentido de Lévinas – quando, sobretudo, se é humano (IBARRA & FARIAS, 2018).

versas motivações e decisões subjetivas imanentes ao cientista, ao humano. Os estudos sobre a *memória social* não são uma exceção.

A *memória* é silenciosa e, por vezes, barulhenta. Isso nos faz afirmar que se há uma característica imanente na *memória*, essa é similar ao vai e vem de uma onda, algumas vezes calma, outras vezes agitada, mas, sobretudo, em constante movimento e transformação. A *memória* é *violência*. Para expor o porquê de apontarmos a *memória* como violenta vamos recorrer à ideia da “origem” do mundo, o *caos primordial*.

1.5.1 O caráter circunstancial e arbitrário do processo de transformação da memória

Sempre que se elabora uma narrativa, uma escrita, um monumento, quer dizer, uma *memória*, há algo que é excluído. Nem sempre a monumentalização da memória é vista por todos como algo aceitável. É característica da escrita criar categorias para ordenar as coisas, os seres humanos, o mundo (LATOOR & WOOLGAR, 1997). As categorias criadas pela escrita são feitas com vistas a dar sentido, quer seja ao espaço, a um contexto, quer seja à temporalidade, à transcendentalidade do conhecimento, ao real ou então ao virtual.

Museus, esculturas, capas de revistas ou jornais, livros especializados, pinturas, filmes, arquivos históricos, murais, grafites, romances literários, pinturas rupestres, pequenos altares para os defuntos são ações feitas pelo ser humano, quando tomado pela angústia radical de se saber finito, mortal. Saber que a vida é uma experiência transitória, que tem como ponto de partida o caos e que tem como ponto final o perecimento, acorda o homem da sonolência e o leva a elaborar sofisticadas e violentas criações.

Acreditamos que qualquer elaboração pública de memória ou de escrita é uma ação ostentosa, agressiva, burlesca e violenta para aqueles que se encontram fora de seu marco “representativo”. Diferentemente da concepção de *memórias* como elementos inibidores do ato violento, nossa tese é que os próprios monumentos e as ações dos corpos aliados que trabalham em sua construção são uma forma de excluir, de incitar, de instigar a vingança, o receio e a inveja. É diante dos grandes monumentos que o homem se depara com sua pulsão inextinguível de destruição. As grandes estruturas, prédios, memórias, os museus faustosos, todos são a represen-

tação do poder. Isso basta para que sejam alvo de ataques daqueles que se sentem excluídos (CANETTI, 1981).

É ingenuidade achar que a “representação” das “vítimas” no ato de elaboração da *memória* seja capaz de evitar a repetição e a reedição dos acontecimentos violentos que sacudiram a humanidade, pois, historicamente, os atos violentos geraram muitas das grandes “riquezas” que hoje em dia são vangloriadas pelas classes médias e ricas, pela opinião pública e intelectual. Um exemplo disso são as cidades-portos, nomeadas como “maravilhosas”, “requintadas” e até “civilizadas”, como é o caso da Holanda, de Bordeaux e de Liverpool, que se enriqueceram graças ao tráfico de corpos humanos provenientes da África (FANON, 2015). Assim como essas cidades, os palácios russos e espanhóis são produto de anos de extração, de exploração das riquezas de povos que até hoje sofrem por tais estragos acumulados no decorrer da história.

Os monumentos “representativos” do mundo ocidental estão permeados por uma barbárie disfarçada, que se embeleza, se reforma, se reedita. Contudo, tal barbárie memorial não é exclusiva dos colonizadores, pois é também o elemento que deu vida aos processos de descolonização (FANON, 2015).

Ainda, há *memórias* que se impõem não só nos espaços físicos que ocupam, elas também tomam o controle do discurso das cidades – Estado, cidadania, opinião pública, redes sociais digitais – e vão se distribuindo por meio do desenho urbanístico.

Não pretendemos desenvolver no nosso estudo uma declaração moral acerca do que pode e deve ser a *memória*. O que pretendemos questionar é: como certas escritas e *memórias* nos foram impostas? como é que chegamos a nos ver obrigados a contemplar, a escutar *memórias* de povos que nem conhecemos? como foi que, ao nos sensibilizarmos com uns, nos endurecemos e nos vacinamos para não sermos atingidos pela dor e sofrimento de Outros, até chegar ao ponto de precarizá-los?

Para refletir sobre esses questionamentos, trazemos o texto de Lispector (1964), intitulado *Mineirinho*, alcunha de José Miranda Rosa, cujas infrações o tornaram uma figura famosa do Rio de Janeiro dos anos 60, assassinado com treze tiros em maio de 1962 (HERINGER, 2013).

Lispector (1964), em seu texto, aponta o exagero e a crueldade dos treze tiros. A cada disparo ela se aproxima mais da realidade daquele homem até que, no décimo terceiro tiro, ela mesma se vê também assassinada, enquanto os “sonsos essenciais” dormiam.

Poucas vezes paramos para pensar por que certos acontecimentos trágicos nos comovem e por que outros, tão próximos a nós, não nos provocam qualquer questionamento, não nos atingem, não nos afetam. O caso dos rapazes que morrem todos os dias nas favelas e no subúrbio, os abusos contra as comunidades indígenas, os crimes de ódio (xenofobia, homofobia, feminicídio), todos são claras agressões contra aquilo que o ser humano devia tentar - na medida do possível - defender: a garantia da vida do Outro e de sua própria vida. No entanto, pouco importam essas extinções de corpos humanos. Mas na ida a um museu que relata e descreve as atrocidades ocorridas na segunda guerra mundial, as pessoas se sentem atingidas e afetadas pelo acontecido. Já presenciamos visitantes saírem chorando do Museu da Tolerância no México, instituição que, por meio de suas exposições, retrata os horrores dos campos de concentração na Segunda Guerra mundial.

Na mesma rota de reflexão, trazemos o caso de Chucky, apelido de um morador da cidade de Los Mochis, México. Seu caso, igual a milhares de outros, possui as mesmas entranhas, a mesma desilusão humana e essa pobreza solidária que a história de Mineirinho possui.

À diferença de Mineirinho, bastaram dois tiros a Chucky. As infeções que vieram após a retirada das balas fizeram o trabalho final de extinguir o jovem de 27 anos. Os boatos se espalharam pelo bairro onde morava. Disseram que levou dois tiros de um policial que tentava se proteger de um furtivo ataque do rapaz. O policial quase perdeu uma orelha por conta das agressão. Chucky perdeu aquilo que talvez desde seu nascimento já havia perdido: uma vida vivível.

Nascido num bairro pobre, de pais viciados em drogas, foi criado pelo avô que morreu aos 65 anos, quando Chucky tinha 10 anos.

Desde seu nascimento, ele experimentou a marginalidade, se tornando um adolescente indesejado por seus parentes, vizinhos, colegas de escola.

O vício em drogas lhe deixou danos irreversíveis: uma severa doença pulmonar, uma instabilidade mental, um olhar perdido, uma conversa interminável com personagens que não exis-

tiam. Viveu assim seus últimos dias, num quarto escuro, pichado, fedido, cheio de lixo, até ser atingido pelos tiros que lhe infeccionaram o abdomen.

Antes de morrer, foi atendido por uns enfermeiros naquele quarto, mas não foi levado ao hospital. Morreu em condições subumanas.

Seus vizinhos não fizeram nada para ajudá-lo. Depois de sua morte, o bairro inteiro colaborou com dinheiro para o enterro e todos pareciam aliviados pelo fato de aquela figura não estar mais ali.

Talvez não fizemos nada porque ele era visto como uma coisa, um animal. Não quisemos nos abrir à sua dor e nem nos reconhecer em sua humanidade, toda a nossa tranqüilidade de “sonsos essenciais” seria afetada. Como dormiríamos em nossos “seguros castelos” depois disso?

Por isso a rejeição, a tentativa de esquecê-lo para não sermos afetados, para não nos sentirmos precários, vulneráveis e fragilizados diante do erro apontado por Lispector: o nosso erro. Um erro com o nosso rosto, um erro que éramos nós e que seguiremos sendo nos.

O Mineirinho e Chucky compartilham o trágico destino dos despossuídos: o desconhecimento social e o desconhecimento do Estado, a desautorização à fala, a autorização dos reconhecidos como “humanos” a agredir o desautorizado e, finalmente, uma morte em que seus corpos largados no espaço público reafirmam o quanto o nosso corpo é frágil diante da soberania imposta pelas maiorias sobre os indesejados.

Questionemos então: o que há por trás dessa expressão humana que se mostra doce e compreensiva para uns e fria e indiferente para outros?

Atualmente, as comunidades que foram invadidas fisicamente, colonizadas, continuam a ser uma cosmogonia na qual as *memórias* públicas são os rastros, as pegadas deixadas pelos antigos colonizadores e que até hoje continuam instauradas, ou seja, têm vigência. No caso da América Latina, as estruturas políticas existentes dos Estados “descolonizados” são herança dos regimes patrimoniais da Espanha, Portugal, França. As *memórias* dominantes não são dominantes por acaso, mas produto da ação de corpos aliados, de corpos que são considerados, autorizados, reconhecidos pelo seu rosto humano, um rosto que projeta os valores do ocidente: vida, liberdade, progresso, democracia.

A zoologização linguística com que os marginais são tratados pelas classes dominantes, diz respeito à precariedade e à distribuição desigual das camadas sociais. Colocamos o nosso olhar telescópico no processo de distribuição da precariedade porque justamente nele é possível enxergar quais são aqueles que tem direito a serem representados nas *memórias* da praça pública e quais não. Quem merece a solidariedade da sociedade no processo do luto? E quem não? Quais terão o direito de passar por um processo traumático e quais serão isentos? E como se não fosse suficiente, por que esses povos condenados por serem “diferentes” são inclusive responsabilizados pelo acontecimento traumático, abandonados e esquecidos intermitentemente, mesmo quando saltam à nossa vista?

As ambiguidades e as contradições circunscritas às elaborações da memória são visíveis pontos de ruptura entre os que gozam do abraço caloroso do “Ogro filantrópico” (Paz, 1983), da elite política e empresarial e da opinião pública e os que diariamente lutam pelo direito de serem chamados de humanos, tratados com dignidade ou, pelo menos, como seres vivos. Será que ainda tudo o que se encontra fora do Estado não é nada nem ninguém?

1.5.2 Memória e caos

Pensar sobre a transformação da memória nos obriga a refletir sobre a teoria do movimento, um movimento entendido como algo que sempre esteve ali, que é o criador de tudo o que hoje conhecemos, desconhecemos, sentimos, virtualizamos, vivemos e experimentamos. Nós mesmos somos produto desse movimento. Quando falamos em movimento, nos referimos a tudo aquilo que nem sempre é controlado, organizado, mas àquilo que é caótico.

O surgimento da *caologia* como a ciência que estuda o caos se dá a partir dos estudos sobre os variados e indecifráveis movimentos que fazem parte essencial dos seres vivos e das coisas. Tudo o que pode nos parecer trivial requer uma observação agudizada, pois por trás daquilo que parece ter um ritmo, uma constância, uma permanência, haverá sempre um mistério (BALANDIER, 1993). Assim, é evidente que para fazer qualquer reflexão sobre algo que está em constante movimento e transformação como é o caso da *memória*, temos que partir da premissa de que tudo o que se encontra na ordem da natureza carece de uma linearidade. A *memória*, nessa perspectiva, não é uma exceção.

Indaguemos: Por que a *memória* se encontra atravessada pelo *caos*?

Para aprofundar tal questionamento, é primordial que pensemos a partir de uma dinâmica não linear, que vem sendo estudada pela física. Esta é chamada de entropia: magnitude termodinâmica que indica o grau de desordem molecular de um sistema (BALANDIER, 1993). É claro que, como já apontado no início deste trabalho, essa análise é arriscada, pois não só estamos tratando da circunstancialidade característica da natureza, como também estamos diante de uma questão que envolve a arbitrariedade humana. No entanto, decidimos assumir o risco, pois acreditamos que esta reflexão pode nos ajudar no processo da reformulação do que entendemos hoje ser a *memória*.

Não pretendemos em momento algum fazer uma apologia de *memória* e o *caos*, nem cair em trivialidades ascéticas e nem em niilismos funestos. Sobretudo, queremos elaborar questionamentos que nos permitam dimensionar, por exemplo, a possibilidade de que do *caos* nasça a *memória*. Como é possível que a *memória*, algo que tem sido concebido por alguns como sinônimo da ordem, da transcendentalidade, da historicidade, esteja crucialmente ligada ao movimento, à incerteza, ao caos?

Pois bem, esboçadas nossas pretensões, é hora de prosseguir com a explicação dos conceitos.

Sobre a ideia do *caos primordial*, resgatando o trabalho de Farias e Pinto intitulado *Memória social em situação traumática* (2016), podemos dizer que ele se concebe como um *todo*, um *todo* que se não foi inteira e realmente metrificado, assim o foi virtualmente²⁵. Isso faz com que seja construída uma percepção do espaço e tudo o que possa existir nele é algo imenso, muitas vezes desconhecido e misterioso. Esse *todo* apresenta, por um lado, o *cheio*, aquilo que, graças aos choques, nós enxergamos, sentimos e enumeramos, mas também tudo aquilo que sabemos que poderia estar ali sem, contudo, conseguir necessariamente apalpá-lo; e por outro lado, o *vazio*, entendido como um espaço que permite a movimentação daquelas partículas que, sabemos, fazem parte do *cheio* (FARIAS & PINTO, 2016).

A ideia do *caos primordial* tem que contemplar o que era aquilo que já existia antes do caos. Acerca disso, Farias e Pinto (2016:182):

²⁵ Entendida “como força ou possibilidade para o existente” (TÜRCKE, 1948: 288).

E o que havia provavelmente na origem? A vastidão, a solidão, o abismo, as trevas. Nesse tempo imemorable, pois somente podemos pensar em arranjos de memória a partir dos arranjos produzidos pelos choques das partículas, produziram-se as primeiras configurações em relação às quais podemos aludir à existência de uma anterioridade irremediavelmente perdida que poderá ser reconstituída ou evocada em termos de construção de memória.

Assim, é possível apontar que a *origem* que atravessa o imperativo da *ordem* nos permite perceber que há, por um lado, algo que pode ser visto como um ganho, como algo que pode ser acumulado (rastros, restos, traços) e que, por sua vez, é produto dos choques entre os corpos que ocupam o universo e que é percebido por nós em tempo presente e, por outro lado, a insuportável *perda* que, por pertencer ao passado, não pode ser recuperada por nenhuma técnica, ferramenta ou artefato.

A *perda* e a *angústia* por recuperar o perdido, traduzida na tentativa de construção da *memória*, são talvez a marca que caracteriza a nossa sociedade ocidental.

É a anterioridade do passado irremediavelmente perdido que, sem sombra de dúvida, tenta ser recuperada a partir da construção da *memória* (FARIAS & PINTO, 2016). Uma *memória* atravessada pela angústia, o caos, o medo, uma *memória precária*. A *memória* como uma ferramenta usada para recuperar o que foi perdido e que nos faz frágeis, vulneráveis e precários.

A ciência parte da ideia de que algum dia possuiu a verdade e que essa verdade, por ter data de validade, foi perdida em algum momento. Então o “invencível” cientista optou pela construção de caminhos que o levassem a se encontrar com seu objeto perdido, a verdade (DETIENNE, 2013). A ciência, acumulação de escritas que pretendem construir as *memórias*, aterrorizadas pelo irrecuperável passado e angustiadas pelo indecifrável futuro. A ciência, um método legitimado pela escrita, uma utopia que nos afasta da possibilidade de viver o aqui e o agora porque sempre está situada no passado ou no futuro.

Mas há algo que é indiscutível sobre a construção da *memória*, isso tem a ver com o fato de a *memória* nos oferecer a possibilidade de simular a nossa satisfação plena, mesmo quando temos compreendido que a nossa existência tem um limite implacável: a morte.

É no devir em que as coisas transitam que choques podem acontecer, e com tal ocorrência é possível captar seu movimento (FARIAS & PINTO, 2016). É como se estivéssemos em frente

a um palco e um movimento circunstancial fizesse a cortina vermelha e aveludada se abrir, permitindo que nós, a plateia, assistíssemos a um espetáculo sedutor, a dança das coisas, das pessoas, seus movimentos e, subsequentemente, a descoberta de alguns mistérios e o surgimento de outros novos mistérios. “Da diferenciação, resultou o universo captável e o universo desconhecido. O universo captável é o ponto de partida para supor a existência de outros universos que poderiam também ser captáveis, o que tornou possível sondar a imensidão” (FARIAS & PINTO, 2016: 183).

A ideia primordial do caos, como elemento norteador para pensar a *memória* em condições traumáticas (FARIAS & PINTO, 2016) que, por sua vez, foi retomada da ideia bergsoniana de representar o caos a partir da compreensão do tempo como movimento e mudança, é sem dúvida, muito interessante e instigante, tanto que nos faz repensar as questões relativas à *memória* no nosso estudo. Esta poderia, inclusive, ser pensada a partir da ideia do caos, da circunstancialidade, do devir, o imanente caráter *precário* da *memória* não só em situações traumáticas, mas no seu caráter de ser uma ação que procura recuperar algo perdido. Por que apontar a *precariedade* como um elemento indissociável da *memória*?

Essa questão deverá ser pensada por meio de quatro aspectos da experiência humana que nos ajudam a expressar melhor a ideia da *memória precária*:

- a) **A existência predominante da desordem, do caos, das circunstâncias.** O fato de saber que sempre haverá algo à volta, algo que nos é desconhecido, cuja direção e comportamento são imprevisíveis, nos obriga a dimensionar o nosso corpo com referência ao universo, à imensidão. Mas também nos obriga a aceitar que nós, corpos, somos sujeitos da natureza, quer seja da lei da gravidade, quer seja da morte iminente das células que nos dão vida. Isso nos ajuda a lembrar do quanto nascemos frágeis, precários.
- b) **Transitoriedade da vida.** Entendermo-nos como corpos é ter noção de que temos dimensão e que essa dimensão se encontra sujeita aos limites que são dominados pelas leis da natureza e pelos desejos do Outro. Tudo o que tem um início tem um fim,

ou seja, tudo o que tem vida em algum momento conhecerá a morte. Podemos dizer que o ser humano, ao surgir no mundo, já é vulnerável, é precário.

- c) **A imensidão angustiante.** Quando o ser humano percebe a imensidão do nada e repara pela primeira vez que ele mesmo faz parte dessa imensidão e quando essa totalidade não o aniquila mas o obriga a viver em convivência com ela, o ser humano cai num estado permanente de impotência diante da totalidade, da imensidão que não conhece e que, subsequentemente, lhe demonstra o seu não conhecimento sobre si (HEIDEGGER, 1996). A angústia é o impulso que leva o homem à procura – pode ser a procura da ciência, das religiões, dos mitos –, curiosidade insaciável de tentar desvendar tudo o que não sabe da totalidade e dele mesmo, a denominada “angústia radical” (HEIDEGGER, 1996: 52).
- d) **O artifício: elemento precarizante.** A violência, com a qual o ser humano se desloca no universo das coisas, na procura de interpretar, representar e entender o que ele é e o que o mundo é, leva à elaboração de técnicas de exclusão, ao agenciamento da diferenciação. Leva à ciência, para dar um exemplo. A ciência entendida como a força de uma comunidade que pode entrar em ação a qualquer momento e contra qualquer um que ofereça resiliência, resistência, oposição (IBARRA & FARIAS, 2018). É o argumento justificante para “barbarizar” o “bárbaro” com o fim de torná-lo civilizado, de fazer com que seu norte aponte para o desenvolvimento e para o “progresso”. É nesse ponto que podemos retornar àquilo expresso no item b, quando dizemos que nem sempre os limites são exclusivamente produto das leis da natureza, mas também dos desejos dos outros.

Farias e Pinto (2016) afirmam que é justamente a tentativa de o homem dar sentido ao abismo e à descoberta da sua solidão e da sua estranheza que o leva à construção daquilo que é chamado de *memória*. Seguindo essa linha de pensamento, acrescentamos que estamos diante da construção da *memória* que, pelo fato de ser marcada pela experiência humana, a qual é atravessada pela *ordem da desordem*, pela *transitoriedade da vida*, pela *perda*, pela *imensidão angus-*

tiante e pelo artifício, é uma memória violenta, pois é, sobretudo, precária desde sua origem, precarizada e precarizante.

A *memória* é produto da catástrofe, de choques que produzem transformações irreversíveis. É a irreversibilidade que pode deixar vestígios e rastros que, por sua vez, dão lugar à edificação da escrita, da *memória*. Qualquer movimento que pode ser reversível se encontra propenso a apagar seus próprios rastros e vestígios, o que pode impedir a elaboração da escrita e da *memória* como experiência e vivência de algum ato violento e que desenvolve funções tais como a de estabelecer laços de solidariedade e processos de fuga (FARIAS & PINTO, 2016).

Mas o que é a escrita se não a exclusão constante, a tentativa de estabelecer diferenças, categorizações? É só ela aparecer para que se apaguem outras formas de comunicação. Nos laboratórios de experimentação genética, de pesquisas avançadas que procuram vacinas para a cura de vírus mortais, onde se pretende deter a catástrofe, inclusive nos centros industriais onde se produzem as tecnologias mais “sofisticadas” que, posteriormente, são transferidas a esses laboratórios científicos, é a escrita que categoriza, organiza, institui e destitui. Os líquidos e os materiais genéticos que são recolhidos em tubos não significariam nada para a ciência se não fossem pelos códigos e números que lhes são etiquetados. Podemos dizer, seguindo as experiências de Latour e de Woolgar (1997), que nem os tubos e nem o material recolhido significam tanto quanto as folhas com suas inscrições impressas pelos processadores de dados e computadores, pois serão essas inscrições que darão credibilidade ao que aconteceu, acontece e poderia acontecer nos laboratórios.

A escrita é agressiva, é violenta, porém a *memória* também é violenta. O que a escrita tenta apagar primeiramente é o elemento básico da ordem, a *circunstância*, entendida como tudo aquilo que está à volta, que tem movimento independente, algo de que nem a prática científica pode escapar, pois ela é inclusive produto das circunstâncias (LATOUR & WOOLGAR, 1997).

Tudo o que tem vida é atravessado pelo circunstancial e a escrita não é exceção. Mas o que significa a escrita estar atravessadas pela circunstância? Se a escrita é entendida como uma elaboração subjetiva e circunstancial, de que forma esta pode projetar a memória? Será que poderíamos estar diante de *memórias precarizantes*?

Devemos nos deter diante desses questionamentos justamente para repensá-los e reformulá-los. Não podemos agir como se por trás das narrativas, mesmo as escritas das “vítimas”, não houvesse nada, pois estaríamos compactuando com o pensamento binário do “bem” e do “mal”, no qual se acredita que, pelo fato de a “vítima” ser “vítima”, tudo o que é dito por ela não pode ser questionado e nem refutado. Estaríamos compactuando com a mortífera armadilha da representação: um barril cheio de respostas, mas vazio de perguntas.

A ideia de questionar a relação entre a escrita e a *memória* não é com a finalidade de apontar que a escrita, por ser iminentemente excludente, seja o rosto do mal, do errado, mas sim de tentar demonstrar que algo está acontecendo nesse processo e que deve ser visto e, sobretudo, questionado.

Não pretendemos negar a pertinência das narrativas e das escritas como formas que falam sobre a experiência e a vivência de algum ato violento e de tudo aquilo que elas podem produzir. É importante mencionar que nosso estudo de campo estará baseado na recopilção de experiências de vida dos *deslocados internos forçados* no México; o que queremos ressaltar no nosso trabalho é que o relativo triunfo do esquecimento público sobre aqueles que estiveram e que estão submersos em condições violentas e traumáticas talvez não se deva ao fato de uma ausência de escritas, de narrativas, mas sim ao produto delas. Ou seja, tanto as escritas oficiais – elaboradas por instituições legitimadas pela sociedade – quanto as escritas precárias – elaboradas pelos marginais – podem ser as que teceram esse “véu de obscuridade” do qual falam Farias e Pinto (2016) quando apontam o predomínio do esquecimento sobre a lembrança. Inclusive poderíamos nos aventurar e apontar que os excessos de memórias podem nos levar ao terreno do esquecimento.

Como já destacado, serão sempre a força indecifrável e avassaladora da natureza e as vontades dos seres humanos as que permaneceram em constante fricção e que estabeleceram os limites do ser humano. Serão, por um lado, as costureiras do que deve ser esquecido e, por outro lado, as que bordarão os contornos para dar forma ao que deve ser lembrado.

A memória está viva e é carregada pelos vivos e justamente por isso ela se encontra em constante mutação e transformação, onde a lembrança e o esquecimento fazem parte desse pro-

cesso que é extremamente frágil às “manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações” (NORA, 1993: 9).

Os costureiros das memórias estarão sempre regidos pela ideia primordial do caos, da origem e dos desejos dos outros. Se deixássemos de lado essas características, estaríamos mais no campo da história, pois é ela que desenvolve um infinito exercício de contemplar aquilo que foi e que não existe mais (NORA, 1993).

Nora (1993) demonstra que a memória é uma característica dos “grupos vivos”. Então, o que acontece com aqueles grupos que não são considerados vivos pela sociedade ou que, devido a um processo político, deixaram de estar vivos para serem espectros? Como essas memórias se gestam e se mantêm em movimento, vivas?

Lembrar que a *memória* é constantemente movimentada pelas fricções da dinâmica social, pelos pesos e contrapesos que a luta pelo poder desencadeia (exclusão, desconhecimento, estigmatização, omissão etc) permite uma abordagem científica baseada numa perspectiva na qual a *memória* é contemplada como um mecanismo de poder (GONDAR, 2000). Então será que a *memória* – a escrita, o discurso, a narrativa – pode estar a serviço de alguns, servir só àqueles que a lograram “manipular” ou “direcionar”?

Diante desses questionamentos, somos obrigados a refletir profundamente sobre o fato de que, mesmo quando a *memória* é usada como um mecanismo de poder sobre os “outros” – marginais, subalternos – esses “outros” possuem *memórias* que estão em movimento, ou seja, que estão vivas. Sem dúvida, elas estão em condições de *precarização* e, no entanto, estão vivas. A *memória* é imanente ao homem, e não transcendental. É por isso que as *memórias precárias* sobrevivem, porque apelam a um princípio básico: estou, existo. Tão vivas são essas *memórias* que nos motivaram a questioná-las neste estudo.

Assim podemos dizer que as *memórias precárias* se movimentam sigilosa e estridentemente pelos contornos da “cultura dominante”. Não são subterrâneas, não estão escondidas porque são vistas à luz do dia. Não há forma de evitá-las, pois são nosso rosto, nosso espelho, nossos “acertos” e os nossos “erros”. As *memórias precárias* são violentas, passionais, vingativas,

eloquentes. Representam os excessos produzidos pela traumatizante perda do irrecuperável. Quando encurraladas, numa encruzilhada de vida ou morte, muitas vezes imitam as rotas de defesa, os discursos, as estratégias fatais que foram as mesmas que as submeteram e que as precarizaram. O legítimo ato da auto-preservação e da tentativa de recuperar o objeto “perdido” na viagem social se converte numa arma letal para todos.

1.5.3 A criatividade e a subjetividade do trauma na transformação da memória

A base da sociedade atual é a perda, o que nem sempre se encontra refletida num objeto, numa coisa, mas sim em algo que se ausenta e que faz lembrar que o vazio onde reina a circunstancialidade nunca deixou de existir. Pois bem, a perda nos lembra o quanto somos precários e quanto somos semelhantes entre si.

Com a perda, emerge eminentemente o *trauma* – com isso não queremos dizer que o *trauma* é o objeto perdido. Por que a perda e não o excesso? Porque os excessos são o espelho justamente da perda (BAUDRILLARD, 1996). A perda em tempos atuais pouco se reconhece como elemento constitutivo do ser humano e uma reação radical é a representação na experiência do excesso (BUTLER & ATHANASIOU, 2013). Um exemplo é a tentativa do homem de desvendar os mistérios do universo, o que nos tem levado a uma *histeria referencial*²⁶, ação violenta que tenta preencher lacunas, vazios, para encontrar o que sempre achamos que foi nosso, a verdade – realidade com data de vencimento. O principal motor do excesso, do obsceno, gira em torno da tentativa do homem de recuperar algo que era seu - ou então pelo menos ele acredita que era seu - e que diante de seus olhos, sem poder impedi-lo, o perdeu. E impossível lidar com essa perda que sempre vai sitiá-lo o ser humano

Como argumento que pretende dar sequência ao exposto por Baudrillard (1996), no que se refere aos excessos como produto da perda, aqui cabe o conceito de *desvelamento*, elaborado por Farias e Pinto (2016): uma abertura, movimentação em espiral, oscilação do ser humano que se joga ao vazio com rumos à recuperação do perdido. Essa dinâmica faz com que o ser nunca consiga voltar ao ponto de partida. Farias e Pinto (2016) apontam, inclusive, que em cada tenta-

²⁶Jean Baudrillard (1996) utiliza este termo no seu trabalho intitulado *As estratégias fatais* para definir aquelas pessoas que pretendem dar sentido ao mundo mediante o uso do conhecimento analítico.

tiva de aproximação, ele se afasta mais e mais, sem perceber que por trás dessa ilusão de estar quase perto de encontrar sua origem está a construção da *memória*. Mas esse estado de ilusão que leva o ser a transitar por diferentes rotas onde não encontra o que perdeu, faz com que ele se depare com o único que o acompanhou sempre, a morte. Quando o homem entende que a única certeza na transitoriedade da vida é a morte e que não há forma alguma de fugir e de evitá-la, aí é que ele está diante das pegadas do seu destino, dos rumos que o dirigem à finitude (FARIAS & PINTO, 2016). Esse saber do ser sobre o fato de que cada milésimo de segundo que passa significa viver e ao mesmo tempo estar morrendo o obriga a refletir sobre o estar aqui e agora.

Assim, a vida deixa de ser estabilidade para passar a ser algo que se movimenta violentamente, pois é a vida que vai permitir o ser a fugir dos excessos criados por ele mesmo na tentativa de “satisfazer” o fugaz momento que é a sua passagem da vida até a morte. Cada *ciclo repetitivo* de procura pela satisfação associada à perda produz mais perdas e essas perdas produzem por sua vez desilusão, levam o ser a criar novas rotas de procura pela satisfação, transformando essa dinâmica em um esquema cíclico (FARIAS & PINTO, 2016). Há uma repetição constante, incessante, e é justamente o fato de o ser humano se achar imprescindível que o leva a gera os excessos.

Podemos nos aventurar a dizer que aquilo que está por trás da acumulação, dos excessos, é a perda, algo que até hoje continua sendo um mistério, pois não sabemos o que ela é, só sabemos que nos faz falta. Talvez seja porque não somos capazes de enfrentar o domínio simbólico da ausência e deveríamos refletir profundamente sobre isso, pois além de nos levar à acumulação de “provas”, “restos”, “verdades”, “pegadas”, “ciclos de repetição” – todas ações violentas – desde 1826 – registro de uma das primeiras fotografias (TÜRCKE, 2014) – nos tem feito re-féns de uma ilusão desencantada que teve força no século XX e se blindou no século XXI graças à proliferação das telas, das imagens. É a imagem uma tentativa falida de representação em alta definição do que é “mais real do que o real”, outro exemplo do excesso como produto da perda. Um excesso que, sem dúvida, conseguiu nos seduzir, nos cativar.

Isso deve ser questionado porque por trás desses incessantes *ciclos de repetição*, que de diversas formas nos iludem e nos seduzem com a ideia de que estamos chegando a alguns passos

do objeto procurado desde os nossos ancestrais – pois estava perdido, nos esquecemos da existência do outro e, com isso, nos esquecemos da nossa imanente precariedade.

Voltando ao que é de nosso interesse – mas não por isso contrário ou distante do que refletido anteriormente, uma vez que ajudará a complementar nossas reflexões sobre as *memórias precárias* – devemos nos perguntar: o que é o trauma? É um abalo produzido pelo choque de algo que não se espera, uma reação a esse contato que se perdeu e que gera um processo de transformação do “eu”, um “eu” que, no processo de se transformar, tem por obrigação se destruir, se não totalmente, pelo menos parcialmente (FERENCZI, 1990).

Também podemos acrescentar outra ideia – que não é oposta à anterior – e dizer que o trauma é uma experiência violenta pela qual atravessa um organismo que é modificado, transformado. E nem sempre essa modificação é um dano, pois, às vezes, ela motiva a criação (FARIAS & PINTO, 2016).

No caso de TÜRCKE (2014), o trauma é descrito como uma compulsão à repetição do choque de algo estranho que, pela sua constituição desconhecida, não consegue ser assimilado pelo organismo. Essa incapacidade de assimilação faz com que ele se repita, imitando o acontecimento – o choque – com a finalidade de reproduzir a sensação de pavor ou medo para, posteriormente, começar a assimilá-lo de forma que deixe de ser desconhecido. É como se tentasse criar uma capa ou um escudo contra qualquer agente externo, objetos em movimento, que possam chocar o organismo. Existe acaso a possibilidade de nos vacinarmos contra o que possa conjurar o infinito? Será que podemos nos transformar em verdadeiros samurais, resistentes ao desconhecido e de converter a dor no “agulhão da volúpia” como aponta TÜRCKE (2014)?

A postura com relação ao controle para evitar a dor türckeaniana faz com que lembremos dos realistas aludidos por Nietzsche (2013: 127-128) na *Gaia da ciência*:

Ó homens racionais, que se sentem encouraçados contra a paixão e a imaginação e que gostariam de fazer de sua doutrina um objeto de orgulho e um ornamento, vocês se chamam realistas e dão a entender que o mundo é verdadeiramente feito como lhes aparece; que são os únicos a ver a verdade sem véu e que vocês seriam talvez a melhor parte dessa verdade – ó amadas estatuas de Saís! [...] Seu amor pela “realidade”, por exemplo – é um velho, realmente um velho “amor”! Em cada sentimento, em cada sensação há alguma coisa desse velho amor; e de igual modo algum jogo da imaginação (um preconceito, uma desrazão, uma ignorância, um temor ou qualquer outra coisa que seja) trabalho nisso e teceu a malha.

É como se o fato de nos acharmos protegidos e imunes à dor fosse um tipo de consolação diante de uma angústia infinita proveniente do universo das coisas futuras. O êxtase da sociedade atual poderia representar uma das técnicas de evasão da realidade, uma realidade entendida não como aquilo que é único, unívoco e fixo, mas como aquilo que se transforma. Realidade, o percurso da vida à morte.

É importante deixar bem claro que o *trauma* talvez não resida no pavor à dor, mas sim naquilo que o objeto perdido tem no seu conteúdo, talvez no fato de não saber o que se perdeu. Ou então, o traumático reside em não conseguir recuperar o objeto diante de uma realidade que nos é inerentemente selvagem e cruel e, acostumados ao artifício luminoso da “verdade”, não conseguimos lidar com a incerteza, com a insegurança, com a instabilidade, com aquilo que não é conceituado. Será que a perda e tudo que dela pode se derivar – excessos, obscenidade, acumulação de informação, pornografia, pobreza – é a característica constitutiva da sociedade atual? O que tem de errado na perda que nos obriga e que quase nos impõe a “superá-la”, “substituí-la” por algo mais, como na elaboração do luto?

Sobre as posturas de Freud (1996b) no que se refere à superação do trauma, Butler (2003) aponta algo no qual concordamos: elas se contradizem com relação à elaboração do luto, pois primeiro indicam o fato de que falta à pessoa a capacidade de conseguir realizar uma substituição de um objeto por outro e, sendo assim, o trauma persiste. Em outro trabalho, Freud (1996a) afirma que a introjeção – associada à melancolia em suas origens – é essencial no processo da elaboração do luto. Ambas as posturas nos levam a questionar sobre quando se começa a fazer um luto? Em que consiste o luto? Como superar o luto? Será que é possível substituir um objeto, esquecer alguém? Será possível que outra coisa, outro objeto substitua a perda? Se for assim, será que essa fórmula nos levará à elaboração do luto e à superação do trauma?

Esses questionamentos dificilmente podem ter respostas, mas podemos apontar que talvez o fato de chegar a compreender que a perda nos transforma e que essa perda é irrecuperável, até por não sabermos o que foi perdido e para onde foi, possa representar a elaboração do luto (BUTLER, 2003). A perda gera mudanças e aceitar que a ruptura, o desequilíbrio, a desorgani-

zação e o vazio são os elementos que predominam sobre nossos desejos é uma forma de nos submetemos a algo que é maior do que nós mesmos.

O ambiente externo e suas variações produzem choques, mas isso não significa que eles sejam negativos ou positivos, sobretudo são importantes na produção de alternativas de auto-preservação (FARIAS & PINTO, 2016). Assim, podemos dizer que nem sempre o traumático é somente sinônimo de dano, quer seja físico ou psicológico. De acordo com Ferenczi (1990) e Türckey (2014), há no choque, no trauma, um movimento que leva o homem a criar algo da experiência violenta, histórias de vida, discursos, inscrições, pinturas, desenhos, danças, fotografias, monumentos, arquivos, cemitérios, inclusive criações que muitas das vezes são indecifráveis.

Há uma série de questionamentos relevantes que dizem respeito à relação entre o criado e o perdido. E podemos aprofundar ainda mais as questões que versam sobre a relação do ato mesmo de criação e o intuito de obter uma representação do perdido. Sobre o criado e o perdido: o que acontece quando essa criação é usada como uma forma de representação da experiência violenta? A criação é usada como uma substituição do que se perdeu, daquilo que não sabemos o que é nem para onde foi? Há um discurso que legitima o criado? Em que medida essa criação pode ser destruição, simulação?

É importante aceitar que a existência do choque, do trauma, da perda é o nosso novo Santo Graal. O trauma, sinônimo da circunstancialidade: quando saímos à rua com a ideia de alcançar um objetivo – qualquer que seja este – enfrentamos uma conspiração inevitável, a conspiração do caos, da transformação constante de tudo o que nos rodeia. As possibilidades da frustração de qualquer plano são maiores do que imaginadas. No entanto, continuamos acreditando abnegadamente naquilo que a modernidade nos prometeu: ambientes seguros, controlados, legíveis, sistematicamente funcionais. Que aconteceria se nossos referentes culturais não fossem o cartesianismo-cristão e sua mistura com o darwinismo, e aquilo considerado traumático fosse visto como algo circunstancial?

Não queremos dizer que o trauma, entendido como choque, não exista se não fosse graças à mão do homem. Pelo contrário, isso é impossível de ser sustentado, mais ainda quando pensamos na criação do mundo a partir da ideia do caos primordial. O que pretendemos ressaltar nesta

reflexão é que o trauma é perfurado, atravessado pela construção cultural e os desejos dos outros. Há subjetividade no trauma e, por conseguinte, na elaboração do luto.

Para tentar explicar melhor o que queremos dizer, lançaremos mão da estratégia do palhaço educativo, para citar uma piada vulgar que trataremos de escrever da forma mais sutil e leve de forma a não aturdir os ouvidos ascéticos.

No século XV, quando a Rússia era dominada pelos mongóis, um casal de granjeiros caminhava pela estrada poeirenta quando, de repente, um guerreiro mongol aparece a cavalo e diz, enquanto desce do animal: Parem aí, vou possuir sua mulher, mas enquanto o faço, exijo que você segure meu saco, pois não quero sujá-lo. Terminado o ato, o guerreiro mongol foi embora e o granjeiro começou a pular, rir e bater palmas. A mulher, ainda no chão, com os cabelos desalinhadados, interrompe a celebração: Como é possível que você esteja berrando de felicidade quando acabei de ser brutalmente estuprada? O granjeiro lhe responde, ainda rindo: É porque você não sabe, mas eu enganei o mongol, deixei o seu saco cheio de pó (ZIZEK, 2009).

São duas leituras a serem feitas. A primeira diz respeito ao fato de o desejo do granjeiro – associado à sua vingança própria para com o mongol – ser capaz de se impor e permitir a submissão de sua mulher, sem se importar que, enquanto se vinga, outros sofrem. O desejo de vingança e o ego do granjeiro são mais fortes do que qualquer tentativa de proteger sua esposa do agressor. Para alguns homens, a atitude do granjeiro descrita na piada pode ser considerada como o ato mais pueril, mais sujo, malvado e imoral.

A segunda leitura pode ser feita entendendo o acontecimento como um choque enfrentado pelo casal, uma experiência traumática para ambos e não só para a mulher.

É claro que colocamos aqui uma piada radical que reflete uma dinâmica do cotidiano na vida do ser humano. Escolhas são feitas a toda hora e cada escolha – na sua dimensão proporcional ao ato e aos valores dados a certas situações – exclui, inclui, violenta ou modifica o seu ambiente externo e tudo o que possa estar nele, incluindo o Outro.

No que diz respeito ao trauma, este é uma condição humana, ou seja, cada caso ou experiência violenta que nele desemboca terá suas especificidades, subjetividades. São muitas as

questões que estão em jogo quando refletimos sobre como se originou e como funciona o trauma, se é possível superá-lo, se ele tem caráter estruturante ou desestruturante. O que não devemos evitar em nosso processo de pensar o trauma é a subjetividade da perda. Temos que ter em mente que enquanto para uns uma perda pode gerar uma experiência traumática indizível, para outros que sofrem outras perdas – o que uma pessoa perde nunca poderá ser comparado com a perda de outra pessoa – contar, escrever, narrar e inclusive fazer uma piada sobre isso será uma forma distinta de lidar com a experiência traumática, nem melhor e nem pior, simplesmente singular.

Estamos interligados com outros, inclusive com os objetos que nos rodeiam, pois os incorporamos como se fossem partes que a natureza, por meio da nossa capacidade de criar o artifício, proveu. O nosso corpo é mais do que duas pernas, dois braços, olhos, boca, orelhas, órgãos genitais, unhas, pelos; o nosso corpo se expande quando tudo o que tocamos com nosso olhar ou nossas extremidades corpóreas a nós se adere. Tudo o que ouvimos também nos conforma, nos modela; somos esponjas que retêm, mas que também se esvaziam. Esse esvaziamento é a perda. O papel da perda é algo negativo ou positivo?

Isso deve ser aprofundado nas discussões científicas porque se partirmos da ideia de que a perda produz iminentes transformações nas pessoas, então estamos dizendo que é também a perda o agente motriz da genialidade, da genuinidade, da criatividade, da curiosidade, da loucura humana. Além disso, é por conta da perda que em até certo ponto descobrimos que também algo se foi com aquilo que se perdeu, fazendo com que nos vejamos similarmente precários e obrigados a questionar sobre esse laço, ligação tênue, que nos conecta a um todo.

No entanto, a *perda*, sempre tenta ser associada ao *trauma* e ao *luto*. Para nós ocidentais, são palavras indesejáveis – perda, trauma, luto – que não são bem-vindas dentro do discurso progressista, pois estão ligadas à dor e não à felicidade que, supostamente, em pleno século XXI, já deveríamos ter alcançado.

Mas seguindo a linha de pensamento na qual há possibilidade de simulação de satisfação, da substituição do objeto perdido por outro objeto, podemos dizer que a perda que produz o vazio e que, por sua vez, abre um espaço para a ocorrência do choque, do trauma, é uma situação que tenta ser resolvida mediante a elaboração do luto. Será que todos aqueles que têm o direito

de elaborar escritas, discursos, memórias vão conseguir elaborar o luto? Será que nesse processo de elaboração do luto e “superação” da perda estamos correndo o risco de esquecer que somos vulneráveis e, assim, nos arriscando a nos tornar insensíveis diante do outro e de nós mesmos?

Para as pessoas em condições de precarização, como é o caso dos *deslocados internos forçados* no México, o luto é entendido como um processo que tem lugar em dois espaços que se entrecruzam: o privado e o público. Tal processo, que consiste basicamente no reconhecimento dos direitos humanos, na elaboração do ritual de despedida por parte dos entes queridos e na construção do obituário como elemento de lembrança, se lhes tem tentado negar. Primeiro, quando os agressores que, não satisfeitos em apagar a vida dos familiares, desaparecem com os seus corpos, jogando-os em fossas clandestinas ou em barris de ácido e soda cáustica, o que torna impossível a busca e o reconhecimento dos corpos. Segundo, quando o governo não reconhece a crise humanitária no país e omite a presença dos sobreviventes, produto de uma política de segurança nacional claramente falida. E finalmente, como terceiro ponto, com a elaboração de narrativas distribuídas ou mediatizadas, construindo, por parte da sociedade, processos de exclusão dos deslocados.

No entanto, *lutos precários* se desenvolvem nas periferias, nos “bairros subnormais”, nos “inferninhos”. Altares, dentro e fora dos barracos onde os deslocados fazem sua moradia, com fotografias e objetos dos mortos, são erguidos como pequenos monumentos, obituários íntimos onde se juntam os sobreviventes para lembrar e estabelecer contato, por meio das rezas, com aqueles que se foram. Igrejas improvisadas, feitas de telhados de palha e barrotes de madeira, oferecem missas para os desaparecidos, para seus mortos.

Estamos por acaso diante daquilo que o pensamento ferencziano e türckeano categorizam como *criatividade do trauma*? Ou será que a construção da memória entra na lógica de Baudrillard no que diz respeito ao que tudo o que se constrói tem como fim ser destruído? O que nos garante que aqueles monumentos, *memórias precárias*, não acabem por serem roídos pela banalização da morte, como o que ocorreu com muitos “espaços de memória”, tais como os museus que foram pichados e apedrejados e que, hoje, são pontos escuros e acolhedores para encontros carnavais; ou matérias ribombantes, manchetes de jornal que versam sobre tragédias humanas, ge-

nocídios, povoações famintas, e que em segundos se transformam em simples papel para acender uma lareira, limpar um espelho ou envolver caixas de areia e gaiolas de animais de estimação? Se isso pode ser chamado de “triunfo” da memória sobre o esquecimento, devíamos nos questionar se realmente a construção da memória é melhor do que o “nada”? Não foi justamente a implementação dessa lógica que, no decorrer dos anos, nos tem submergido numa “realidade” que criticamos tão severamente? Teremos que seguir pensando mais sobre o outro, para tentar saber mais de nós.

Como dito anteriormente, as *memórias precárias* dos *deslocados internos forçados* estão vivas e com elas seus movimentos, também precários, fazem ato de presença, de resistência, e se retorcem diante da falta de solidariedade dos outros que em diversas situações pretendem lhes negar a existência. Sendo assim, o que as *memórias precárias* dizem – quando possível – mediante inscrições, narrativas, discursos, arte, são fragmentos de uma experiência violenta não determinada, mas atravessada pelo contexto político, econômico e social, tanto no panorama internacional como no panorama nacional e regional do México. Não há possibilidade de refletir sobre as *memórias precárias*, sobre a prolongação das experiências violentas das pessoas que fazem parte do processo da *migração interna forçada* no noroeste do México se não refletirmos e questionarmos sobre o que acontece no âmbito estrutural, pois estamos diante de uma problemática social e de investigação que é extremamente complexa.

SEGUNDA SEÇÃO

CORPOS FRÁGEIS EM MOVIMENTO

Introdução

Nós lutamos em, desde e em contra a precariedade. Por conseguinte, não é o nosso profundo amor pela humanidade ou, ordinariamente, um simples desejo de paz o que nos leva a viver juntos. Se o fazemos é porque não temos escolha, e mesmo que em ocasiões clamemos contra essa condição não escolhida, continuamos forçados a lutar pela ratificação do valor fundamental desse mundo social não escolhido; e essa luta se percebe e se dá a conhecer quando exercitamos a liberdade de tal forma que se encontra comprometida com o valor idêntico concedido a cada vida (BUTLER, 2018: 124, tradução nossa).²⁷

Depois de ter realizado a revisão conceitual e de termos elaborado nosso estado da arte, é importante identificar três traços que permitem sintetizar o deslocamento das comunidades, que se dá geralmente das regiões serranas dos estados de Durango, Sinaloa, Chihuahua para as cidades principais dos mesmos estados. A primeira característica é a intervenção do Estado mexicano numa luta contra o tráfico de drogas e seus novos padrões e isso inclui as políticas de segurança nacional, os confrontos entre os cartéis de drogas, os fazendeiros que se apropriam de terras, aproveitando o contexto de confusão e violência; a segunda é a continuidade histórica do processo migratório; e, finalmente, a terceira característica é a transformação da memória que se dá no processo do *deslocamento interno forçado*.

O nosso interesse específico é estudar o caso das pessoas que se deslocam internamente no México, sem se importar se o êxodo é do rural ao urbano, se é interurbano ou se apresenta uma característica do urbano ao rural, pois o que interessa no nosso estudo são as variáveis deslocamento, memória e violência.

Os casos de deslocamento que vamos estudar são familiares e individuais. Queremos conhecer a forma em que o processo migratório e o trajeto da sua movimentação do campo para a cidade ou de uma urbe para outra vão transformado a memória.

²⁷ No original: “Nosotros luchamos en, desde y contra la precariedad. Por consiguiente, no es nuestro profundo amor por la humanidad o, sencillamente, un simple deseo de paz lo que nos lleva a vivir juntos. Si lo hacemos es porque no tenemos elección, y aunque en ocasiones clamemos contra esa condición no elegida, seguimos estando obligados a luchar por ratificar el valor fundamental de ese mundo escogido, en una defensa que buena medida no es elección nuestra; y esa lucha se percibe y se da a conocer justamente cuando ejercitamos la libertad de una manera tal que está necesariamente comprometida con el valor idêntico concedido a cada vida.”

Uma das coisas interessantes a serem observadas e que desenvolveremos nesta seção é a forma como os blocos urbanos se constituem por particularidades, isso como reflexo da combinação cultural, da mistura de códigos, símbolos, regulamentações, tradições e costumes, dando origem ao que se poderia chamar de cenários híbridos.

Com base nisso é que podemos dizer que a construção da memória sofre transformações importantes em três momentos durante o deslocamento interno forçado. O primeiro acontece no local do qual o deslocado é expulso, despojado, ou seja, na terra. Nesse momento a pessoa enfrenta adversidades, situações de violência que geram sentimentos de insegurança, impotência, medo, angústia, terror (BELLO, 2001). O segundo momento é quando a pessoa se encontra diante do desejo de autopreservação e vê como única opção o deslocar-se. O terceiro momento consiste na multiplicidade das mudanças que a nova estrutura social exige: hostilidade, desconhecimento dos direitos, estigmatização, incertezas, tais como o desemprego, a educação e o atendimento médico (IBARRA, 2014a).

O deslocado sempre se encontra em um contínuo transitar, que vai da insegurança à incerteza, pelo fato de desconhecer as dinâmicas das novas estruturas sociais em que se instalam (IBARRA, 2014b).

Seguindo com a nossa reflexão, podemos apontar que há na terra, no lar das famílias deslocadas, algo transcendental, pois possui uma série de elementos configuradores da cultura, da linguagem, da escrita, da memória, quer seja de uma pessoa, quer seja do coletivo.

O pertencimento a um certo local, espaço, onde a pessoa desenvolve um ou vários papéis, constrói laços sociais que reforçam o sentido de pertencer a algo e, subsequentemente, isso gera certa estabilidade afetiva.

É o território em que se socializa, em que se vivem diferentes experiências e emoções - *praxis* e imaginário - que finalmente vai constituir uma parte da memória das pessoas. É claro que a configuração da memória e a relação desta com o território vai ser relativa, pois cada pessoa, cada coletivo, tem um olhar específico acerca da terra, do lar.

É da noção da complexidade do fenômeno do *deslocamento interno forçado* é que se desprende a ideia de revisar e estudar, nesta seção, o contexto internacional, nacional - México - e, finalmente, a região noroeste que será explorada em nosso estudo. O nosso foco nesta seção

consiste em conhecer os fatos que geraram o *deslocamento interno forçado* e as ações que têm sido empreendidas em outros países com a finalidade de ajudar as vítimas deslocadas. Por que é importante essa segunda seção? Porque será nas próximas páginas que vamos nos abrir a uma realidade maior do que a imperante no México e isso vai nos permitir dialogar com acadêmicos que estudaram o fenômeno em outros países e que, aliás, têm tradição nos estudos sobre deslocamento interno forçado, como é o caso, por exemplo, da academia colombiana.

2.1 Cenários onde se origina o fenômeno do deslocamento interno forçado

O contexto no qual a violência se desenvolve no México vai desde os municípios rurais e as comunidades indígenas até cidades fronteiras. Em qualquer desses modelos de organização social, há dinâmicas de sobrevivência, de autopreservação por parte dos cidadãos esquecidos pelo Estado e agredidos pelos grupos criminosos (DÍAZ & ROMO, 2019).

As condições de violência podem ser provocadas por diferentes fatores, tais como a luta pelo solo e por recursos naturais que podem ser explorados, o tráfico de armas que vem dos Estados Unidos da América, o cultivo de estupefacientes, a luta entre diferentes fações do narcotráfico, as regiões estratégicas para o desenvolvimento de atividades que são ilegais, a presença dos conflitos de interesse na política, as catástrofes naturais, a corrupção nas instituições mexicanas, o paramilitarismo e as autodefesas; todos os atores que participam de tais dinâmicas e as ações desenvolvidas por cada um na estrutura social estão estreitamente relacionados com o processo do *deslocamento interno forçado* (DÍAZ & ROMO, 2019).

Os cenários rurais-urbanos são espaços complexos nos quais operam, em distintos níveis, a ilegalidade e a criminalidade, o que leva à configuração de contextos de desigualdade e precarização. As políticas públicas do Estado mexicano diante da crise humanitária gerada a partir da segunda metade da década passada são resultado de uma mistura de falta de interesse pelas famílias vítimas da violência e da incapacidade de ação do Estado diante de grupos que se encontram empoderados e agarrados às estruturas da sociedade mexicana.

O deslocamento interno no México não é uma diáspora que se caracterize por ser homogênea e com origens únicas. Ser deslocado não implica ser necessariamente pobre, nem fazer parte de uma população socioeconomicamente vulnerável. O *deslocamento interno forçado* atin-

ge tanto pessoas, comunidades e até municípios inteiros (DÍAZ & ROMO, 2019). É claro que estamos diante de um fenômeno social que se encontra em constante transformação, em movimento, e isso faz com que os estudos sociodemográficos sejam ainda mais difíceis de serem desenvolvidos.

Analisar o fenômeno do deslocamento é, sem sombra de dúvida, um desafio, pois exige que nós, pesquisadores, olhemos não só as origens do deslocamento como também seus desdobramentos como, por exemplo, o impacto provocado nos pontos de chegada. É importante não esquecer que o fenômeno do *deslocamento interno forçado* é também produto do contexto internacional e, por isso, temos que considerar a existência de um laço conector entre as problemáticas sociais, numa dimensão macro e micro-social.

2.2 O deslocamento interno forçado em uma perspectiva do macro ao micro regional

Segundo o Informe Mundial sobre Deslocamento Interno 2018 (GRID, 2018), a situação de milhões de famílias que vivem em condições de deslocamento por conta de desastres e conflitos sociais é alertadora. Segundo o GRID, o Internal Displacement Monitoring Centre (IDMC, 2017) reportou mais de 30, 6 milhões de novos deslocados. Esses deslocamentos se encontram associados a desastres e conflitos sociais. Os novos casos de pessoas deslocadas por conflitos e violência duplicou, passando de 6, 9 milhões em 2016 para 11, 8 milhões em 2017.

Os países com maior número de novos *deslocamentos internos forçados* são: Síria (2.911.000), Congo (2.166.000), Iraque (1.379.000), Sudão do Sul (857.000), Etiópia (725.000), Filipinas (645.000), República Centro-Africana (539.000), Afeganistão (474.000), Somália (388.000) e El Salvador (296.000). No final de 2017, mais de 40 milhões de pessoas se encontravam morando em condições de *deslocamento interno forçado* por conta da violência.

O IDMC também contabilizou as pessoas que se deslocaram internamente por conta de desastres. Segundo essa instituição, 18, 8 milhões de pessoas se viram atingidas por desastres só em 2017. Alagamentos, tormentas e furacões tropicais foram os principais fenômenos meteorológicos que geraram as diásporas. Os países que registraram o maior número desse tipo de deslocamento foram: China (4.473.000), Filipinas (2.529.000), Cuba (1.738.00), Estados Unidos

(1.686.000), Índia (1.346.000), Bangladesh (946.000), Somália (899.000) Vietnã (633.000), Etiópia (434.000) e Nepal (383.000).

O fenômeno do *deslocamento interno forçado* por desastres ambientais e por violência é de magnitude preocupante. O último informe do ACNUR (2018) apontou que, no mundo, há mais de 68,5 milhões de pessoas em condições de deslocamento interno forçado, ou seja, que vivem em condições subumanas.

As últimas estimativas, quer sejam do IDMC ou do ACNUR, são prova de que há uma incapacidade coletiva de enfrentar essa crise humanitária. A redução dos fluxos de pessoas deslocadas é um desafio que ainda está longe de ser alcançado, pois os programas e políticas estabelecidos pelo ACNUR, relativos ao atendimento a pessoas deslocadas internamente, não têm dado resultados positivos. Isso só pode ser explicado quando a pesquisa de campo é desenvolvida e se detecta a existência de falhas estruturais e sistemáticas nos programas das ONGs e das próprias instituições que seriam as encarregadas de dar conta dessa problemática social, tais como a ONU, ACNUR, CIDH, CNDH, entre outras,.

Para o atendimento da crise representada pelo *deslocamento interno forçado* no mundo, uma resposta integral tem que ser pensada. Por quê? Porque as causas que geram o fenômeno são as que devem ser prioritariamente atendidas. Segundo os especialistas do IDMC, as questões mais importantes a serem atendidas para a redução do número de pessoas que vivem em condições de deslocamento são a pacificação, o desenvolvimento nacional e internacional, as políticas de redução de riscos em contingências ambientais, a rigidez na fiscalização do gasto público, a transparência governamental em todos os níveis da administração pública e as organizações internacionais.

2.3 O caso do deslocamento interno forçado na Colômbia

Depois de ter realizado a revisão bibliográfica sobre a tipologia das migrações e suas características e após ter apontado e especificado quais são os conceitos que vão dirigir esta pesquisa, é muito importante ressaltar que existem certos recursos que permitem sintetizar o processo do deslocamento forçado na Colômbia. O primeiro é a intervenção dos grupos armados, tanto aqueles que representam a Guerrilha como aqueles que fazem parte dos grupos paramilitares. A esses se somam os cartéis do narcotráfico e a postura de confronto por parte do governo colom-

biano, numa luta que, em décadas anteriores, gerou o desaparecimento e a morte de milhares de colombianos. O segundo é a continuidade histórica do processo migratório. Por fim, o terceiro é o impacto e a reconstrução da identidade daqueles que, por questões do contexto, ficaram num cruzamento de balas.

As dimensões do deslocamento na Colômbia são importantes, pois este país teve a confrontação bélica de maior durabilidade na América Latina (PATIÑO, 2013). Esta se inicia em 1960, com a formação das guerrilhas do Ejército Popular de Liberación (EPL), do Ejército de Liberación Nacional (ELN) e das Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC); depois, em 1974, surge o M-19. Todos esses movimentos foram gerados num contexto de confronto político (PATIÑO, 2013).

A violência no período bélico colombiano provocou grandes êxodos populacionais, das zonas rurais em conflito para as zonas urbanas. Esta tem sido a característica marcante do deslocamento interno forçado da Colômbia, que, por sua vez, pode ser explicado por três grandes momentos.

O primeiro momento surge na terra onde mora ou nasceu aquele indivíduo. Ele é despojado do seu lar, das suas redes sociais, dos seus modos de produção e de todas aquelas manifestações de grande importância cujo território abandonado por conta da violência já não mais possui. O medo, a ansiedade, a impotência e a tristeza fazem parte do momento pelo qual atravessam as pessoas agredidas e atingidas pela violência (BELLO, 2001).

O segundo momento se dá quando o indivíduo tem como única opção o processo de deslocamento e abandono da terra e do lar, à procura de segurança para ele e sua família. Esse trajeto pode ser descrito como a transição da insegurança para a incerteza diante da nova estrutura social.

O terceiro momento consiste em lidar com a multiplicidade de mudanças que a nova estrutura social exigirá. O deslocado terá que enfrentar cenários que talvez sejam austeros e de muita competição entre ele e os moradores já estabelecidos. As novas dinâmicas sociais exigidas pelas cidades não fazem parte do dia a dia dos migrantes internos, que são provenientes das regiões rurais, e isso pode gerar, em muitos casos, exclusão, estigmatização e discriminação.

O *deslocamento interno forçado* é um fenômeno vivido pelas pessoas que se encontram no estado de vulnerabilidade produzido pela violência física e psicológica. Essa vulnerabilidade tanto legal quanto física faz com que o anonimato diante de certas instituições e grupos seja uma ferramenta ou estratégia de autopreservação. No caso colombiano, muitas vítimas conhecem seus agressores, não obstante, as condições de desproteção os impedem de realizar processos judiciais contra eles.

Os paramilitares são parte do grupo que se caracteriza por agredir as populações e, de fato, são responsáveis pelos maiores deslocamentos. Aproximadamente 26,3% da população que emigra declara a agressão paramilitar como principal motivo; em menor número, segue a guerrilha, com 21,5%, e finalmente, as forças armadas do Estado, com 8,3% (CODHES, 1996 citado por URIBE DE HINCAPIÉ, 2001). As causas do deslocamento interno forçado são pressões territoriais, projetos de desenvolvimento do Estado, luta pelo controle de zonas de mineração e com potencial energético, regiões estratégicas para a produção e armazenagem de narcóticos. Esta série de interesses privados e comerciais são os principais detonadores do fenômeno. Podemos então dizer que existe uma heterogeneidade no grupo constituído pelos deslocados.

As diversas razões que motivaram o desterro de certas populações e o comportamento dos grupos armados em diferentes localidades são elementos que dão uma especificidade ao complexo fenômeno da *migração interna forçada* na Colômbia (URIBE DE HINCAPIÉ, 2001).

Este não pode ser definido com base numa identidade preexistente, num princípio de pertença social, étnica, política, religiosa, cultural ou socioeconômica que permite identificar cada um. O fenômeno é tão heterogêneo que torna difícil detectar elementos de coesão que ajudem na interpretação das condições vividas por essas populações e, com base nisso, na elaboração de um panorama futuro (IBARRA, 2017).

A perda do sentido, a confusão e a opacidade são o resultado das exigências que os discursos da guerra impuseram. A marginalidade, o anonimato, a incerteza, o estigma por ser “invasor”, a desconfiança e a perda do sentido da vida comum são as condições sob as quais o deslocado deve viver. O estigma de perder a identidade preexistente e de receber uma outra outorgada pela nova estrutura social faz parte da vida cotidiana do migrante. O deslocado faz parte da guer-

ra e é também protagonista da realidade atual na Colômbia (PÉREZ, 1991, citado por URIBE DE HINCAPIÉ, 1996: 2).

É possível entender a existência de uma pluralidade ou heterogeneidade nos elementos constituintes das pessoas deslocadas; não obstante, também é possível que haja coincidências nas histórias e nas experiências de vida das vítimas do fenômeno (IBARRA, 2017). O deslocado faz parte de um mesmo fenômeno que tem se generalizado na Colômbia, ao ser estigmatizado, marginalizado pelo Estado e pela sociedade, desterrado não só das suas terras, como também da sua cultura, tradições, símbolos, valores, festividades e sonhos.

Finalmente, todos esses indivíduos que fazem parte do fenômeno do *deslocamento interno forçado* apresentam feridas psicológicas profundas provocadas pela exclusão e pela falta de reconhecimento (IBARRA, 2017).

As populações que se deslocam por conta da violência na Colômbia pertencem a um fenômeno que não é recente. Desde a metade do século XX, os confrontos entre os partidos políticos, a luta pelas terras, o paramilitarismo, a guerrilha e os cartéis das drogas deram origem a êxodos populacionais importantes. Nesse período, foram registrados assassinatos de homens, mulheres e crianças. A destruição de cultivos e da terra os obrigou a abandonar seus lares, já que suas vidas estavam em risco. As vítimas dessas injustiças foram reconhecidas pelo Estado colombiano depois de muito tempo (TOBÓN & OTERO, 1995).

A violência produzida pelos confrontos entre os partidos políticos gerou latifúndios; assim, o conflito continua sendo intenso, pois é diretamente ligado à questão da posse de terra. Montería foi um dos municípios mais afetados, convertendo-se num cenário de protestos, o que resultou em repressões das instituições aos líderes dessas mobilizações que reclamavam a devolução das terras (TOBÓN & OTERO, 1995). De 1985 a 1994, diversos atores têm se envolvido na luta para a recuperação das terras, gerando, nesse caso, uma das tantas manifestações violentas apresentadas pela sociedade colombiana. Os interesses dos políticos estão sendo protegidos pelos grupos paramilitares. A guerrilha nessa região encontra-se ideologicamente desvirtuada, as instituições de proteção dos cidadãos escolheram a paz e o dinheiro oferecidos pelos grupos de poder em troca da delação dos líderes que, na subalternidade, lutam pelas terras e por seus direitos (TOBÓN & OTERO, 1995).

Os deslocamentos atuais, documentados em diferentes partes do mundo, têm uma característica em comum: as pessoas emigram como uma alternativa para salvar a sua vida e a de seus familiares. Já são mais de três décadas de violência, de abandono do Estado para com a população atingida, de violações aos direitos humanos e de marginalidade das vítimas inocentes.

É justamente nesse contexto que as mulheres e os homens desenvolvem suas vidas e procuram oportunidades, que são quase nulas, para oferecer a seus filhos uma vida digna (IBARRA, 2017).

Se retomarmos os trabalhos de documentação já existentes, é possível realizar uma síntese dos deslocamentos populacionais na Colômbia, que se dividem em dois grandes momentos: o primeiro, compreendido entre 1985 e 1989, se caracterizou pelas altas taxas de violência que geraram deslocamentos para as cidades; o segundo, de 1990 a 1994, diz respeito ao período em que surgiu a promessa de reparação às vítimas e de punição aos perpetradores dos atos violentos. Tal situação não foi resolvida na sua totalidade, pois faltavam políticas públicas e condições jurídicas e econômicas para isso.

O Estado, responsável pela segurança dos homens, mulheres e crianças deslocadas e agredidas, decidiu abandoná-los (TOBÓN & OTERO, 1995). Nesse segundo período, surgem os líderes dos movimentos de restituição da terra e de exumações, bem como os grupos de poder que se aproveitaram das terras abandonadas e começaram a agredir e a assassinar aqueles que continuavam lutando e denunciando as injustiças.

Com relação aos departamentos pertencentes à República Federal da Colômbia, alguns ficaram mais às margens da atenção do Estado, esse foi o caso de Córdoba. Segundo o estudo feito pela seção de Movilidad Humana del Episcopado Nacional de Córdoba e apresentado na Conferencia Episcopal de Colômbia (CEC, 2002), existem, nesse departamento, aproximadamente 48.999 deslocados, que não têm proteção do Estado e, por conseguinte, vivem em condições de miséria. As populações que se deslocam para as cidades têm formado redes urbanas subnormais ou irregulares, nas quais os serviços fundamentais – água, luz, esgoto, segurança – ainda não chegam. A construção das casas é de baixa qualidade, e estas, frequentemente, são atingidas pelos ventos fortes e chuvas. Outro aspecto importante a ser assinalado é a marginalidade: inse-

gurança, roubos, prostituição, vício, tráfico de drogas e comércio informal são a realidade do dia a dia dos bairros localizados na periferia (IBARRA, 2017).

2.3.1 O caso específico de Córdoba, Colômbia

As condições ambientais apresentadas pelos estudos de Planeación Municipal de Montería assinalam que existem 23 bairros irregulares ou subnormais²⁸ que não têm um plano de ação para melhoria das condições da população residente. A escassez de empregos e de projetos produtivos diminui as possibilidades de gerar renda, mas existe um amplo setor de comércio informal, realizado pelas populações que residem em Montería. A falta de seguridade social do Estado deixa os trabalhadores numa condição de vulnerabilidade onde a pobreza, a falta de atendimento médico e a exploração passam a ser problemas comuns enfrentados pelos deslocados (CEC, 2002).

É importante assinalar que as condições ambientais e habitáveis são pouco favoráveis e isso é possível de se observar ao percorrer os bairros de Montería. A superlotação e as águas poluídas que saem do sistema de esgoto são algumas das características que complicam a vida dos residentes, principalmente na temporada de inverno, quando as chuvas são intensas e provocam inundações nos bairros. As águas poluídas se misturam com a chuva e invadem as casas dos residentes, causando diversas doenças que atingem principalmente as crianças (IBARRA, 2017).

Os bairros irregulares de Montería se caracterizam por apresentar uma mistura de população rural e urbana. Nesse processo de adaptação, os indivíduos que emigram das regiões rurais para a cidade, em algumas ocasiões, não conseguem deixar para trás as suas tradições e tentam reproduzir as atividades produtivas típicas do campo, como o cultivo e a criação do gado. Existe, porém, uma resistência cultural frente às exigências que a nova estrutura social impõe. As rela-

²⁸ Os termos *subnormal* ou *irregular* são sinônimos nesse caso. Esse conceito é utilizado pelos estudiosos do fenômeno do *deslocamento forçado interno*, como Martha Nubia Bello, para definir os bairros na Colômbia que não têm registro nas instituições municipais, nem estaduais, nem federais. Esses pontos normalmente se encontram abandonados pela ação pública, não contando com serviços como luz, água, esgoto, iluminação nas ruas, pavimentação, segurança, educação e saúde. Outro aspecto característico dos bairros subnormais ou irregulares é o fácil acesso aos terrenos, posto que não existem organismos que fazem uma regulação da apropriação dos espaços. Estes se encontram localizados nas periferias das cidades, que, comumente, são os cinturões de miséria e pontos de alto risco, por serem terras contaminadas, expostas a desastres naturais como alagamentos ou deslizamentos e por não contarem com centros de saúde pública para emergências.

ções familiares continuam sendo estreitas e fortes, já que fazem parte das redes sociais migratórias, permitindo a esses sujeitos subsistir na austeridade da cidade.

Os bairros onde se instalam as famílias deslocadas se convertem, assim, em cenários dinâmicos, onde as culturas, histórias e problemas se mesclam, produzindo, ou melhor, reconfigurando a identidade dos indivíduos que vivem dentro do fenômeno da migração forçada (IBARRA, 2017). Do compartilhamento das histórias de vida e experiências de deslocamento por conta da violência, surge a empatia e desta, as organizações ou associações. É por meio desses organismos que se desenvolvem os projetos produtivos comunitários, tanto para a melhora das condições dos bairros como para gerar fontes de emprego dentro da mesma comunidade. A importância do estudo de Tobón e Otero (1995) é a observação de que o estado de Córdoba é uma das regiões mais afetadas pela violência causada pelo conflito armado na Colômbia.

Como elemento adicional, que diz respeito ao caso específico da cidade de Montería, é importante olhar as perspectivas das mulheres que são parte do processo migratório forçado interno, pois as perspectivas de gênero trazidas por alguns pesquisadores e pesquisadoras nos estudos das ciências sociais sobre tal fenômeno permitem entender o quanto é difícil para uma mulher enfrentar as adversidades impostas pelas cidades, tanto com relação a elas mesmas quanto aos seus filhos. As modificações sofridas pela rede conceitual da identidade repercutem fortemente no gênero feminino, conforme apontam Tobón e Otero (1995) e estudos recentes (IBARRA, 2014b; UNHCR & ACNUR, 2009).

Em 23 de julho de 2016, depois de anos de discussões sobre a realidade violenta que tinha devastado a Colômbia, em Havana, foi assinado um acordo de paz com base no artigo 22 da Constituição Política da República da Colômbia. Esse artigo impõe a paz como um direito e um dever obrigatório a ser cumprido. Após praticamente seis anos, os acordos assinados em Havana se tornaram um consenso final, onde alguns²⁹ dos atores protagonistas do conflito armado

²⁹Quando dizemos que foram alguns dos atores do conflito que assinaram o processo de pacificação para melhorar a situação social na Colômbia, é porque existem outros atores que têm sido personagens muito importantes para realizar uma aproximação para saber um pouco do que acontece e aconteceu nessa guerra. Por exemplo, o narcotráfico, a milícia e os grandes fazendeiros. Esses atores têm gerado altos índices de violência, interrompendo os processos de restituição de terras, os processos de exumações de corpos, restituição de direitos humanos etc. É muito importante não esquecer que o fenômeno da violência na Colômbia não só depende de negociações com as FARC, pois ele é extremamente complexo já que nele há uma grande quantidade de forças que confluem numa guerra que ainda existe.

(FARC, vítimas e representantes de organizações internacionais e do Estado colombiano) vislumbravam a paz como única oportunidade de reconstruir tudo o que a guerra destruiu. Seis pontos são a estrutura básica do acordo pela paz:

- 1) Reforma rural integra
- 2) Participación política.
- 3) Cese al fuego y de Hostilidad Bilateral y Definitivo y la Dejación de las Armas, Garantias de seguridad y la lucha contra Organizaciones Criminales responsables de homicídios y masacres.
- 4) Solución al problema de las drogas ilícitas.
- 5) Víctimas.
- 6) Mecanismos de implementación y de verificación.³⁰

Depois de vários meses transcorridos e de uma primeira tentativa de assinar o acordo pela paz na Colômbia, os resultados não têm sido tão positivos como esperados. Em 2 de outubro de 2016, os colombianos rejeitaram o acordo pela paz que tinha sido negociado durante aproximadamente seis anos. Os resultados do processo de votação para a aprovação do acordo foram muito acirrados, 49,76% votaram a favor do acordo e 50,23% votaram contra. No final do dia da eleição, só 37% da população colombiana tinha saído para votar. A eleição foi, para os especialistas, uma amostra da polarização que vivida no país (DURAN, 2016).

Organizações como o Conselho de Segurança da ONU tentaram intervir no processo de paz na Colômbia, onde o desarmamento ainda segue sendo uma das principais questões para os cidadãos que desconfiam do processo que pretende reconhecer os direitos políticos das FARC. Outra questão que tem dificultado a pacificação do país é a intervenção dos Estados Unidos no processo de negociação, pois tem desviado a atenção ao ressaltar a luta contra os narcóticos, em vez de concretizar o compromisso pactuado com o governo colombiano de promover a pacificação (CEBALLOS, 2017).

A temática do deslocamento forçado interno por conta da luta entre os diversos atores armados e o Estado colombiano e os efeitos que isso tem gerado nos setores sociais mais vulne-

³⁰Veja o Acuerdo Final assinado no dia 24 de agosto de 2016, Acuerdo Final para la Terminación del Conflicto y la Construcción de una Paz Estable y Duradera.

ráveis, como é o caso dos deslocados e dos líderes defensores dos direitos das famílias vítimas da guerra, são vigentes e exigem que continuemos a questioná-los.

2.4 O caso do deslocamento interno forçado no México

2.4.1 Alguns trabalhos de investigação acerca do deslocamento interno forçado no México

São tantos os trabalhos importantes sobre o *deslocamento interno forçado* mexicano que se torna difícil discorrer sobre todos eles. Não obstante, fizemos o esforço de citar alguns dos estudos produzidos para que o leitor tenha noção da dimensão e a diversidade de fatores que atravessam tal fenômeno.

O primeiro trabalho sobre o *deslocamento forçado interno* surgiu em 2004, desenvolvido por Emilio Zebadúa Gonzalez e se intitulou *Desplazados internos en México*. Foi resultado de um seminário de caráter internacional feito pela Organização das Nações Unidas para discutir a dimensão do fenômeno no âmbito jurídico e social. Nesse estudo, foram discutidas as ações governamentais diante da problemática social, tendo sido abordado, como ponto chave, o caso do deslocamento produzido pelo conflito armado em Chiapas, onde o governo entrou em confronto com o movimento armado zapatista.

No caso dos estudos de âmbito nacional, podemos citar o trabalho de Oscar Torrens (2013), intitulado *El desplazamiento interno forzado en México: Un acercamiento para su reflexión y análisis*. O mencionado trabalho é muito interessante, pois permite aos leitores o conhecimento de diversos casos de *deslocamentos internos forçados* no México, produzidos por diversos fatores como, por exemplo, os projetos de desenvolvimento industrial, tráfico de drogas, falta de oportunidades. Nesse trabalho, são discutidos o caso de Chiapas e o movimento armado zapatista, os deslocamentos gerados por catástrofes naturais, pelas lutas religiosas, bem como aqueles que se manifestam na fronteira do México, associados ao crime organizado.

Outro trabalho relevante é o apresentado pelos investigadores Márquez e Delgado (2011). Eles trazem uma definição relativa ao *deslocamento interno forçado* que, para o nosso olhar, é mais completa:

A categoria deslocamento forçado é utilizada para descrever a migração involuntária e, pela ótica dos direitos humanos, se refere a exiliados e deslocamento forçado de pessoas dentro do território nacional. Representa uma violação aos direitos humanos porque despoja as vítimas não só do seu sustento material, mas também do seu território onde habitam cotidianamente para desenvolver livremente o seus planos de vida. Nesse sentido, é uma ação arbitrária que entorpece a liberdade. É possível localizar dois tipos de deslocamento forçado, conforme suas causas: 1) Catástrofes e mudanças no meio ambiente; conflitos sociopolíticos e culturais; criminalidade e narcotráfico; tráfico de pessoas; despojo de meios de produção e de subsistência; 2) Exclusão social, desemprego estrutural e pobreza [...] (MÁRQUEZ & DELGADO, 2011: 20-25, tradução própria).³¹

É importante mencionar trabalhos como os de Séverine Durin (2012) e Brenda Pérez (2013), que desenvolveram uma análise certa dos motivos que têm expulsado centenas de famílias que, por conta da luta do governo federal contra o narcotráfico, se viram afetadas pela violência. Em ambos os estudos se detalha a importância do território, dos meios de produção, os laços familiares e de amizade e a importância para os deslocados de se sentirem incluídos nas dinâmicas sociais das cidades às quais chegam.

Um trabalho também importante nessa linha de pesquisa é o da pesquisadora Natalia De Marinis (2013). No seu estudo, descreve a forma como seiscentos indígenas da tribo Triqui se viram atingidos pelo conflito político derivado do projeto de autonomia municipal em 2010. A luta pelo poder local e as raízes, as tradições em choque, trouxeram para violência e deslocamento forçado para a comunidade indígena.

Andrea González e Leticia Calderón (2012) fazem um esforço para analisar o *desplazamiento interno forzado* a partir de uma perspectiva jurídica, de defesa dos direitos humanos. Elas apontam que a violência expulsa sem distinção de cor, raça, classe social. Na sua pesquisa, trazem à cena uma peculiaridade do caso mexicano, que é também trabalhada por Séverine Durin (2012), é o denominado *exilio dorado*, que distingue os deslocados que fogem para os Estados Unidos, na sua tentativa de autopreservação, levando seus negócios e suas famílias. As autoras mencionadas colocam essa temática em discussão para mostrar como existem diferenças entre as migrações internacionais e as migrações internas e como essas diferenças se encontram marcadas

³¹ No original: La categoría desplazamiento forzado es utilizada para describir la migración involuntaria y, por la óptica de los derechos humanos, se refiere a exiliados y desplazamiento forzado de personas dentro del territorio nacional. Representa una violación a los derechos humanos porque despoja a víctimas no solo de su sustento material, sino que también de su territorio en donde habitan cotidianamente para desarrollar libremente sus proyectos de vida. En ese sentido, es una acción arbitraria que obstruye a la libertad. Es posible distinguir dos tipos de desplazamiento forzado, conforme sus causas: 1) Catástrofes y cambios del medio ambiente; conflictos sociopolíticos y culturales; criminalidad y narcotráfico; tráfico de personas; despojo de medios de producción y de subsistencia; 2) Exclusión social, desempleo estructural y pobreza [...].

pelas capacidades econômicas das pessoas o que, subsequentemente, será refletido nos estilos de vida daqueles que se deslocam na opulência e aqueles que simplesmente transitam da insegurança pra precariedade.

2.4.2 As regiões mais atingidas pela violência

Fazendo uma análise da informação mais atual disponível sobre as causas das mortes no México, podemos enxergar que a agressão é a sétima causa de morte no país. Desde a década de 1990 até 2017, o crescimento da violência foi aumentando, de 12 mil assassinatos, em 2017 se chegou aos 31.372 assassinatos em um só ano (DIAZ & ROMO, 2019).

Revisando os dados publicados pelo Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI), é visível que a onda de violência que mais atingiu o país foi a que ocorreu nos anos de 2008, 2009, 2011 e 2017. O ano 2011 quase atingiu a cifra de 28 mil mortos por agressão e o ano de 2017 quase alcançou a marca de 32 mil corpos assassinados (INEGI, 2017).

Para ilustrar melhor, apresentamos abaixo o mapa dos estados mais afetados pela violência na República Mexicana.

Mapa 1: Estados mais atingidos pela violência



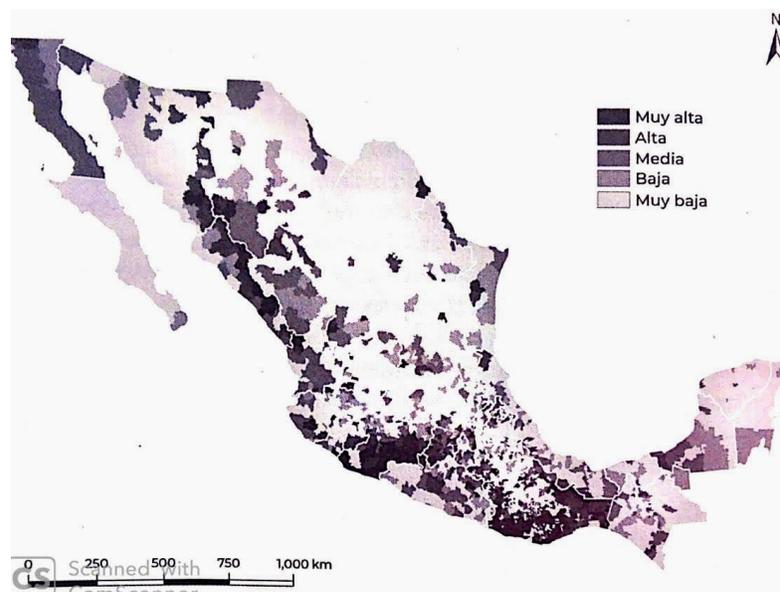
Fonte: INEGI, 2017

O período de 2006-2012 foi transcendental em matéria de política pública de segurança interna no México. Foi justamente nesse interregno que entrou em vigor a assinatura da Alianza para la Seguridad y Prosperidad de América del Norte (ASPAN), firmada no governo de Vicente Fox Quesada, em 2005. O compromisso do México nessa aliança era lutar contra o tráfico das drogas e, para isso, a estratégia seria militarizar as zonas vermelhas ou de alto risco, por serem pontos de venda, de luta entre cartéis, de armazenagem ou rotas de trânsito de armas e drogas. O resultado foi um aumento na violência e no número de assassinatos.

A política de confronto contra as drogas continuou durante o governo de Enrique Peña Nieto e segue até o atual governo presidido por Andrés Manuel López Obrador. Segundo o Secretariado Ejecutivo del Sistema Nacional de Seguridad Pública (SESNSP, 2019), 2018 foi o ano historicamente mais violento, tendo sido contabilizados 33.000 corpos assassinados.

De 2007 a 2018, foi atingida a marca de mais de 255.000 pessoas assassinadas. As zonas metropolitanas mais perigosas são: Toluca (Estado de México), Tijuana (Baja California Norte), Juárez (Chihuahua), Guadalajara (Jalisco), Acapulco (Guerrero), Culiacán (Sinaloa), Monterrey (Nuevo León), Chihuahua (Chihuahua), León (Guanajuato) y Reynosa (Tamaulipas). No seguinte mapa, são registrados os homicídios por cada município, de 1990 a 2017.

Mapa 2: Indicadores de homicídios por município

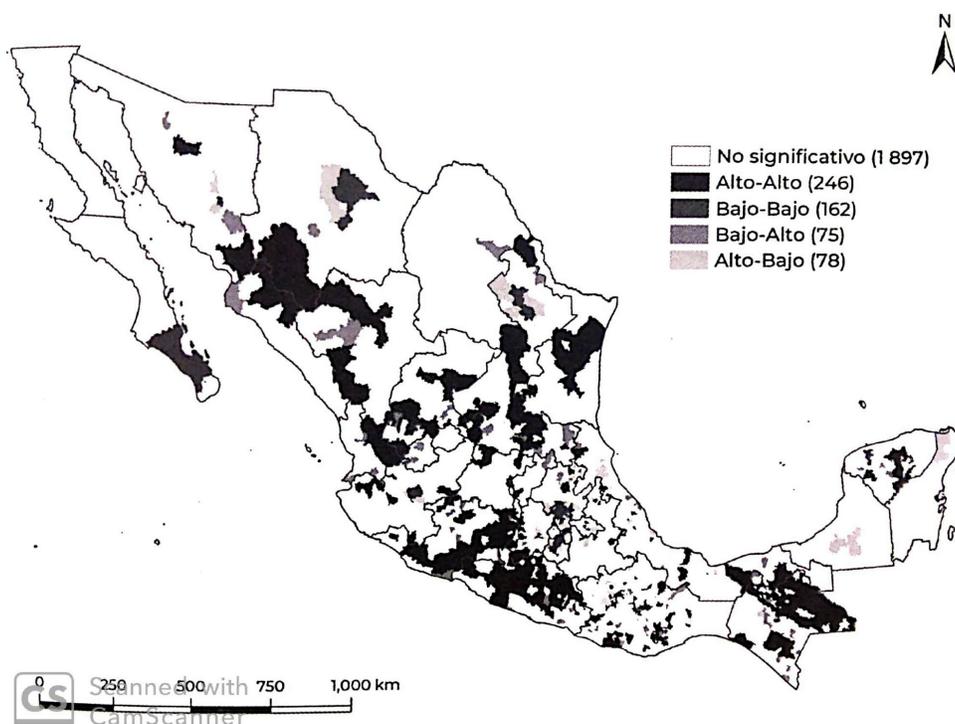


Fonte: aproximações com base no INEGI (DÍAZ & ROMO, 2019).

2.4.3 Elementos que propiciam o deslocamento interno forçado

Com base nas aproximações trazidas pelos estudos do INEGI, podemos identificar mudanças nos níveis de violência, a ponto de dizer que algumas regiões, que jamais foram consideradas violentas, também por ela foram atingidas. É muito arriscado dizer que tal fator foi o que mais elevou as taxas de violência em certas entidades federativas, porque a violência é um fenômeno multifatorial. O que é possível apontar, com base nos dados do INEGI, é que existe uma relação estreita entre as regiões que tiveram suas taxas de assassinatos aumentadas e as regiões de expulsão de populações (Ver o Mapa 3).

Mapa 3: Auto-correlação espacial entre as taxas de homicídio e deslocamento interno forçado.



Fonte: aproximações com base no INEGI (DÍAZ & ROMO, 2019).

Uma vez analisados os dados que o INEGI produziu, é possível estabelecer uma linha de relação entre os espaços nos quais se origina a violência, os homicídios e o *deslocamento interno*

forçado. Por quê? Com base na análise de informações no âmbito municipal, relativamente à taxa de homicídios de 2015, à migração ocorrida de 2010 a 2015 e à percentagem de moradias não ocupadas, fica evidente que, quando os homicídios aumentam, também aumenta a taxa de pessoas que se deslocam desses pontos onde são registradas as agressões.

Confirmando isso, o Concejo Nacional de Población de México (CONAPO, 2018) encontrou uma correlação entre homicídio e moradias não habitadas, o que sustenta a ideia de que quanto maior a violência, maior o número de pessoas deslocadas no país. É claro que existem outros fatores que fazem as pessoas fugir de seus lugares de origem, por exemplo, o desemprego, a educação, a saúde. O que associa essas fraquezas do Estado mexicano à violência e ao deslocamento é justamente a ausência do Estado. Por conta desse “abandono”, dessa implementação de políticas de precarização nessas regiões, é que estas se tornaram terrenos férteis para a ocupação de moradores com atividades em conflito com a lei (BODY-GENDROT, 2018).

Outro aspecto que influencia a tomada de decisões das pessoas que se deslocam por conta da violência é a sua percepção com relação à insegurança no local onde moram. A pesquisa feita pelo CONAPO (2018) registrou que, somente em 2010, mais de 388.674 famílias tinham se deslocado por conta da insegurança que sentiam em seu lugar de origem. De 2010 a 2018, foi contabilizado um total de 1.133.041 famílias que se deslocaram do centro, norte, sul, ocidente, nordeste e noroeste (CONAPO, 2018).

Outro elemento que permite o deslocamento é a desconfiança para com o desenvolvimento das instituições. Segundo a pesquisa desenvolvida pelo INEGI, a Encuesta Nacional de Victimización y Percepción sobre Seguridad Pública (ENVIPE, 2018), são as instituições locais, municipais, as que geram maior desconfiança na população. Em primeiro lugar está a polícia de trânsito, com 25.8% de desconfiança, seguida pela polícia preventiva, com 22.4%. Em terceira posição, está a polícia ministerial ou judicial, com 21.9% e, por fim, os ministérios públicos e procuradorias estatais, com 20.4%. O Exército e a Marinha são duas instituições federais que ainda contam com altos níveis de aprovação mas, mesmo assim, a popularidade de ambas vem caindo.

Os dados aqui considerados ajudam a fazer uma leitura acerca da delicada situação vivida no México. Mais de 1.133.041 famílias deslocadas por conta da violência enfrentam grandes de-

safios que vão desde encontrar um espaço onde se sintam seguros para morar, onde tenham emprego e educação para seus filhos, atendimento médico e psicológico para a superação do trauma, até satisfazer a necessidade de se sentirem aceitos e integrados em uma comunidade, em um grupo social.

2.4.4 Contexto socioeconômico e desorganização institucional

Há dois fatores que são elementos essenciais no caso do fenômeno do *deslocamento interno forçado* no México. O primeiro diz respeito às condições socioeconômicas das famílias e o segundo, à desorganização institucional como terreno fértil para que certos atores economicamente capazes possam se apropriar de terrenos para expandir seus cultivos e empresas. Nos seguintes parágrafos vamos a explicar ambos os pontos.

As condições de pobreza no México geraram, principalmente nas populações mais jovens, a percepção de que conseguir empregos dentro dos esquemas da legalidade era mais complicado do que ingressar nas fileiras do tráfico de drogas ou outros tipos de atividades ilícitas. Essa percepção dos mais jovens vem do fato de que realmente no México não existem oportunidades para todos. Os dados mais atuais produzidos pelo INEGI (2018) nos permitem visualizar de forma quantificável a complexa situação vivida no país.

Na tabela 1, é possível observar os diferentes tipos de demandas da cidadania mexicana. O que mais sobressai é a precariedade na saúde e na segurança social. Há tempos que a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2017) vem ressaltando a questão da precariedade no trabalho, especificamente no que se refere à segurança social, como um tema de grande importância, por se tratar de uma referência para as políticas públicas que protegem os trabalhadores das privações econômicas e sociais, do desemprego, das doenças ocupacionais, dos acidentes no trabalho, dos problemas da velhice.

Nesse mesmo gráfico, é possível ver que outro aspecto de extrema importância diz respeito à alimentação.

Tabela 1: Apresentação dos indicadores e as porcentagens das pessoas em condições de pobreza no México

Indicadores	Estados Unidos Mexicanos																	
	Porcentaje						Millones de personas						Carencias promedio					
	2008	2010	2012	2014	2016	2018	2008	2010	2012	2014	2016	2018	2008	2010	2012	2014	2016	2018
Pobreza																		
Población en situación de pobreza	44.4	46.1	45.5	46.2	43.6	41.9	49.5	52.8	53.3	55.3	53.4	52.4	2.8	2.6	2.4	2.3	2.2	2.1
Población en situación de pobreza moderada	33.3	34.8	35.7	36.6	35.9	34.5	37.2	39.8	41.8	43.9	44.0	43.1	2.4	2.2	2.0	1.9	1.9	1.8
Población en situación de pobreza extrema	11.0	11.3	9.8	9.5	7.6	7.4	12.3	13.0	11.5	11.4	9.4	9.3	3.9	3.8	3.7	3.6	3.5	3.4
Población vulnerable por carencias sociales	32.3	28.1	28.6	26.3	26.8	29.3	36.0	32.1	33.5	31.5	32.9	36.7	2.0	1.9	1.8	1.8	1.7	1.7
Población vulnerable por ingresos	4.7	5.9	6.2	7.1	7.0	6.9	5.2	6.7	7.2	8.5	8.6	8.6	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Población no pobre y no vulnerable	18.7	19.9	19.8	20.5	22.6	21.9	20.9	22.8	23.2	24.6	27.8	27.4	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Privación social																		
Población con al menos una carencia social	76.6	74.2	74.1	72.4	70.4	71.2	85.5	85.0	86.9	86.8	86.3	89.1	2.4	2.3	2.2	2.1	2.0	2.0
Población con al menos tres carencias sociales	31.7	28.2	23.9	22.1	18.7	18.8	35.4	32.4	28.1	26.5	23.0	23.5	3.7	3.6	3.5	3.5	3.4	3.4
Indicadores de carencia social																		
Rezago educativo	21.9	20.7	19.2	18.7	17.4	16.9	24.5	23.7	22.6	22.4	21.3	21.1	3.2	3.1	2.9	2.8	2.6	2.5
Carencia por acceso a los servicios de salud	38.4	29.2	21.5	18.2	15.5	16.2	42.8	33.5	25.3	21.8	19.1	20.2	3.0	3.0	2.8	2.8	2.7	2.7
Carencia por acceso a la seguridad social	65.0	60.7	61.2	58.5	55.8	57.3	72.5	69.6	71.8	70.1	68.4	71.7	2.6	2.5	2.3	2.3	2.2	2.2
Carencia por calidad y espacios de la vivienda	17.7	15.2	13.6	12.3	12.0	11.1	19.7	17.4	15.9	14.8	14.8	13.8	3.7	3.6	3.4	3.3	3.1	3.1
Carencia por acceso a los servicios básicos en la vivienda	22.9	22.9	21.2	21.2	19.3	19.8	25.5	26.3	24.9	25.4	23.7	24.7	3.6	3.3	3.2	3.1	2.9	2.9
Carencia por acceso a la alimentación	21.7	24.8	23.3	23.4	20.1	20.4	24.3	28.4	27.4	28.0	24.6	25.5	3.3	3.0	2.9	2.8	2.6	2.6
Bienestar																		
Población con ingreso inferior a la línea de pobreza extrema por ingresos	16.8	19.4	20.0	20.6	17.5	16.8	18.7	22.2	23.5	24.6	21.4	21.0	3.1	2.9	2.5	2.5	2.4	2.4
Población con ingreso inferior a la línea de pobreza por ingresos	49.0	52.0	51.6	53.2	50.6	48.8	54.7	59.6	60.6	63.8	62.0	61.1	2.5	2.3	2.1	2.0	1.9	1.9

Fonte: Concejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo (CONEVAL, 2019).

No México, 33.6 % da população se encontra em condição de pobreza e 42.8%, em condições de vulnerabilidade (OCDE, 2019). Sem sombra de dúvida, a pobreza impede que o México se desenvolva como um país com políticas educativa, cultural e de distribuição de renda mais igualitárias. O fenômeno do *deslocamento interno forçado* é um efeito a mais na situação de miséria, corrupção, desigualdade e impunidade enfrentada historicamente pelo país (CORDOVA, 2005).

Mas há algo a ser ressaltado: a violência, de fato, aumentou com os confrontos entre o Estado e os cartéis de drogas. Além disso, a desorganização do Estado fez com que atores com capital econômico se fortalecessem e se aproveitassem das situação de confusão, descontrole e violência para expulsar famílias completas de seus lugares de origem.

A forma como o *deslocamento interno forçado* é tratado pelos governos municipais, estaduais e federais tem sido improvisada. Estes fazem uso de políticas reacionárias, que carecem de análise, *design* e avaliações e, por isso, os programas por eles implementados trouxeram, como resultado, a exclusão social, a marginalização e a precarização de milhares de famílias que se deslocam pelo interior do México. Elas sofrem constantemente de violação de seus direitos, inclusive por parte das mesmas instituições. Há falta de um lar digno onde morar, de emprego, de educação, de alimentos, de atenção médica, de orientação socio-jurídica e psicológica. Tais ne-

cessidades estão longe de serem satisfeitas pelo Estado, como forma de melhorar as condições de vida dessas populações (IBARRA, 2014).

As políticas públicas são ações que os governos decidem empreender ou não, ou seja, tudo aquilo que o governo faz e não faz é política pública (DYE, 2008). No caso da desatenção do governo do México para com as famílias deslocadas por conta da violência, esta diz respeito a um política pública de não reconhecimento desses seres como cidadãos, como possuidores de direitos humanos universais. Esse desconhecimento, essa desumanização é o que tem levado o país à atual situação trágica.

2.5 O caso específico da região Noroeste do México: Sinaloa e Chihuahua.

2.5.1 O caso de Sinaloa

Há mais de treze anos que o governo do México se encontra em constante confronto com os cartéis de drogas. A expulsão de pessoas de seus lugares de origem foi criminalizada apenas em 2019, na forma do artigo 287 Bis do Código Penal Federal do México. Muito embora esse dispositivo legal tenha sido uma forma de apoio e de ressarcimento de danos às pessoas que se viram obrigadas a sair de seus lares por conta da violência, as políticas públicas do governo mexicano estão longe de garantir os direitos de tais populações marginalizadas.

No que diz respeito ao caso do estado de Sinaloa, a Comisión Estatal de Derechos Humanos de Sinaloa (CEDH, 2019) tem feito recomendações insistentes para garantir que as pessoas deslocadas por conta da violência tenham oportunidades e que lhe sejam oferecidas condições dignas de vida, recomendações que, aliás, têm sido pouco escutadas pelo governo.

Ainda hoje há uma ausência de mecanismos de proteção jurídica das propriedades que são abandonadas pelas vítimas, o que dificulta as possibilidades de bem-estar dos deslocados. A isso se soma a falta de apoio psicológico que auxilie na construção do luto e da superação - se for possível - do trauma vivido. As oportunidades laborais no Estado de Sinaloa são escassas e as condições de trabalho são deploráveis para os deslocados. Essa série de elementos complica o processo de integração das famílias nas novas estruturas sociais às quais chegam (IBARRA, 2014).

O *deslocamento interno forçado* atual no Estado de Sinaloa, especificamente em suas zonas sul e norte, é um dos efeitos produzidos por conta da crescente violência gerada pelas ações governamentais contra o tráfico de drogas, frequentemente marcadas pela desorganização, pela corrupção e pela impunidade.

Até 2014, os especialistas no fenômeno do *deslocamento interno forçado* no México apontavam que sua causa era a luta entre os cartéis, aliada ao confronto do Estado mexicano contra o narcotráfico. Não obstante, no final de 2015, novos atores armados começaram a participar dos processos de expulsão de populações dos seus lugares de origem. O caso de Sinaloa é um deles. Esses novos atores são fazendeiros e empresários que, aproveitando-se da situação confusa e da ausência das instituições em certas regiões do estado, começaram a expulsar os legítimos moradores.

É claro que a política de segurança nacional continua atingindo as comunidades e grupos populacionais das zonas serranas, das zonas de conflito, tanto no norte quanto no sul do estado. A alternativa dessas famílias para se auto-preservar tem sido a emigração espontânea para as cidades mais próximas.

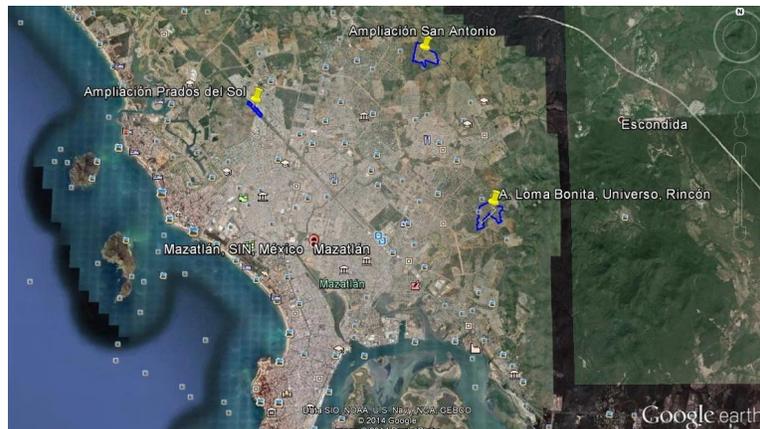
O deslocamento traz consigo modificações profundas nas dinâmicas familiares, nos símbolos e valores, na condição econômica e no estado anímico das pessoas que participam do fenômeno. A incerteza se converte em condição de vida, pois as cidades para onde as famílias se deslocam e se instalam não contam com infraestrutura necessária para lhes permitir levar uma vida vivível.

Atualmente, é importante assinalar a existência de cinco traços particulares que nos ajudam a entender o processo do *deslocamento interno forçado* em Sinaloa. Primeiro, a intervenção do Estado mexicano para “frear” o tráfico de drogas; segundo, a desorganização das instituições do Estado mexicano no atendimento às vítimas dos danos colaterais; terceiro, o aproveitamento dessa desorganização pelos fazendeiros e empresários de forma a expandir suas terras, cultivos e negócios, expulsando milhares de famílias de seus lares; quarto, a continuidade histórica da origem e do processo de deslocamento; e quinto, a construção da memória dos deslocados no contexto de violência.

O *deslocamento interno forçado* em Sinaloa não é novidade. Os grupos populacionais que se deslocaram no começo de 2006 tiveram notoriedade pela quantidade de pessoas que se viram atingidas pela violência. Estas foram obrigadas a fugir espontaneamente de seus lares para se proteger. Muitos saíram de municípios tais como Concordia, San Ignacio, Culiacán, El Rosario, Escuinapa e Cosalá e se dirigiram para a cidade de Mazatlán (Ver plano 1). Outros fugiram das cidades de El Fuerte, Choix, Sinaloa de Leyva e Morelos (Chihuahua), dirigindo-se para Los Mochis (Ver plano 5).

Os êxodos populacionais, com poucos recursos materiais e sem o visível apoio governamental, foram se instalando nos limites urbanos, nos subúrbios de Mazatlán e de Los Mochis. Para melhor ilustrar a localização dos deslocados e os trajetos por eles percorridos, apresentaremos nas seguintes páginas os mapas do estado, das cidades e dos bairros aonde as pessoas chegaram para viver (Ver plano 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8).

Plano 1. Apresentação da cidade de Mazatlán, Sinaloa e os três principais pontos de chegada dos deslocados



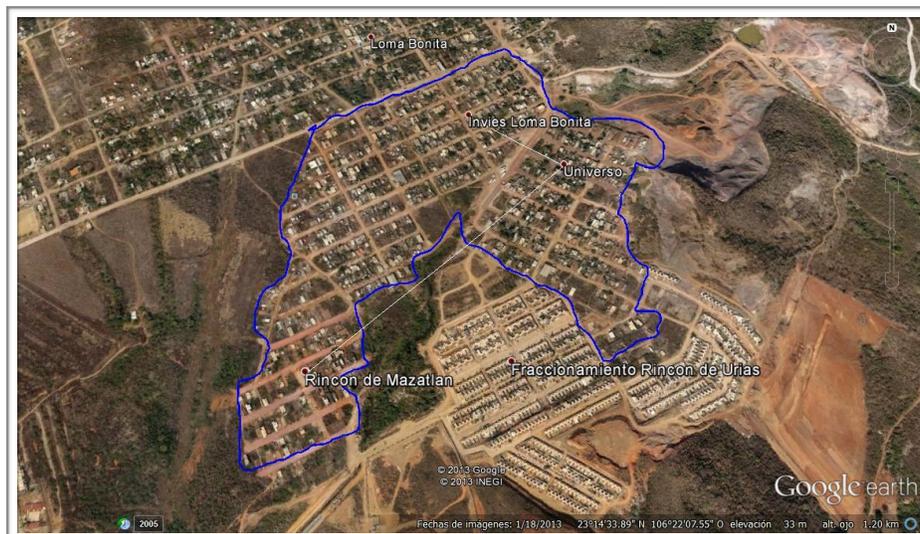
Fonte: elaboração própria com base em Catastro Mazatlán e o apoio do Google Earth (2019).

Plano 2: Apresentação do bairro subnormal San Antonio, localizado no subúrbio da cidade de Mazatlán, Sinaloa



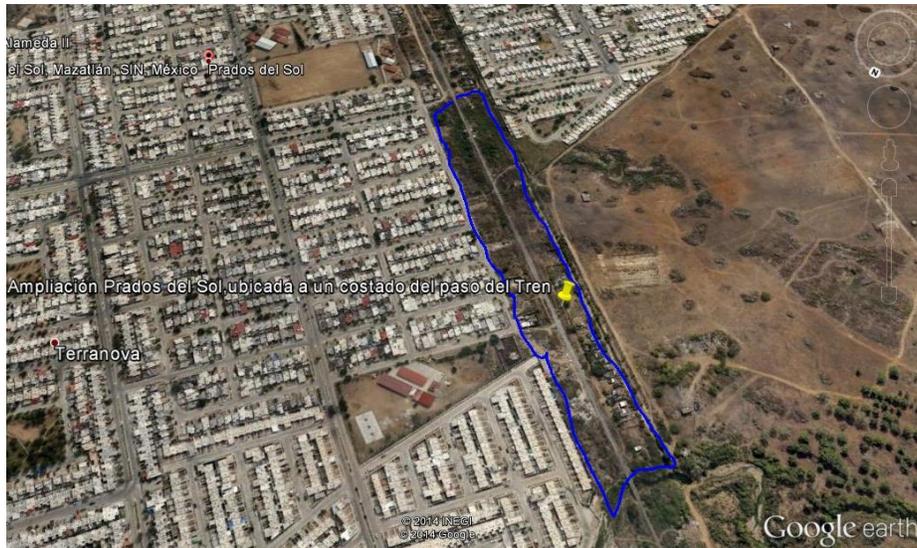
Fonte: elaboração própria com base em Catastro Mazatlán e apoio do Google Earth (2019).

Plano 3: Apresentação do bairro subnormal na cidade de Mazatlán, Sinaloa. São três bairros juntos: Loma Bonita, Universo e Rincón de Mazatlán.



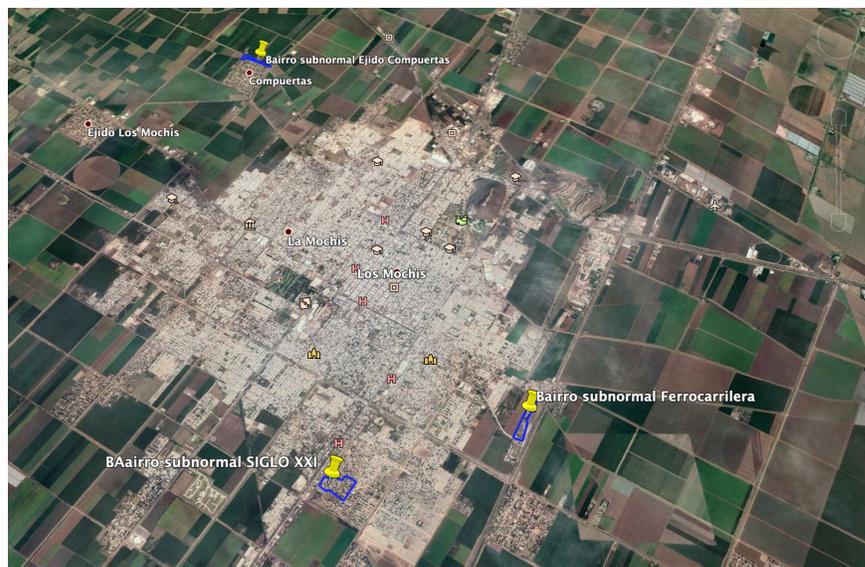
Fonte: elaboração própria com base em Catastro Mazatlán e apoio do Google Earth (2019).

Plano 4: Apresentação do bairro subnormal Prados del Sol, que se encontra localizado nas vias do trem Pacífico



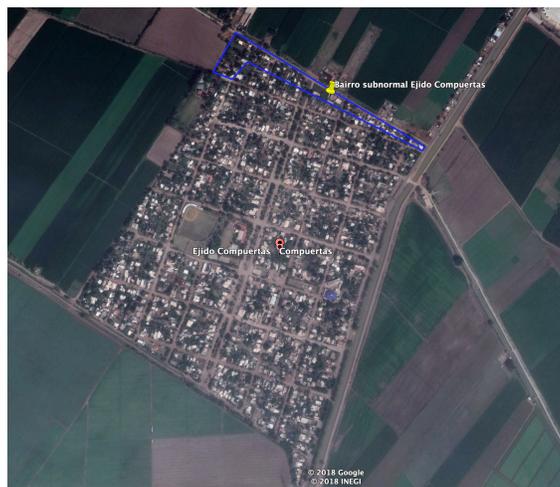
Fonte: elaboração própria com base em Catastro Mazatlán e apoio do Google Earth (2019).

Plano 5: Apresentação da cidade de Los Mochis e os três bairros principais aonde chegam os deslocados



Fonte: elaboração própria com base em Catastro Los Mochis e apoio do Google Earth (2019).

Plano 6: Apresentação do Bairro subnormal Ejido Compuertas na periferia da cidade



Fonte: elaboração própria com base em Catastro Los Mochis e apoio do Google Earth (2019).

Plano 7: Apresentação do Bairro subnormal Ferrocarrilera



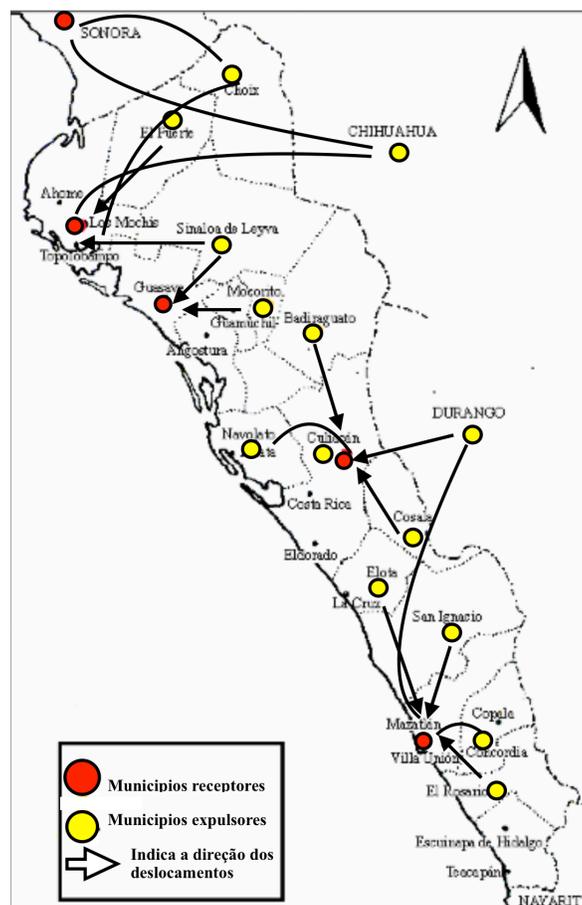
Fonte: elaboração própria com base em Catastro Los Mochis e apoio do Google Earth (2019).

O montante de famílias deslocadas que chegam às cidades de Mazatlán e de Los Mochis chega a 3.400. Contabilizar uma população que se encontra em constante mobilidade territorial é altamente complexo, ainda mais quando as cifras publicadas pelas instituições são pouco estáveis e não são sustentadas por um senso oficial. Isso faz com que os dados sejam diferentes entre as

instituições das cidades. O padrão que especifique o número de pessoas deslocadas que chegam à cidade de Mazatlán ainda é inexistente.

Fizemos um esforço para explicar graficamente o mapeamento dos pontos de expulsão, tanto dos estados vizinhos a Sinaloa como do próprio estado. As zonas e cidades às quais chegam esses êxodos populacionais que fogem da violência se concentram majoritariamente nas áreas de cultivo e armazenamento das drogas, ou seja, nas áreas da Serra Madre Ocidental (Ver o plano 9).

Plano 8: Apresentação do deslocamento: zonas expulsoras e receptoras em Sinaloa

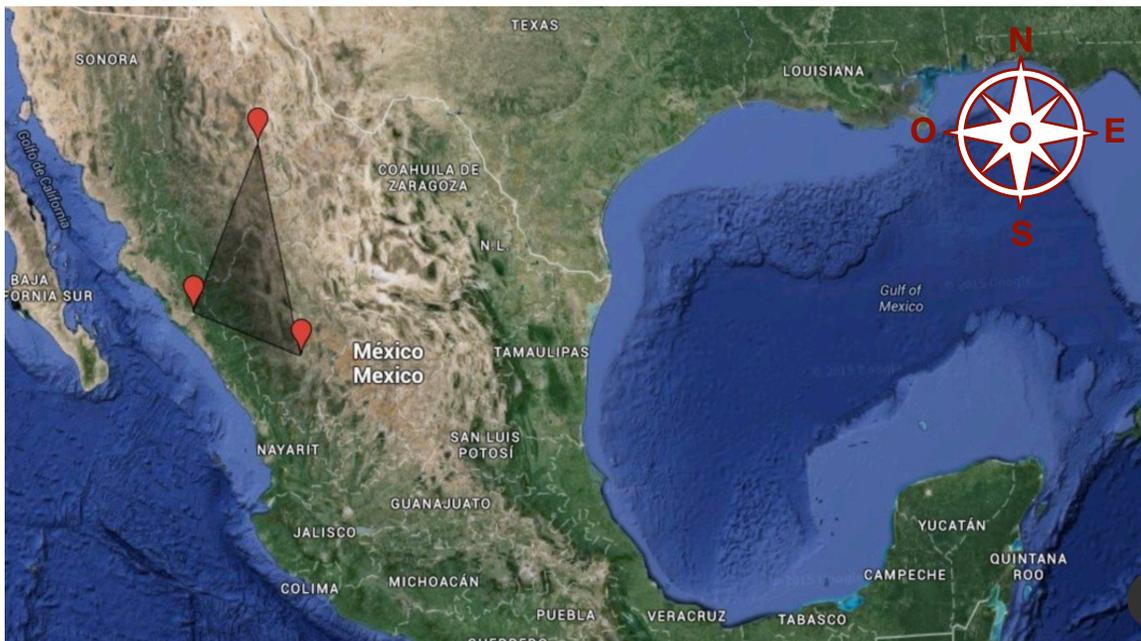


Fonte: Elaboração própria com base em investigação bibliográfica (2020).

2.5.2 O caso de Chihuahua

Há quase quatorze anos que a guerra contra o narcotráfico começou a produzir seus efeitos devastadores em centenas de comunidades localizadas na região geográfica da Serra Madre Ocidental. Esse conjunto denso de montanhas e rios é conhecido popularmente como o *Triângulo Dourado* e é formado por três estados vizinhos: Sinaloa, Chihuahua e Durango (Ver o Plano 9)

Plano 9: Apresentação da região em que se produz mais maconha no México, o Triângulo Dourado.



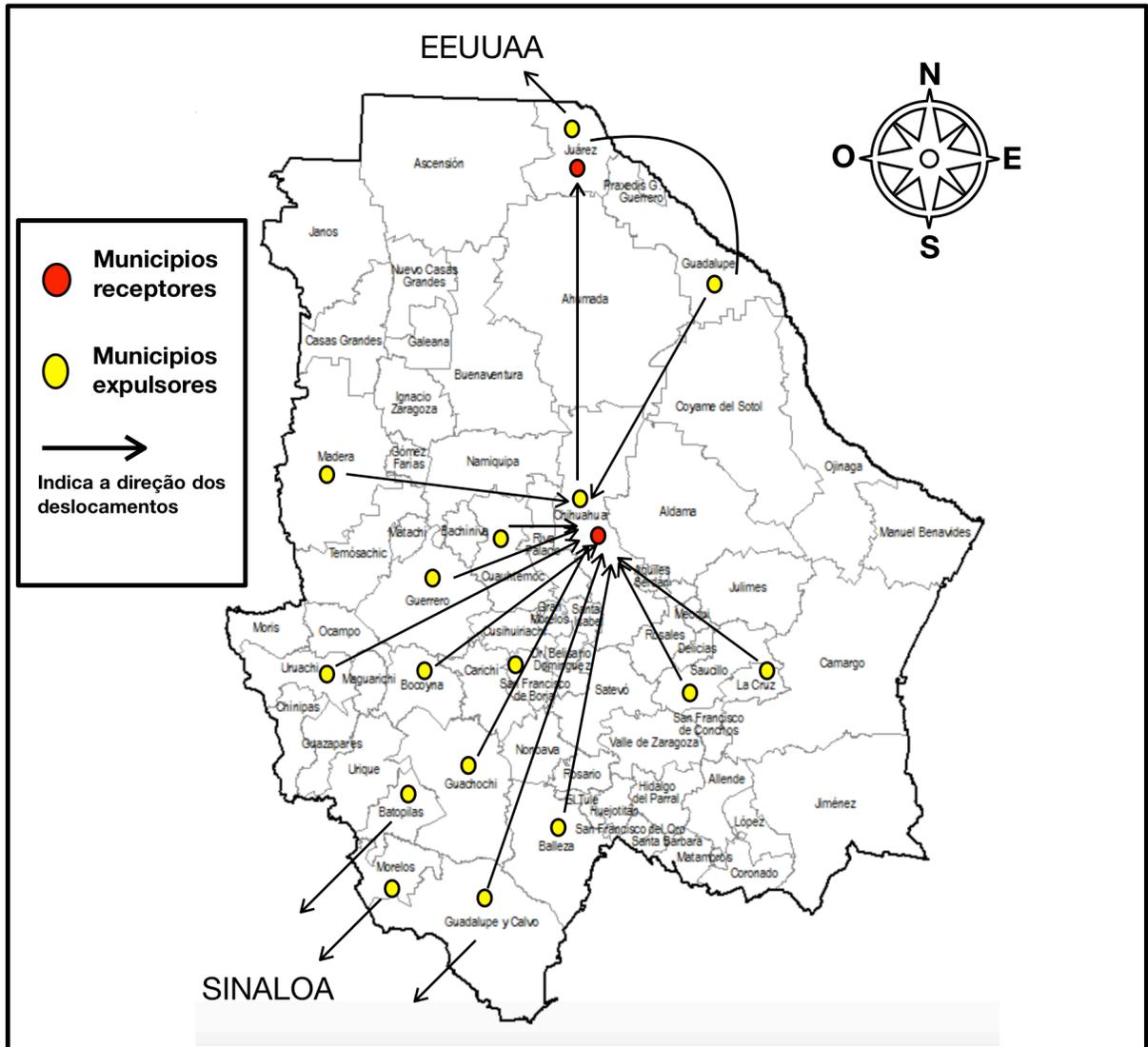
Plano de elaboração própria com base em investigação bibliográfica e com ajuda do aplicativo Google Maps (2019).

É nessa região que se concentram os maiores cultivos de maconha e papoula da região norte do México. Isso gerou muita violência por conta da disputa entre diferentes cartéis, além de ser ali o local em que se movimentava um dos homens mais procurados pelo governo estadunidense, El Chapo Guzmán.

Os constantes ataques contra as redes criminosas, aliados à desordem institucional, geraram um estado de incerteza para muitas das famílias originárias dessa região. Os homicídios, sequestros, desapareções forçadas, abusos sexuais de mulheres, recrutamento de jovens para fazer

parte dos cartéis de drogas, todos esses foram motivos suficientes para que as pessoas vissem no *deslocamento interno forçado* uma alternativa possível para fugir da violência (Ver o plano 11).

Plano 10: Apresentação do deslocamento: zonas expulsoras e receptoras em Chihuahua



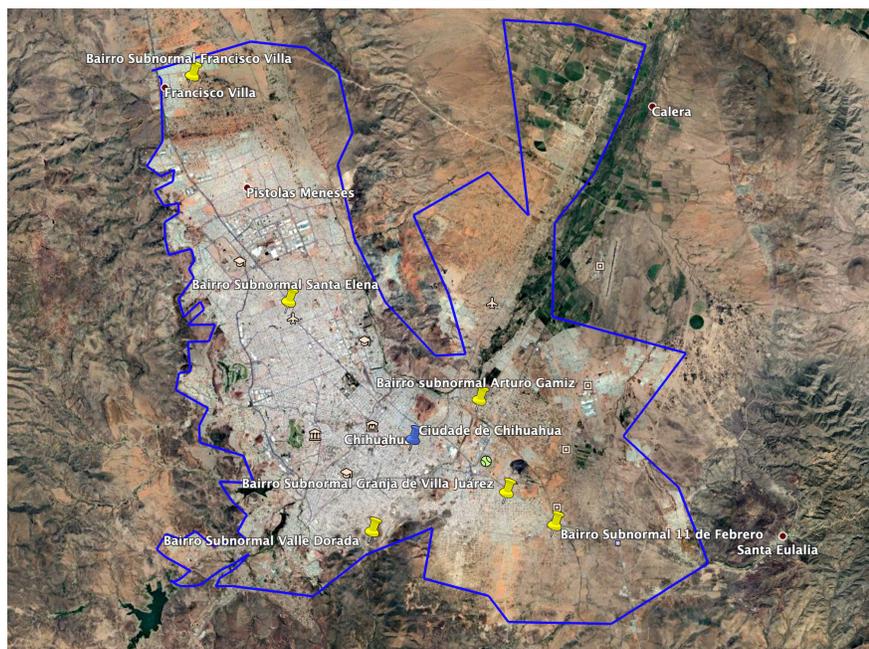
Fonte: elaboração própria com base em investigação bibliográfica (2020).

O estado de Chihuahua ainda continua em ruínas, tendo já alcançado a marca de quase 360 mil pessoas que abandonaram seus lares com o único propósito de salvaguardar as suas vidas e as de seus familiares. Os povos mais afetados pela violência do estado de Chihuahua são: Parral, Balleza, Baborigame, El Vergel, El Tanque, Cordón de la Cruz, Mala Noche, Turuachi,

Santa Tulita, Talpa, Guachochi, Guadalupe y Calvo, Creel, Madera, Cuauhtémoc, Juárez, Saucillo, Chihuahua.

A maioria dos deslocados dos municípios principais foge para a capital de Chihuahua onde se refugiam em bairros subnormais, localizados nas periferias da cidade. Citamos aqui alguns deles: Valle Dorado, Santa Elena, María Isabel, Los Bosques, Granjas de Villa Juárez, Las Torres, Campo Viejo, Granjas del Sur, El Mimbres, Granjas Chihuahua 1, 2 y 3; uma boa parte da região denominada 11 de Febrero, assim como também a denominada Valle Grande (Ver o Plano 11).

Plano 11: Apresentação da cidade de Chihuahua em que se vê alguns dos bairros subnormais onde residem os deslocados.



Fonte: Elaboração própria com base no Catastro Chihuahua e apoio do Google Earth (2020).

É importante apontar casos especiais como o da família Archuleta. Seus trinta e três integrantes sobreviventes tiveram que fugir do povoado El Valle, localidade que fica a uns 50 quilômetros de distância de Ciudad Juárez - umas das cidades mais importantes do estado de Chihuahua - para agora se refugiar nos Estados Unidos, no Texas. É claro que são poucos os casos como o dessa família, pois a maioria das pessoas que se deslocam da serra para as zonas ur-

banas mais próximas não contam com recursos, nem econômicos e nem educativos, para solicitar asilo ou refúgio nos Estados Unidos.

A família Archuleta passou pela amarga experiência de presenciar o sequestro e, posteriormente, o desaparecimento de três membros. Foi nula a solução do desaparecimento na justiça e isso gerou ainda mais angústia nos sobreviventes. Existem milhares de casos assim e os últimos estudos feitos pela ENVIPE (2017) mostram em cifras a realidade que impera em Chihuahua: uma violência que varia conforme as operações desenvolvidas pelo governo federal para “lutar” contra o tráfico de drogas.

No estudo apresentado pelo ENVIPE (2017), é possível observar que o deslocamento em Chihuahua esteve estreitamente ligado ao incremento das taxas de violência. Muitos dos casos de pessoas ou famílias que se deslocaram acontecem por conta das ameaças por elas sentidas com relação às ações violentas e à falta de proteção do Estado.

Assim, as condições de insegurança em cidades como Juárez, Valle e Delicias, só para mencionar algumas, as converteram em pontos importantes de expulsão de população (RUBIO, 2018). É claro que as ondas de violência fazem com que o fenômeno do deslocamento se apresente de uma forma não uniforme. Cidades como Ciudad Juárez registraram deslocamentos massivos de pessoas desde 2008. Essa característica, por sua vez, não foi verificada em outras cidades, como Delicias. Foi somente depois que a onda de violência alcançou essas cidades é que estas passaram a apresentar periodicamente êxodos massivos de pessoas fugindo da violência.

Cidades que por vezes são expulsoras se convertem também em lugares de chegada dos deslocados por conta da violência. Esse tem sido o caso da Cidade Juárez uma cidade que antes de 2008 era um ponto de chegada para muitas famílias deslocadas e, após o recrudescimento da violência, passou a ser uma cidade expulsora de pessoas.

Casos conhecidos e publicados em meios de comunicação, como o de Cipriano Jurado, que, diante da violência, teve que fugir de Ciudad Juárez para solicitar asilo político nos Estados Unidos. O mesmo ocorreu com a família Reyes Salazar em 2010 que, com o assassinato de al-

guns de seus membros, teve que solicitar asilo político para fugir de Cidade Juárez (LA JORNADA, 2011).

Os obstáculos enfrentados pelas pessoas no processo do *deslocamento interno forçado* são muito difíceis. Cipriano, em uma entrevista dada o portal La Verdad (2019), assim se expressa:

É muito difícil quando você tem que sair por conta desse tipo de questões, é muito difícil, você tem que deixar tudo e encarar situações econômicas complicadas, batalhas para conseguir emprego, pois não há muitas oportunidades e tudo o que a gente faz é para proteger a nossa vida e a dos nossos familiares (Comunicação pessoal, 2011).

Os dados da ENVIPE (2017) mostram que o deslocamento no estado de Chihuahua foi constante. Em 2011, foram 58.158 pessoas que se deslocaram para proteger suas vidas.

A maioria das pessoas saem das zonas de conflito forçadas pela violência: “A gente não decidiu ir embora, a gente é obrigada pois não há opção, só a de proteger a vida” aponta uma das integrantes da família Archuleta, que teve que deixar sua casa em Guadalupe, em El Valle, Chihuahua, depois do sequestro de três de seus membros, em 6 de dezembro de 2014: Gabriel, Elmer e Edgar. Cinco dias após o sequestro, os três foram encontrados mortos num prédio abandonado.

Aos migrantes que se deslocam individualmente ou com familiares dentro de Chihuahua somam-se os deslocamentos massivos de comunidades indígenas. Quatro localidades do município de Guadalupe y Calvo se viram atingidas pela migração provocada pela violência. Cidades como Coloradas de la Virgen, El Cordón de la Cruz, Mesa Colorada, El Tepozán e La Culebra foram afetadas pela violência, pela desorganização institucional e pela disputa de terra. No total, 234 pessoas se deslocaram, muitas delas fazem a viagem da migração interna em grupos familiares.

Outro êxodo massivo registrado foi o que ocorreu nas comunidades Las Varas y El Lago, onde mais de 500 pessoas foram expulsas pela insegurança.

O deslocamento interno forçado não é um fenômeno recente. No México, tais êxodos humanos já ocorreram em diversos momentos da história. O preocupante é que em nenhum momento anterior essa problemática foi tão grande como agora.

São quase 13 anos desde que a guerra contra o narcotráfico começou, juntamente com seus desdobramentos - milícia, fazendeiros aproveitando os contextos de insegurança e de caos, políticas públicas de desconhecimento - e as vítimas diretas e indiretas continuam a levar *vidas invivíveis*, pois seu direito à justiça e à verdade continua a ser adiado pelos governos e pela própria sociedade mexicana.

Para ilustrar isso, trazemos o antigo caso da família Reyes Salazar. Uma história que é o clássico exemplo do descaso do Estado mexicano e do sistema de procuração de justiça e que representa, inclusive, o descaso da mídia e da sociedade. É um caso lamentavelmente emblemático, pois foi um dos primeiros casos de *deslocamento interno forçado* que saiu à luz pública.

A trágica história da família Reyes Salazar começou no ano de 2008, quando elementos do Exército detiveram Miguel Ángel Reyes Salazar, conhecido como “El Sapo”, por supostos nexos com o crime organizado. Posteriormente, ele foi colocado em liberdade. Sua mãe, a senhora Josefina Reyes, era uma ativista de Valle de Juarez que, durante mais de uma década, havia denunciado diversos assassinados de mulheres nessa região. Josefina Reyes foi uma das vozes que surgiram contra o uso de seu povoado como zona de dejetos nucleares.

Josefina Reyes apareceu na cena pública depois de seu filho ser detido. Ela liderou várias manifestações contra a presença do exército mexicano em Ciudad Juárez, inclusive realizando uma greve de fome e participando no Foro contra la Militarización y la Represión.

As coisas se tornaram piores quando, em 2009, Julio Cesar Reyes, também filho de Josefina, foi assassinado com vários tiros. Foi o primeiro dos seis membros da família a perder a vida no contexto da luta contra o tráfico de drogas e o crime organizado durante o governo do presidente Felipe Calderon Hinojosa.

Em 4 de setembro de 2009, em Nuevo Casas Grandes, Chihuahua, Miguel Ángel foi detido pela segunda vez por elementos do exército mexicano. A detenção foi porque, supostamente, tinha ligações com o crime organizado, especificamente com o grupo de José Rodolfo “El Rikín” Escajeda, identificado como um dos principais operadores do cartel de Juarez e que, inclusive, foi extraditado para os Estados Unidos para responder pelos crimes de tráfico de drogas e associação criminosa. A ele eram atribuídos os assassinatos dos líderes da comunidade mórmon Benjamin Lebaron e Luis Widmar, ambos mortos em julho de 2009.

Em 25 de novembro de 2009, Miguel Ángel ingressou no Centro de Readaptação Social número 03, Noroeste, Tamaulipas, uma vez que a Procuraduría General de la Republica (PGR), tinha supostamente confirmado as ligações de Miguel Angel com “Rikín” e com o cartel de Juárez. A justificativa da detenção foi crime organizado e posse de armas e munições de uso exclusivo das forças armadas mexicanas.

Josefina Reyes, mãe de Ángel ou “El Sapo”, fundou então o Comité de Derechos Humanos del Valle de Juárez. Em 3 de janeiro de 2010, depois de um pouco mais de um mês que seu filho tinha sido detido, a senhora Josefina foi assassinada nas proximidades de Ciudad Juárez. Ela já teria sofrido ameaças de morte em diversas ocasiões. Josefina apresentou denúncias na PGR e na Subprocuradoria de Justiça do Estado de Chihuahua e, não obstante, nenhuma das instituições abriu processo de investigação para encontrar aqueles que ameaçavam a vida da líder. Uma segunda feira, 5 de janeiro de 2010, os familiares da defunta fizeram os atos fúnebres. Seus familiares se despediram da senhora Josefina em Guadalupe, Distrito Bravo, povoado do Valle de Juárez, que se encontra situado a 60 quilômetros ao leste de Ciudad Juárez.

A Anistia Internacional qualificou o fato como uma agressão contra os defensores dos direitos humanos nessa região tão conflitiva do país. Josefina Reyes, desde o dia da sua morte, passou a ser mais uma ativista que perdeu a vida por defender os direitos humanos no Estado de Chihuahua.

Em agosto de 2010, o irmão de Josefina, Rubén Reyes, também foi assassinado no povoado de Guadalupe. Ao lado do corpo foram encontrados 19 cápsulas de balas de um rifle AK47. Depois da morte de Rubén, em 7 de fevereiro de 2011, seus irmãos Elías e Malena e sua cunhada Luisa Ornelas desapareceram. Uma semana depois, a casa da família Reyes Salazar foi incendiada com coquetel molotov. Marisela, uma das irmãs dos desaparecidos, começou a lutar para encontrá-los e iniciou uma greve de fome em frente a prefeitura de Ciudad Juárez. Diante da falta de respostas e de atenção do prefeito, viajou junto com sua mãe até o Senado da República na Cidade do México. Em várias entrevistas, denunciaram a passividade das autoridades estatais e, inclusive, acusavam estas de serem cúmplices da tragédia enfrentada por sua família. Marisela dizia:

Como é possível que não tiveram compaixão de meus irmãos e de minha cunhada? Eles, os três, eram pessoas que precisavam de atenções especiais. Meu irmão Elias tinha paralisia

facial, a metade do seu rosto nem se movimentava, a minha irmã Malena tinha artrite e a minha cunhada Luisa era uma pessoa com capacidades especiais (comunicação pessoal, 2011).

Diante da falta de resposta das autoridades estatais, Marisela Reyes, juntamente com sua mãe, empreenderam uma viagem para Cidade do México. Em diversas entrevistas denunciaram a passividade das autoridades e sugeriram a cumplicidade das instituições, estas mesmas que deveriam ter ido à procura da justiça e da busca por seus familiares.

Depois do décimo nono dia de protesto e após ter instalado um *camping* em frente ao Senado, por conta de motivos de saúde, Marisela se viu obrigada a suspender a greve de fome. No dia seguinte, os corpos de seus irmãos foram encontrados numa estrada de terra nas periferias de Cidade Juárez.

Olga Lidia Reyes Salazar, outra integrante da família, esteve presente no encontro do Movimiento por la Paz con Justicia y Dignidad. Nesse evento, estavam presentes o presidente da época, Felipe Calderón Hinojosa, bem como diversos familiares de pessoas que sofreram com assassinatos e desaparecimentos de parentes. O motivo de Olga Lidia se encontrar nessa reunião era para solicitar ajuda ao presidente. Ela declarou que:

Não faz sentido ir pedir justiça às autoridades da prefeitura de Cidade Juárez porque é como entrar na toca do lobo. O prefeito nem sequer nos ajudou no enterros de meus familiares assassinados, então o que poderíamos esperar dele? Meus irmãos que ainda vivem continuam sendo ameaçados. Inclusive, alguns sujeitos foram ao cemitério e tiraram as cruzes dos meus familiares mortos e colocaram outras com os nomes dos meus familiares que ainda estão vivos. Já não acreditamos na justiça deste país. Nem no presidente Calderón (comunicação pessoal 2011).

Olga Lidia como membro da família Reyes se sente totalmente abandonada, despojada de seus direitos, violentada e agredida pelas mesmas autoridades que deveriam protegê-la e a sua família. As lágrimas e a impotência de não poder fazer com que as autoridades atendam o seu clamor por justiça têm destroçado a ela e a seus familiares. A recuperação das vidas que a guerra, a corrupção e a impunidade lhe arrancaram é impossível.

Nas constantes conversas que mantivemos, o choro, a tristeza, o terror, o cansaço, a impotência e a raiva foram expressões visíveis em Olga Lidia. Para ela, sua família inteira já foi

assassinada, pois, como explica, depois da terrível passagem na vida deles, jamais poderão ser como eram antigamente.

Até agora, nenhuma das mortes foi esclarecida. Não obtiveram respostas das autoridades responsáveis. Diante de novas ameaças, Marisela solicitou asilo político nos Estados Unidos, tendo este lhe sido concedido, bem como para Olga Lidia e seus netos. Atualmente vivem no Texas.

O *deslocamento interno forçado* constitui uma violação múltipla dos direitos humanos, tais como o direito à vida, à integridade, à segurança, à liberdade pessoal, de transitar e escolher onde se deseja morar, à proteção da família, à associação, à alimentação e à moradia, a serviços de educação, emprego e saúde. Não obstante, diante da crise de violência, o Estado mexicano não reconhecia oficialmente a presença do fenômeno. Atualmente, existe a lei proveniente da reforma do Código Penal Federal, que lhe agregou o Capítulo III, além da incorporação do artigo 287 Bis, que pune e proíbe qualquer pessoa física e jurídica de produzir êxodos populacionais.³² Mesmo assim, ainda faltam políticas para proteção da vida dos sobreviventes, tanto durante o processo do *deslocamento interno forçado* quanto posteriormente a ele.

³² Tal reforma de lei entrou em vigor em abril do 2019.

TERCEIRA SEÇÃO

MEMÓRIAS PRECÁRIAS À DERIVA

3.1 Considerações metodológicas: os caminhos da ciência e da construção de pensamento que levam à interpretação das dinâmicas da vida.

Os homens e mulheres deslocados por conta da violência não têm seus direitos respeitados e isso se reflete tanto na sua situação política quanto na sua realidade econômica e social. A importância que o fenômeno do *deslocamento interno forçado* tem nos últimos anos é o eixo motor do nosso interesse de conhecer, explorar, descrever, reler e explicar os efeitos que esse fenômeno tem produzido. Nosso específico intuito acerca dessa problemática tão complexa é a transformação da memória no contexto do processo violento que é o *deslocamento interno forçado*.

Seguindo os nossos interesses neste estudo, a metodologia proposta para o trabalho de campo se encontra especificamente focada em explorar a forma como a memória dos *deslocados internos forçados* no noroeste do México vai se transformando por conta dos contextos de violência e precarização. Para isso, decidimos que, pelo caráter do nosso estudo, seria imprescindível o foco no pensamento crítico-reflexivo o que, subsequentemente, nos levou aos caminhos da transdisciplinaridade.

Por que escolhemos a transdisciplinaridade? Porque ela permite questionar os conceitos preestabelecidos que é o eixo fundamental para a construção de pensamento crítico-reflexivo. Mas o que é um conceito? É um contorno fixo que se isola e que pretende explicar a vida, categorizando-a e individualizando-a. Assim, nós pretendemos voltar para a metáfora, já que ela pretende explicar a vida de uma perspectiva incidente, deixando as portas abertas para que outras interpretações do mundo sejam colocadas, discutidas e compartilhadas e é justamente isso que nós queremos acrescentar. Ademais, criar conceitos diz respeito a uma coisa em específico e isso não tem sentido quando a questão a ser tratada é a transformação da memória, pois ela se transforma indefinidamente. Por conta dessa maravilhosa característica, nos resulta impossível, nesta pesquisa, usar conceitos, falar de identidades, de categorias.

O trabalho que apresentamos aqui foi realizado em quatro cidades e, respectivamente, em quatro bairros ou invasões, localizados nas periferias das cidades de Los Mochis, Chihuahua, Hermosillo e Ensenada. Tem sido para essas cidades que os êxodos populacionais emigraram, à procura de autopreservação diante da violência nas zonas serranas dos estados de Sinaloa, Chihuahua e Durango.

É importante esclarecer que os homens e mulheres que participaram deste projeto têm colaborado com suas experiências acerca do processo do *deslocamento interno forçado* a partir de suas interpretações e tudo o que isso implica. Por isso, o cotejo das histórias de vida que apresentaremos no nosso trabalho são relatos, *memórias precárias* construídas pela peculiaridade e especificidade de cada uma delas. A colaboração das pessoas que são atores principais neste trabalho de pesquisa foi um processo complexo que se construiu graças à aproximação constante e à participação da nossa equipe, que colaborou com orientação sócio-jurídica para assim estabelecer uma relação que permitisse ter diálogos em confiança com os deslocados internos forçados.

Para fazer uma releitura de suas histórias de vida, foi importante estruturá-las em três momentos: antes, durante e depois do processo migratório. Fizemos isso para melhorar nosso aproveitamento na elaboração e no relato dessas histórias de vida.³³

A presente pesquisa será de caráter exploratório e descritivo. Pretende explorar e descrever como se dá a interação que ocorre entre os deslocados internos forçados, os atores armados – integrantes dos cartéis, membros do exército e da polícia federal, fazendeiros – e os membros das instituições mexicanas encarregadas de desenvolver programas de proteção, acolhimento e orientação sócio-jurídica. Exige um esforço importante e é por isso que nosso trabalho pretende tomar como ponto de partida a corrente de análise do *interacionismo simbólico* que aponta que os seres humanos interpretam ou definem as ações dos outros, em vez de simplesmente reagir a elas (BLUMER, 2013).

³³ Por conta da insegurança e do grande temor que sofrem as famílias com as quais atualmente trabalhamos neste projeto de pesquisa, optamos por elaborar um caderno com anotações sobre a pesquisa de campo, evitando assim o uso de técnicas de gravação ou filmagem, pois isso poderia interferir tanto na vida das pessoas que com toda disponibilidade decidiram colaborar nesta pesquisa, como na vida de nossos pesquisadores. É importante apontar que as vidas de alguns deslocados ainda se encontram em perigo e para oferecer maior proteção colocaremos nomes fictícios. No caso das localizações dos endereços onde atualmente moram, estas também não serão reveladas.

Nesse sentido, o *deslocamento interno forçado* será abordado não como uma reação direta aos atos de violência exercidos pelos atores armados e sim como uma ação baseada no significado atribuído a essas ações, pois são os símbolos, a interpretação e a atribuição de significados dos outros – neste caso, os atores armados, uma das múltiplas vertentes por meio das quais os deslocados constroem suas memórias.

Deve ser ressaltado que o *interacionismo simbólico* se caracteriza por dar atenção quase exclusiva à compreensão da ação social a partir do ponto de vista do ator. É importante destacar que existem duas linhas de análise do *interacionismo simbólico*, as quais serão desenvolvidas de maneira geral com o objetivo de assinalar o paradigma que será propício a esta pesquisa de campo.

A primeira corrente do *interacionismo simbólico* é encabeçada por Willson (1970), para quem a interação simbólica está essencialmente *regida por normas* e cuja explicação deve ser dada de forma *dedutiva*, característica da *ciência natural*. Acrescenta ainda que as regras se concretizam como expectativas externas ao ator ou como disposições ou normas internalizadas pelo ator.

Em qualquer caso, para poder explicar a conduta a partir dessas regras é necessário que os participantes do ato social subsumam do mesmo modo suas ações de acordo com a norma e as legitimem a partir de valores compartilhados, o que implica uma existência empírica de um consenso cognitivo e avaliativo básico (Parsons, 1968) como um *universalismo dos valores* preferencialmente aos quais se integram às pautas mais gerais da ação. O investigador conceitua, como variáveis desses valores, as condições de fato (por exemplo, as tendências à ruptura da complementaridade das expectativas), necessárias à derivação da ação a partir da norma, de modo que é a insuficiência do conhecimento empírico o único que impede que se cumpra perfeitamente o paradigma explicativo.

A segunda corrente do *interacionismo simbólico* que se contrapõe à primeira é a da Escola de Chicago. Esta enfatiza o momento ativo do sujeito, evitando a categorização em um sistema de normas de interação social. Blumer assinala que:

[...] os participantes se encaixam mutuamente nos seus atos, em primeiro lugar identificando o ato social em que eles se encontram envolvidos, em segundo lugar, interpretando e definindo a contribuição de cada um dos Outros na formação do ato na sua totalidade. O participante se orienta, dessa forma ele tem uma chave para interpretar os atos dos Outros e uma guia para articular a sua ação em conjunto com a ação dos Outros. Mas essas interpretações nunca são definitivas. No fluxo da vida, tem inúmeros momentos nos quais os participantes redefinem mutuamente seus atos (Blumer, 1966: 538).³⁴

O que Blumer (1966) assinala é um ponto de grande relevância, pois se considera a pessoa ou o ator dentro do fenômeno social como criador e pensador das ações ou condutas que se desenvolvem dentro da sociedade, a qual não se estrutura como sistema normativo – em contraste com o que aponta Willson (1970). Se o ator não participa do processo de interpretação das dinâmicas sociais, cairia no princípio da inércia social no qual a complementariedade das expectativas se auto-regula no interior do sistema da ação, que acaba sendo a contingência da interação e que tem que ser restabelecida pelas mesmas pessoas mediante uma interpretação e negociação das regras e normas. Ou seja, em todo o processo, a pessoa é quem se encontra em mobilização contínua, criando, modificando, adaptando e reconfigurando seus símbolos, atribuindo significados e interpretações.

A máxima metodológica pertinente no presente projeto de pesquisa é o estudo da ação desenvolvido do ponto de vista do ator, uma vez que a ação é construída por ele a partir do que percebe, interpreta ou julga. Portanto, o desafio para o desenvolvimento dessa corrente científica é o de poder ver as situações em que se encontra envolvida a pessoa, tal como ela as visualiza. Deverão ser percebidos os objetos a partir do seu olhar e captados seus sentidos, gestos, linguagem. Não se trata de incorporá-los à vida de quem desenvolve a investigação, mas de reinterpretar esse acúmulo de símbolos em interação, pois são eles que configuram os atores a serem estudados.

³⁴ No original: [...] los participantes encajan mutuamente en sus actos, en primer lugar identificando el acto social en el que se implican, en segundo lugar, interpretando y definiendo la contribución de cada uno de los otros a la formación del acto total. El participante se orienta, así tiene una clave para interpretar los actos de los demás y una guía para articular su acción con la de los otros. Pero estas interpretaciones nunca son definitivas. En el flujo de la vida social hay innumerables momentos en los cuales los participantes redefinen mutuamente sus actos.

O que enriquece o paradigma desenvolvido por Blumer (1966) é que este consegue integrar, ao processo da investigação científica, a estrutura e as normas. Como apontam Thomas e Znaniecky (1918), ambas estão em constante interação com o ator e, por conseguinte, também são parte de sua configuração.

A relevância destes estudos e da implementação dessa metodologia interpretativa é que ressaltam a voz do ator interpretando seu próprio processo. É possível ver o interacionismo simbólico como uma forma de humanizar os estudos acadêmicos nas ciências sociais, pois se deixa de ver a pessoa como um objeto ou um número para vê-la com voz própria, que interpreta e transmite sua experiência de vida ao cientista.

A riqueza de se integrar o ator à exploração, à descrição, à observação, análise e explicação de um fenômeno social está demonstrada na grande quantidade de estudos que se concentram em recolher histórias ou *experiências de vida*. No caso dos estudos sobre *deslocamento forçado interno* e seu impacto na construção das representações dos indivíduos, Bello (2001), Durin (2012), Torrens (2013) e Tobón e Otero (1995) são alguns dos investigadores que têm apresentado grandes descobertas na matéria, o eixo motor em suas pesquisas tem sido o *interacionismo simbólico*.

Do exposto, partimos para justificar a proposta metodológica da investigação de campo que consistiu em se aproximar do espaço onde as unidades de ação acontecem, isso com o objetivo de começar a *observar* qualquer interação, objeto, cheiro, som, movimento. Posteriormente, foi utilizada, como metodologia qualitativa, a *observação participante militante* (PARIS, 2013) que permitiu o recolhimento de *experiências de vida* – instrumento de investigação – de pessoas deslocadas pela violência no noroeste do México, pois de acordo com os interesses marcados neste estudo, centra-se especificamente em explorar e descrever de que forma a violência física e simbólica é um elemento de transformação da memória dos deslocados.

As *experiências de vida* foram recolhidas de acordo com o princípio de “bola de neve” de Anderson (2008). Esse procedimento é parte da estatística e consiste, segundo o autor, em encontrar um primeiro informante que levará a outro informante, até chegar ao ponto no qual se consi-

ga uma representatividade de casos sobre a temática a tratar. O número de pessoas selecionadas foi de acordo com o juízo do investigador.

É importante apontar que o desenvolvimento da pesquisa de campo apresentou certas dificuldades, tal como a realização simultânea de pesquisa documental, quer dizer, bibliográfica e hemerográfica, o diagnóstico e a colheita de informações sobre experiências de vida dos deslocados mediante o uso de um guia geral que permitiu abordar a temática do processo migratório (Ver a tabela 2), isso na busca por entender as transformações da memória dos nossos atores principais, os *deslocados internos forçados*. Além disso, tivemos que nos ajustar ao tempo que tínhamos para concluir a nossa pesquisa que, diferentemente dos estudos de mestrado, onde o mesmo fenômeno foi estudado, possuía mais tempo para não só realizar aproximações como também para se aprofundar nas transformações da memória em contextos de deslocamento e violência no noroeste do México.

Tabela 2. Apresentação da guia de perguntas para o desenvolvimento das histórias de vida

Temas relacionados à infância	Temas relacionados à adolescência	Temas relacionados à idade adulta, à atualidade e à vida futura.
Data de nascimento	Conversar sobre a mudança dos seus sonhos de criança e de seus projetos na época da adolescência.	Sobre o primeiro emprego e as redes de trabalho e amizades desenvolvidas durante o período laboral. Fracassos e sucessos laborais.
Lugar de origem	Jogos, amizades, amor, festas, estudos. Conversar sobre tudo relacionado à cultura juvenil.	Relações afetivas, matrimônio, separação, perda de algum ser querido. Transformações no núcleo familiar.
Descrição dos pais e dos familiares mais próximos	Papel que jogava no núcleo familiar: participação econômica, apoio nos afazeres domésticos.	Conversar sobre o seu novo papel no núcleo familiar.
Conhecer sobre a relação que tinha com os diferentes membros da família.	Falar sobre os seus sentimentos na adolescência e a sua relação com o espaço onde morava.	Comunidade e situação política atual, transformações sociais percebidas pela pessoa que conta sua história de vida.
Quais eram as condições de vida da pessoa que vai narrar sua história de vida à época de seu nascimento. Que detalhes ainda lembra sobre essa etapa da sua vida.	Conversar sobre passagens da história de vida que sejam momentos afetivos, lembranças emotivas.	Os acontecimentos mais importantes na vida da pessoa.
Conversar sobre as atividades que desenvolvia quando era criança: jogos, rotinas familiares, amigos da escola.	Conversar sobre mudanças físicas e sobre mudanças no trabalho dos pais e no lugar onde moravam.	Os momentos de felicidade e de tristeza mais importantes na sua vida. Conversar sobre os sentimentos que a levaram a viver nas condições atuais.
Conversar sobre os sonhos que tem e os que tinha quando criança.	Percepção que tinha da violência nessa época.	Aspirações e sonhos a serem alcançados. Conhecer a sua postura com relação à atualidade.

Fonte: elaboração própria com base em Gutierrez (2012).

Queremos enfatizar que foram os caminhos da transdisciplinaridade e da *investigação participativa* que permitiram o apanhado das informações necessárias às nossas reflexões que emergem das histórias de vida, apresentadas nesta última seção. Além disso, queremos destacar que este trabalho não poderia ter sido realizado sem a ajuda da interpretação das mulheres e homens que compartilharam um fragmento da sua cosmovisão do mundo.

Somos cientes do quanto é complexo estudar não só o fenômeno do *deslocamento interno forçado* como qualquer outro fenômeno que diga respeito ao ser humano. Por isso é que o que é apresentado nestas últimas páginas é simplesmente uma visão parcial, limitada, arbitrária e subjetiva, quer seja por conta de nós pesquisadores, quer seja por conta dos próprios sobreviventes e carrascos que discursam em nossa pesquisa. É por meio de nosso estudo de campo que pretendemos relatar e descrever as diversas características que permitem conhecer de forma subjetiva e relativa o fenômeno do *deslocamento interno forçado*, tanto no âmbito coletivo como no pessoal.

A destruição deixada pela guerra contra o tráfico de drogas é incalculável. Os desdobramentos desse fenômeno em novas formas de violência que, por sua vez, introduziram outros atores executores de ações violentas, bem como outros receptores dessas ações, fazem com que seja muito complexo decifrar quais as repercussões futuras nos sobreviventes, nas estruturas políticas, na economia e nas questões relativas à segurança. Mesmo assim, é o nosso intuito conhecer as histórias de vida das pessoas que são afetadas pelo *deslocamento interno forçado*, pois nessas histórias encontraremos momentos, vozes, nomes, rostos, cada qual com suas especificidades, singularidades. Isso permite elaborar uma análise a respeito do contexto de insegurança e de abandono que padece a região do noroeste do México, bem como aprofundar as questões relativas à violência como elemento que atravessa o processo de transformação da memória, uma memória que é imaneamente precária.

Finalmente, é importante ressaltar que a presente proposta metodológica esteve sujeita a mudanças marcadas pelo seu próprio desenvolvimento e pelos contextos nos quais a investigação foi sendo realizada. Nesse sentido, novos questionamentos e obstáculos surgiram, o que resultou

na busca de objetivos que não estavam contemplados no início. Parafraseando Latoor e Wolgar (1997): é a circunstancialidade que faz a ciência.

3.1.1 Os desafios de estudar o tema do deslocamento interno forçado na crise de insegurança no México

O fenômeno do *deslocamento interno forçado* é de extrema delicadeza no México. Por variadas razões, muitos dos pesquisadores interessados no fenômeno acabam desistindo de desenvolver o trabalho de campo e abordar o fenômeno do deslocamento quando este se encontra estreitamente ligado à violência produzida pelo tráfico das drogas ou pelos abusos que os fazendeiros cometem contra as famílias mais vulneráveis nas zonas rurais e serranas dos estados de Durango, Sinaloa e Chihuahua.

Dos desdobramentos do deslocamento que são mais abordados pelos cientistas se encontram aqueles êxodos que são motivados pelos macro projetos de infraestrutura: represas, estradas, aeroportos, minas. Esses estudos são numerosos e bastante ricos em informação (SIBELY, 2018; TORRENS, 2013). Esses deslocamentos talvez poderiam ser considerados “menos” perigosos de serem estudados pelos pesquisadores. Pelo menos, essa é a percepção que se tem, sendo que é importante jamais esquecer que a violência no México é latente (WIEVIORKA, 1997) e isso diz respeito ao quanto perigoso pode ser subestimar a capacidade que o Estado poderia ter para colocar um pesquisador em condições de risco. Mesmo assim, existe essa percepção que influi muito no fato de que os pesquisadores se sintam mais protegidos estudando esses tipos de deslocamentos, que são diferentes daqueles que estamos trabalhando há quase uma década, deslocamentos internos produzidos por múltiplos fatores: a) violência desencadeada pela luta do governo contra o tráfico das drogas; b) fazendeiros que aproveitam o clima de confusão e desorganização estatal para expulsar as famílias das terras; e c) o paramilitarismo.

O fato de os atores envolvidos nas expulsões de pessoas serem atores armados, com capital econômico e político, é um complicador para nós, pesquisadores, uma vez que ao nos aproximarmos do fenômeno e dos sobreviventes - deslocados, tal aproximação é vista por esses atores armados como uma tentativa de busca da verdade e da justiça, o que não é conveniente para os responsáveis da tragédia humana que vivemos no noroeste do México.

Como pesquisadores, a cada dia nos deparamos com diversos desafios, por vezes relacionados diretamente com a dificuldade de criar intimidade com os deslocados e, em outras situações, relacionados com o risco de visitar os bairros para conhecer o contexto socioeconômico vivido pelas famílias deslocadas. Mas o que sempre vai permear uma pesquisa deste tipo é a violência contra o investigador. A nossa fragilidade enquanto pesquisadores de temas relacionados aos desdobramentos da violência é real, é algo que vivemos cotidianamente. Então como lidar com o temor de sermos agredidos por estarmos fazendo o nosso trabalho acadêmico? Como podemos exercer o nosso direito de fazer ciência e, ao mesmo tempo, de colocar em resguardo o nosso corpo, a nossa vida?

Essas perguntas sempre estão em nosso pensamento, pois mesmo que sejamos apaixonados pela ciência, é impossível apagar esse terror causado pela fragilidade, vulnerabilidade e precarização quando nossa vida se encontra em jogo. Os nossos corpos sempre estão expostos quando saímos para fazer pesquisa de campo em regiões de conflito.

Mesmo sabendo que estamos em perigo, fazemos o nosso trabalho. Isso se dá por conta de nossa angústia radical, que grita mais forte do que o medo de saber que a qualquer momento poderíamos ser agredidos e eliminados. Provavelmente, o nosso ego transcendental é algo que não cede diante das ameaças. Ele nos alimenta e nos incentiva a continuar. Aliás, já escrevemos sobre isso em alguma revista (IBARRA & FARIAS, 2018): mais do que o nosso interesse por ajudar na reivindicação dos direitos dos desvalidos, marginalizados, precarizados, explorados, há sim, algo que nos movimenta - o nosso desejo, a nossa arbitrariedade, o nosso Eu (IBARRA & FARIAS, 2018). Não significa dizer que não nos sentimos afetados pelos deslocados, pelos sobreviventes. O que queremos expressar com clareza é que se há alguma coisa que movimenta o ser humano, essa coisa é a curiosidade, a ambição, de querer “saber”, “conhecer”, “entender”.

A adrenalina pelo fato de estar em risco é algo que se converte em um vício. A primeira vez que recebemos uma ameaça foi em 2013, quando realizávamos a pesquisa de mestrado sobre o deslocamento na cidade de Mazatlán, no bairro San Antonio. Inicialmente, foi um choque, pois nunca tínhamos sido intimidados por ninguém. Aquele homem que se aproximava com um rosto mal encarado, quase ao ponto de encostar seu rosto no nosso, dizia: “o que cara##### você acha que está fazendo aqui? Se te vejo de novo, filho da p#####, você vai se ferrar.” Sentíamos-nos bo-

bos, impotentes e muito frágeis. Estávamos num bairro que tínhamos visitado inúmeras vezes e não conhecíamos ninguém. A nossa única defesa era um documento que atestava sermos pesquisadores da Universidad Autónoma de Sinaloa, um crachá de identificação, com o carimbo da pós-graduação em Ciências Sociais e Estudos Regionais e um celular.

Inesquecível esse momento, pois mesmo estando nessa situação inédita, conseguimos mostrar nossos documentos e explicar que fazíamos pesquisa para ajudar os deslocados, e não jornalismo. A resposta do personagem foi: “não interessa rapaz.” E se foi. Já era noite, pegamos o último ônibus e voltamos para casa. Demoramos em voltar a fazer a pesquisa de campo e aquela situação vivida retornava a cada momento em nossas mentes. Evidentemente, não comunicamos o fato vivido ao orientador do trabalho porque ele poderia ter nos ordenado a interromper a pesquisa. Quando retornamos ao campo, vimos que era importante ter informantes, pessoas conhecidas no bairro que nos ajudassem a nos introduzir no coletivo. Em alguns meses, ganhamos a confiança de algumas famílias moradoras de San Antonio, cujas histórias nos interessavam, graças ao apoio sócio-jurídico que passamos a lhes oferecer.

Mesmo tendo conseguido adentrar nessas comunidades com ajuda de informantes, aquela experiência trouxe um aprendizado essencial para agilizar e resguardar vidas, as nossas e a dos deslocados com os quais trabalhamos, bem como para “aperfeiçoar” a presente investigação.

Com relação ao processo de aproximação com os deslocados, existe novamente o fator violência, que torna tudo muito complexo. Os locais de moradia, as periferias, os bairros subnormais, são espaços caracterizados como violentos. A sensação de vulnerabilidade das pessoas é maior quando se mora num bairro desses, pois a presença das instituições de segurança é praticamente nula e isso faz com que elas sejam desconfiadas com desconhecidos que tentam se aproximar. Além disso, muitas pessoas que se deslocam das zonas de conflitos estão sendo perseguidas e encontram no anonimato uma forma de escudo para salvaguardar suas vidas. Então como criar intimidade com os deslocados para poder resgatar suas histórias de vida?

A nossa ausência do México e da região onde ocorre o fenômeno que estudamos, durante quase três anos, nos fez perder alguns contatos, informantes importantes para a obtenção das histórias de vida que queríamos mostrar nesta tese. Foi um trabalho difícil, que consistiu em reconstruir esses laços e essa intimidade com alguns deslocados que tínhamos conhecido em 2012 e

2014. Além disso, foi de grande ajuda entrar em contato com coletivos, tais como o das Mães Rastreadoras dos desaparecidos, bem como como a arquidiocese de Chihuahua.

Recomeçar a percorrer os bairros dos deslocados e viajar até as cidade de Tijuana, Baja California, e Chihuahua, Chihuahua, para entrevistar os sobreviventes da violência foi custoso em tempo e em dinheiro. Cada uma das viagens valeu a pena, pois o resultado foi quatro histórias de vida, cada uma com suas peculiaridades e riquezas a serem descobertas e aproveitadas por nós, cientistas, e por outras instituições, o que talvez possa ajudar a melhorar as condições de vida dos deslocados no México.

3.1.2 A violência como ferramenta da ciência

Atualmente, uma das posturas do pesquisador é percorrer os contornos imprecisos e complexos do entendimento sobre as organizações sociais ou sobre as unidades de ação das quais faz parte o ser humano para dizer que não houve pretensão de se responder às perguntas expostas no estudo. Um grande ato de “humildade científica”. No entanto, nós, pesquisadores, adotamos posturas definidas, recortadas, nos sujeitamos à ciência e estabelecemos cronogramas de atividades baseados em prognósticos de tempo e de orçamento (metodologia), todo um artifício para o desenvolvimento da pesquisa com a qual pretendemos dar ordem ao mundo, um mundo em que a única coisa que existe é a incerteza. Mas mesmo sabendo isso, como sujeitos da ciência, tentamos prender o objeto mediante esse exercício de violência e de ilusão perpétua, guiados pelo desejo de desvendar a “mentira” para encontrar a “verdade” ou o “real”. No pior dos casos, nossa sujeição à ciência se dá com a finalidade de encontrar “pegadas” do objeto para mostrar que aquela verdade que se falou sobre ele é “superficial” e que existe uma verdade que é ainda “*hi-per-real*”.

Quando a temática a ser abordada é sobre algum dos rostos mais escancarados da violência – como é o caso da migração – ou quando, inclusive, nosso objeto de estudo é o conceito de violência, nossos discursos e escritas científicas são convertidos em “ferramentas de justiça”, que achamos serem invencíveis na hora de encarar os injustos. Nesses casos, é comum a ideia assim expressa: nosso compromisso é ético em todas as partes do processo de construção de conhecimento e nós compreendemos a dor de todos aqueles que sofreram os terríveis atos de violência,

quer sejam estes do Estado, dos grupos terroristas ou do crime organizado, quer sejam das catástrofes naturais, da ciência e seus experimentos e efeitos etc. Assim, nossa pesquisa condena aqueles agentes que utilizam a violência como uma forma de alcançar seus objetivos de forma a saciar sua fome de prazer. De nosso patamar da ciência objetiva, não seremos solidários com os atores violentos mesmo quando estes sejam parte da condição humana, pois segundo Stengers (2002, p. 19) “como se pode aceitar que se enxergue nas ciências a expressão de uma racionalidade em livre curso, escapando ao controle dos homens, dedicada a negar, a submeter ou destruir tudo o que ela não pode reduzir ao calculável e a manipulável”.

Tal discurso é uma constante nas pesquisas de todas as áreas da ciência, mas sem sombra de dúvida, são as ciências humanas as que mais explicitamente exploram e se posicionam em relação ao “compromisso ético”, de forma a vingar a “injustiça” sofrida pelos despossuídos, marginalizados, excluídos, estigmatizados, violados, estuprados, assassinados etc.

É justamente nesse processo de nos acharmos éticos, inteligentes, objetivos, qualificados (e, em alguns casos, hiperqualificados) que cometemos atos de uma violência tão sutil que é difícil de ser enxergada até por nós mesmos. Daí vem o fato de não sabermos quais estragos poderíamos ter causado naquelas pessoas que foram presas de nosso desejo de saciar essa fome de curiosidade.

Se pretendêssemos justificar nossa atitude ou postura de cientistas por meio do conceito da *violência positiva*, em uma lógica na qual os males existem para gerar o bem, teríamos que ter também instrumentos que permitissem medir aquilo que, sendo humano e social, não é mensurável. Porém, desejamos boa sorte àqueles que, numa crise de *histeria referencial* ou conceitual, tentem fazê-lo.

Se alguma coisa sabemos de nós mesmos é que somos animais movidos pela curiosidade de desvendar o desconhecido, de conhecer aquilo que está fora de nós, ou seja, a nossa essência originária ou *topos*, que é construído pelo saber (FARIAS, 2014). E se a nossa existência vai estar delimitada pelo encontro do saber, que se estabelece precisamente nas unidades de ação, isto

é, nas relações interpessoais, se isso efetivamente for assim, então estaremos condenados a ser violentos, não só aqueles que escolhem a profissão de cientistas, mas todos aqueles que são curiosos, ou seja, aqueles que são humanos.

Todos os bens culturais têm origem na barbárie e devem sua existência não só àqueles que os criaram, configuraram ou desenharam, mas também a todos aqueles contemporâneos que se submeteram a esses bens e, simultaneamente, usufruíram deles (BENJAMIN, 1940).

O monumento da barbárie não é em si uma coisa, um objeto, algo tangível. O monumento da barbárie é a dinâmica social que tem como intuito alcançar o “progresso”. Com isso, não queremos dizer que o cientista e o ladrão são iguais, mas, sobretudo, pretendemos discutir o quanto os mecanismos e ferramentas científicas utilizadas para procurar a razão por parte do cientista podem representar formas de violência, que, sem sombra de dúvida, são diferentes. Nos dois parágrafos seguintes explicaremos no que consiste essa diferença.

Partimos da ideia de que, no mundo ocidental, nem a lei e nem o direito poderiam existir sem o exercício da violência. É, inclusive, uma tarefa titânica imaginar novos mecanismos que garantam um “Estado de direito” sem o uso da força bruta, até porque o próprio conceito de *Estado de direito* é historicamente uma configuração violenta. Mas quais são as diferenças entre a força bruta exercida pelo carrasco e a ação bárbara exercida pelo Estado? É a valorização do pactuado pela comunidade sobre aquilo que é desejado pelo indivíduo. É o prevailecimento da violência do coletivo sobre a violência individual (FREUD, 1932/1976).

Nos casos da violência exercida pelo cientista e da violência que pratica um ladrão, existem diferenças. Enquanto a primeira ação bruta faz parte de um acordo que a comunidade legitima por meio de um discurso que promete o “progresso”, a segunda prática, executada pelo delinquente, é produto do desejo individual, ou seja, ela não faz parte dessa proposta utópica procurada pela comunidade. Isso significa que o delinquente não só deve como também tem que ser punido ou exterminado ou afastado, tudo para não obstaculizar o projeto da comunidade. “A lei é a força de uma comunidade” (FREUD, 1932/1976, p. 32). Poderíamos acrescentar que a ciência

também é a força de uma comunidade e que ela pode entrar em ação a qualquer momento e contra qualquer pessoa.

Contudo, podemos dizer que o ato violento da *procura* é o elemento fundador da ciência. Foi a curiosidade que levou o homem a usar a força para transformar uma pedra num paralelepípedo, que depois se converteu em arma rupestre para a caça e para a luta entre tribos, sendo utilizado também para construir muros, prisões e estradas. Foi essa mesma curiosidade que levou o homem a explorar o espaço a tal ponto de conseguir se transportar para lá: nossas pegadas, restos e rastros fazem parte hoje do universo.

Aderido a esse “hiperdesenvolvimento”, veio um *dualismo sob tensão* – interação violenta – entre a razão e a cultura, entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo, entre os bárbaros e os civilizados. De um lado estão os atores e do outro lado está o sistema. De um lado, a explosão da ciência, da técnica e o consumo. Do outro lado, a resistência cultural, as identidades (TOURAINE, 1992).

O ato violento de sermos curiosos, de querermos encontrar e saber aquilo que está fora de nós, é o que melhor define nosso presente, que se não é desenvolvido, evoluído ou progressista, tampouco é o oposto disso. Sobretudo, é algo humano. É importante também lembrar que se existiu alguma época da ciência mais marcada pelo envilecimento do que pelo enobrecimento, essa foi a do mundo moderno, que tem seguido a lógica do consumo e da hiperprodução (BAUDRILLARD, 1974). Assim, temos convertido a ciência em algo desonrado, vil, aviltado, desprezível. A ciência vista como uma forma de ascensão social, de obtenção de riquezas econômicas, de chegada ao poder, de manipulação, de legitimação de verdades ou incertezas, como um parâmetro que indica se uma sociedade é “produtiva” ou não. Um exemplo disso são aqueles pesquisadores que publicam mais e que por isso ganham bolsas, prêmios, qualificações, sendo gratificados pelo sistema e apontados como os “melhores”.

Isso leva muitos membros da academia latino-americana a *simular* que fazem pesquisa e que constroem conhecimento (PARIS, 2012; MACHADO, 2017), talvez em uma situação desesperada por pagar as contas do empréstimo do apartamento, o carro zero, as inscrições dos filhos

nas escolas privadas, as empregadas domésticas, a viagem dos sonhos a Paris, Londres ou a Nova Iorque. Vivem simulando que desenvolveram um novo projeto, que orientam seis estudantes de pós-graduação, que dão aula em duas universidades, que publicam pelo menos dois ou três artigos por ano, tudo isso para se manter no melhor nível entre os pesquisadores. Não é o caso de citar os nomes daqueles cientistas que incorrem no simulacro, em verdade os temos na ponta dos dedos, prontos para serem teclados. O que não podemos é expor alguém pelo fato de simular, pois entendemos que vivemos em um sistema que não permite outra coisa a não ser nos tornarmos *reféns obscenos do social* (BAUDRILLARD, 1996).

3.1.3 A relação conflitiva entre o migrante e o cientista

Como já ficou explicitado no começo de nosso trabalho, o foco deste texto é de refletir sobre a migração, entendendo esta como um campo cuja abordagem parte sempre de uma perspectiva na qual o migrante é a vítima e por isso precisa de ajuda para ter seus direitos garantidos. Assim, a etnografia e as ferramentas metodológicas se tornam o meio pelo qual se busca “empoderar os migrantes”.

Estudiosos de diversas áreas do conhecimento (TOBÓN & OTELO, 1995; CARNEA & MCDOWELL, 2000; BELLO, 2001; CASTLES, 2003; ALVARADO & MASSEY, 2010; PARIS, 2012; TORRENS, 2013) fazem uso da pesquisa qualitativa e da recompilação das falas dos migrantes, supondo que, por intermédio desse estudo, estes serão beneficiados pelo reconhecimento social, pelo reconhecimento institucional ou pela oportunidade de externar seus sentimentos. Esse processo aparece como um “desabafo”, uma catarse para o migrante, quando, na verdade, ninguém sabe se ele quer expor sua vida ou se sente a necessidade de ser reconhecido pela sociedade.

Nesses estudos, existe uma mudança que consiste em deixar de ver o migrante como um *objeto* para ser olhado como *pessoa*. Essa diferenciação é importante porque significa reconhecer que o migrante está em constante transformação e movimento e, por isso, cada estudo feito sobre ele não só apresentará especificidades e particularidades como também será único e instantâneo. Mas mesmo diante do exposto, ainda é comum generalizar o fenômeno da migração a partir das

localizações geográficas, contexto político, situação econômica etc., quer seja para alimentar os meios de comunicação, quer seja para criar políticas públicas que atendam às necessidades do migrante (como, por exemplo, em BELLO, 2005).

Em outros estudos, quando o migrante se cala, o pressuposto é que isso pode e deve ser analisado. O silêncio, em algumas pesquisas, chega a ser “interpretado” (BATESON, JACKSON, HALEY & WEAKLAND, 1956) como se fosse uma fala, quando não sabemos se o silêncio, no caso do migrante, significa simplesmente silêncio. Por que temos que decifrá-lo em vez de deixá-lo irradiar sua ilusão? Talvez essa inatividade, esses silêncios, tenham valor em uma mensagem e, inclusive, influenciem os demais atores que estejam em comunicação (GIRBAU- MASSANA, 2002). Não obstante, a existência de um axioma meta-comunicacional (que diz respeito ao fato de sempre estarmos comunicando) pode não enxergar ou captar aqueles momentos em que o migrante não quer expor sua privacidade.

Talvez não haja motivos para os silêncios serem expostos pelos pesquisadores, já que isso pode violentar ainda mais as pessoas que fazem parte do fenômeno social estudado, levando-as a se enfurecer e a se irritar com o cientista, a se vingar deles, falando qualquer coisa, exceto aquilo que pensam, sentem ou experimentaram. Talvez os silêncios sejam o vazio. E como não suportamos este vazio, sempre tentamos preenchê-lo com qualquer coisa que imite ou que seja ilusão da realidade.

Essa *histeria referencial* e acumulação de informações é tão enigmática e indecifrável quanto o próprio vazio. O desejo do cientista por saber o que pensa o migrante pode acabar instigando-o e incomodando-o. Assim é que surge a *reversibilidade*, ou seja, a motivação por parte dos migrantes – objetos de estudos – a fazer de nós – os objetivadores – seus objetos, levando-nos para onde eles querem (BAUDRILLARD, 1996).

A relação entre o migrante e o pesquisador está baseada em hierarquização, pois enquanto o pesquisador chega a se achar poderoso, porque estuda um “marginal”, o “marginal” chega a se achar mais importante e superior ao pesquisador porque este último precisa da sua ajuda. Se a pesquisa está baseada, por exemplo, nas histórias de vida de uma família de migrantes, quem de-

verá ajustar horários, ritmos de vida, gostos específicos na alimentação etc. será o pesquisador e não o pesquisado. Além disso, é o objeto que, em um ato desesperado, de incômodo e de tédio, pode se converter no “pior inimigo da verdade”. É justamente nesse ponto que se dá a vingança do objeto sobre quem o objetiva.

Mas em que consiste essa vingança do migrante contra o pesquisador? Como é que se dá essa *retorção* diante da violência exercida pelos investigadores?

Em uma tentativa de nos aproximar de algum exemplo que possa ser ilustrativo e que permita, até certo ponto, articular uma discussão mais ampla, colocaremos quatro de tantas experiências vividas nos últimos seis anos de trabalho com o fenômeno da migração.

3.2 Memórias intermitentes

3.2.1 “Não me cansarei de esperar que a justiça reconheça que há uma dívida com a gente”

Julia nasceu um 25 de fevereiro de 1987. A mãe dela lhe deu o nome de Julia para honrar o nome de sua avó. Conta que nasceu na casa que, de fato, teve que abandonar por conta da violência.

Minha mãe e meu pai, quando ainda estavam com vida, me chamavam de Lia. Diziam que quando eu tinha uns 4 anos e comecei a falar, a primeira palavra que eu dizia quando alguém me perguntava o meu nome era Lia e daí me deixaram esse apelido, mas só as pessoas que me conheceram no povoado sabem e me chamam desse jeito. A casa onde morávamos tinha um quintal gigante e tinha árvores de maçã, de pêssego e pinheiros. Na parte da frente, tinha umas cadeirões velhas que desde que me conheço como gente estavam ali. Acho que essas poltronas foram herança dos meus avôs, os pais da minha mãe, porque os de meu pai sempre foram muito chatos (Comunicação pessoal 2019).

Quando Julia fala de sua antiga casa, fala com muito sentimento, foi lá que cresceu junto com seus três irmãos homens. Pelo que conta, a casa antiga não parecia em nada com a que atualmente habitam. A casa atual é muito simples, tem um quarto improvisado, banheiro e uma cozinha. Os ambientes estão separados por paredes de madeira e lâminas, as portas são uns lençóis velhos, pregados ali para dar privacidade ao quarto e ao banheiro. Ela e seus três filhos dormem no mesmo quarto. Ela dorme com os mais pequenos. Sua filha maior dorme em cama separada e seu marido, em uma cama de tecido que fica do lado da cozinha. Tem poucos pertences: geladei-

ra, televisão, ferro para passar roupa, um armário onde todos guardam as roupas, uma mesa de ferro para quatro pessoas e duas cadeiras de plástico.

Os irmãos de Julia se chamavam: Pedro, Elias e Fernando, todos mais velhos que ela. Diz Julia que seu pai sempre mandava os irmãos para cuidar dela e que por isso nunca namorou quando foi adolescente, pois não a deixavam conversar com os rapazes do povoado.

Olha, meus irmãos, que em paz descansem!, sempre foram muito protetores. Até hoje não sei como me deixaram casar com o Gustavo porque eles realmente eram muito difíceis. Todos eram mais velhos do que eu. Um era dez anos mais velho, outro, doze, e outro, treze. Eu sempre acendo uma vela e peço a Deus por eles. Quando estavam vivos eram muito mulherengos, tinham a mulher e as amantes lá nos povoados que ficavam por perto. Os três estiveram casados e tiveram filhos. Meus sobrinhos e sobrinhas não os vejo desde que fomos embora. Meus filhos sentem a falta dos primos, mas é que cada uma de suas mulheres foram para um lugar diferente e fica complicado a gente se encontrar. Uma das viúvas mora em Tijuana, outra foi para Mazatlán e outra foi morar para Guadalajara. Isso foi o último que soube. Coitados dos sobrinhos, perderam seus pais muito cedo. Meus três irmãos desapareceram, acho que quando tudo começar a ficar calmo vai ser mais fácil começar a procurá-los (Comunicação pessoal 2019).

Julia é uma mulher miúda, seus olhos são grandes e rasgados. Quando fala dos irmãos não há traços da mulher forte, pelo contrário, seu rosto se desencaixa e as lágrimas, a debilidade, e a dor emergem, mostrando o quanto foi para esta mulher a perda de seus irmãos. Às vezes, dá a impressão de que está assustada. Sempre está alerta, movimenta a cabeça em ziguezague. É um tique que possui. É jovem, ainda tem 32 anos, mas diz que as pessoas acham que tem mais idade, o que, de fato, também nos ocorreu na primeira vez que conversamos com ela. Sua frente está enrugada pelo sol e isso produz em seu rosto uma expressão muito particular. Quando nos olha é como se não conseguisse nos enxergar. Seus olhos chegam a se fechar e se alargar horizontalmente e seu cenho chega a se franzir ainda mais. Antes de conhecê-la, pensávamos que precisava de óculos, mas vimos que, em realidade, enxerga muito bem.

De estatura mediana, morena, cabelo liso, mãos rústicas, pés ralados pela terra, olhos cor chocolate, dentes retos da cor do leite, assim podemos descrever Julia, uma mulher que veste roupas muito simples, não usa maquiagem, nem brincos, nem bolsa. Ela costuma colocar o dinheiro por baixo da blusa. Trabalha passando roupa e há uns meses começou a fazer faxina na casa de uma senhora que tem um negócio de tacos de carne nas brasas.

O sorriso de Julia é difícil de ganhar, nos três meses que conversamos com ela só sorriu umas duas vezes. Acha graça de pouquíssimas coisas. De fato, a primeira vez que sorriu foi porque um cachorro que vive solto pela rua onde mora passou latindo por trás das nádegas de dona Luisa. Tentava mordê-la. Dona Luisa é uma mulher robusta que, segundo Julia, adora infernizar a vida dos moradores do bairro. Por conta disso, naquele dia Julia achou graça de o cachorro quase ter arrancado um pedaço daquela senhora.

Nas periferias da cidade de Hermosillo, localizada no estado de Sonora, se encontra um bairro subnormal nomeado como Invasión Altares. Aqui não há água potável, não há esgoto e nem serviços de saúde pública. De fato, esse bairro era um lixão. A necessidade de algumas pessoas por encontrar um pedaço de terra fez com que chegassem a morar aqui. Julia, por exemplo, saiu porque teve que fugir da violência que arrasou com a vida de dezenas de pessoas em seu povo, localizado na serra de Sinaloa.

Eu cheguei aqui há uns três anos. Praticamente sou nova. Quando eu saí fugindo da minha casa eu fui morar numa cidade que se chama Los Mochis, lá mesmo em Sinaloa. Na verdade lá não consegui emprego para sustentarmos. Lá conhecemos uma senhora muito boa gente que nos disse, a mim e a meu marido, para virmos pra cá porque aqui tem muito mais trabalho na obra. Meu marido só sabe trabalhar de pedreiro e na terra, ele sabe cultivar, só que deixamos tudo lá e então ele teve que se adaptar a esse outro trabalho. Eu também tive problema porque não estava acostumada a trabalhar pra fora, só pra minha família. O que mais me fez sofrer foi ter que deixar as crianças em casa sozinhas. Mas não tem jeito, a gente teve que se adaptar (Comunicação pessoal 2019).

Julia sempre fala de que se adaptou à cidade, mas quando começa a falar de seu estilo de vida passado, sempre emerge nos seus relatos a nostalgia e as lembranças daquele tempo. Diz que se pudesse voltar para sua chácara, não pensaria duas vezes, voltava de imediato. Ela tem medo de que alguma coisa possa acontecer com seus filhos ou seu marido como já aconteceu com seus primos. Ela diz que alguns nem sequer receberam enterro digno, pois ficaram desaparecidos. Já passaram anos e ninguém sabe deles, mas também ninguém dos familiares os procura para não gerar mais problemas.

Os meus primos e os primos do meu marido, quase sempre trabalharam no cultivo da maconha, sempre estiveram bem. Meu marido não trabalhou muito com eles, mas não vou mentir, ele também trabalhava nisso. Não há mais pra fazer lá, apenas isso. Não estavam fazendo mal a ninguém, mas não sei o que houve que do nada uma violência se espalhou e nos afetou muito. Algo mudou, talvez quem comandava lá na serra caiu e outros

assumiram. Não sei, mas tivemos que sair de lá sem nada porque nem tempo deu pra pegar algo (Comunicação pessoal 2019).

Para Julia, o cultivo da maconha não devia representar nenhum problema para ninguém, ela entende que é um emprego como qualquer outro. Não obstante, ela sabe do mal que as drogas fazem ao corpo. Mas diz que cada um devia escolher o que come, consome e bebe. Um tanto liberal o pensamento de uma mulher que só cursou o primeiro grau e que apenas lê os anúncios dos ônibus que usa para ir ao trabalho, localizado num bairro nobre da cidade, chamado:

Olha só, na verdade todo o problema tem sido por conta da guerra começada pelo exército. Não vou dizer que antes não tinha assassinatos. Tinha sim, mas como agora não. Agora é demais. Tanto que não conseguimos ficar lá no povoado. Fico triste, porque lá eu tinha praticamente tudo o que precisava para viver tranquila (Comunicação pessoal 2019).

Perguntamos sobre a possibilidade de seu esposo trabalhar em outra atividade, em vez do cultivo da maconha. Ela diz que tinham possibilidade de fazer outra coisa, só que os chefes dele não iam permitir que um trabalhador bom saísse. Julia expressa que sempre estavam pressionando seu marido e, inclusive, seus próprios primos.

Teve uma vez que meu marido já tinha decidido que iria procurar trabalho em uma empresa de exportação de manga, lá num outro povoado. A ideia era que iríamos nos mudar pra lá porque seria mais tranquilo para ele. Nunca conseguimos, porque sempre falavam para ele que não podia, que não ia ganhar igual, que como era possível que fosse tão mal agradecido com o “patrão”, que quando não tínhamos casa o “patrão” tinha conseguido tudo para nos ajudar e para ter nossa própria casa. Enfim, tudo isso fez com que não conseguíssemos deixar esse trabalho. Aí depois veio a matança de um monte de gente e tivemos que fugir. Alguns dos parentes não sabem onde vivemos. Tomamos muito cuidado com isso. Não queremos que saibam (Comunicação pessoal 2019).

A relação que Julia, seu esposo e seus dois filhos tinham com sua família se viu cortada pela necessidade de fugir para se auto-preservar. Diz Julia que as crianças perguntam quando vão voltar à sua “verdadeira” casa. Perguntam quando vão ver seus colegas de escola, seus primos, avós e tios.

A menina que é maior e que tem 13 anos é a que mais segue sentindo falta de lá porque ela tinha um porquinho que ela cuidava e sempre voltava da escola e ficava colada nele. O garoto nem sente tanto porque quando a gente chegou tinha 5 anos, já está com 8, fez aniversário no mês passado, é de junho. Ele se adaptou melhor que eu, meu esposo e a menina. O que acontece é que ele gosta desses jogos de vídeo e aqui do lado, perto da

casa da patroa, também tem esse tipo de lugar para a criançada ficar brincando com esses jogos. Essas coisas lá no nosso povoado não havia. Eu às vezes dou uma moeda, quando sobra, para que ele não fique insuportável. Mas quando ele se dá mal na escola, deixo de castigo e não dou dinheiro para jogar (Comunicação pessoal 2019).

A filha de dona Julia, a mais velha, é a que teve maior problema para se adaptar. Provavelmente, por conta de que quando saiu de seu povoado já contava com 10 anos, seu mundo já começava a se formar. Seus amiguinhos, o gosto por brincar nas árvores e no riacho que passava perto do povoado, o seu animalzinho de estimação que teve que abandonar, isso tudo torna mais complexa a adaptação de uma adolescente que já tem quase 13 anos.

Olha, o que acontece com minha filha é o seguinte: não tem quase amigas porque diz que as meninas são muito frescas. Diz que não gostam de jogar futebol, nem correr, nem nada, só ficam andando de lá para cá de namoro com os garotinhos da escola. Eu vejo que minha filha está numa etapa em que ainda não se entende como garota, ela é ainda criança, não a vejo com vontade de namorar. Só que suas colegas do segundo grau estão mais avançadas nisso. Eu converso muito com ela para não se sentir sozinha porque isso pode afetar ela. Também não quero que faça alguma coisa ruim, tipo ficar grávida por tentar imitar as meninas da escola (Comunicação pessoal 2019).

O marido de Julia já teve certas brigas com ela por conta do jeito que os filhos estão sendo educados. Ele é contrário à educação sexual que recebem na escola. Segundo Julia, o seu marido diz que isso está errado e que nem uma criança e muito menos uma mulherzinha devem saber dessas coisas. Julia conversa com ele só que não consegue fazê-lo entender a importância de tal educação. Outros assuntos também têm incomodado a Gustavo, por exemplo, que sua esposa tenha a possibilidade de trabalhar. Isso nunca tinha sido desse jeito.

Vou contar para você uma coisa: quando recém saímos do povoado e chegamos em Los Mochis, a primeira que conseguiu trabalho fui eu. Meu Deus, isso deixou Gustavo muito puto comigo. Ele diz que queria diminuí-lo diante das crianças, logo fomos embora, a gente veio para cá e aqui foi a mesma coisa, eu consegui emprego muito mais rápido que ele. As brigas são essas, ele não quer aceitar que eu posso colaborar e prover coisas para a casa. Já me diz que, supostamente, estou mal educando as crianças (Comunicação pessoal 2019).

Julia conta que os piores dias são aqueles em que o marido fica bebendo, pois fica violento e começa a brigar por qualquer coisa. Às vezes, ela e os meninos saem de casa para ir no centro da cidade ou então ficam na rua sentados para esperar que Gustavo deixe a raiva de lado. Os meninos demonstram muito amor pela mãe. Já pelo pai, o que mostram é um tipo de respeito cri-

ado na base no medo. Mesmo que Gustavo não bata nas crianças, elas já presenciaram ocasiões em que seu pai deu algumas tapas em sua mãe.

A violência no bairro onde mora Julia, seus filhos e marido é comum. Presenciamos umas duas ou três brigas fortes de casais em casas próximas à de Julia. Ninguém se intromete ou interfere quando uma mulher está sendo espancada ou quando uma criança está sendo maltratada pelo pai ou a mãe.

Já tivemos uma época em que realmente brigávamos muito, eu e meu marido. Agora, nem tanto. Eu aqui não tenho com quem conversar porque ainda não conheço as pessoas. As vizinhas são muito sérias e eu também. Na verdade acho que sou eu a que não curte muito que as pessoas saibam da minha vida. A professora dos meus filhos é a com quem mais converso, ela sempre me dá bons conselhos. De fato, é graças a ela que comecei a trabalhar. Foi ela quem me arrumou o emprego e estou muito agradecida porque tem me dado uma liberdade muito grande poder sair de casa e ganhar dinheiro, mesmo que seja pouco. Já disse para meu marido que nem morta deixo o trabalho. Precisamos trabalhar para poder dar melhores condições de vida para as crianças. Não me importo se eu tenho que brigar todo dia com ele, eu não vou deixar o meu trabalho (Comunicação pessoal 2019).

Diz Julia que, quando pega o ônibus para se dirigir ao trabalho, sente como se estivesse viajando para uma outra cidade, uma cidade distante. Lá onde ela trabalha as ruas estão limpas, se respira um ar mais fresco. Lá, nas horas de descanso, aproveita para se desestressar, saindo a caminhar no parque que fica em frente à casa da mulher para a qual trabalha. Lá é que ela pega sua marmitta e se senta em uma banca de concreto, embaixo de uma árvore que a protege do sol. Quando termina seu almoço, guarda a marmitta na sua mochila e, na temporada de calor, compra um sacolé ou um refrigerante gelado na vendinha que fica próxima ao parque.

Não há coisa mais deliciosa que beber um refrigerante gelado na época de calor. Ainda mais quando tenho que passar muitas roupas. Nossa, é uma delícia. Os sacolés também ajudam muito a abafar o calor e o cansaço. Às vezes, enquanto fico bebendo meu refrigerante sentada na banca, eu vejo as moças que saem super arrumadas, maquiadas e prontas para trabalhar. Botam saltos e colares super bonitos. Dá para ver que são caros. Eu as vejo quando vou chegando no trabalho e, às vezes, quando saio, é aí que fico pensando se, por casualidade, algum dia eu estarei na condição dessas moças. Porque eu gostaria sim de ter um bom emprego, vestir bem, comer bem. Os meus sapatos nem se comparam com os de uma moça que fiquei sabendo que trabalha no caixa de um banco (rsrs). Lógico que também quero isso para os meus filhos. Para nós, tudo é um mundo novo, diferente. Mesmo quando fico com saudades às vezes, penso que tudo o que aconteceu com a gente tinha que acontecer, já estava escrito por Deus. Mas a gente não se resigna à injustiça não. Quero um dia a verdade sobre o que aconteceu com meus parentes. Eu não perco a esperança de saber a verdade, mesmo que seja dolorosa (Comunicação pessoal 2019).

Julia sempre tenta dar uma explicação à catástrofe que arrasou com sua família e que os deixou em um estado de precariedade e vulnerabilidade. Às vezes, se pergunta por que ela sobreviveu enquanto que seus irmão e parentes não. Outras vezes, conta que entra em pânico e não consegue fazer nada. Nessas vezes, ela falta ao trabalho, pois não consegue nem sequer tomar banho ou cozinhar para seus filhos e marido.

Quando fico relembrando tudo o que passamos, às vezes fico com medo e não deixo os meus filhos saírem para a escola, peço pra eles ficarem comigo porque o Gustavo, mesmo que eu esteja passando mal, vai embora, às vezes nem chega para dormir, só chega no seguinte dia. Fico com medo de que aqueles caras que massacraram minha família nos encontre, fico com medo de que os meus filhos não consigam voltar pra casa, fico com muitas coisas na cabeça que me fazem entrar em um desespero que nem sei como explicar. Eu não entendo por que tivemos que passar por tudo isso. Como vamos ir adiante? Onde ficaram os corpos dos meus irmãos e primos? (Comunicação pessoal 2019).

Quando Julia fala dos irmãos desaparecidos esse é o momento em que mais se estressa e chora. Só conseguiu pegar duas fotos que guarda como se fossem ouro, numa caixa de biscoitos. Na foto estão seus irmãos e seus pais. Diz que foi no aniversário de 15 anos de uma das filhas de seus irmãos. Na outra fotografia aparece seu pai e sua mãe. Esta foi tirada quando eles se casaram. As lembranças e os objetos que sua mãe tinha deixado para ela ficaram no povoado, nada disso conseguiu pegar. Julia diz que mesmo que se não tivesse que sair rápido de lá não poderia ter pegado nada porque não ia poder andar de lá pra cá, mudando de casa, viajando de uma cidade para outra. Seria difícil poder trazer para sua nova vida tudo o que tinha na roça.

Quero ver meus filhos estudar e serem pessoas de bem. Não quero vê-los sofrer. Agora eles não estão sendo tratados para ver se estão sofrendo por conta de todas as mudanças nas nossas vidas. Eu queria que fossem atendidos, mas só que nem sei aonde levá-los para que sejam mais felizes. Principalmente a mocinha, ela é a que fica mais triste e ela fica mais séria. Quando me pergunta pelos tios dela e falo que não têm ligado para a gente, ela fica triste. É que eu nem digo que eles desapareceram. Ela não sabe porque senão vai sofrer mais (Comunicação pessoal 2019).

Dos variados talentos de Julia, há um surpreendente que é sua capacidade de tecer panos de cozinha. As cores brilhantes com as quais preenche os desenhos, fazem os tecidos de Julia serem muito especiais. Diz ela que é uma das formas de esquecer a dor e de pensar no que vai ser de sua família no futuro. Tecendo é que ela parte para um universo diferente, onde o único que

importa é botar o fio na agulha, passando-a uma e outra e outra vez até dar forma ao desenho que quer.

Eu gosto de tecer pra mim, não vendo os tecidos porque as pessoas não curtem muito. A maioria gosta das coisas mais modernas, que estão de moda. Mas eu gosto de tecer. Coloco os panos que boto no altar da Virgem de Guadalupe e de San Juditas. Esses panos, cada um deles tem os nomes dos meus irmãos e coloco aqui no altar e acendo uma vela por mês. É uma forma de me lembrar deles. Também gosto de colocar, às vezes, a foto dos meus pais, só que prefiro tê-la guardada na caixinha porque com a poeira e com a umidade ela vai se gastar e depois não vou ter mais nenhuma foto deles (Comunicação pessoal 2019).

O altar de Julia é simples, tem velas, um arranjo de flores artificiais, uma cruz e um rosário de tecido com pérolas de plástico, quase todas descascadas. Os tecidos estão colocados com uma delicadeza que só Julia poderia ter (Anexo número 1). Sua casa, mesmo sendo simples e austera, sempre está cheirando a pinho, à lavanda ou, no melhor dos casos, à comida. Ela gosta de cozinhar pozole, birria, frango ensopado, caldo de carne. Quando melhor cheira a casa de Julia é quando a panela está no fogão. Seu tempero é muito bom.

Várias vezes já pensei em abrir um pequeno restaurante porque todo mundo que já comeu minha comida, inclusive a minha patroa, dizem que cozinho pra caramba. O único problema é que para isso eu preciso ter uma grana ou então um apoio do governo porque por conta própria eu não posso e lógico que meu marido não vai querer me ajudar. Esse é o meu sonho, ter meu próprio restaurante porque eu sei que com isso vai dar pra comer e pra mandar as crianças pra universidade. Ah! Esse é outro sonho que tenho, que meus filhos possam ir à universidade (Comunicação pessoal 2019).

Há três anos as condições de instabilidade e de incerteza seguem sendo as mesmas, os apoios que tem recebido por parte do governo são simples despesas para escola ou para comer. Os tratamentos e terapias familiares para superar a perda dos familiares, a despossessão da terra e de seus bens com valores afetivos até agora não foram implementados nesta família. Em alguns meses, Julia, seus três filhos e seu marido terão que se mudar de local, pois o terreno já foi solicitado pelo “proprietário” e eles vão ter que procurar um novo terreno para poder construir seu baraco.

A verdade é que estou muito estressada e meu marido também. Mesmo quando ele não o demonstra, porque ele é muito fechado para expressar o que sente, eu sei que está estressado e triste porque até agora ele sente que não tem conseguido nos dar o que ele quer:

uma casa verdadeira e não um barraco como esse aqui. Muita gente nos pergunta por que fazemos drama e por que choramos, se que de qualquer forma aqui onde estamos levando a vida é muito feio e nem casa parece. O que acontece é que mesmo sendo feio onde a gente mora, eu e meus filhos gostamos daqui porque a gente já se acostumou com as outras pessoas. Lógico que não queremos viver a vida inteira num barraco como esse - Julia começa a chorar e junta suas duas mãos esfregando-as suavemente - mas aqui eu já sei como ir para o meu trabalho e como a menina deve pegar o ônibus para deixar seus irmãos na escola. Agora vamos ter que mudar tudo. Eu ainda nem falei para a menina que vamos nos mudar daqui porque sei que ela vai sofrer de novo. Essa é nossa ladainha, estar sempre indo de um lugar para outro sem poder dizer: já aqui vou ficar, vou colocar uma árvore e vou vê-la crescer, vou ver crescer os meus filhos e essa aqui vai ser a nossa casa. Tudo isso deixa a gente muito triste. Eu, no pessoal, me sinto estilhaçada e me sinto como se eu fosse para a sociedade e para o governo uma desconhecida, não desejada (Comunicação pessoal 2019).

3.2.2 “Não sei como lidar com o choro das crianças”

Há mais de três anos que Saul e seus três irmãos se mudaram para a cidade de Los Mochis, localizada ao norte do estado de Sinaloa. Jesus, tem 18 anos, Miriam, 13 anos e Eduardo, 11. Para Saul tem sido uma travessia pesada, pois ele como irmão mais velho tem toda a responsabilidade de procurar as melhores condições para seus irmãos mais novos.

As condições na cidade de Los Mochis têm sido adversas, mesmo quando chegaram, num primeiro momento, em casa de parentes. Saul diz que mesmo com a “sorte” de ter família em Los Mochis, é difícil de encontrar trabalho e a convivência com os parentes também é difícil.

Saul é muito sério, mesmo quando quase já vai fazer 36 anos, sua conduta é a de um garoto introvertido, que quase não fala por conta própria. Com ele, as conversas praticamente se convertem em entrevistas, pois para saber algo é necessário lhe fazer perguntas.

Nós chegamos em 2017 porque mataram meu pai a facadas em Chihuahua. Minha mãe está desaparecida, dela não sabemos nada. Então eu fiquei com meus irmãos. Na realidade somos quatro irmãos, só que o outro com quem cheguei resolveu voltar pra roça, para trabalhar de novo no cultivo de maconha. Eu preferir ficar, mesmo estando na miséria, até porque alguém tem que tomar conta dos meus irmãos. Eles não são meus irmãos inteiros, eles são meio irmãos mas mesmo assim eu os vejo como se fossem (Comunicação pessoal 2019).

O povoado de onde eles vêm é bem pequeno, bem dentro da serra. Saul conta que quando seu pai foi agredido ele tentou carregá-lo nos braços, percorrendo uma estrada de terra por mais de 20 minutos, até chegar na estrada de asfalto para pedir ajuda.

Quando peguei meu pai com os intestinos de fora, sabia que ele ia morrer desde o início. É que a gente estava no povoado que fica longe da estrada onde a gente pode pedir ajuda. Por isso eu soube que ele ia morrer. Ele estava com todas as tripas de fora. Não me lembro se ele me disse alguma coisa da minha mãe, mas ele me pediu, por favor, para que eu tomasse conta dos meus irmãos. Quase nem podia falar porque até pela boca jorrava sangue. Ele estava muito mal. Enquanto eu o carregava, sentia cada vez mais o corpo do meu pai pesando. Acho que isso era porque já estava morto e dizem que quando as pessoas morrem elas pesam muito mais (Comunicação pessoal 2019).

A primeira vez que Saul nos contou a história da morte de seu pai, isso foi tão cru, tão simples e seco, que insinuava certa frieza. À medida em que fomos conversando e nos conhecendo, foi demonstrando gestos de carinho para com seu pai. Na verdade, a morte de seu progenitor foi para ele um duro golpe. Saul conta que na casa dele não eram de fazer carinho ou demonstrar amor, mas sempre existiu respeito por parte de sua mãe e de seu pai.

Em casa nós sempre respeitamos os meus pais. Lá não tínhamos isso que às vezes eu vejo aqui de que os pais dão um abraço nos filhos. Mas conversávamos sobre os animais, as plantas, o tempo. A gente conversava muito de uma égua que tínhamos e que sempre andava aprontando em casa. Desse tipo de coisas a gente ria muito (Comunicação pessoal 2019).

Saul é baixinho, ele mede 1,67 cm e pesa 68 quilos, é de pele morena e parece que o sol, o frio e a altitude do povoado no qual vivia fizeram certos estragos na sua pele. Para sermos mais específicos, são sulcos, rugas marcadas demais para uma pessoa tão jovem. Sua alimentação e seu estilo de vida explicam a anemia e as dores de cabeça que tem.

Eu quase nunca adoço, é muito difícil, mas já me disseram quando eu cheguei que tinha anemia e que por isso ficavam explicadas as dores de cabeça. Já agora estou bem, estou comendo direito e acho que com isso já me recuperei (Comunicação pessoal 2019).

Quase sempre que chegamos em casa de Saul, ou melhor dito, onde mora Saul, sua parente aparece para tomar conta da conversa. Saul pega um balde de plástico e se senta, já a dona da casa fica indo para lá e para cá, tentando ouvir o que ele vai dizer. Saul é cuidadoso e, em entrelinhas, me explica quão difícil é morar nessa casa com pessoas que, mesmo sendo parentes, não o permitem viver tranquilo. Eduardo é o irmão mais novo, ele é baixo para a idade que tem e é bem magrinho. É de pele morena, cabelo castanho escuro e liso, olhos grandões. Sempre sai para conversar junto com Saul e conosco. Ele pega uma cadeirinha de madeira maciça e se senta

cruzando uma perna por cima da outra como se fosse um velhinho esperando a vida passar. Quase sempre fica com a cabeça para baixo, com os olhos em direção ao chão, mas quando a conversa é sobre jogos, sobre futebol, ele sorri e começa a olhar pro céu ou então para o teto, e começa a conversar. Diz Saul que o menino é o que mais lhe atende e que “vai direitinho para escola”. Ele cursa o ensino fundamental.

Olha, o Eduardo é o mais educado e mais atento. A Miriam e o Jesus são um pouquinho mais arretados, mais desentendidos. Eu acho que porque eles são mais velhos e, querendo ou não, eles esperam que quem mande neles seja minha mãe ou então meu pai. O problema é que eles não estão mais aqui. Sobra para mim toda a responsabilidade. A minha tia, que é com quem moramos aqui, ela só quer saber de quando chega dinheiro ou de quando nós ganhamos dinheiro - eu e o Jesus - mas dos nossos problemas, de lavar roupas, de doença, da escola e das tarefas dos meninos mais novos ela não quer saber. Também é que ela tem seus próprios filhos e tem que atendê-los (Comunicação pessoal 2019).

Saul é um rapaz que sofre muito pensando no passado, mas o que mais o aterroriza é pensar no futuro, porque diz que é muito incerto para ele e para seus irmãos. Saber que o trabalho que tem é instável, que não tem casa própria onde se resguardar com seus irmãos o leva a profundos momentos de depressão que, segundo ele, são curados quando pega uma pá ou ferramenta e começa a construir. Depois quando volta de ônibus para casa, novamente se lembra das coisas que lhes faltam para ficarem tranquilos.

Acho que o dia em que possamos ter a nossa própria casa, nesse dia acho que vamos estar melhor. Pelo menos vamos ter o nosso próprio espaço, nossa própria cozinha, e vamos poder dispor das coisas porque enquanto a gente estiver morando aqui, com a tia, vamos continuar a ser indesejados, os incômodos, e não poderemos ter a nossa privacidade. Não é que eu seja mal agradecido nem nada disso, mas é que é realmente difícil conviver com outras pessoas. Mesmo que eu e meu outro irmão colaboremos com dinheiro para os gastos da casa, seguimos sem ter um conforto ou um espaço próprio (Comunicação pessoal 2019).

É triste a história de Saul e seus irmãos. É desesperador ver quatro irmãos numa situação tão complicada: se adaptar à cidade e, ao mesmo tempo, lidar com a perda dos pais.

Quando recém chegamos aqui, eu estive morando em um outro bairro e, na verdade, por estar pensando no trabalho que tinha que conseguir para sustentar os meus irmãos mais novos, nem tive tempo de pensar naquele dia que meu pai foi assassinado e naquele dia que nos falaram que minha mãe estava desaparecida. Até agora estou meio que começando a pensar nisso, tenho até sonhado repetidamente sobre o desaparecimento da minha

mãe. Já não quero pensar nisso porque sinto muito desespero e tristeza e prefiro ficar fazendo outras coisas para não cair nesse estágio da dor (Comunicação pessoal 2019).

O luto que ele e seus irmãos deveriam ter começado para trabalhar o trauma tem sido adiado. A situação de violência, as ameaças que ele e seus irmãos receberam após a morte do seu pai os levaram a ter que fugir e abandonar sua casa. Pouco choraram por seu pai no enterro, logo tiveram que abandonar tudo. O luto é um processo que ainda não viveram. As condições de seu povoado e da cidade para a qual emigraram - Los Mochis - não permitiram a sua elaboração de forma a conseguir sanar essa passagem trágica. O Estado, como garantidor dos direitos à vida e ao luto digno, pouco tem feito para orientar e apoiar Saul e seus irmãos para que possam ter uma terapia, um tratamento psicológico que lhes ajude a melhorar afetivamente.

Eu às vezes pergunto aos rapazes: o que é que vocês lembram da mãe e do pai? E eles só começam a chorar. Queria abraçá-los, mas é que não tenho jeito para isso, acho que seria bem mais fácil se uma mulher falasse com eles. Eu mesmo às vezes choro, mas procuro me esconder para que eles não me vejam assim, mal. Vou lá pra fora e fico de noite do lado daquela árvore e meio que choro. Quando passa essa sensação sinto um alívio que dura um dia ou dois e aí depois eu volto ao mesmo ponto. Isso é uma coisa que me deixa um pouco maluco porque queria poder saber tirar esse sentimento ruim do peito (Comunicação pessoal 2019).

As vésperas do Natal estão chegando e Saul arrumou algum dinheiro dar alguns presentes a seus dois irmãos mais novos. Diz que “vai ser legal poder dar para eles algumas coisinhas”. Quando lhe perguntamos sobre as festas de dezembro no seu povoado ele comenta que lembrava de uma festa muito aproveitada por ele e seus primos, isso quando tinha 20 anos.

O Natal que melhor me lembro foi quando tinha 20 anos e uns primos foram da cidade para o povoado. Foi muito divertido porque levaram bombinhas e fogos de artifício. Me lembro muito bem que meu pai matou um porco. Era gordo o porco porque deu pra comer três dias, além de várias outras comidas. Nessa ocasião, tínhamos umas dez visitas, ou talvez eram mais parentes. Bebi cerveja e comemos pão, chocolate quente. Uma tia fez tortinhas de farinha de trigo e fizemos burritos com carne de costela de porco. Me lembro de tudo isso porque nunca tivemos outra festa igual. Fizemos uma fogueira no meio do quintal e ali ficamos até a madrugada. Foi bem legal. Não lembro que alguém tivesse levado presentes nem nada disso mas eu me diverti muito (Comunicação pessoal 2019).

Enquanto Saul conta essa passagem da sua vida, é fácil ver a alegria que brota dos seus olhos. Fazia muito tempo que não o víamos sorrir tão genuinamente. Claramente, há uma forte lembrança do passado, um desejo de reviver um tempo que já passou e que se encontra estreita-

mente associado à sua terra e à sua antiga casa, ambos elementos foram parte do estilo de vida de Saul e seus irmãos. Mas o contraditório é que ele mesmo conta o quanto queria fugir daquele povoado.

Eu sei que lá nós tínhamos muitas coisas legais, mas também sei que lá já não era legal para se morar. Isso fez com que nos sacrificássemos para vir para cá, até porque não tivemos escolha, tínhamos que deixar tudo ou ficar lá e nos arriscarmos a morrer, ou então que algum maluco levasse a minha irmã. As vezes para mim é confuso explicar o que se sente ao ficar com saudades de uma casa e de uma cidade que nos expulsou, mas mesmo assim temos lembranças boas de lá (Comunicação pessoal 2019).

O rapaz de 36 anos diz que pretende começar a aprender marcenaria, pois é um ofício que gosta desde criança, mas que, por não ter as ferramentas necessárias para trabalhar, resolveu trabalhar como pedreiro. Espera poder juntar dinheiro para comprar as ferramentas e poder começar a fazer portas. Ele, mesmo sendo jovem, não se vê estudando. Aliás, diz que se sente velho para entrar numa escola para estudar.

Eu já nem ia poder aprender nada. Se quando estava na escola e era criança não conseguia aprender, eu acho que agora vou estar pior - rindo. O que realmente gostaria é que os meninos conseguissem continuar a estudar, isso sim eu queria. Mas acho que isso vai ser difícil também, vamos ver, o que Deus der acho que vai ser bom (Comunicação pessoal 2019).

Há algumas semanas, receberam um apoio de 20 mil pesos mexicanos, o equivalente a quatro mil reais, isso para que eles conseguissem um terreno para começar a construir a casa onde morariam. Lamentavelmente, o dinheiro caiu nas mãos da senhora com a qual moram atualmente, sua tia. Na última visita por nós realizada, estavam armando um barraco de madeira, com lâminas de ferro, na parte de frente da casa. A fragilidade da estrutura era evidente, nas temporadas de chuva será provavelmente perigoso os quatro rapazes morarem ali.

Quando as pessoas que os ajudaram a conseguir o dinheiro foram questionar a tia sobre o que tinha feito com ele, ela respondeu que não tinham porque interferir nas decisões de Saul, que, na verdade, ele não decidiu nada sobre esse orçamento e que era uma boa opção para eles poderem morar com tranquilidade no seu próprio espaço.

Os abusos contra as pessoas que se deslocam por conta da violência são constantes até porque, às vezes, não têm conhecimento dos direitos que lhes são garantidos. No caso de Saul, a

isso se soma o fato de que não sabe ler e nem escrever. Quando tem que escrever seu nome ou assinar um documento, chega a ficar com vergonha.

Talvez daqui a uns anos eu entre para estudar porque às vezes eu preciso saber o que está escrito nos papéis do trabalho, do banco etc. Noutro dia que me deram ajuda econômica, nem soube como foi que ficou o dinheiro no banco. Diz a tia que está no meu nome mas eu nem assinei nada. Mesmo que eu tenha dificuldade para aprender algumas coisas da escola, isso não significa que seja tão bobo (Comunicação pessoal 2019).

No início, Saul e seus irmãos eram muito fechados, quase sempre respondiam com a cabeça ou então virando os olhos para um lado. Não sabemos precisar o momento em que com eles estabelecemos empatia a ponto de conseguir que que senhas corporais passassem para a conversa, para a narrativa. Não que a linguagem corporal não diga nada, pelo contrário. Contudo, o processo de interação foi gradativo e, aos poucos, Saul e seus irmãos foram se abrindo para contar suas vidas e seus planos para o futuro. Foi como uma amizade que se construiu no decorrer dos seis meses nos quais estivemos conversando, bebendo café e refletindo juntos.

Ao final, Saul se abriu mais e contou que tinha mais um irmão. De fato, foi esse irmão quem os levou para Los Mochis. Na conversa, Saul disse que seu irmão já tinha ficado cansado de não encontrar boas oportunidades na cidade e que por isso tomou a decisão de se mudar para Morelos, Chihuahua. Segundo Saul, ele voltou a trabalhar no cultivo de estupefacientes.

Nesse momento, percebemos em seu rosto um ar de preocupação e de angústia. Quando perguntado sobre o que acontecia, Saul disse que realmente tinha medo que seu irmão fosse assassinado igual aos seus pais.

Olha, eu me preocupo por todos, isso é muito cansativo. Por conta do meu irmão até já tive pesadelos e problemas para dormir. Bem que eu preferia que ele ficasse aqui com a gente, mas ele me disse que tava de saco cheio porque aqui não via para aonde a gente ia. Disse que aqui não tínhamos futuro. É claro que agora deve estar ganhando uma boa grana, mas ele corre o risco de ser assassinado. Aqui estamos seguros e é verdade que vivemos de caridade, mas é preferível estar assim do que num túmulo. Ele já pensa muito diferente, prefere ter dinheiro e arriscar a vida do que mendigar. Antigamente, ele enviava dinheiro para meus irmãos mais novos, mas agora não manda nada. Agora no Natal, o menino mais novo vai usar uma calça que comprei e a menina mais novinha vai usar umas roupas também compradas por mim. O rapaz que tem 17 já compra sozinho as coisas. Ele ganha pouco, deve estar recebendo uns 400 pesos mexicanos por semana (o equivalente a 80 reais) (Comunicação pessoal 2019).

Nos últimos dias que visitamos Saul e sua família, era véspera das festas de dezembro e os rapazes (os irmãos do Saul) já levavam à flor da pele o espírito do Natal. Foi muito interessante ver essa inocência e ilusão pelo Natal em crianças que pouco esperam da sociedade e da sua família. Estavam simplesmente contentes por conta das festas que iriam ter na escola onde estudavam. Isso os fazia felizes.

3.2.3 Sem medo de nada

Marquinhos vai completar 15 anos de idade, mas aparenta ser mais velho. Não sabemos se pela cicatriz no rosto, pelo cabelo mal tratado ou pela sua forma instigante de olhar. Há dois meses, ele esteve no hospital, foi atendido porque teve uma crise nervosa e tentou se suicidar. É sua segunda vez. Tomou uns remédios que se encontravam no armário da sua tia Lupe. Afortunadamente, quando chegaram e encontraram Marquinhos no sofá, ele começava a desvairar e graças à ajuda de um vizinho que estava com automóvel disponível, conseguiram levá-lo até o centro de atendimento mais próximo.

Nos últimos meses tenho me sentido um pouco perdido, sem muito sentido. Não tenho vontade de conversar com ninguém, de fato espero não ter que conversar com você de novo. Tenho muita vergonha do que fiz, mas mais do que isso é a minha vontade de não viver. Acho cansativo viver. Há cinco anos que assassinaram os meus pais e eu ainda me lembro claramente de como foi isso. Não sei ainda porque eu não estive com eles quando passou isso. Sei que vai ser difícil que alguém me trate como meus próprios pais, isso é impossível e, na verdade, eu estava acostumado a estar com eles e isso já se acabou (Comunicação pessoal 2018).

Estabelecer uma conversa com o magro rapaz tem sido muito complicado, pois ele praticamente só olha para o teto. Seu rosto fino, seus olhos claros e sua pele branca fazem-no parecer um jovem muito mais delicado e frágil, mas seu olhar tem certa fortaleza e caráter. Principalmente quando falamos sobre assuntos de justiça e busca da verdade. No início, Marquinhos pouco entendia o que dizíamos, mas depois foi aprendendo e começou a se interessar cada vez mais.

Noutro dia, li que vão levar apoio para uma comunidade Raramuri. Que bom que vão ajudar eles porque tinha muita criança que não tinha nem onde dormir. Isso é ruim pra caramba, já imaginou estar assim, dormindo no chão, sem teto, comer qualquer coisa, só porque alguém resolveu agir com maldade? É injusto (Comunicação pessoal 2018).

Quando começamos a falar sobre como a injustiça e a corrupção têm levado as famílias a viver em condições subumanas, Marquinhos presta mais atenção. É como se fosse incentivado para a conversa. Ele se envolve e começa a conversar de coisas que leu no jornal, que viu na televisão ou que ouviu dizer na sua escola. Conta que tinha muita raiva das pessoas que assassinaram seus pais, mas não entendia como aqueles malfeitores poderiam ser castigados. Agora que tem 15 anos, sabe que existem leis e regras que a sociedade tem que respeitar para que as catástrofes como essas não aconteçam com outras pessoas. Mesmo que a justiça seja aplicada, sabe que seus pais não voltarão à vida.

Isso que eu falo para a psicóloga e que ela não quer entender é que não interessa se peguem os caras que mataram minha família, eles não vão reviver. Onde fica a justiça? Quando alguém morre, morre e já era. Só Jesus Cristo que reviveu mas fora dele ninguém, né? A minha psicóloga diz que tenho que ter resignação e agradecer pelo fato de eu estar vivo, mas na boa, eu não celebro isso porque tenho sofrido mais do que tenho disfrutado. Nem quando morava no povoado era bom, sendo que estava com meus pais. Agora acho que está pior (Comunicação pessoal 2019).

Diz Marquinhos que desde que tem uns 6 anos se lembra das dificuldades que passava sua família. O povoado de Culebra, Chihuahua, é uma região que, em alguma época, era movimentada por ser rota de passagem para uma mina. Com o fechamento da mina, a movimentação praticamente se acabou e, com ela, a economia também entrou em declínio. A situação econômica familiar nunca foi estável, mas mesmo assim Marquinhos se sentia protegido pelo afeto de sua mãe. Já seu pai sempre foi uma figura um tanto ausente.

Meu pai só chegava em casa de mês em mês, às vezes nem isso. Minha mãe sempre inventou justificativas para eu não ficar questionando e questionando, mas agora que estou mais velho fico me perguntando porque ele quase não me procurava e não me fazia carinhos. Eu agora me faço essas perguntas porque vejo como os pais são com os seu filhos, mas antes para mim estava bom o jeito do meu pai aparecer e me dizer: e aí cara, tudo bem? Às vezes, me levava uns biscoitos. Uma vez foi ótimo porque nunca me tinha levado um presente e nesse dia me levou um caminhãozinho de madeira, acho que eu tinha uns 7 ou 8 anos quando me deu isso de presente (Comunicação pessoal 2019).

A ausência do pai na vida de Marquinhos foi algo que lhe marcou a vida, pois sempre quis ter alguém com quem jogar bola ou brincar. No povoado onde morava, tinha poucos rapazes da idade dele por conta de as chácaras se encontrarem afastadas. Poucas vezes durante a semana

encontrava com seus amigos para brincar. Até os dez anos, não sabia nem ler. Lá onde morava, quase nunca ia para a escola, preferia ficar fazendo trabalho de casa junto com sua mãe, cuidando de umas galinhas, da cachorra Lana e de uma cabra, era uma espécie de passatempo. Sua mãe lhe contou que seus avôs morreram quando ela tinha 22 anos. Adoeceram e por serem teimosos e não quererem ir ao médico, morreram.

Olhe, eu acho que eu sou teimoso pra caramba. A tia diz que eu às vezes deixo ela maluca porque não entende porque eu me comporto mal. Eu já disse pra ela que eu não me comporto mal porque nunca briguei com ninguém, não agredi ninguém, nem gritei com ela. Mas ela já me disse que só pelo fato de eu tentar o suicídio faço ela se sentir mal. Aí é que não consigo entender ela porque a minha vida é minha e eu sei o que quero da minha vida e na verdade não é isso aqui (Comunicação pessoal 2018).

Tentamos perguntar para Marquinhos por que não gosta da sua nova casa, da sua tia que o trata com carinho e de seus novos colegas na escola onde estuda. Mas ele evita responder dizendo que não sabe. Ao ser questionado sobre as tentativas de suicídio e sobre como isso não trará a vida de seus pais, se limita a responder que não sabe.

Marquinhos é um rapaz que não se interessa por videogames, nem em sair com os colegas de escola ou vizinhos. Segundo sua tia, o que ele gosta é de desenhar. Ela diz que ele pode passar horas e horas sentado ou deitado na cama, desenhando. De fato, a psicóloga foi quem incentivou esse passatempo em Marquinhos. Perguntado sobre o que sentia quando desenhava, diz que se esquecia de tudo, que só pensava em ficar colorindo ou seguindo a ideia do que pretendia desenhar. Diz que sente vontade de gritar quando desenha, mas que logo passa.

Noutro dia, falei para a psicóloga o que sentia e ela me pediu para eu berrar enquanto eu desenhava e, na verdade, eu não quis porque acho maluco ficar fazendo isso. Mas gosto de desenhar. Vi que há um monte de tintas para desenhar e eu achava que só havia lápis de cor. Seria legal usar pintura ou sei lá outra coisa. Só que não sei se ia conseguir fazer um desenho legal. Quando morava lá na minha casa, eu gostava de desenhar no chão, pegava um galho de pinheiro e tirava todas as folhas até deixar uma vara e logo a usava para rabiscar na terra. Às vezes, gostava de colocar os olhos dos animais que desenhava com pedras e com folhas e ficava legal, na verdade (Comunicação pessoal 2019).

As famílias nas zonas rurais do México quase sempre são grandes. Geralmente, um casal pode ter até quatro filhos, mas na família de Marquinho ele foi o único filho. Ele conta que sua mãe perdeu dois bebês. Dois desses iriam ser irmãos mais novos.

Na primeira vez que minha mãe perdeu o menino, eu já tinha 6 anos e me lembro que foi muito difícil a recuperação. Uma senhora que assistiu a minha mãe foi quem cuidou dela nos dias posteriores à perda do Raul, assim era como ela o chamava quando ele ainda estava dentro da barriga. Na segunda vez que perdeu o bebê, eu acho que ia ser mulher porque a chamava de mulher, mas na verdade eu não consigo me lembrar do nome. O que acho muito maluco é que minha mãe nem ia no doutor para saber qual o sexo da criança, só se guiava pela forma de sua barriga e pelo que algumas outras mulheres mais velhas lhe contavam e lhe diziam. O pior de tudo foi que, após a segunda perda, meu pai se afastou muito, não sei. De repente, ele já estava com outra família ou uma outra esposa, sei lá. Mas acho que isso de minha mãe não conseguir engravidar de novo foi o que o afastou (Comunicação pessoal 2019).

Consegue contar com facilidade os detalhes da morte dos irmãos bebês. O mesmo não ocorre quando se trata de falar sobre o assassinato dos pais. Não consegue especificar detalhes, nem conosco e nem com a psicóloga. Muito do que aconteceu foi apagado ou aparentemente esquecido por Marquinhos. Dizemos aparentemente esquecidos porque quando fazemos conjecturas sobre o fatídico dia, Marquinhos, em várias ocasiões, corrige nossa fala. Por exemplo, numa ocasião perguntamos: o que aconteceu com teus pais foi durante a noite, não é? E ele respondeu: “Claro que não, foi às 14h, porque estava me preparando para descer do povoado e ir para El Tablón para pegar farinha de milho e umas coisas que minha mãe tinha me encomendado e nessa hora é que passava uma caminhonete que ia me dar carona”. Marquinhos diz que, estranhamente, a caminhonete nunca apareceu como de costume.

Fui quem saiu correndo para pedir ajuda porque minha casinha estava em chamas e meus pais estavam no chão. Ouvi dizer: esses dois aqui já foram. Pegaram as armas que estavam usando e as colocaram dentro da caminhonete e aceleraram rápido. Minha mãe estava cheia de sangue no peito. As balas lhe deixaram três buracos e a meu pai só lhe deram um tiro bem no meio da frente. Ainda me lembro do cheiro de pó e de queimado. Nesse dia minha mãe me disse: vai trazer umas coisas de El Tablón. Na verdade, eu nem tinha vontade, porque é muito longe, e fiquei com preguiça. Mas acho que graças a isso eu me salvei porque fiquei escondido e eles não me enxergaram (Comunicação pessoal 2019).

Marquinhos, com toda a dor e a tristeza, após ter deixado seus pais e sua casa queimada, teve que empreender sua caminhada até El Tablón, onde morava sua madrinha. Lá contou o que aconteceu com seus pais. Sua madrinha o protegeu. De imediato, foi colocado em uma camionete de um parente da madrinha. Marquinhos nunca conseguiu voltar para ver seus pais. Nem sua casa.

Tentei dizer para minha madrinha que, por favor, me deixasse voltar para pegar meus pais para estar com eles até o enterro, só que ela disse que era muito perigoso e que se eu fizesse isso eles iam me encontrar e me matar. Por isso acabei chegando até aqui, sem pais, sem dinheiro, sem família, sem saber de nada. Me lembro muito que as roupas com que eu estava tinham sangue e minha madrinha falou para eu tirar, só que eu não deixei ela tirar minhas roupas. Só coloquei um casaco por cima e vim para cá todo sujo (Comunicação pessoal 2019).

Sem documentos e sem roupas, Marquinhos chegou à cidade de Chihuahua onde tenta recomeçar sua vida.

Sei que ainda sou pequeno, mas quando completar a maioridade e quando resolver os meus problemas de depressão e essas coisas, acho que vou trabalhar aqui e vou juntar uma grana para eu ir trabalhar nos Estados Unidos. Lá vou ganhar uma grana e vou poder ir até aqueles lugares onde fazem filmes e tal. Meu sonho é esse, nem sequer preciso estudar, lá vou fazer grana e vou viver mais tranquilo e melhor do que aqui porque lá ninguém vai me conhecer. Já disse para Lupe e ela diz que sou maluco, que é perigoso atravessar o Rio Bravo. Ela diz que os policiais lá na fronteira são escrotos, mas eu já disse para ela que depois do que passei, nada me assusta (Comunicação pessoal 2019).

3.2.4 “Sobrevivi a duas agressões e vou continuar a viver”

No dia que iríamos encontrar Alicia em Tijuana, Baja California, parecia que o universo estava conspirando contra nós, a ponto de pensarmos supersticiosamente que era melhor não vê-la.

O avião, que decolou às 6h de Culiacán, Sinaloa, para se dirigir a Tijuana, deveria ter chegado às 8h, só que o mal tempo e a névoa o impediram de pousar. Tivemos que parar em Hermosillo, Sonora, e ficar três horas dentro do avião para depois decolar de novo, rumo a Tijuana. Sem possibilidade de comunicação com Alicia, porque ela estava no trabalho e não poderia atender seu celular, ficamos nervosos de perder o encontro. Chegando ao destino, já estávamos resignados em não conversar com a misteriosa e inteligente mulher com quem estivéramos falando por telefone ao longo de quase dois meses.

Depois do registro no hotel e após diversas tentativas de entrar em contato com Alicia pelo celular, sem sucesso, saímos para comer algo. No restaurante, o celular tocou. Era Alicia que ligava para perguntar o que tinha acontecido já que não tínhamos chegado ao encontro mar-

cado. Explicamos tudo o que aconteceu e ela, de boa vontade, aceitou que viéssemos nesse mesmo dia, num outro horário.

Estávamos ansiosos por encontrá-la. Lá no fundo do café, estava ela, com uma blusa verde e um casaco negro, pois, nesse dia, ventava e fazia bastante frio. Ficamos à espreita por uns 5 minutos antes de nos aproximarmos, observando seu comportamento e pensando em quantas coisas tinham que ser lembradas na hora da conversa, de modo a fazer um bom trabalho e aproveitar o gesto narrativo de Alicia.

Atravessando o salão, nos apresentamos e começamos a conversar.

Alicia tem 38 anos, é robusta, tem cabelo preto, longo e liso. Suas mãos são cheias de anéis. No braço esquerdo, usa pulseiras. É muito expressiva ao conversar, movimentando suas mãos, seu rosto é expressivo. Seu corpo inteiro se comunica.

Muitas vezes eu ouço dizer é que eles estiveram fazendo coisas erradas, eles estavam mal, eles não eram legais, eles eram criminosos. Cansei de ouvir essa justificativa por parte da sociedade e, às vezes, até das instituições de governo. Quando denunciei o desaparecimento do meu marido em Culiacán, o primeiro que me perguntaram foi em que trabalhava ele, o que fazia ele antes de desaparecer. Não me perguntaram como ele estava vestido, como se chamava, como lhe apelidavam. Quando eu falei para a mulher que ele era comerciante informal e que tinha se envolvido com a venda de drogas, a mulher que estava fazendo o registro fez uma cara que até hoje não posso tirar da minha memória. A mulher assentiu com a cabeça, como se o fato de meu marido ser vendedor justificasse a sua desaparecimento. Sinceramente, até hoje me irrita lembrar desse dia. Ninguém merece desaparecer e ser assassinado, ninguém. O que eu vejo na sociedade em geral é que o fato de o Fernando ter estado errado fosse suficiente para ele não ter direito a ser enterrado dignamente por nós, sua família - Alicia chora (Comunicação pessoal 2019).

Alicia é uma mulher que luta contra a adversidade desde que seu marido desapareceu em 2017. A procura pelo homem com o qual criou duas filhas a levou a se deslocar de Culiacán, cidade localizada no estado de Sinaloa, para Tijuana, cidade fronteiriça e localizada no estado de Baja California Norte. Seu deslocamento se deu em julho de 2018, num contexto de risco, em que sua vida e as de suas filhas, Ana e Greyci, estavam em perigo. Alicia diz que desde o momento em que começou a procurar seu marido, sentiu que isso seria uma ladainha que provavelmente nunca acabaria. O que nunca imaginou foi que tivesse que abandonar tudo na cidade onde nascera.

Fiz questão de vir para Tijuana porque aqui pelo menos temos uma parente. Quando contei para ela da nossa situação, ela nos acolheu. Mas fico pensando nas pessoas que não têm

com quem contatar para poder fugir da violência. Deve ser horrível não ter opção, um apoio para poder ficar protegida. A minha comadre foi a melhor coisa que poderia nos ter passado porque ela inclusive foi quem me ajudou a encontrar trabalho. No início, inclusive, vivíamos na casa dela, só que ela e seus filhos moram num apartamento de dois quartos e era pequeno demais para seis pessoas. Chegou um momento que ficou insuportável e foi por isso que ela mesma me ajudou a encontrar um apartamento. Sem ela, sinceramente, teria sido quase impossível ir para frente com as nossas vidas. Até hoje ela continua a ser um suporte na minha vida emocional (Comunicação pessoal 2019).

Mesmo afastada do Estado de Sinaloa, Alicia, em alguns momentos, continua a sentir que está sendo perseguida. Quando conversa, vira constantemente sua cabeça para diferentes direções do restaurante. Tem um olhar aflito, preocupado. Esse desespero é algo que, segundo ela, se iniciou após o desaparecimento do marido.

Quando desapareceram com meu esposo, fiquei triste e desesperada para encontrar ele. Imagina que num belo dia ele sai de casa para trabalhar vendendo roupa, tênis, perfumes. Era no que ele trabalhava. Era comerciante. Do nada chega a hora do almoço e não atende o telefone, chega a hora do jantar e não me atende de novo. Pensei que tivesse saído com alguns amigos. Pensei que tinha saído de farra, mas na verdade alguma coisa dentro de mim me dizia que não, porque ele raras vezes fazia isso e, quando chegava a sair de festa, sempre me avisava. Eu me lembro muito bem desse dia, foi numa quarta-feira, dia 13 de abril de 2017, quando eu não vi meu marido. No dia após a sua desapareção, comecei à procura e foi aí que percebi que seria difícil porque, em primeiro lugar, ninguém queria me ajudar. Todo mundo me dizia que esperasse, que ele iria voltar. Muita gente se afastou de mim, incluindo integrantes de minha própria família. Acho que, quando a própria família te abandona, é o segundo golpe mais forte que a gente que é vítima de familiares desaparecidos recebe (Comunicação pessoal 2019).

Quando Alicia começou a procura de seu marido, ela resolveu fazer uso das redes sociais para solicitar ajuda da comunidade. Conta que muitas pessoas chegaram até a bloquear seu perfil quando ouviram a história do marido desaparecido. Depois de alguns meses insistindo no Facebook, Alicia recebeu uma ligação de um número anônimo. A pessoa lhe dizia que sabia onde estava o corpo do seu marido. Alicia resolveu ir junto com uma tia e a sogra até o lugar onde o denunciante anônimo tinha indicado.

Esse dia foi um dos piores dias da minha vida, porque imagina, você já tem seu parceiro desaparecido há vários meses, logo te ligam dizendo que sabem onde está o corpo, quer dizer, você se inteira de que ele está morto e depois, quando chegamos até aquele inóspito lugar, do nada surgem quatro caras com metralhadoras numa camionete e nos subjugam e nos batem, por isso digo que foi horrível. Um deles, acho que era o líder, me pegou do cabelo com uma mão e do pescoço com a outra e logo começou a gritar tão perto do meu rosto que cheguei a sentir o bafo de álcool. Quando me soltou do pescoço, com uma mão me deu um tapa. Nessa mão, ele trazia uma pulseira de ouro, era super grossa porque me lembro que, em pleno dia, brilhava muito. Com essa, mão me deu um tapa que me deixou essa mar-

ca na sobancelha porque a pulseira dele me bateu justo aqui. Eu caí no chão de tão forte que o cara me bateu. Fiquei desnorreada, fiquei tonta por uns segundos ou minutos, não sei. Tudo passou muito rápido. Não me lembro de como minha tia e minha sogra foram subjugadas. Nunca voltamos a conversar sobre isso. Dois dias depois do acontecimento, peguei minhas roupas mais básicas e as minhas filhas e fugimos. Jamais voltei a conversar com elas sobre o que aconteceu. Aliás, não conto para ninguém sobre isso (Comunicação pessoal 2019).

Enquanto falava, Alicia chorava. Pedimos para se acalmar enquanto tomava um copo de água. Após se recuperar, continuamos a conversa. Ela fez questão de voltar a falar daquele dia.

Eu me lembro de ter ficado muito silenciosa enquanto tudo acontecia, não gritei nem chorei, mas acho que a minha sogra e minha tia choravam sim porque me lembro de ouvi-las chorar. Me lembro que o cara antes de bater em mim me disse: “parem de procurá-lo, parem de publicar coisas na internet. Da próxima vez que vocês fizerem alguma tentativa de procurá-lo, eu pessoalmente vou matá-las.” Eles se foram e nós ficamos ali no mato. Voltei dirigindo o carro e deixei a minha sogra e minha tia juntas. Voltei para casa por volta das 14h e me lembro de ter ido direto ao banheiro para tomar banho porque estava todo cheio de pó. As minhas calças jeans estavam sujas e a minha blusa também. Era uma blusa branca que ficou toda cheia de terra e de sangue que saiu da minha sobancelha e que eu tentei limpar com a blusa. Meu sentimento foi muito estranho porque sentia como se eu fosse sido responsável por ter passado por isso e por ter levado a minha sogra e minha tia junto comigo. Eu tinha um sentimento de culpa, uma culpa muito grande (Comunicação pessoal 2019).

Alicia explica que, desde esse dia, se sente perseguida, perseguida pela culpa de ter querido saber do paradeiro do marido e perseguida pela culpa de ter exposto seus parentes. Ela conta que quando fez as mochilas e partiu para Tijuana foi porque pensou nas suas filhas e no risco que poderiam estar correndo.

Olha, eu vou te confessar que, se não tivesse filhas, eu iria ficar lá em Culiacán até encontrar o meu esposo, mas a minha condição de mãe não me deixa. Primeiro são elas - as filhas, depois vem o meu desejo de procurar a verdade e a justiça num país onde ser vítima é ao mesmo tempo carregar a culpa e carregar esse sentimento de responsabilidade pelas coisas ruins que nos acontecem. Eu sei que meu marido, em alguma época da sua vida, esteve envolvido com a venda de drogas, que ele até chegou a consumir, mas isso não dá direito a ninguém de tirar a vida de uma pessoa. Também não dá direito a ninguém de te julgar e te fazer sentir como me fazem sentir até hoje, culpada, responsável pelo que eu, minhas filhas e minha família estamos vivendo (Comunicação pessoal 2019).

Com um olhar furioso, Alicia diz que, mesmo que seus sentimentos a levem a questionar sobre como teria sido se seu marido não tivesse se envolvido com a venda de drogas, ela acredita que não existe motivo que autorize alguém a arrancar a vida de uma pessoa. Segundo ela, o sentimento de culpa que carrega é gerado pela própria sociedade, pela mídia e pela lenta e desigual implementação da justiça no México.

Por que alguém tem que morrer quando vende drogas ou rouba? Cadê a prisão, cadê os juízes e a lei? Não é na cadeia que um ser humano que comete um crime pode pagar pelo erro? Com que direito a sociedade opina sobre situações como a minha, se nunca passou e nem conheceu a história de vida da minha família? Com que cara uma pessoa, um político ladrão, corrupto, pode julgar a minha vida se o que eu vivo agora é produto em parte do que eles são? Eu não sinto vergonha agora, mas já passei muita vergonha. Hoje o que sinto é medo, angústia, estresse, porque o meu futuro e o de minhas filhas é incerto. Sei que será muito difícil sair adiante na nossa condição de foragidas da violência, mas também sei que nada é impossível e que ninguém vai nos impor o fracasso. É claro que nossa condição de vítimas de um desaparecido, de sobreviventes de uma agressão direta por parte dos assassinos do meu marido e de migrantes não vai impedir que continuemos a viver. Não é que vamos viver eufóricas e super felizes, mas pelo menos tenho a certeza de que queremos viver bem e que esperamos que, no futuro, possamos saber o que foi que aconteceu com Fernando, meu marido (Comunicação pessoal 2019).

REFLEXÕES FINAIS

O sofrimento pode ser muito belo. Se não acredita nisso, saia da cama, tire a colcha de cima de você, bote o chinelo, os sapatos, abra a porta da sua casa, vá para a rua e veja como é belo sermos incompletos. Sinta como é gratificante encontrar no Outro aquilo que achava estar perdido. A amizade é uma amostra disso. A arte, a ciência, a fala, a escrita, entendidas todas como memórias que emergem dessa perda que nos faz sofrer eternamente, são a coisa mais bela do mundo. Aliás, são o mundo e seus excessos.

4.1 Sobre o sofrimento: fonte criadora da memória.

Muitas questões entram em discussão quando se fala sobre a perda, os excessos, o sofrimento e a memória, o que, aliás, foi discutido em nossa **Primeira Seção**. Para melhor explicar nossa tese sobre a forma como a memória se configura e se transforma, decidimos, em nossas reflexões finais, dedicar um par de laudas para resumi-la. E para isso, vamos retomar Freud (2010) e Nietzsche (2013), autores que se complementam e são peças fundamentais para a nossa particular forma de olhar e explicar a memória. Muitos já apontaram que suas visões são contrárias, mas não acreditamos nessa oposição e sim na existência de uma escrita marcada pela origem e pela transformação da memória.

Para Freud (2010), o mal estar na civilização é a perda. A causa do sofrimento é a perda. Nascemos plenos de vida, completos com o mundo. Somos o mesmo, nós e o mundo, isso quer dizer que estamos inteiramente integrados com a vida. Segundo Freud (2010), nessa primeira etapa da vida, não há limites para o ser humano, vive-se livre e sem ataduras. Mas conforme vamos crescendo, somos obrigados a acatar as regras, os limites, pois são “essenciais” no processo de integração e na função da vida em grupo. Claro que outros tipos de animais, que não os humanos, já recebem esses limites de forma instintiva. Para estes, a forma de se relacionar com o mundo se dá pelo instinto. Eles pouco precisam, inclusive prescindem da presença do pai ou da mãe para serem aptos a viver. No caso dos seres humanos, adquirimos esses limites que são principalmente sociais. E dizemos principalmente sociais porque há regras que regem tanto a nós,

animais humanos, quanto aos outros animais. O que queremos ressaltar é que também temos regras que estavam ali antes mesmo de nascermos. Elas são da natureza e das características do nosso planeta, como a lei da gravidade por exemplo.

Nós, seres humanos, aprendemos a conviver em situações diferentes. Vamos nos configurando de acordo com a linguagem que é desenvolvida na dinâmica social na qual estejamos inseridos, onde vivemos. Com isso, não queremos dizer que a configuração seja algo que faça o ser humano ser estático, imutável. Muito pelo contrário, é justamente graças a essa característica versátil da configuração que vivemos em condições diferentes e é daí que emerge a riqueza da linguagem.

Mas será que o ser humano se configura ao se conformar, ao “se adaptar” a esses limites sociais e naturais? É claro que não, pois se fosse assim, qual seria o motivo de a ciência, as artes, a tecnologia e a linguagem serem vigentes? É justamente por conta de o ser humano nunca chegar ao ponto de se sentir configurado em sua completude é que surge nele uma constante criatividade, resultante da insatisfação que o ambiente, o mundo e o universo lhe produzem. O ser humano não se adapta, se reinventa.

O que os limites nos dizem? Que não somos inteiros e que há lá fora um mundo que nos mostra a nossa incompletude, nos impõe limites que são próprios da natureza, da dinâmica social, da cultura e dos valores. Para Freud (2010), isso é o que gera o mal estar na civilização. É essa incompletude, é essa limitação que nos faz sofrer. A grande dor humana é a de ter que respeitar os limites, ter que lidar com a restrição para poder existir. Deixar de ser inteiro. Nisso é onde reside a perda. Segundo Freud (2010), é dessa ideia que emerge a saudade pela antiga plenitude que, em algum momento, acredita-se, o ser humano gozou. Para Freud (2010), o que movimenta o ser humano será essa perda, será a procura pela plenitude que existiu antes dos limites aparecerem, quer dizer, será a procura pelo excesso, entendido como caos, como o mundo livre, sem regras. É isso o que movimentará o ser humano.

A memória reside nessa procura, nessa constante insatisfação da qual fala Freud (2010). Sem essa incompletude, sem essa necessidade do ser humano de se aliar, de se ver incompleto, pequeno, insignificante diante do universo, dos animais e do Outro, a memória quiçá não existiria. Freud dirá que a arte é uma forma de ajudar o ser humano a lidar com esse sentimento de so-

frimento ao se ver diante do mundo incompleto. A isso podemos acrescentar e dizer que o mesmo se dá com a arte, com a ciência, com a escrita, com a fala e com todas as manifestações e expressões humanas que se potencializam pelo produto do sofrimento ao sabermos que somos incompletos, finitos. São nada mais e nada menos do que a memória precária. O mundo como hoje o conhecemos é produto dessas criações, expressões, manifestações traduzidas em artefatos, linguagem, escrita, memória. A perda e o sofrimento, então, não podem ser catalogados como indesejados. Ao contrário, são peças essenciais na engrenagem da criação humana. E podemos arriscar a dizer: entender a perda como algo indesejado é negar o que hoje o ser humano é.

Para Nietzsche (2013), o ser humano é movido pelo excesso. Segundo ele, nascemos em contato com todo o universo, somos o mundo ao nascer, aceitamos a lei, as regras, os limites, mas mesmo assim serão os excessos os que vão gerar movimentos no ser humano. Para Nietzsche (2013), nem a lei, nem a ordem, nem as palavras e nem o nosso nome próprio serão satisfatórios, nenhuma dessas estruturas culturais alcançará o excesso que o ser humano é, o caos que ele mesmo representa, essa manifestação, essa expressão que transborda em energia e força. Na origem desse excesso, há uma falta, há sim uma incompletude que leva o ser humano à insatisfação de dizer: “nem o meu nome próprio me é suficiente”, “eu quero mais, eu não sou isso, me falta algo mais”. A proposta de Nietzsche (2013) é a criação como uma forma de canalização desses excessos, dessa força, como uma potencializadora dessa expressividade, dessa manifestação própria do ser humano que se desata pela incompletude ao se ver e se sentir maior do que é no presente.

Os limites, segundo Nietzsche (2013), não são um problema nem algo mal. Nisso se diferencia do pensamento freudiano. Para Nietzsche (2013), os limites simplesmente são algo que produzem ainda mais excessos, mais criações. É importante acrescentar que todo processo de criação implica destruição total ou parcial. Então, o que marca a vida do ser humano é uma necessidade permanente de expansão: nascemos para crescer, para sermos eternamente maiores e melhores do que somos no presente. Várias questões surgem no que diz respeito a essa visão de Nietzsche (2013), chegando até o ponto de serem incômodas para alguns. Uma pergunta é: como poderíamos querer ser melhores e maiores, supondo que todos somos homogêneos, iguais? Sou expansivo e quero me ver maior e ser melhor porque enxergo o Outro como diferente, como Ou-

tro que não sou e isso me faz sentir incompleto? Isso que o Outro tem e que me faz falta, Eu o quero para escindir, para me independizar desse Outro? O quanto essa dependência diz respeito à soberania do ser humano? Por que não melhor partir para a complementariedade, para o entendimento de que todos somos iminentemente precários, incompletos, e que essa condição imanente ao ser humano é justamente a sua fortaleza, por ser nela onde radica e reside a origem da memória?

Há no sofrimento uma coisa muito bela que é a genialidade, a criação. É nesse ponto que temos que repensar a importância do trauma como pedra angular na transformação da memória. Como construirmos memórias e pensamento crítico se se vive numa sociedade excitada, para falar no sentido türckeano e ferenciano, em que haverá uma procura pela evasão, pela extinção da dor? Por que tentar extinguir a dor? Porque a dor incomoda o corpo e a mente. A dor tira o ser humano de sua zona de conforto. Como é que a sociedade tenta evitar a dor? Essa é uma questão muito complexa de se responder, nem mesmo usando a tese de Ferenczi (1990) ou de Türcke (2014), que diz respeito à capacidade da sociedade de construir mecanismos ou vacinas que ofereçam proteção diante do evento traumático e doloroso da perda.

É difícil que a sociedade consiga fazer isso, uma vez que o estabelecimento de mecanismos de vacinação seria como dizer que o ser humano dominou a natureza, o universo, o caos, a circunstancialidade. Esses mecanismos de vacinação são um grande simulacro que evade a dor mas não consegue extingui-la. Em algum momento, o choque virá e será impossível adiá-lo.

Podemos dizer, de forma atrevida, que há sempre esforços por parte do ser humano para se vacinar, se proteger do sofrimento. Conseguiremos chegar nesse ponto ansiado em que já não sentiremos dor? Não. Enquanto o nosso corpo siga em contato com o mundo, os nossos sentidos também seguirão sendo os portões que nos indicam que estamos vivos. E viver é a dor em se. É claro que temos perdido a capacidade de nos vermos atingidos pela dor do Outro, do diferente. É claro que os nossos níveis de cinismo, produto do sentido da autopreservação, ficaram mais aguçados. Temos reduzido a nossa sensibilidade, mas isso não é o que nos faz ficarmos isentos do devir, da perda, do sofrimento, do traumático: estar aqui e agora.

Há algo preocupante, inclusive até aterrador, nesses mecanismos de vacinação contra a dor, construídos pelos nossos ancestrais e por nós mesmos. Fazemos referência à retirada do ros-

to humano, aos processos de desumanização e de precarização como uma forma de nos afastarmos daqueles que “nada” tenham a ver conosco, somado à ideia de sermos capazes de viver individualmente, “autenticamente”, condição que nos afasta de viver mais harmoniosamente no mundo. Isso poderia ser o que nos tem levado à crise dos sentidos.

4.2 Memórias precárias e lutos precários.

A memória é imanente ao ser humano, portanto é precária. Essa constatação diz respeito a quatro questões que vamos descrever nos seguintes parágrafos. Partimos da ideia de que os seres humanos experimentam a precariedade desde o momento em que nascem, em que chegam ao mundo. Essa experiência de vida precária será produto da relação, da interconexão entre o corpo e o psique, entre mundo e o Eu. A memória será entendida por nós como tudo aquilo que o ser humano faz para lidar com a angústia radical de se saber incompleto e finito.

1) Ao destacar a memória como imanente ao ser humano, queremos dizer que ela emerge como resposta de uma experiência de perda por ele vivenciada. Essa perda (produto de uma construção cultural ou produto dos limites impostos pela própria natureza), essa carência, essa precariedade, é ontológica no ser humano e será ela que sempre vai dirigir a rota da construção da memória, quer seja aquela decorrente dos excessos, quer seja aquela decorrente do perdido. Portanto, a memória sempre será precária, pois sabemos que o excesso não é outra coisa do que o resultado da tentativa por parte do ser humano de encontrar, recuperar o perdido.

2) A precariedade é imanente ao ser humano, assim como a violência. Tudo o que é precário é violento porque a carência e a perda instituem uma dinâmica que designa e institui ao mesmo tempo a imprescindibilidade da ética como o princípio reitor da sociedade que, por ser o elemento que garante a vida, também coloca em xeque sua funcionalidade. É importante dizer que o nosso referente de violência é produto da reflexão crítica e, posteriormente, da desconstrução do discurso acadêmico preestabelecido sobre o conceito. Fizemos uma interpretação autêntica que versa sobre a violência como o corpo humano em movimento. Por isso que tudo aquilo que é precário é violento e a memória não é uma exceção.

3) A memória é uma escrita, portanto a memória é violenta porque a escrita é uma forma de categorizar, de estabelecer limites e contornos, com a finalidade de “organizar” o mundo. Tudo aquilo que não é contemplado pela escrita como escrita, será excluído da linguagem, será não compreendido e, portanto, ficará fora do discurso narrativo da escrita, da linguagem. Isso não quer dizer que aquilo que foi excluído, não categorizado e incompreendido, não seja memória, não seja escrita. Pelo contrário, essa memória que vive nos limites, na periferia da linguagem, será por excelência uma memória violenta, por conta de que foi precarizada. Não é que as memórias precarizadas não tenham uma narrativa, elas possuem sim uma linguagem própria que, de fato, é criada como mecanismo de defesa para garantir sua autopreservação.

4.- Toda memória é precária: algumas memórias predominam mais do que outras, mas isso não é algo estático, elas se encontram em constante rotação, em movimento. Pensar na monumentalização da memória ao fazer referência a um afrodescendente, a um migrante, a um índio, a uma mulher, a um judeu, a um gay, em épocas nas quais eram esses setores sociais desumanizados, desautorizados, reprimidos pelos discursos dominantes, isso era algo impensável. Hoje em dia, é possível nos depararmos com esses monumentos. A memória é precária porque tem então a condição de precarizar ou de ser precarizada, não importando em que posição se encontre um ser humano, não importando se algumas memórias são muito mais visíveis do que outras, até porque as memórias precarizadas são obrigadas a viver nas bordas da cultura, nas periferias das cidades. A memória sempre se expressa, pois onde há vida humana, há gestos narrativos, há escrita, há linguagem.

O luto entendido como um gesto narrativo, como uma memória “curativa”, é um direito que às vidas precarizadas não se lhes reconhece em público. Essas vidas que vivem dos restos, em cidades periféricas, e que transitam nos espaços limítrofes e simbólicos criados pela própria dinâmica da bizarra desigualdade social, se movimentam entre a humanização e a animalização, entre a criminalidade e a santidade.

Para uma esposa que se deslocou pelo horror provocado pelo desaparecimento do seu parceiro, pouco importa que a sociedade justifique tal desaparecimento pelas ações “erradas” que ele possa ter cometido. Ela, como muitas outras pessoas sobreviventes da desapareção forçada, continuará chorando e lembrando em pequenos altares, nas missas da igreja, nas rezas. Seus se-

res queridos serão lembrados na vida privada. Para um filho ou filha, tanto faz se os pais desenvolviam atividades em conflito com a lei, o que importa para essas crianças é que seus pais não estão mais com eles, ficaram sós, o único que lhes restou foi um par de fotos onde aparecem e é isso - quando afortunados - o que lhes acompanha. É claro que para as crianças sempre estarão presentes aqueles que lhes foram arrancados: nas cartas de lembrança escritas pelas pequenas mãos trêmulas, nos desenhos que narram a vida familiar, nos sonhos e pesadelos noturnos.

O direito dos familiares de terem seus assassinados chorados e enterrados de acordo com as tradições religiosas de cada família no México vai além de qualquer ideia ou política que justifique o apagar de uma vida. Os discursos insensíveis que criminalizam homens e mulheres que perderam a vida no contexto da violência no México tentam legitimar algo ilegítimo: a perda do direito à vida. É claro que isso deixa essas famílias num plano de abandono, de esquecimento, tanto na ordem política como na ordem legal e social.

É comum ouvir e ler os informes das radiodifusoras e dos jornais no noroeste do México que falam sobre os desaparecidos e os assassinados com uma marcada tendência à insensibilidade que, por sua vez, “justifica” a extinção de um ser humano. A frase mais popular é: “Ele ou ela andava mal”. Essa frase é utilizada cotidianamente pela população ao ponto de, às vezes, os próprios familiares da pessoa desaparecida ou assassinada a usarem como consolo diante da perda do ser querido.

A questão a resgatar em tudo isso é que se há algo que antecede às leis, às normas, à moral, ao acordo social como o conhecemos hoje, é o respeito pelos mortos como uma forma de reafirmar a vida. E aqui queremos trazer Antígona, não para discutir como muitos pesquisadores o fizeram, se ela é uma revelação do feminismo ou para dizer que ela continua a representar os modais do macho na performatividade política, muito menos para afirmar que por trás do amor para com seu irmão havia um produto de uma relação incestuosa. Só queremos lembrá-la pelo seu legítimo discurso que transcende fronteiras, gêneros, cores de pele, línguas, e que diz respeito à exaltação da vida pelo respeito aos mortos.

Quando Antígona defende o enterro digno do corpo sem vida do irmão, ela o traz à vida na discussão da cidade, faz lembrar que aquele corpo extinto numa guerra e que, como castigo pela “traição”, deveria ser jogado como um dejetivo à vista de todos em Tebas, é um corpo hu-

mano. O fato de Antígona ter se revoltado contra a decisão de Creonte de impedir que o corpo de Polínicos recebesse uma sepultura diz respeito a uma reivindicação da vida. Por quê? Porque não podemos dizer que alguém morreu se nunca esteve vivo, o que vai de encontro ao que Agambem (2006) escreveu sobre o conceito de *homo sacer*.

Podemos nos aventurar a dizer que a proibição dos atos fúnebres para a despedida de Polínicos, imposta por Creonte, vai no sentido de negar a existência do seu sobrinho, uma existência que só poderia ser constatada e reafirmada se lhe reconhecessem sua qualidade humana mesma, implícita no direito à digna elaboração do luto e ao sepulcro.

A elaboração do luto e o reconhecimento³⁵ da perda de uma vida por parte do Estado, da sociedade e dos meios de comunicação são fundamentais em três aspectos: 1) para os sobreviventes poderem trabalhar o sofrimento, a perda, o trauma; 2) para a reivindicação do rosto humano que lhes foi arrancado pelos juízos morais que, por sua vez, justificam a morte do ser querido ao ponto de, inclusive, “naturalizá-la” ao auto-responsabilizá-lo; 3) por fim, o luto digno reivindica o valor da vida, pois há nele, como criação, uma profunda demonstração de amor, uma vez que implica perdão, conciliação e solidarização.

4.3 A monumentalização da memória: quem vale a pena para o Estado? E quem não?

Ao falarmos da monumentalização da memória, é importante apontar que o monumento é uma construção escultórica, geralmente de grandes dimensões, e que é feita em homenagem a uma pessoa ou a fatos que são memoráveis e de “transcendência” histórica para certas comunidades. Os fins desses monumentos são: reconhecer que aquela pessoa da façanha existiu e que, por ter cumprido com a nação, é um exemplo para os cidadãos. O monumento é esse referente, esse parâmetro que deve ser seguido por todos aqueles que desejam virar “exemplares”, pois nele estão depositados os valores mais preciosos e que dizem respeito àquilo que é permitido e àquilo que não é permitido, ou seja, é aquilo que nos fala sobre o acordo social.

É preciso acrescentar que nem tudo o que hoje em dia é conhecido por nós como monumento foi respeitado como tal no passado. Por exemplo, na Europa, especificamente na França

³⁵ O reconhecimento do Estado para com os sobreviventes diz respeito à institucionalização do reconhecimento do humano e dos sobreviventes em três âmbitos: no legal, no discurso e nas políticas públicas.

de meados do século XIX, uma política reformista do desenho urbanístico foi implementada. Naquela época de transformação da cidade, muitos monumentos, prédios históricos, foram destruídos para poder desenvolver melhorias na circulação viária, tudo com a finalidade de criar condições para satisfazer as necessidades produtivas de uma sociedade pós revolução industrial. O que foi resgatado ou preservado foram aqueles prédios ou monumentos considerados “relevantes” pela história da arte e pela Comissão de monumentos históricos³⁶. Queremos deixar claro com isso é que o que há por trás da monumentalização da memória é todo um processo de categorização configurada pelos símbolos, pelos valores e pela linguagem do acordo social.

Há então na monumentalização uma espécie de tentativa de homologação dos valores, de ideias preestabelecidas, que procuram distinguir entre aquilo que é o patrimônio - quer dizer, aquilo que nos importa porque nos “representa”, que tem que ser perpetuado, e aquilo que não é relevante, que não se parece com os valores do coletivo e nem com o projeto utópico de sociedade. É nessa lógica excludente de valores não desejados, diferentes, que reside o “fortalecimento” e a reafirmação do discurso que exalta a obediência.

Devemos trazer à discussão algumas questões a mais sobre a monumentalização da memória. Fazemos referência ao próprio processo e aos personagens que são enaltecidos e que ocupam o lugar da fala de uma história “oficializada” e “legitimada” pelas próprias instituições do Estado, pelos meios de comunicação e pela sociedade. As figuras principais que são utilizadas para representar e narrar um fato histórico, um momento conjuntural de uma nação, são os obedientes, quer dizer, são pessoas que encarnam e praticam os valores predominantes. Com relação a quem aparece no monumento e quem não, tal escolha depende de qual sociedade estamos tratando. Certas condições humanas se tornam filtros seletivos: a pobreza, a cor da pele, a preferência sexual, a nacionalidade, a religião, as capacidades diferentes, a língua e até mesmo a vestimenta.

Para sermos mais claros nesse ponto, trataremos sobre o caso do 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos. Se considerarmos o elemento religioso como decisório para a criação de uma escultura dedicada à exaltação muçulmana nos Estados Unidos, provavelmente será esta

³⁶ Período em que o barão Haussmann foi prefeito do Sena e traçou um grande sistema de esgoto em Paris. Criou espaços públicos imensos e demoliu prédios inteiros na cidade antiga para poder conectá-la com os bairros emergentes (LOURÉS, 2001).

rejeitada. Mas se em vez de exaltar a religião muçulmana for construído um memorial “grandioso”, como o que atualmente existe em Nova Iorque (estamos falando do National September 11 Memorial & Museum), cimentado justamente no lugar onde as torres gêmeas caíram e no qual se exalta a “brutalidade” que representa a religião muçulmana e se glorificam os valores norte-americanos, ocidentais, o espaço será um dos mais visitados. É claro que toda a apresentação dos fatos foi ali editada, politizada. Tanto o memorial quanto o museu são um discurso que conta a “verdadeira” história do conflito entre Estados Unidos e o mundo muçulmano.

Assim, a monumentalização representada no National September 11 Memorial & Museum não é outra coisa senão uma escrita, uma categorização que exclui aquilo que foge do preestabelecido e que possui valores diferentes. É dessa exclusão que dependerá o fortalecimento do discurso nacionalista, um discurso que vai enaltecer os obedientes: os militares, que ofereceram suas vidas para defender a sua nação, os comandantes e os soldados, que assassinaram centenas de pessoas inocente. Todos eles precisam de uma condecoração outorgada pelo Estado para higienizar sua mente e para justificar, por meio da legitimação da sociedade norte-americana, as ações que cometeram. O monumento tem variadas funções, não só a de louvar, mas acreditamos que, na sua proposta e na sua existência, também há algo de “curativo” e de “saneador”.

Mas o que acontece com os que não são representados na escultura? Esses seres humanos que são desautorizados a aparecer na cena pública são impedidos de criar suas próprias esculturas, seus próprios monumentos, suas memórias? Independentemente de o Estado criar ou não condições, oferecer infraestrutura e orçamento para reconhecer todos os cidadão por igual, a memória existe enquanto haja vida humana. Sem se importar se a praça pública é ou não o local de construção de um memorial em reconhecimento aos assassinados e aos desaparecidos no contexto de violência no México, os familiares sobreviventes fazem seus pequenos altares, monumentos, quer seja no espaço público, quer seja no cantinho do barraco onde rezam pela pessoa que perderam (Ver os anexos 7, 8 e 9).

A nossa leitura da monumentalização da memória compreende sobre a importância que ela tem ao ser o reflexo da expressão corporal, da expansão humana. Se é indispensável a criação das esculturas e dos memorias como elementos que ajudam à elaboração do luto, também devemos estar cientes que há uma problematização em dito processo. O autores Canetti e Baudrillard

apontaram que há uma conjunção na monumentalidade, uma acumulação de poder que produz, nos seres humanos despossuídos, o desejo de destruição, de apagamento daquele “objeto”, daquele símbolo de poder e de opressão. Por um lado, Canetti vai dizer que é isso o que talvez explica porque sempre serão os monumentos os mais agredidos durante as grandes manifestações cidadãs. E por outro, Baudrillard reforçará a tese, dizendo que aquele 11 de setembro de 2001 foi especial para as pessoas que sonhavam em ver a destruição das torres gêmeas.

4.4 Bairros periféricos, vidas periféricas?

Em uma conferência que Saskia Sassen (2017) ofereceu em Montevideo, Uruguai, no marco das discussões sobre os rumos das cidades numa era globalizada, ela disse algo que nos tocou: a arquitetura das cidades permite detectar questões que nos ajudam a explicar problemas de desigualdade, violência, desemprego, educação cidadã.

As cidades, entendidas como estruturas vivas, falam, se comunicam, nos apontam sobre questões históricas, políticas - luta pelo poder - e econômicas. Os traços urbanísticos numa cidade, por exemplo, são um dos gestos narrativos mais notórios, pois neles reside o desenho e a distribuição dos serviços básicos - eletricidade, esgoto, transporte público, saúde, educação - das zonas de desenvolvimento econômico e das zonas que representam riscos para os habitantes. Assim, fazer uma leitura sobre a forma como se encontra configurada a cidade nos permite ter um olhar mais aguçado sobre a interligação existente entre a política pública, que se traduz em desenho urbanístico e, por suposto, em direitos humanos.

O fato de termos dedicado a SEGUNDA SEÇÃO da nossa pesquisa para analisar os componentes socioeconômicos serviu justamente para observar o entorno onde os *deslocados internos forçados* residem, e subsequentemente, vivem: os bairros periféricos.

É claro que existe uma relação inquestionável entre o fato de um migrante morar na periferia e representar corporalmente à periferia. Essa relação é constatada toda vez que alguém que reside num bairro periférico sofre, é violentado ou é assassinado e nem o Estado, nem a mídia, e nem a sociedade demonstram solidariedade com essa dor.

As vidas periféricas são aquelas que se caracterizam por estarem numa constante luta pela auto-preservação. As próprias condições de austeridade, vulnerabilidade e de desorganização geradas pela ausência de políticas públicas e pelo abandono social gestam contextos de choque, de confronto constante. Sendo assim, o sonho dos *deslocados internos forçados* no noroeste do México, que consiste em poder levar uma vida segura nas cidades do Los Mochis, Mazatlán, Hermosillo, Tijuana, está longe de se converter numa realidade. Assim, a migração interna no México se dá da insegurança das zonas de conflito para a incerteza que impera nos bairros periféricos. A auto preservação será uma luta muito mais difícil para aqueles seres humanos que se encontram submersos no processo do *deslocamento interno forçado*.

O que são as vidas periféricas? São aqueles corpos que se trasladam dos cinturões de miséria para laborar nos pontos de concentração de riqueza, em atividades que são categorizadas como ínfimas e, por isso, mal remuneradas e sem garantias - direitos trabalhistas. Uma vez esgotada a força de trabalho que aquele corpo oferece, ele pode ser descartado. Nesse sentido, as vidas periféricas são, seguindo a linguagem butleriana, as vidas descartáveis: por um lado essenciais para a produção econômica e por outro negadas, desconhecidas pela política pública e pela sociedade.

Ao contrário do que popularmente se diz, as vidas periféricas, para nós, são de uma visibilidade estridente, assunto que chega a inconformar a mais de um. Por exemplo, na lógica da privatização neoliberal corporativa, as forças sociais, a solidariedade, os propósitos comuns e as lutas em coletivo são quase inexistentes. O discurso imperante promove a responsabilidade individual e, com isso, instiga o ódio daqueles que têm uma “estabilidade” econômica, afetiva e em matéria de segurança para com aqueles que precisam do apoio da política pública como plataforma para “garantir” condições básicas de vida. Para o discurso neoliberal e para a opinião pública que promove a responsabilidade individual, todos aqueles que precisarem dos serviços sociais são estigmatizados como incompetentes, irresponsáveis, como um peso que obstaculiza o crescimento individual.

É claro que existe uma lógica perversa, isso é impossível de ser negado ainda mais quando se visitam os bairros periféricos, os cinturões de miséria, quando se escutam de viva voz as histórias de vida daqueles seres humanos que tem sido marginalizados e precarizados, produtos

da violência, como é o caso dos *deslocados internos forçados*. Contudo, há neles uma resistência e ela reside no fato de viverem, mesmo quando tudo possa parecer conspirar contra isso. Nessa e em qualquer condição, a performatividade política consiste no simples fato de o corpo humano existir, estar ali como uma pálida lembrança, como memória que se encontra à espreita para ser reconhecida e reivindicada.

4.5 Reconhecimento dos sobreviventes: da animalização à solidariedade humanista.

O reconhecimento exige retirar publicamente a sentença que responsabiliza os sobreviventes pelo ato que quase lhes tirou a vida e também os assassinados pelo ato que os extinguiu. O processo do reconhecimento implica autorizar os sobreviventes a falar. Não é que não haja espaços para narrar sobre suas vidas. Mas nos referimos à criação de espaços públicos onde os sobreviventes possam publicamente ser ouvidos e reconhecidos como seres humanos, com rosto, com nome e com sentimentos.

A questão do reconhecimento dos sobreviventes é complexa. Existem questões históricas por trás do estigma e que dizem respeito a uma moral cristã. No caso dos deslocados por conta da violência no noroeste do México, há uma relação com o tráfico das drogas ou com a criminalidade. Isso faz com que a mídia e a sociedade tentem desautorizar a memória, as falas daqueles que sofreram a violência. O juízo moral se superpõe inclusive à perda de uma vida humana. Mas por que isso acontece?

O processo de animalização de um ser humano é, quiçá, a melhor forma de justificar aquele acontecimento violento que tirou a vida de alguém. Retirar o seu o rosto permite ou autoriza aquele que se entende como humano a maltratar, a explorar os considerados diferentes: não humanos. A própria justiça opera sob esse eixo. Primeiro a detenção. Logo, a retirada dos direitos políticos. Depois, o nome é trocado por um número. Aquela mulher ou aquele homem que é prisioneiro perde sua qualidade humana e, em alguns países, corre inclusive o risco de perder a vida. Essas vidas não doem, pois não são legitimadas como vidas humanas. Pelo contrário, são desautorizadas a viver na visibilidade do entorno social, são os “restos”, os “dejetos” que o sistema necessita colocar numa prisão para garantir a “estabilidade” e o ótimo funcionamento.

Os migrantes, pelas condições em que vivem, são, em sentido figurativo, esses “restos”, esses “dejetos”. Residem nos cinturões de miséria ou nas periferias, em bairros que literalmente são grandes lixões (Ver o Anexo 8 e 9). São os corpos que trabalham arduamente nas atividades que ninguém quer desempenhar, continuam a ser indesejados, marginalizados, categorizados como diferentes.

Muitos pensariam que as pessoas que também se encontram em condições de precariedade poderiam se somar a eles para estabelecer em conjunto um apoio mútuo. Mas a realidade diz o contrário. Os mesmos contextos de precariedade geram competição e disputas que, inclusive, chegam até a morte. A falta de oportunidades e de emprego, condição essa que é característica de uma vida precária, despertam os sentidos selvagens da autopreservação. Casos como o assassinato do líder dos deslocados no bairro de San Antonio em Mazatlán, Sinaloa, em 2011, ocorrido por conta de uma disputa de liderança entre os mesmos deslocados é a amostra de como a precariedade não só desperta no ser humano a performatividade política em prol da criação, mas também pode detonar uma performatividade destrutiva.

Outro exemplo sobre o quanto as condições precárias fazem surgir no ser humano uma performatividade austera, menos solidária, é o dos líderes que se apoderam dos recursos e dos apoios. Essa atitude é comum de se observar: líderes, familiares e tutores que se aproveitam da desorganização do Estado e da falta de vigilância dos recursos para desviá-los, deixando os deslocados e os sobreviventes sem o apoio econômico.

Será que nem entre os mesmos deslocados existe o reconhecimento, existe esse olhar entre iguais que os leve a construir uma dinâmica social mais solidária?

4.6 Alguns apontamentos sobre os sobreviventes.

O México é um cemitério gigante. Para onde que se observe, é possível ouvir e ver os rostos do horror vivido há mais de uma década. Fossas clandestinas - descobertas e as que faltam por descobrir, pessoas atingidas por fogo cruzado, jornalistas assassinados pelo seu trabalho de

informar, desaparecimentos forçados, feminicídios, *deslocados internos forçados*, defensores do meio ambiente extintos.

No imaginário dos países aficcionados por segurança (França, Alemanha, U.S.A, Canada, Inglaterra), o México é visto como um mapa colorido de vermelho. Cada uma de suas entidades federativas está marcada pelo sangue deixado pela impunidade e pela violência. É claro que isso alerta os estrangeiros, pois esses mapas de riscos, elaborados pelas agências internacionais de segurança, apontam o perigo de pisar no país.

A expressão elaborada pelo jornalista estadunidense Keneth Turner em começos do século XX, após percorrer o país durante quase um ano, é mais do que atual: “México, um país bárbaro”. Basta verificar as cifras dos homicídios de 2019 para constatá-lo.

O primeiro ano de governo de Andrés Manuel López Obrador (2018-2019) vai entrar para a história. Foram 20.148 pessoas assassinadas. A Fiscalía General de la Republica (FGR) e suas ineficientes técnicas de investigação criminal têm contribuído para a impunidade e para a baixa credibilidade e confiança da população com relação às instituições que seriam as encarregadas da justiça.

Um autêntico Estado de Direito deve garantir a vida e a liberdade. Ambas são as referências para a construção de contextos em que as pessoas possam levar vidas vivíveis. Mas como levar uma vida vivível num país em que a violência ultrapassou as próprias instituições encarregadas de garantir a segurança dos cidadãos? Como fazer a população sentir tranquilidade nos espaços públicos, na vida cotidiana, quando tem ficado claro que as instituições nacionais de segurança são incompetentes diante do crime organizado?

A vida cotidiana tranquila é um privilégio para aqueles que possuem certas “garantias” de preservação da vida, quer dizer, pessoas que têm a capacidade econômica de estabelecer mecanismos de segurança para viver com uma certa leveza diante da violência. Para aqueles que não possuem os meios de segurança, está mais do que claro que colocar um pé na rua é expor o corpo à latente violência que se encontra à espreita. As diversões juvenis noturnas e os empregos de madrugada fazem com que muitas pessoas, pela própria necessidade de trabalhar e de se divertir, se convertam em corpos que resistem à violência. Corpos que pelo fato de saírem para a rua, so-

litariamente ou em aliança, são um genuíno ato performático da política em prol da vida. Colocar em risco a vida, a própria existência do corpo, faz com que os mexicanos sejam sobreviventes.

Nem tudo está ganho ao sobreviver, deve-se entender que a sobrevivência marca uma pauta entre o passado, o evento traumático e o futuro. O trauma deve ser entendido como um choque, impacto de algo ou de alguém que produz uma fragmentação. Quebra, rompe ou fratura outro corpo ou a psique. Sair com vida de uma situação de risco na qual outros seres humanos perderam a vida leva os sobreviventes a carregar responsabilidades que lhes são atribuídas tanto por eles mesmos quanto pela sociedade.

Os eventos violentos que expulsam comunidades inteiras de seus locais de origem fazem com que elas vivam sempre em condição de precariedade e vulnerabilidade. Comunidades de deslocados, despossuídos de suas terras e de seus modos de produção - sua autonomia e soberania - são comunidades de sobreviventes que efetivamente atravessam situações traumáticas. Nossa sociedade vive sob uma constante impressão do trauma.

Os contínuos eventos violentos fazem com que sejamos sim uma sociedade que se encontra em estado de choque, de trauma. A mesma história se encarrega de nos fazer lembrar. Podemos trazer à discussão exemplos do século passado e do presente: campos de concentração e de extermínio característicos da segunda guerra mundial; o conflito Israel-Palestina; revoluções latinoamericanas que acabaram em ditaduras; guerras civis; o conflito Estados Unidos-Coreia do Norte; atentados terroristas; crimes de ódio; movimentos políticos xenofóbicos; êxodos populacionais massivos; a luta contra o tráfico de drogas no México. Desses trágicos acontecimentos, emergiram sobreviventes, ou seja, pessoas que estiveram à beira da morte, que presenciaram os massacres de seus familiares e amigos. Todos e cada um desses acontecimentos violentos possuem um denominador comum: são experiências traumáticas para a humanidade; deles, sem sombra de dúvida, emergiram sobreviventes dos quais podemos distinguir sete tipos:

- 1) **Os que carregam com a culpa.** Esses sempre viverão sob o chicote que lhes aponta as ações que, segundo sua subjetividade, os tornaram os responsáveis pela catástrofe ou pelo acontecimento violento.

- 2) **Aqueles que viverão com o medo.** A paralisia total, a inação diante da realidade e dos problemas que a vida diária apresenta. Isso é uma forma de autopreservação da pessoas. É uma forma de antecipação ao evento violento.
- 3) **Os que vivem com remorso.** Serão assediados pelas seguintes questões: será que poderia ter feito algo para que os outros não morressem? Por que não consegui prever o fato violento que gerou o massacre? Por que sobrevivi e meus parentes ou amigos não?
- 4) **As pessoas que vão cair na angústia radical.** Essas pessoas, diferentemente daquelas sitiadas pelo medo, vão emprender ações em prol da luta pela pacificação, mobilizando-se para, segundo suas expectativas, se auto-preservar. Dessa angústia radical é que poderia se desprender a criatividade para “sanar” o trauma. Não obstante, ela também reafirma o momento de violência vivido.
- 5) **Os que se identificam com o agressor.** São aquelas pessoas, sobreviventes, que passaram por um evento violento, traumático, e cuja conduta diante de outros sobreviventes será violenta, agressiva. Essas condutas são visíveis nos bairros periféricos, nos campos de refugiados, onde pessoas que passaram pelo processo da perda de terra, da desapareção forçada de um familiar, do assassinato de entes queridos, repetem atitudes similares àquelas as quais foram submetidas. De sobreviventes das agressões do carrasco passam a atuar como carrasco, como forma de negar seu passado, de negar o fato de terem sido e ainda serem frágeis, enquanto vulneráveis e precárias. Quanto mais parecida com o agressor, mais a pessoa se torna forte, mais empodeirada e mais imune a qualquer possibilidade futura de trauma. É uma tentativa de vacinar a psique para se tornar mais forte no momento de encarar o mundo incerto e violento. É uma forma de produzir uma certa “insensibilidade”, de “amputar” pontos afetivos que são frágeis e vulneráveis aos choques vindouros.
- 6) **Os excitados:** Aqueles que precisam de sensações cada vez mais fortes para serem tocados pela dor de seus semelhantes. Não é que não sintam, é que para eles a sensação só poderia surgir de uma sensação mais forte, quer dizer, de um evento traumático que reativasse esses sentidos. A questão mais preocupante com relação a esses sobreviventes é que essa “insensibilidade”, produto da “falta de estímulos” causada pela familiarização com as experiências violentas até o ponto de estas serem banalizadas, pode colocar em risco a própria vida da pes-

soa. Quando os estímulos não são suficientemente capazes de movimentar ou incomodar a pessoa, mesmo quando poderiam levá-la à morte, à extinção, há nesse sobrevivente a possibilidade de um estado de melancolia e de autoflagelação.

7) Os sobreviventes deprimidos. Aqueles que acordam todos os dias e carregam o peso de ter perdido um ser querido. Sentem um abatimento doloroso, produto dessa perda. Essas pessoas deprimidas apresentam pouco ou quase nada de interesse pelo que acontece ao seu redor. Isso os leva à inação, pois já não sentem afeto pela vida. Quando a perda é encarada, ou seja, quando aparece de frente e se mostra para a pessoa, se esta for melancólica, tal fato poderá levá-la pelos caminhos do suicídio.

Qualquer dos tipos de sobreviventes listados acima poderá estar marcado pelo suicídio, pela depressão, pela culpa ou pelo estado permanente do luto. Qualquer outra reação violenta que um sobrevivente possa desenvolver pode ser lida como uma reafirmação daquele evento traumático experimentado. Os *deslocados internos forçados* - não importa de que país sejam - se inscrevem nas categorias de sobreviventes supramencionadas. As histórias de vida que há quase uma década recopilamos nos permitem detectar o caráter gritante do sobrevivente no seu dia a dia.

Viver em um país que se encontra em uma crise humanitária e de violência como é o México nos faz experimentar eventos violentos e traumáticos. Claro que cada pessoa elabora a experiência traumática a partir de sua subjetividade. Enquanto alguns tomam “precauções” extremas para proteger suas vidas, outros não deixarão de fazer suas atividades no espaço público, não deixarão de assistir ao jogo de futebol ou ao beisebol, de sair para festejar um aniversário ou de cumprir com seus afazeres no trabalho. Qualquer que seja a atitude ou a reação adquirida e implementada pela pessoa, essas não apagam o trauma e o impacto na transformação da memória.

A elaboração do trauma é multifatorial e, portanto, continua sendo um assunto enigmático. Cada ser humano vai ter uma forma particular de lidar com o choque, com a violência. Algumas pessoas vão elaborar o trauma e, subseqüentemente, vão apresentar os sintomas após o ato de violência sofrido; outras pessoas vão se demorar mais no processo de elaboração do trauma.

O exposto nos leva ao terreno das dúvidas e dos enigmas e nos obriga a perguntar algo que não tínhamos pensado no início deste estudo: será que aqueles que se convertem em sobre-

viventes podem se aclimatar à precariedade? É possível que uma pessoa possa se acostumar a viver traumatizada? Será que a *sociedade excitada* é um reflexo da aclimação ao trauma?

4.7 Sobre a aclimação à precarização.

Diferentemente do que diz Butler (BUTLER & ATHANASIOU, 2013; 62), acreditamos que não há uma “aclimação” à precarização. O que há é certa forma de resignação porque quando a pessoa se adapta, ela tende a não se deslocar, a não se movimentar, a não se revolucionar. Adaptar-se no sentido animalesco implica dizer que o animal fica no lugar e desenvolve certas características que lhe ajudarão fazer frente às mudanças que o ambiente lhe impõe. Quando o ser humano se desloca, emigra, estamos diante de uma ação que diz respeito à resistência à precariedade, e não à adaptação.

A pessoa que se desloca o faz com a finalidade de continuar a viver como antigamente ou de “melhorar” o estilo de vida, pelo menos é o que conseguimos ler nas histórias de vida por nós recolhidas há quase uma década. As migrações são um desdobramento do ser precário. É a incompletude originária do ser humano, uma força motriz que faz com que ele se movimente simbólica e fisicamente.

O ser humano é violento enquanto precário, é violento enquanto vulnerável. Não existe adaptação, existe transformação. Um ser violento é um ser em movimento. Esse novo paradigma da violência já foi apontado na Primeira Seção deste trabalho.

A adaptação exige um processo de acomodação e de resignação, de conformidade. E não é assim a vida do ser humano. Não é assim que um ser que vive o processo de desposseção lida com o mundo.

Se algo tem caracterizado a América Latina, esse algo tem sido justamente sua capacidade de se transformar e de não se adaptar à precarização. A história não nos deixa mentir sobre isso. A memória precária latinoamericana (a pintura modernista, o realismo mágico na literatura, a poesia, o próprio artesanato) é uma amostra da expressão de um ser humano que se movimenta e se desconstrói para se reinventar.

Mas é possível que um ser vivo se adapte à precarização? É possível que ele se aclimate? Sim. É possível que um animal carente de subjetividade se adapte à precarização, posto que não sabe de sua finitude. Mas no caso do ser humano, pelo fato de se saber finito e de viver sob a angústia radical, ele simplesmente se encontra em constante transformação.

Já a “adaptação” no ser humano estaria associada possivelmente a uma crise de medo por ele vivida, ao estado de choque. Mas não é que esteja adaptado, ele simplesmente se encontra sem possibilidades de decidir, sem condições de se movimentar.

No que diz respeito à questão sobre se aclimatar ao trauma, seguindo Ferenczi, podemos afirmar que não há tal adaptação, pois inclusive a própria repetição do evento traumático é uma forma de reelaboração e de tentativa por parte do ser humano de superar esse acontecimento que o deixou em choque.

Adaptar-se é, num certo sentido, se sujeitar. Isso vai contra a teoria da microfísica do poder, que diz respeito à capacidade do ser humano de decidir, não importando o quão complexa e precária é a situação em que se encontra.

Reflexionemos: se uma pessoa se adapta, onde está sua capacidade de decidir? É a adaptação uma decisão ou uma imposição da arbitrariedade humana, das inclemências do tempo e da natureza? Será que o processo de adaptação é simplesmente um estágio, um degrau no processo de transformação? Ou então seria a adaptação uma simples parada forçada para, a partir daí, continuar com a transformação até a finitude? Será que falar de um ser humano que se adapta à precariedade é falar talvez do fim de tudo o que se entenda por memória?

REFERÊNCIAS

ACNUR – Alto Comisionado de las Naciones Unidas para Refugiados -. **Principios rectores de desplazamientos internos**, 1997. Accesado em 15 de fevereiro de 2016. Disponível em: www.acnur.org.

AGAMBEN, G. **Homo sacer, el poder soberano la nuda vida**. Espanha: Pre Textos, 2006.

ALVARADO, S.; MASSEY, D. En búsqueda de la paz: ajuste estructural, violencia y migración internacional en México y Centroamérica, 1979-2002. In: DONATO, K. M. **Salvando fronteras. Migración internacional en América Latina y el Caribe**. México: Vanderbilt University, Mexican Migration Project y Miguel Ángel Porrúa, 2010.

ANDERSON, et. al. **Estadística para administración y economía**. México: CENGAGE Learning, 2008.

ARENDT, H. **Eichmann em Jerusalém, um estudo sobre a banalidade del mal**. Barcelona: Lumen, 1963.

_____. **Sobre la violencia**. Madrid: Alianza editorial, 1969.

_____. **La condición humana**. Argentina: Paidós, 2010.

ARIZPE, L. **Campesinado y migración**. México: Secretaria de Educación Pública, 1985.

BALANDIER, G. El Desorden, la teoría del caos y las ciencias sociales: elogio a la fecundidad del movimiento, Barcelona: Gedisa, 1993.

BAUDRILLARD, J. **Power inferno**. Madrid: Arena Libros, 2003.

_____. **El crimen perfecto**. Barcelona: Anagrama, 2000.

_____. **As estratégias fatais**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

BAUDRILLARD, J.; MORIN, E. **La violencia del mundo**. Barcelona: Paidós, 2003.

BAUMAN, S. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

BELLO, M. N. **Desplazamiento forzado y reconstrucción de identidades**. Colombia: Instituto Colombiano para el Fomento de la Educación Superior, 2001.

____ **El desplazamiento en Colombia, regiones, ciudades y políticas públicas**. Medellín: RE-DIF –ACNUR, 2005.

BLAIR, E. Aproximación teórica al concepto de violencia, avatares de una definición. **Revista Política y Cultura**, 32, 2009.

BENJAMIN, W. **Sobre el concepto de la historia**. Chile: Centro de Estudios Miguel Enriquez, 2008.

____ **Para una crítica de la violencia**. Espanha: Taurus, 1998.

BLUMER, H. **Symbolic interactionism: perspective and method**. U.S.A: University of California, 1969. Acessado em 25 de maio de 2014. Disponível em: <http://books.google.com.mx/books?id=HVuognZFofoc&printsec=frontcover&hl=es#v=onepage&q&f=false>

____ “A sociedade como interação simbólica” em Maria Claudia Coelho (org.) *Estudos sobre interação: Textos escolhidos*, Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 2013. BORDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BUTLER, J. **El grito de Antígona**. Barcelona: El Roure Editorial. S. A. 2001. Acessado em 10 de setembro de 2019. Disponível em: <https://mercaba.org/SANLUIS/Filosofia/autores/Contemporánea/Butler,%20Judith/El%20grito%20de%20Ant%C3%ADgona.pdf>

____ **Vida Precaria, el poder del duelo y la violencia**. Buenos Aires: Editorial Paidós, 2006.

____ **Quadros de guerra**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2015.

____ **Los sentidos del sujeto**. Barcelona: Herder Editorial, 2016.

BUTLER, J.; ATHANASIOU, A. **Desposesión: lo performativo en lo político**. Buenos Aires: Editora Eterna Cadencia, 2017.

____ **Cuerpos aliados e lucha política: Hacia una teoría performativa de la asamblea**. Buenos Aires: Editorial Paidós, 2018.

CANETTI, E. **Masa y Poder**. Barcelona, España: Muchnik Eaditores, 1981.

CARNEA, M.; MCDOWELL, C. **Risk and reconstruction: Experiences of – resettlers and refugees**, U.S.A: World Bank, 2000.

CASTLES, S. La política internacional de la migración forzada. **Migración y desarrollo**, 1. 2003. Acessado em 03 de março de 2013. Disponível em: www.migraciónydesarrollo.org

CEBALLOS, A. M. “De regreso al Plan Colombia”, Revista Semana, Colombia, 06 de mayo de 2017. Data de consulta 07 de maio de 2017 Disponível em: <http://www.semana.com/opinion/articulo/donald-trump-no-tiene-mucho-interes-en-el-proceso-de-paz-en-colombia/524401>

CHESNAIS, J. **Histoire de la violence**. Paris: Robert Lafon, 1981.

CHAMBERS, I. **Migración, cultura e identidad**. Argentina: Amorrortu, 1994.

CMDPDH – Comisión Mexicana de Defensa y Promoción de los Derechos Humanos – **Desplazamiento Interno Forzado en México**. 2017. Acessado em 29 de fevereiro de 2018. Disponível em: <http://cmdpdh.org/temas/desplazamiento-interno-forzado-cifras-2017/>

CONAPO - Consejo Nacional de Población - **La violencia como causa de desplazamiento interno forzado. Aproximaciones a su análisis en México**. México: Secretaria de Gobernación, 2018.

CONEVAL - Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social - **Medición de la Pobreza 2018**. Acessado em 22 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.coneval.org.mx/Medicion/Paginas/Pobrezalncio.aspx>

CORSI, J.; PEYRÚ, G. M. **Violencias sociales**. Barcelona: Ariel, 2003.

CRETTEZ, X. **Las formas de la violencia**. Buenos Aires: Waldhuter editores, 2009.

DELUMEAU, J. **El miedo en occidente Siglos XVI-XVIII, una ciudad sitiada**. Madrid: Taurus, 1989.

DETIENNE, M. **Mestres da verdade na Grécia arcaica**. São Paulo: WMF Martins fontes Ltda. 2013.

- DURAN, P. “Colombia rechaza el acuerdo de paz y entra en un momento de incertidumbre”, The New York Times, New York, 02 de outubro de 2016 Disponível em: <https://www.nytimes.com/es/2016/10/02/colombia-acuerdo-de-paz-farc-no/>
- DURIN, S. Los que la guerra desplazó: familias del noreste de México en el exilio. **Desacatos**, 38, 2012.
- DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- EL UNIVERSAL. **Ellos son los 12 periodistas asesinados en 2017**. Ciudad de México, Redacción, 01 de janeiro de 2018. Acessado em 13 de agosto de 2018. Disponível em: <http://www.eluniversal.com.mx/nacion/sociedad/ellos-son-los-12-periodistas-asesinados-en-2017>
- FARIAS, F. R. et al. **Quatro questionamentos da violência**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014.
- FARIAS, F.; PINTO, D. S. Memória social e situação traumática. **Revista Morpheus, Estudos Interdisciplinares em Memória Social**, 9, 2016.
- FERENCZI, S. **Diário clínico**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas, uma arqueologia das ciências humanas**. Rio de Janeiro: Livraria Martins Fontes, 2000.
- FREUD, S. **Por que a guerra?** Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- _____. **El yo y el ello**. Buenos Aires: Amorrortu, 1996a.
- _____. **Duelo y melancolía**. Buenos Aires: Amorrortu, 1996b.
- _____. **O mal-estar na civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Acessado em setembro de 2019. Disponível em: <https://www.companhiadasletras.com.br/trechos/13019.pdf>
- GARRO, E. **Los Recuerdos del Porvenir**. Ciudad de México: Joaquín Mortiz, 1963.
- GIL, D. **Fracturas de Memoria**. Montevideo, Uruguay: Ediciones Trilce, 1993.
- GONDAR, J. Cinco proposições sobre memória social. **Revista Morpheus, Estudos Interdisciplinares em Memória Social**, 9, 2016.
- GRISHMAN, J. **Skiping Christmas**. Nova York: Bantam Dell, 2001.

GROS, F. **Desobedecer**. São Paulo: UBU, 2018.

GUTIERREZ, S. coord. El análisis del discurso: aportes teórico-metodológicos para el estudio de la migración. Em **Métodos cualitativos y su aplicación empírica: por los caminos de la investigación sobre la migración internacional**. México: Ed. UNAM, 2012, pp. 353-381

HAN, B. **Topologia da violência**. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

HEGEL, F. **Principios de la filosofía del derecho**. Buenos Aires: Sudamericana, 2004.

HEIDEGGER, M. **Ser y tiempo**. Madrid: Trotta, 2012.

_____. **¿Qué es la metafísica?** Buenos Aires: Fausto, 1996.

HERINGER, V. Quem foi mineirinho: bastidores de uma crônica. Brasil: Instituto Moreira Sa-lles, 2013. Acessado em 2 de março de 2020. Disponível em: <http://claricelispectorims.com.br>

HOBBS, T. (1651). **Leviatã, ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico**. São Paulo, Martins Fontes, 2003. Acessado em 10 de novembro de 2017. Disponível em: http://www.dh-net.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_thomas_hobbes_leviatan.pdf

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Ed. 34, 2003.

IBARRA, C. E. El desplazamiento forzado y la identidad de la mujer, El caso de un pueblo en Colombia. **Revista Arenas**, 37, 2014.

_____. De la inseguridad a la incertidumbre, El desplazamiento forzado interno en el noroeste de México. **Revista Trabajo Social**, 16, 2014.

IBARRA, C. E.; FARIAS, F. Migração, violência e retorcão. **Revista Direito da Cidade**, 10, 2018.

IASFM - International Association for the Study of Forced Migration-. **Sobre los principios de la Migración Forzada Interna**, 2008. Acessado em 10 de março de 2018. Disponível em: <http://www.efms.uni-bamberg.de/iasfm/mission.htm>

IDMC – Internal Displacement Monitoring Center – **Global Report**. 2017. Acessado em 10 de novembro de 2017. Disponível em: <http://www.internal-displacement.org/library/publications/2017/2017-global-report-on-internal-displacement>

INEGI – Instituto Nacional de Estadística y Geografía –**Estadística a propósito del día internacional contra la corrupción**. México, Unidos Contra la Corrupción, 2016. Acessado em 4 de abril de 2018. Disponível em: http://www.inegi.org.mx/saladeprensa/aproposito/2016/corruptcion2016_0.pdf

_____. Encuesta Nacional de Victimización y Percepción Sobre Seguridad Pública (ENVIPE, 2017). Acessado em 3 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.inegi.org.mx/programas/envipe/2017/default.html>

JOHNSTON, D. At Least 31 are dead, Scores are missing after car bomb attack in Oklahoma City Wrecks 9-Story Federal Office Building. **The New York Times**, 20 de abril, 1995. Acessado em 20 de janeiro de 2018. Disponível em: <http://www.nytimes.com/learning/general/onthis-day/big/0419.html>

KANT, I. **Crítica de la razón pura**. Madrid: Alfagura, 1998.

LATOURET, B.; WOOLGAR, S. **A vida de laboratório, a produção de fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LE GUIN, U. The ones who walk away from Omelas. **In the wind's twelve quarters**. Estados Unidos de América, 1973. Acessado em 10 de Janeiro de 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/24027033/The_ones_who_walk_away_from_omelas

LÉVINAS, E. **Totalité et Infini, Essai sur l'extériorité**. Paris: Brodard et Taupin, 2000.

LÉVINAS & KEARNEY. **Face to face with Lévinas**. U.S.A.: State University New York Press, 1986.

LISPECTOR, C. Mineirinho. **Para não esquecer**. São Paulo, Ática, 1964.

MANONNI, P. **El miedo**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1984.

MBEMBE, A. **Políticas da inimizade**. São Paulo: Antígona, 2017.

MILGRAM, S. **Obediência à autoridade, uma visão experimental**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

MCCI – Mexicanos Contra la Corrupción y la Impunidad – (2017). **Casos de corrupción de los últimos 5 años**. Acessado em 20 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://contralacorrupcion.mx/2017/08/>

MORAWSKA, E. “The sociology and history of immigration: Reflections of a practitioner”, En **International Migration Research, Constitutions and the promises of interdisciplinary**, UK, University of Essex, 2005. Acessado em de 16 de novembro de 2018. Disponível em: <http://books.google.com.mx/books>

NIETZSCHE, F. **A gaia da ciência**. Brasil: Escala, 2013.

_____ **A genealogia da Moral**. Brasil: Escala, 2013.

_____ **O crepúsculo dos ídolos**. Brasil: Escala, 2013.

NORA, P. Entre a memória e história, a problemática dos lugares. **Projeto História**, 10, 1993.

OCDE -Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos - **Estudios económicos de la OCDE: México 2019**. Paris: OECD Publishing, 2019. Acessado em 20 de setembro de 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/fde7bbbe-es>

OIT - Organización Internacional del Trabajo - **Informe Mundial sobre la Protección Social 2017-2019: La protección social universal para alcanzar los objetivos de desarrollo sostenible**. Ginebra: OIT, 2017.

ORWELL, G. **The lion and the unicorn, socialism and the english genius**. London: Secker and Warburg, 1941.

PARÍS, M. D. **De la observación participativa a la investigación militante en las ciencias sociales: el estudio de comunidades indígenas migrantes. Métodos cualitativos y su aplicación empírica: por los caminos de la investigación sobre la migración internacional**. México: UNAM, 2012a.

- PARÍS, M. (org.). **La diáspora Triqui: violencia política, - desplazamiento forzado y migración**, México: Itaca, 2012b.
- PARSONS, T. **La estructura de la acción social**. Salamanca: Guadarramas, 1968.
- PAZ, O. **El ogro filantropico**. México: Vuelta 21, 1978.
- PHILIP, D. (1956) **The Minority Report**. U.S.A: Citadel Twilight, 1996.
- PIKETTY, T. **El Capital en el Siglo XXI**. México: Fondo de Cultura Económica, 2014.
- PLATÓN. **La Apología de Sócrates**. Madrid: Patricio de Azcárate, 1871. Acessado em 2 de abril de 2018. Disponível em: <http://www.filosofia.org/cla/pla/img/azf01043.pdf>
- RAGNI, G; RADO, J; MACDERMOT, G. **Ain't Got no, I Got Life**. U.S.A. 1968.
- ROTH, J. **Christmas with the kranks**. Revolution Studios, U.S.A: 2004. 99 min. Som, Cor, Formato: Analógico.
- RSF – Reporteros Sin Fronteras – **Balance anual de ataques cometidos contra periodistas en el mundo**. 2017. Acessado em 17 de março de 2018. Disponível em: <https://www.rsf-es.org/news/informes-balance-anual-2017-65-periodistas-asesinados-326-encarcelados/>
- RNDPED –Registro Nacional de Datos de Personas Extraviadas o Desaparecidas –. **Informe anual 2015 de personas extraviadas o desaparecidas**, México, Secretaria de Gobernación, Sistema Nacional de Seguridad Pública, Procuraduría General de la República, 2015.
- SANMARTÍN, J. (Comp.). **¿Qué es esa cosa llamada violencia?** México: Coordinación Nacional de Antropología del Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2006.
- SASSEN, S. **Losing control? Sovereignty in an age of globalization**. New York: Columbia University Press, 1996.
- SCHMITT. C. **Ex captivitate Salus: Experiencias de la Época 1945-1947**. Madrid: Trotta, 1950.
- SNOW, C. Either-or. **The progressive magazine**. Wisconsin, Fevereiro, 1961.

SÓFOCLES. **Antígona**. Pehuén Editores, 2001. Acessado em 15 de maio de 2018. Disponível em: <https://assets.una.edu.ar/files/file/artes-dramaticas/2016/2016-ad-una-cino-antigona-sofo-cles.pdf>

SOFSKY, W. **Tratado sobre la violencia**. Madrid: ABADA Editores, 2006.

SPIELBERG, S. **Minority Report**. 20th Century Fox / Dreamworks Pictures, U. S. A. 2002, 145 min. Som, Cor, Formato: Digital.

SREM – Secretaria de Relaciones Exteriores de México – **Alianza para la Seguridad y la Prosperidad de América del Norte**. México, Cámara de Diputados LIX Legislatura, 2006.

STARK, O.; BLOOM, D. The new economics of labor migration. **American economic review**, 1985

SUNKEL, O. **En busca del desarrollo perdido**, México: CLACSO-UAM, 2008.

THE TIME. **Congo, The hidden toll of the world's deadliest war**. U.S.A: 5 de junio de 2006. Acessado em 20 de maio de 2018. Disponível em:<http://time.com/>

THOMAS, W. I.; ZNANIECKY, F. **The polish peasant**. New York: Dover Pub, 1918.

TOBÓN, G.; OTERO, Y. **Mujeres y desplazamiento, una realidad en la ciudad de Montería**. Colombia: Corporación María Cano, 1995.

TORRENS, O. **El desplazamiento interno forzado en México : un acercamiento para su reflexión y análisis**. México: El Colegio de Sonora, 2013.

TÜRCKE, C. **Sociedade excitada, filosofia da sensação**. Brasil: UNICAMP, 2014.

TURNER, K. **México bárbaro** (1910). México: Época, 1998.

UNODC – United Nations Office on Drugs and Crime – **Midiendo el crimen organizado**. USA: Joint Research Centre of Transnational Crime, 2015. Acessado em 10 de julho de 2017. Disponível em: http://www.cdeunodc.inegi.org.mx/index.php/medicion_crimen/

URIBE DE HINCAPIÉ, M. et. al. **Desplazamiento forzado en Antioquia: aproximaciones teóricas y metodológicas al desplazamiento de población en Colombia**, Colombia, Secretaria Nacional de Pastoral Social y Conferencia Episcopal de Colombia, 2001.

WEINER T. **Enemies, a history of the FBI**. Nova York: Random House, 2012.

WIEVIORKA, M. O novo paradigma da violência. **Tempo social**. São Paulo: vol.9, n.1, pp.5-41, 1997. Acessado em 15 de janeiro de 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20701997000100002>

WILLSON, T. **Normative and interpretative paradigms in sociology**. Understanding everyday life, Chicago: J.P. Douglas, 1970.

ZIZEK, S. **What does it mean to be a revolutionary today?** 2009. (40m37s). Acessado em 14 de agosto de 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_GD69Cc20rw

_____ **Sobre la violencia, seis reflexiones marginales**. México: Paidós, 2009.

ANEXOS

Anexo 1. Letra da musica Ain't Got No/I Got Life na lingua original.

Ain't got no home, ain't got no shoes
Ain't got no money, ain't got no class
Ain't got no skirts, ain't got no sweater
Ain't got no perfume, ain't got no bed
Ain't got no man

Ain't got no mother, ain't got no culture
Ain't got no friends, ain't got no schooling
Ain't got no love, ain't got no name
Ain't got no ticket, ain't got no token
Ain't got no God

Then what have I got?
Why am I alive anyway?
Yeah, what have I got nobody can take away

I got my hair, I got my head
I got my brains, I got my ears
I got my eyes, I got my nose
I got my mouth, I got my smile
I got my tongue, I got my chin
I got my neck, I got my boobs

I got my heart, I got my soul
I got my back, I got my sex
I got my arms, I got my hands
I got my fingers, got my legs
I got my feet, I got my toes
I got my liver, got my blood

I've got life
I've got my freedom
I've got the life

I've got the life
And I'm gonna keep it
I've got the life
And nobody's gonna take it away
I've got the life

Fonte: (RAGNI, G; RADO, J; MACDERMOT, G, 1968)

Anexo 2. Apresentação da imagem do Altar da Julia onde cada mes reza pela memória do seu esposo.



Fonte: Arquivo pessoal do autor (23/11/2019).

Anexo 3. Apresentação da imagem de espaços insalubres e as construções de risco no bairro subnormal Diana Laura, localizado na cidade de Los Mochis, Sinaloa.



Fonte: Arquivo pessoal do autor (14/01/2020).

Anexo 4. Apresentação da imagem de espaços insalubres e as construções de risco no bairro subnormal Diana Laura, localizado na cidade de Los Mochis, Sinaloa.



Fonte: Arquivo pessoal do autor (15/06/2019).

Anexo 5. Apresentação do espaço em que moram (dormem e comem) a família do Saul.



Fonte: Arquivo pessoal do autor (6/05/ 2019).

Anexo 6. Apresentação da imagem do coletivo de mulheres que rastreiam familiares desaparecidos no contexto de violência no noroeste do México.



Fonte: Arquivo pessoal do autor (11/08/2019).

Anexo 7. Apresentação da imagem de um monumento elaborado com uma pedra de rio feito em memória a um jovem desaparecido em Sinaloa o día 3 de maio de 2018.



Fonte: Arquivo pessoal do autor (13/08/2019).

Anexo 7. Apresentação da imagem de monumentos elaborados com pedras de rio, verniz, marcadores e fotografias em homenagem às pessoas desaparecidas no noroeste do México.



Fonte: Arquivo pessoal do autor (11/08/2019).

Anexo 9. Apresentação da imagem de espaços insalubres no bairro subnormal 11 de Fevereiro, localizado na cidade de Chihuahua, Chihuahua.



Fonte: Arquivo pessoal do autor (10/09/2019).

Anexo 10. Apresentação da imagem de espaços insalubres e de construções de alto risco no bairro subnormal 11 de Febrero, localizado na cidade de Chihuahua, Chihuahua.



Fonte: fotografia tomada no dia 11/09/2019